



CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DAS
CIDADES

Rio

ANAIIS

**CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO URBANO:
CAMINHOS PARA CIDADES INCLUSIVAS,
DEMOCRÁTICAS, SUSTENTÁVEIS E COM
JUSTIÇA SOCIAL**

ANAIIS

Conferência Municipal das Cidades Rio 2024

**Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano:
caminhos para cidades inclusivas, democráticas,
sustentáveis e com justiça social**

**29 e 30 de junho de 2024
Porto Maravalley
Avenida Professor Pereira Reis, 76 - Santo Cristo
Rio de Janeiro - RJ**

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito Eduardo da Costa Paes

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico

Chicão Bulhões - Secretário

Subsecretaria Executiva

Thiago Dias - Subsecretário

Subsecretaria de Planejamento Urbano

Wanderson Barreto Corrêa - Subsecretário

OUTUBRO 2024 - 1ª Edição

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
RESUMO EXECUTIVO	13
1. EVENTOS PREPARATÓRIOS PARA A CONFERÊNCIA	17
1.1-Introdução	17
1.2-A Comissão Preparatória	18
1.3-A Comissão de Avaliação	19
1.4-A Comissão Organizadora	22
1.5-O Plano de Comunicação e Identidade Visual da Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024	23
2. A CONFERÊNCIA	25
2.1-Inscrições e Participantes	25
2.2-A Infraestrutura	27
2.3-A Programação	29
2.3.1 - Introdução	29
2.3.2-A Programação de 29/06/2024 (sábado/manhã)	32
2.3.2.1 - A Sessão Plenária de Abertura	32
2.3.2.2 - Votação do Regulamento da Conferência	33
2.3.2.2.1 - Dinâmica da Plenária	33
2.3.2.2.2 - Participantes	33
2.3.2.2.3 - Apresentação do Regulamento da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024	33
2.3.2.2.4 – Discussões e votações sobre o Regulamento	34
2.3.2.2.5 – Conclusão	37
2.3.2.3 - A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano- PNDU - Palestra magna por Orlando Júnior	37
2.3.3 - A Programação de 29/06/2024 (sábado/tarde)	38

2.3.3.1 - Sala de Discussão Temática (Plenário)	38
Tema: HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
2.3.3.1.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações	38
2.3.3.1.2 - Dinâmica da Sala	40
2.3.3.1.3 - Participantes presentes	41
2.3.3.1.4 - Palestras	46
2.3.3.1.4.1 - Viviane Tardelli	46
2.3.3.1.4.2 - Samuel Jaenisch	47
2.3.3.1.4.3 - Célia Ravera	48
2.3.3.1.4.4 - Roberta Mendes	49
2.3.3.1.4.5 - Ana Dieguez	50
2.3.3.1.5 - Questões Discutidas	50
2.3.3.1.6 - Debates	60
2.3.3.1.7 - Propostas indicadas para o Município	60
2.3.3.1.8 - Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades	62
2.3.3.2 - Sala de Discussão Temática (Auditório)	62
Tema: CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES	
2.3.3.2.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações	62
2.3.3.2.2 - Dinâmica da Sala	63
2.3.3.2.3 - Participantes presentes	64
2.3.3.2.4 - Questões Discutidas	68
2.3.3.2.5 - Debates	71
2.3.3.2.6 - Propostas indicadas para o Município	72
2.3.3.2.7-Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades	72

2.3.3.3 - Sala de Discussão Temática (Sala 1)	73
---	-----------

Tema: MOBILIDADE URBANA

2.3.3.3.1 -Minibio dos palestrantes e apresentações	73
---	-----------

2.3.3.3.2 - Dinâmica da Sala	76
------------------------------	-----------

2.3.3.3.3 - Participantes presentes	76
-------------------------------------	-----------

2.3.3.3.4 - Questões Discutidas	78
---------------------------------	-----------

2.3.3.3.5 - Debates	81
---------------------	-----------

2.3.3.3.6 - Propostas indicadas para o Município	82
--	-----------

2.3.3.3.7-Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual das Cidades	82
--	-----------

2.3.3.4 -Sala de Discussão Temática (Sala 2)	83
--	-----------

Tema:SANEAMENTO BÁSICO

2.3.3.4.1 -Minibio dos palestrantes e apresentações	83
---	-----------

2.3.3.4.2 - Dinâmica da Sala	84
------------------------------	-----------

2.3.3.4.3 - Participantes presentes	85
-------------------------------------	-----------

2.3.3.4.4 - Questões Discutidas	87
---------------------------------	-----------

2.3.3.4.5 - Debates	89
---------------------	-----------

2.3.3.4.6 - Propostas indicadas para o Município	89
--	-----------

2.3.3.4.7-Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual das Cidades	90
--	-----------

2.3.4 - A Programação de 30/06/2021 (domingo/manhã)

2.3.4.1 - Sala de Discussão Temática (Plenário)	92
---	-----------

Tema: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

2.3.4.1.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações	92
--	-----------

2.3.4.1.2 - Dinâmica da Sala	93
------------------------------	-----------

2.3.4.1.3 - Participantes presentes	94
-------------------------------------	-----------

2.3.4.1.4 - Questões Discutidas	100
2.3.4.1.5 - Debates	103
2.3.4.1.6 - Propostas indicadas para o Município e moção aprovada	104
2.3.4.1.7 - Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades	106
2.3.4.2 - Sala de Discussão Temática (Auditório):	107
Tema : SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO DO CONTROLE ARMADO DOS TERRITÓRIOS POPULARES	
2.3.4.2.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações	107
2.3.4.2.2 - Dinâmica da Sala	109
2.3.4.2.3 - Participantes presentes	109
2.3.4.2.4 - Questões Discutidas	112
2.3.4.2.5 - Debates	115
2.3.4.2.6 - Propostas indicadas para o Município	115
2.3.4.2.7 - Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades	117
2.3.4.3 - Sala de Discussão Temática (Sala 1):	118
Tema : TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NO TERRITÓRIO	
2.3.4.3.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações	118
2.3.4.3.2 - Dinâmica da Sala	119
2.3.4.3.3 - Participantes presentes	120
2.3.4.3.4 - Questões Discutidas	122
2.3.4.3.5 - Debates	123
2.3.4.3.6 - Propostas indicadas para o Município	123
2.3.4.3.7 - Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual das Cidades	124
2.3.4.4 - Sala de Discussão Temática (Sala 2):	125

Tema : GESTÃO INTERFEDERATIVA E DAS REGIÕES METROPOLITANAS, COOPERAÇÃO E CONSÓRCIOS

2.3.4.4.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações	125
2.3.4.4.2 - Dinâmica da Sala	126
2.3.4.4.3 - Participantes presentes	127
2.3.4.4.4 - Questões Discutidas	128
2.3.4.4.5 - Debates	129
2.3.4.4.6 - Propostas indicadas para o Município	129
2.3.4.4.7 - Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual das Cidades	130

2.4 - A Programação de 30/06/2024 (domingo/tarde)

2.4.1 - Plenário - Eleição das entidades para o COMPUR	131
2.4.2 - Plenário - Eleição dos delegados da sociedade civil para a Conferência Estadual (30/06/2024 - tarde)	133

2.4.2.1 - Segmento Movimentos Populares

2.4.2.1.1 - Dinâmica da Plenária	133
2.4.2.1.2 - Participantes	133
2.4.2.1.3 - Debate e votação do segmento Movimentos Populares para a delegação da Conferência Estadual das Cidades e para o Conselho Municipal da Cidade	133
2.4.2.1.4 - Eleição de delegados para Conferência Estadual	135
2.4.2.1.5 - Eleição dos membros ao Conselho Municipal das Cidades	136
2.4.2.1.6 - Deliberações	137
2.4.2.1.6.1 - Composição de chapa de delegação para Conferência Estadual das Cidades	137
2.4.2.1.6.2 - Composição das 7 vagas titulares e 7 suplentes no Conselho Municipal da Cidade definida pelo segmento	138
2.4.2.1.7 - Conclusões	138

2.4.2.1.8 - Ata divergente sobre eleição dos delegados do segmento Movimentos Populares para a Conferência Estadual e Conselho Municipal da Cidade	138
2.4.2.2 - Segmento Trabalhadores Sindicais	
2.4.2.2.1 - Dinâmica da Plenária	140
2.4.2.2.2 - Participantes	140
2.4.2.2.3 - Delegados candidatos	141
2.4.2.2.4 - Deliberações sobre os candidatos	142
2.4.2.2.5 - Delegados eleitos	142
2.4.2.2.6 - Conselho Municipal da Cidade do Rio de Janeiro	143
2.4.2.3 - Segmento Entidades Empresariais	
2.4.2.3.1 - Dinâmica da Plenária	143
2.4.2.3.2 - Participantes	143
2.4.2.3.3 - Processo eletivo	143
2.4.2.3.4 - Confirmando a elegibilidade	144
2.4.2.3.5 - Definindo o método de eleição	144
2.4.2.4 - Segmento Entidades Profissionais Acadêmicos e de Pesquisa	
2.4.2.4.1 - Dinâmica da Plenária	145
2.4.2.4.2 - Participantes	145
2.4.2.4.3 - Composição do colégio eleitoral	147
2.4.2.4.4 - Responsável pela apuração dos votos	147
2.4.2.4.5 - Processo de contagem dos votos	147
2.4.2.4.6 - Processo eletivo	147
2.4.2.4.7 - Candidatos a delegados eleitos	148
2.4.2.4.8 - Eleições de delegados membros do Conselho da Cidade	150

2.4.2.5 - Segmento ONGs

2.4.2.5.1 - Dinâmica da Plenária	152
2.4.2.5.2 - Participantes	152
2.4.2.5.3 - ONGs candidatas à Conferência Estadual das Cidades	153
2.4.2.5.4 - Votação e ONGs para a Conferência Estadual das Cidades	154
2.4.2.5.5 - ONGs candidatas ao Conselho da Cidade	154
2.4.2.5.6 - Votação e ONGs eleitas para o Conselho da Cidade	154
2.4.2.5.7 - Nomes dos delegados titulares e suplentes das ONGs eleitas para a Conferência Estadual das Cidades	155
2.4.2.5.8 - Nomes dos delegados das ONGs (titular e suplente) eleitos para o Conselho da Cidade	155
2.4.2.5.9 - Conclusão	155

2.4.3 - Indicação das 12 (doze) propostas municipais para a 6ª Conferência Estadual das Cidades

157

2.4.4 - Plenário

161

Tema: CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO (30/06/2024 - TARDE)

2.4.4.1 - Dinâmica da Plenária	161
2.4.4.2 - A Plenária	161

3. ANEXOS

3.1 - Decreto Rio nº 54.343, de 24/04/2024, que dispôs sobre a organização da Conferência Municipal das Cidades: Etapa Preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades	162
3.2 - Edital de convocação SMDUE nº 02/2024 para cadastramento de entidades da sociedade civil para participar da Comissão Organizadora da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 e deu outras providências	163
3.3 - Resolução EIS-REN-2024/00012 que convocou a Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 e deu outras providências	165
3.4 - Regimento Interno da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024: Resolução EIS-REN-2024/00016 de 29/04/24	166

3.5 - Atas das Reuniões das Comissões de Avaliação e Organizadora da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024	
3.5.1 - Comissão de Avaliação	168
• 1ª Reunião - 02/05/2024 / 2ª Reunião - 03/05/2024	
3.5.2 - Comissão Organizadora	178
• 1ª Reunião - 17/05/2024 / 2ª Reunião - 24/05/2024	
• 3ª Reunião - 28/05/2024 / 4ª Reunião - 04/06/2024	
• 5ª Reunião - 11/06/2024 / 6ª Reunião - 18/06/2024	
• 7ª Reunião - 21/06/2024 / 8ª Reunião - 25/06/2024	
• 9ª Reunião - 04/07/2024	
3.6 - Regulamento aprovado da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024	227
3.7 - Texto-base da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024	238
3.8 - Porto Maravalley - Do local da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024	247
3.9 - Fotos da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024	248
3.10 - Delegados da Conferência Municipal das Cidades que foram eleitos para a Conferência Estadual das Cidades - Movimentos Populares	250
3.11 - Delegados da Conferência Municipal das Cidades que foram eleitos para a Conferência Estadual das Cidades - Trabalhadores Sindicais	254
3.12 - Delegados da Conferência Municipal das Cidades que foram eleitos para a Conferência Estadual das Cidades - Entidades Empresariais	255
3.13 - Delegados da Conferência Municipal das Cidades que foram eleitos para a Conferência Estadual das Cidades - Entidade Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	256
3.14 - Delegados da Conferência Municipal das Cidades que foram eleitos para a Conferência Estadual das Cidades - ONGs	257
3.15 - Delegados da Conferência Municipal das Cidades que foram eleitos para a Conferência Estadual das Cidades - Poder Público	257
3.16 - Validação da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 pelo Conselho Estadual das Cidades - DO ERJ 18.09.2024	263
4. CRÉDITOS	265

APRESENTAÇÃO

Este relatório descreve as atividades desenvolvidas no âmbito da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2024 no Porto Maravalle, situado na Avenida Professor Pereira Reis, 76 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

Como etapa preparatória para a 6ª Conferência Nacional das Cidades, a **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024** discutiu a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e os caminhos para tornar o Rio mais inclusivo, democrático, sustentável e com justiça social, através de uma programação intensa, centrada nos oito temas propostos pela normativa do Ministério das Cidades.

Neste documento serão apresentadas as atividades, eventos e documentos realizados anteriormente à Conferência, sua preparação e a mobilização do poder público para o efetivo envolvimento da sociedade civil, caracterizando uma participação representativa do cidadão na **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**.

Finalmente, serão explicitados os principais resultados da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, a partir dos objetivos colocados pelo Ministério das Cidades para a validação da Conferência.

Desta forma, este relatório registra não apenas o evento em si, mas também as etapas preparatórias da Conferência; os relatos dos grupos de discussão temática e os resultados alcançados, de modo a contribuir para a viabilização das próximas Conferências Municipais e marcar a forma participativa que norteou sua organização, a cargo da Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUBPU, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

RESUMO EXECUTIVO

O Governo Federal, através da Portaria MCID Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024, aprovou o Regimento Interno e convocou a **6ª Conferência Nacional das Cidades**, com a temática "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

Após essa convocatória, o Governo do Estado do RJ, através do Conselho Estadual das Cidades, convocou a **6ª Conferência Estadual das Cidades** com a publicação da Portaria CEC Nº 01 de 19 de março de 2024, e iniciou contatos com os municípios para que realizassem as etapas municipais em consonância com a normativa estadual e federal.

Desta forma, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro se mobilizou a partir de abril de 2024 para organizar a sua Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024, que ocorreu de forma presencial e com transmissão ao vivo por canal do YouTube, nos dias 29 e 30 de junho de 2024, no Porto Maravalle, no bairro do Santo Cristo, com início às 9:00h e encerramento às 18:00h em ambos os dias.

O **Decreto Rio nº 54.343 de 24 de abril de 2024** criou a Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade, coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, que convocou a sociedade civil a participar da organização através do **Edital de Convocação SMDUE Nº 02/2024 para Cadastramento de Entidades da Sociedade Civil**.

A composição final da Comissão Organizadora, publicada através da **Resolução EIS-REN-2024/00012** de 13 de maio de 2024, foi formada por representantes de seis segmentos, na proporção prevista na Portaria MCID nº 175 de 28 de fevereiro de 2024, a saber:

Poder Público - 10 (dez) representantes

Movimentos Populares - 6 (seis) representantes

Trabalhadores Sindicais - 2 (dois) representantes

Entidades Empresariais - 2 (dois) representantes

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de pesquisa - 2 (dois) representantes

Organizações Não Governamentais - 1(um) representante.

A Conferência recebeu **1030 (um mil e trinta)** inscrições através do *link* disponibilizado em endereço eletrônico, divididas nas categorias de Delegados, Observadores e Poder Público.

Participaram da Conferência **484** (quatrocentos e oitenta e quatro) pessoas, sendo **363** (trezentos e sessenta e três) Delegados, **43** (quarenta e três) Observadores, **51** (cinquenta e um) Palestrantes e **27** (vinte e sete) profissionais de imprensa.

Conforme previsto no art. 2º do Regimento Interno, a conferência teve como finalidades primordiais a eleição dos delegados do Município do Rio de Janeiro

para a 6ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Rio de Janeiro e a aprovação de 12 (doze) propostas municipais para a Conferência Estadual.

Desta forma, foram eleitos os delegados de todos os segmentos, com exceção do Poder Público, que escolheu seus delegados a posteriori (a lista dos delegados consta deste relatório).

As **12** (doze) propostas para a Conferência Estadual foram selecionadas pela Comissão Organizadora a partir das propostas elencadas nas salas temáticas, conforme definido na plenária final, ocorrida em 30 de junho de 2024, e são as seguintes, agrupadas por temas.

Tema: Sustentabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas

Proposta 01:

Contribuição de empresas privadas na área de construção, de terem uma obrigatoriedade em investimentos sustentáveis dentro dos empreendimentos MCMV e demais construções;

Proposta 02:

Vincular os planos setoriais, por obrigação legal, ao plano de ação climática (30 anos), rebatizando esses planos como planos para resiliência socio-climática, de modo a garantir a resiliência sócio-climática como meta central em cada um deles, e transformar o plano de ação climática em obrigação legal, vinculando a ele também o plano diretor municipal, de modo a estabelecer uma coordenação geral dos setoriais e do diretor para a adaptação climática;

Tema: Habitação e Regularização Fundiária

Proposta 03:

Suspensão das ordens de despejo e destinação dos imóveis públicos estaduais para habitação de interesse social;

Proposta 04:

Garantir no mínimo 1% dos recursos orçamentários do Estado para política de HIS, coordenada pela SEHIS, integrado ao SNHIS, tendo o CONSELHO GESTOR DO FEHIS paritário PAPEL DELIBERATIVO E FISCALIZADOR.

Tema: Controle Social e Gestão Democrática

Proposta 05:

A adesão dos entes federados, municípios, Estados e o Distrito Federal se dará por ato voluntário e implicará em obrigações mútuas entre os entes federados que compõem o SNDU. Essas obrigações devem envolver a adoção de políticas,

procedimentos, investimentos financeiros e estruturas de participação pactuadas no sistema.

Proposta 06:

As atribuições deliberativas do Conselho Nacional das Cidades devem ser ampliadas envolvendo pelo menos duas questões: a possibilidade de emitir instruções normativas para a aplicação de instrumentos de política urbanas e o poder de aprovar editais do governo federal relativos à política de desenvolvimento urbano.

Tema: Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Proposta 07:

Criação de uma política habitacional que limite o poder e expansão de grupos armados.

Proposta 08:

Remodelação da política de segurança com a proibição do uso de armas de fogo em manifestações, o fim das ações militares em favelas, a partir da desmilitarização da Polícia e a institucionalização da prática do uso de câmeras corporais.

Tema: Mobilidade Urbana

Proposta 09:

Tarifa Zero Redução ou Eliminação do Valor da Tarifa Pública

Tema: Saneamento Básico

Proposta 10:

Aperfeiçoamento das Agências Reguladoras com uso de novas tecnologias para regulação dos trabalhos das Empresas Públicas, concessionárias de serviços de saneamento, com antecipação da revisão dos contratos para fins de atendimento de todas as favelas e utilização dos recursos do fundo de regulação para ampliação dos quadros de profissionais concursados.

Tema: Transformação e Inclusão Digital

Proposta 11:

Criação de órgão estadual encarregado da transformação e inclusão digital, com dotação orçamentária específica, responsável pela governança dos programas estaduais existentes, com recorte étnico aos territórios vulneráveis, fomentando a criação e a manutenção de laboratórios de cidadãos de dados e programas de

agentes comunitários de geração cidadã de dados para elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas.

Tema: Gestão Interfederativa

Proposta 12:

Resgate e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Os documentos relativos à preparação da 5ª Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024, bem como os resultados - propostas para a Conferência Estadual e Delegados do Município do Rio para a 6ª Conferência Estadual das Cidades estão acessíveis na plataforma da Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável - REDUS, no endereço eletrônico

<https://www.redus.org.br/concid24/rio-de-janeiro/3304557>.

A 5ª Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 foi validada pelo Conselho Estadual das Cidades, tendo esta validação sido publicada no Diário Oficial do Estado do RJ em 18 de setembro de 2024, na página 28, na seção da Secretaria de Estado das Cidades.

1. EVENTOS PREPARATÓRIOS PARA A CONFERÊNCIA

1.1 - Introdução

O Governo Federal, através da Portaria MCID N° 175, de 28 de fevereiro de 2024, aprovou o Regimento Interno e convocou a **6ª Conferência Nacional das Cidades**, com a temática "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

Este documento também definiu o processo da 6ª Conferência Nacional das Cidades, tendo etapas preparatórias nos âmbitos municipal, estadual e do Distrito Federal, com datas alteradas na 53ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades em 17 de maio de 2024. Motivadas pelos recentes eventos climáticos que afetaram gravemente o estado do Rio Grande do Sul, as datas limites passaram para:

- Etapa Municipal : de 15 de abril de 2024 a 30 de abril de 2025 (respeitando-se o regimento interno da Conferência Estadual)
- Etapa Estadual e do Distrito Federal : de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025
- Etapa Nacional : até 31 de agosto de 2025, com data a ser definida por Resolução do Conselho das Cidades.

Após essa convocatória, o Governo do Estado do RJ, através do Conselho Estadual das Cidades, convocou a **6ª Conferência Estadual das Cidades** com a publicação da Portaria CEC N° 01 de 19 de março de 2024, e iniciou contatos com os municípios para que realizassem as etapas municipais em consonância com a normativa estadual e federal.

O prazo dado para a realização das Conferências Municipais no Estado do RJ foi até o dia 06 de julho de 2024.

Desta forma, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro se mobilizou a partir de abril de 2024 para organizar a sua Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024, que ocorreu de forma presencial e com transmissão ao vivo por canal do Youtube, nos dias 29 e 30 de junho de 2024, no Porto Maravalle, na av. Pereira Reis, 76, no bairro do Santo Cristo, com início às 9:00h e encerramento às 18:00h em ambos os dias.

Conforme estipulado na Portaria MCID N° 175 de 2024, a Conferência teve mais de 12(doze) horas de debates, excluindo a cerimônia de abertura. Tendo em vista a simultaneidade de diversas salas de debates, para abordar todos os temas, houve 17:30 h de palestras e debates no sábado, 29 de junho, e 20:50 h de palestras e debates no domingo 30 de junho.

1.2 - A Comissão Preparatória

Inicialmente, foi publicado o **Decreto Rio nº 54.343 de 24 de abril de 2024**, através do qual foi criada a Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade, formada por representantes dos seguintes órgãos sob a coordenação do primeiro:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE;

II - Secretaria da Casa Civil - CVL;

III - Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG;

IV - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP;

V - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC;

VI - Secretaria Especial de Ordem Pública - SEOP;

VII - Procuradoria Geral do Município - PGM.

A partir deste Decreto, os representantes da SMDUE/SUBPU iniciaram a mobilização dos demais órgãos da Comissão Preparatória para a discussão dos procedimentos necessários e temas. No mesmo período, foi publicado no DO RIO em 26 de abril de 2024 o **Edital de Convocação SMDUE Nº 02/2024 para Cadastramento de Entidades da Sociedade Civil para participar da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro**.

1.3 - A Comissão de Avaliação

Após a publicação do Edital mencionado no item anterior, o cadastramento de Entidades da Sociedade Civil para participar da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro demandou a instituição de uma **Comissão de Avaliação**.

Formada pelos Srs. Alberto Taveira (Arquiteto - SMDUE/SUBPU/CMU - matr. nº 11/173.948-1), Claudia Grangeiro da Silva Castro (Arquiteto - SMDUE/SUBPU/CPU - matr. nº 11/145.717-5), Isabel Habib Mattar de Araújo (Geógrafo - SMDUE/SUBPU/GMIU - matr. nº 11/259.163-4), Mauro Santiago Medina Junior (Agente de Administração - SMDUE/SUBPU/GMIU - matr. nº 10/224.279-0), e Rosana Motta Gomes (Arquiteto - SMDUE/SUBPU/CMU - matr. nº 12/212.717-3), a Comissão de Avaliação realizou duas reuniões presenciais nos dias 02 e 03/05/2024. A primeira, restrita à Comissão, foi para a validação das inscrições realizadas pelas entidades, conforme o Edital. A segunda reunião, no Auditório Carlos Nelson Ferreira Santos (Auditório do IPP), localizado à Rua Gago Coutinho, 52 - 1º andar - Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ, contou com a presença de representantes das entidades validadas, que se reuniram conforme os cinco segmentos previstos no Edital e elegeram seus representantes para participarem da **Comissão Organizadora** da Conferência Municipal da Cidade Rio de Janeiro.



F.01 - Reunião da Comissão de Avaliação da Conferência Municipal da Cidade Rio de Janeiro realizada no Auditório Carlos Nelson Ferreira dos Santos (Auditório do IPP), em 03/05/2024

Como em alguns segmentos havia número restrito de vagas e o interesse geral em ampliar a participação da sociedade civil organizada, foi dada a opção aos segmentos de definirem entidades distintas para as vagas de titulares e suplentes da Comissão.

A composição final da Comissão Organizadora, publicada através da **Resolução EIS-REN-2024/00012** de 13 de maio de 2024, reproduzida a seguir, foi formada por representantes eleitos dos cinco segmentos, além dos representantes do Poder

Público, na proporção prevista na Portaria MCID nº 175 de 28 de fevereiro de 2024, a saber:

Poder Público - 10 (dez) representantes.

Movimentos Populares - 6 (seis) representantes.

Trabalhadores Sindicais - 2 (dois) representantes.

Entidades Empresariais - 2 (dois) representantes.

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de pesquisa - 2 (dois) representantes.

Organizações Não Governamentais - 1 (um) representante.

Nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES	SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS	
PODER PÚBLICO			17	Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Wanderson Barreto Corrêa - Titular Antônio Luis Barbosa Corrêa - Suplente		Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro - Titular Erick Mouras - Suplente
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan - Titular Eugênia Câmara Loureiro - Suplente	18	Sindicato dos Engenheiros - SENGE-RJ
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Mariana Barroso - Titular Marcio Martins - Suplente		Jorge Antonio da Silva - Titular Clovis Francisco do Nascimento - Suplente
04	Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ	Tainá de Paula - Titular Rafael Aloisio Freitas - Suplente	SEGMENTO ENTIDADES EMPRESARIAIS	
05	Secretaria Municipal da Casa Civil - CVL	Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo - Titular Maria Fernanda Romano Gerhardt - Suplente	19	Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ - Titular
06	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva - Titular Jéssyca Corrêa Carvalho - Suplente		Josier Marques Vilar - Titular Aspásia Camargo - Suplente
07	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Luis Fernando Valverde Saldania - Titular Ruth Aono - Suplente		Dias e Omellas Consultoria Socioambiental - Suplente
08	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Felipe Carvalho Nin Ferreira - Titular Luis Fábio Cruz - Suplente	20	Câmara dos Dirigentes Lojistas do RJ /SPC RIO- Titular
09	Secretaria Especial de Ordem Pública - SEOP	Beatrice Santa Maria Charpentier - Titular Maria Eduarda Lacerda Couto - Suplente		Carlos Monjardim - Titular Robert Barboza - Suplente
10	Procuradoria Geral do Município - PGM	André Hermann Tostes - Titular Tatianna Fernandes da Paz Ribeiro de Souza - Suplente		Dias e Omellas Consultoria Socioambiental - Suplente
SEGMENTO MOVIMENTOS POPULARES			SEGMENTO ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA	
11	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - Titular	Guilherme da Costa - Titular Adrian Coelho dos Santos Reis - Suplente	21	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Titular
	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB - Suplente	Regina Chiaradia - Titular Mauricio Matsutani - Suplente		Vinicius Monte Custodio - Titular José-Ricardo Pereira Lira - Suplente
12	Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAM RIO - Titular	Licínio Machado Rogério - Titular João Ricardo de Mattos Serafim - Suplente		Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ - Suplente
	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB - Suplente	Nelci Frangipani - Titular Gilson Koatz - Suplente	22	Pontifícia Universidade Católica - PUC - Titular
13	Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM - Titular	Maria de Lourdes Lopes - Titular Lucas Faulhaber - Suplente		Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos - Titular Tatiana Terry - Suplente
	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paqueta - Suplente	Monica Rabelo - Titular Paulo Barone - Suplente		Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ - Suplente
14	Central de Movimentos Populares - CMP - Titular	Mariuce Lopes - Titular Francisca Fátima Ramos de Souza - Suplente		Emmily Caroline Leandro - Titular Marcela Marques Abla - Suplente
	Associação de Moradores e Amigos da Urca - AMOUR Suplente	Valéria Grynberg - Titular Ricardo Guerra - Suplente	SEGMENTO ONGs	
15	União por Moradia Popular - UMP - Titular	Sandra Regina Pimentel da Silva - Titular Livia Maria da Silva Cantuaria - Suplente	23	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU - Titular
	Associação de Moradores da Lauro Muller e adjacências - ALMA - Suplente	Abilio Valerio Tozini - Titular Alexandre Meira Matos Santos - Suplente		Tarcyla Fidalgo Ribeiro - Titular não indicou suplente
16	Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFRIO - Titular	Roberta da Silva Ferreira - Titular Isis Cardoso - Suplente		Centro de Apoio ao Movimento Popular - Suplente
	Não foi indicado suplente			Rogério Marques Gonçalves - Titular Antonio Felix Tavares - Suplente

F.02 - *Fac-simile* do D.O.Rio nº 38, de 14/05/2024, com a listagem dos membros da Comissão Organizadora da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024**

As atas das reuniões da Comissão de Avaliação e da eleição das entidades estão anexas a estes Anais e foram publicadas no D.O. RIO em 07 de maio de 2024.

1.4 - A Comissão Organizadora

Esta Comissão realizou uma reunião presencial e oito reuniões virtuais, através do aplicativo *Google Meet*, e definiu, ao longo dos trabalhos, a programação da Conferência, bem como os conferencistas convidados e ainda, o Regimento Interno, publicado em 07 de junho de 2024 através da **RESOLUÇÃO EIS-REN-2024/00016 DE 29 DE ABRIL DE 2024**.

As atas destas reuniões estão nos Anexos destes Anais.

A minuta do Regulamento da Conferência, por orientação da normativa federal, foi elaborada pela Comissão, enviada por e-mail a todos os inscritos e publicada na plataforma própria, para apreciação pública, sendo submetido a votação na sessão matinal da Conferência, em 29 de junho de 2024, onde passou por alterações.

Embora houvesse a possibilidade de se desmembrar a comissão organizadora em subgrupos para tratar de assuntos específicos, o foco da Comissão foi o debate e organização dos documentos da Conferência.

Assim, toda a infraestrutura foi viabilizada pela Prefeitura, através de recursos próprios e da mobilização de servidores públicos, que trabalharam na realização do evento durante os meses de maio e junho, coordenados pela SMDUE.

Da mesma forma, ficou a cargo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro o sistema de controle das inscrições de delegados, observadores e poder público e os convites aos palestrantes indicados pela Comissão Organizadora.



Fig. 03 - 1ª reunião da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade Rio de Janeiro realizada no Auditório Carlos Nelson Ferreira dos Santos (Auditório do IPP), em 17/05/2024

1.5 - O Plano de Comunicação e Identidade Visual da Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024

Os prazos para a realização da Conferência Municipal eram exíguos. Isso exigiu um esforço concentrado da SMDUE e de seus sub órgãos para dar conta das inúmeras tarefas necessárias ao bom andamento do evento.

Dentre as tarefas relevantes e que ficaram a cargo da Secretaria, estava o Plano de Comunicação e Identidade Visual, que foi concebido pela equipe da Assessoria de Comunicação - ASCOM e os produtos finais foram viabilizados através das contratações promovidas pela equipe da SMDUE/SUBEX/CTG.

Na 2ª Reunião da Comissão Organizadora da Conferência, realizada em 24/05/2024 de forma virtual através de videoconferência *on-line* pelo aplicativo *Google Meet*, a ASCOM apresentou suas propostas para a criação e o desenvolvimento de todas as peças de comunicação (logomarca, banners virtuais e para o local, página específica na internet, camisas da equipe, etc) e a divulgação do evento em redes sociais e grupos de *Whatsapp*.

Cabe destacar a criação da página própria na internet, no endereço <https://planejamentourbano.prefeitura.rio/conferencia-municipal-da-cidade-do-rio-de-janeiro-2024/>, repositório de todas as publicações com fácil acesso.

A identidade Visual Oficial (logo, *banners*, carrossel HTML e *post-faces* informativos, convites etc.) do evento, reproduzida a seguir, também foi apresentada.



Fig. 04 - Carrossel



Fig. 05 - Post-faces



Fig. 06 - Banner principal

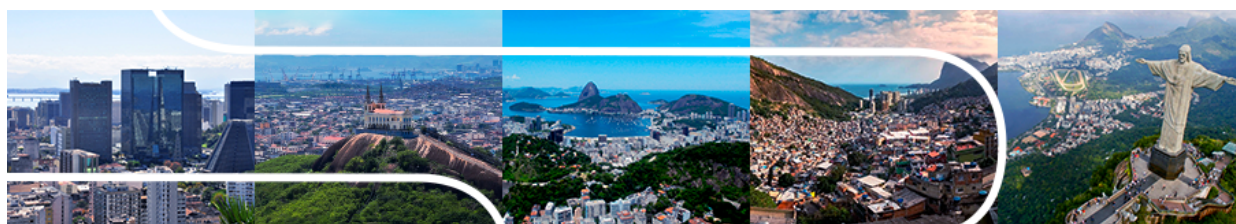


Fig. 07 - Banner alternativo



Fig. 08 - Logomarca e exemplos de aplicação



Fig. 09 - Plataforma ReDUS, Rio de Janeiro - RJ

2. A CONFERÊNCIA

2.1 - Inscrições e Participantes

Foram realizadas **1030** (um mil e trinta) inscrições através do *link* disponibilizado no endereço eletrônico, divididas nas categorias de Delegados, Observadores e Poder Público.

Os Delegados, divididos em seis segmentos conforme o quadro a seguir, foram inscritos pelas entidades de cada segmento, com direito a voz e voto e elegíveis para representar o segmento na Conferência Estadual. No total, foram inscritos **426** (quatrocentos e vinte e seis) Delegados.

Os Observadores se inscreveram como pessoas físicas, com direito a voz nas reuniões de discussão dos temas, mas sem direito a voz e voto nas reuniões plenárias. No total, foram inscritos **459** (quatrocentos e cinquenta e nove) Observadores. Por conta da capacidade limitada do espaço do evento, dentre as 459 inscrições de observadores, **209** (duzentos e nove) tiveram que ser recusadas, restando **250** (duzentos e cinquenta) inscrições aptas a participar do evento presencialmente.

A categoria do Poder Público foi criada para que os organizadores tivessem controle sobre o quantitativo de servidores que trabalhariam diretamente na organização e também representariam o Município em votações como Delegados. No total, foram inscritos **83** (oitenta e três) servidores na categoria Poder Público.

Durante o credenciamento da Conferência, nos dois dias pela manhã, foram registrados **484** (quatrocentos e oitenta e quatro) participantes no total, distribuídos pelas seguintes subcategorias:

Delegados - 363	Observadores	Convidados e Palestrantes	Profissionais de imprensa
Poder Público - 50	43	51	27
Movimentos Sociais e Populares - 179			
Sindicatos de Trabalhadores - 24			
Entidades Empresariais - 09			
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa - 45			

Organizações não Governamentais - 56			
---	--	--	--

Fig. 10 - Distribuição dos presentes por categoria durante a Conferência

A alta taxa de abstenção dentre os inscritos deveu-se provavelmente, ao fato da inscrição ter sido realizada com algumas semanas de antecedência, de forma gratuita através de link eletrônico, e também por ter sido informado aos inscritos como observadores que haveria limitação de entrada conforme a capacidade dos espaços.

Para suprir essa limitação, foi viabilizada a transmissão simultânea da Conferência através do canal de YouTube, possibilitando a maior participação dos interessados na categoria de Observadores, que realizaram total de 1684 (um mil seiscentos e oitenta e quatro) visualizações até agosto de 2024. Ver: <https://www.youtube.com/@planejamentourbanorio>.

2.2 - A Infraestrutura

A Conferência foi realizada no Porto Maravalle, na Av. Professor Pereira Reis, nº 76, no bairro da Saúde, na região central da cidade. O local tem acesso por transporte público (ônibus e VLT), é próximo do Terminal Intermodal Gentileza (TIG) e dispõe de espaços adequados para a realização de eventos, possibilitando o uso concomitante de diversas salas.

A Comissão Organizadora definiu que a Conferência debateria os oito temas elencados pelo Ministério das Cidades, conforme a programação apresentada neste documento. Embora o local viabilizasse até oito salas simultâneas de debates, o programa definido estabeleceu a demanda de quatro salas para os debates públicos e as demais salas foram utilizadas como apoio para o trabalho da comissão organizadora e pequenas reuniões.

Os debates foram distribuídos entre o espaço da plenária, o auditório, além de outras duas salas, com capacidades distintas de espectadores. O *layout* dos espaços, produzido pela equipe da SMDUE, estabeleceu o número de vagas disponibilizadas em cada sala e a distribuição sala/tema foi definida a partir do número de inscritos para cada assunto. A capacidade máxima definida para cada espaço foi de:

Plenária - 501 (quinhentos e um) lugares + 288 (duzentos e oitenta e oito) lugares na arquibancada.

Auditório - 170 (cento e setenta) lugares.

Sala 1 - 132 (cento e trinta e dois) lugares.

Sala 2 - 70 (setenta) lugares.

Em algumas sessões, todos os participantes se reuniram na plenária com conforto.

Os serviços necessários ao funcionamento da Conferência, como credenciamento dos participantes, limpeza, segurança, bem como instalação de móveis e equipamentos ficaram a cargo da Prefeitura.

O credenciamento dos participantes pré-inscritos foi realizado nos dois dias do evento, sempre das 9:00 às 13:00 pela empresa contratada pela Prefeitura, sob a supervisão dos servidores da SMDUE.

Para acolher condignamente e confortavelmente os participantes, evitando deslocamentos que pudessem atrapalhar o andamento célere do evento, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ofereceu, no Salão de Encontros do Porto Maravalle, refeições para todos os participantes, nos seguintes horários:

- Café de boas-vindas, às 9:00 (apenas no primeiro dia);
- Almoço, das 13:15 às 14:30; e
- Café da tarde, das 16:00 às 16:20.

Todas as quatro salas de debates foram equipadas com tvs e computadores, possibilitando aos palestrantes e à audiência realizar apresentações visuais.

As fotos do evento que ilustram esse documento foram produzidas por servidoras da SMDUE/SUBPU que procuraram registrar os momentos mais marcantes da Conferência.

A Prefeitura também promoveu o serviço de vacinação contra a gripe H1N1 e Covid, com a presença de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, em todo o período da Conferência, com boa adesão entre os participantes.

Para ampliar a programação, foi organizada a Feira de Refugiados do lado externo do evento, com a montagem de diversas barracas que ofertavam produtos e comidas típicas.

2.3 - A Programação

2.3.1 - Introdução

Conforme descrito anteriormente, a programação e os palestrantes convidados foram definidos pela Comissão Organizadora, ao longo do trabalho pré-conferência.

A programação proposta e divulgada na página da internet foi alterada em função da segunda sessão da manhã de sábado, 29 de junho, quando foi realizada a discussão e votação do Regulamento da Conferência, gerando atraso nas palestras que estavam previstas para ocorrer no sábado de manhã.

Desta forma, os palestrantes que apresentaram disponibilidade foram incluídos na programação de cada sala temática no sábado à tarde e no domingo de manhã, tendo ocorrido apenas a palestra magna de Orlando Júnior no sábado de manhã, após a votação do regulamento da Conferência. Também em função da alteração no regulamento, não houve eleição de entidades para o COMPUR, e sim para o Conselho Municipal da Cidade. A programação final está reproduzida nas páginas seguintes.

A fim de viabilizar a organização destes Anais da Conferência, foram definidas previamente equipes de apoio formadas tanto por integrantes da Comissão Organizadora como por servidores do corpo técnico da SMDUE/SUBPU e servidores de outros órgãos vinculados ao programa da Prefeitura Líderes Cariocas, que se voluntariaram para colaborar no evento.

Os relatos que seguirão sobre as sessões, a partir da Plenária de Votação do Regulamento que ocorreu no sábado de manhã, foram produzidos por cada equipe responsável (Mediador, Relator, Secretário e assessores técnicos) e entregues aos organizadores deste documento, que incluíram imagens e mini-biografias dos palestrantes, de modo a ilustrar as relatorias.




CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

Rio

2024

PROGRAMAÇÃO

SÁB - 29/06

MANHÃ	TARDE
SALA DE CREDENCIAMENTO 9:00 às 12:00 - Credenciamento	AUDITÓRIO Controle Social e Gestão Democrática das Cidades
SALÃO DE ENCONTROS 9:00 - Café de boas vindas 13:15 às 14:30 - Almoço 16:00 às 16:20 - Pausa para o café	14:30 - Alberto Silva 14:45 - Sérgio Magalhães 15:00 - Grazia de Grazia 15:15 - Vanessa Doliveira 15:30 - Debate 17:20 - Votação das Propostas
PLENÁRIO 9:45 - Mesa de Abertura 10:15 - Votação do Regulamento da Conferência 10:55 - A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Orlando Júnior	SALA 1 Mobilidade Urbana 14:30 - Clarisse Linke 14:45 - Arnaldo Lyrio 15:00 - Jorge Cunha 15:15 - Regina Cohen 15:30 - Simone Rodrigues 15:45 - Debate 17:20 - Votação das Propostas
PLENÁRIO Habitação e Regularização Fundiária 14:30 - Viviane Tardelli 14:45 - Samuel Jaenisch 15:00 - Celia Ravera 15:15 - Roberta Mendes 15:30 - Ana Dieguez 15:45 - Debate 17:20 - Votação das Propostas	SALA 2 Saneamento Básico 14:30 - Clóvis Nascimento 14:45 - Bruno Sasson 15:00 - Aspásia Camargo 15:15 - Ana Lucia Britto 15:30 - Wanderson José dos Santos 15:45 - Debate 17:20 - Votação das Propostas

APOIO:



Endereço: Porto Maravalley – Av. Prof. Pereira Reis, 76,
Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ

Entrada limitada aos participantes inscritos.





Fig. 11 - Programação do 1º dia




CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

Rio

2024

PROGRAMAÇÃO

DOM - 30/06

MANHÃ

PLENÁRIO	AUDITÓRIO
Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas	Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares
9:00 - Tainá de Paula 9:15 - Maria Fernanda Lemos 9:30 - Felipe Mandarinó 9:45 - Claudete Costa 10:00 - Wanderson José dos Santos 10:15 - Daniel Mancebo 10:30 - Debate 12:50 - Votação das Propostas	9:00 - Carolina Grillo 9:15 - Jefferson Arouche 9:30 - Thais Custodio 9:45 - Maria Eduarda Lacerda 10:00 - Debate 12:50 - Votação das Propostas

SALA 1	SALA 2
Transformação e Inclusão Digital no Território	Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas, Cooperação e Consórcios
9:00 - Ronald Medeiros 9:15 - Bruno Cezário 9:30 - Gilberto Vieira 9:45 - Fernando Ivo 10:00 - Debate 12:50 - Votação das Propostas	9:00 - Denise Vogel (a confirmar) 9:15 - Amanda Ithala 9:30 - Henrique Silveira 9:45 - Debate 12:50 - Votação das Propostas

TARDE

SALÃO DE ENCONTROS	PLENÁRIO
13:20 às 14:30 - Almoço 16:30 às 16:50 - Pausa para o café	14:30 - Eleição das entidades para o Conselho Municipal da Cidade 15:30 - Eleição dos Delegados para a Conferência Estadual 16:50 - Votação final das propostas para a Conferência Estadual 17:45 - Cerimônia de Encerramento

APOIO:



Endereço: Porto Maravalley – Av. Prof. Pereira Reis, 76,
Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ
Entrada limitada aos participantes inscritos.




DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO

Fig. 12 - Programação do 2º dia

2.3.2 - A programação de 29/06/2024 (sábado/manhã)

2.3.2.1 - A Sessão Plenária de Abertura

A sessão solene de abertura da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024** aconteceu no Salão da Plenária do Porto Maravalley no dia 29/06/2024, às 9:00h.



Fig. 13 - Vista externa do Porto Maravalley, sede da Conferência

Fonte: <https://vejario.abril.com.br/cidade/o-que-e-porto-maravalley-startups-impatech>

A mesa foi composta pela Sra. **Fernanda Ludmila Elias Barbosa**, Assessora do Gabinete do Ministro das Cidades; pelo Secretário de Estado das Cidades, Sr. **Douglas Ruas**; pela Vereadora **Thainá de Paula**, representando a Câmara Municipal, pelo Sr. **Thiago Ramos Dias**, Subsecretário Executivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, representando o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro; pelo Subsecretário de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Sr. **Wanderson Barreto Corrêa**; pelo Sr. **Marcelo Braga Edmundo**, representante da Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro, representando o segmento dos Movimentos Populares; pelo Sr. **Jorge Silva**, representando o segmento dos Trabalhadores Sindicais, pela Sra. **Aspásia Camargo**, representando o segmento das Entidades Empresariais; pelo Sr. **Vinícius Monte Custódio**, representando o segmento das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e pelo Sr. **Rogério Marques Gonçalves**, representando o segmento das Organizações Não Governamentais.

Após os pronunciamentos de todos os participantes da mesa, foi dada por aberta oficialmente a **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024**, e, em seguida, a

mesa foi desfeita, para que fosse iniciada a sessão seguinte, de votação do **Regulamento da Conferência**.

2.3.2.2 - Votação do Regulamento da Conferência

2.3.2.2.1 - Dinâmica da Plenária

VOTAÇÃO DO REGULAMENTO 29/06/2024 Plenário (10:15 às 12:30h)		
EQUIPE RESPONSÁVEL		
Função	Nome	Órgão/Entidade
Moderador	LICÍNIO ROGÉRIO	Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAMRIO
Relator	ABILIO TOZINI	Associação de Moradores da Rua Lauro Muller e Adjacências ALMA
Secretário	LUCAS FAULHABER	Movimento Nacional de Luta por Moradia- MNLM

2.3.2.2.2 - Participantes

A plenária para a **VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS CIDADES - RIO 2024** teve início após o relato do representante da Prefeitura que estavam credenciados e presentes no recinto mais de um terço dos delegados inscritos, quórum mínimo para qualquer deliberação.

2.3.2.2.3 - Apresentação do Regulamento da Conferência das Cidades - Rio 2024

A 5ª Conferência Municipal das Cidades do Rio de Janeiro, foi realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2024 no Porto Maravalley, situado à Avenida Professor Pereira Reis nº76, Santo Cristo, Zona Portuária do Rio de Janeiro. Conforme programação previamente e amplamente divulgada, no dia 29 de junho foi realizada a apreciação do regulamento da Conferência pelo plenário. A mesa foi composta por Licínio Rogério (Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAM RIO) como Moderador, Lucas Faulhaber (Movimento Nacional de Luta por

Moradia - MNLM) como Secretário e Abílio Tozini (Associação de Moradores da Rua Lauro Muller e Adjacências - ALMA) como relator, todos membros da Comissão Organizadora.

Inicialmente, foi apresentado o questionamento sobre a necessidade da leitura do Regulamento que tinha sido enviado por e-mail aos delegados. Foram levantadas questões de ordem para que o Regulamento fosse exibido no telão, possibilitando a leitura conjunta, uma vez que não foram disponibilizadas pastas com os documentos que orientassem a realização da Conferência Municipal das Cidades. Aprovada esta solicitação, foi feita a leitura e os delegados apresentaram seus destaques.

2.3.2.2.4 – Discussões e votações sobre o Regulamento

A delegada Lilian, representante do Círculo Laranja, apresentou destaque em relação ao Art. 4º, defendendo que fossem disponibilizadas cópias dos documentos listados no dispositivo. A proposta foi aprovada, por contraste, que tais documentos seriam disponibilizados conforme demanda. A delegada ainda questionou como seriam elaboradas as moções sem papel disponibilizado. Neste momento, o representante da Prefeitura respondeu que na ausência de papel e caneta, a Subsecretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMDUE/SUBPU, estaria com equipe disponível com *notebook* para que fosse feita tomada de nota das propostas de moções.

Uma questão de ordem foi levantada quanto à apresentação de destaques ao final da leitura do Regulamento. Assim procedeu a mesa, explicando que a leitura seria feita e que quem tivesse destaque indicasse à mesa para utilizar a palavra, no microfone, terminada a leitura do documento. Terminada a leitura, a mesa chamou os destaques, por ordem de inscrição.

A primeira fala foi da delegada Gorete, representante da Central de Movimentos Populares - CMP, sobre o Art. 4º do Regulamento, questionando a ausência de pastas com documentos, com as portarias, instruções normativas, apresentando a proposta de que seja incluído no regulamento que a organização tenha que disponibilizar essa pasta no dia seguinte (30 de junho de 2024).

O delegado Abílio da ALMA fez a fala apresentando questão de ordem, levantando que entende que seja inviável imprimir tantos documentos em pouco tempo e que isso prejudicaria o meio ambiente, fazendo um apelo aos delegados que apresentaram a proposta para que não mantivessem o pleito pela impressão de todos os documentos.

Nova questão de ordem, apresentada pela delegada Lilian, representante do Círculo Laranja, para que a mesa encaminhe a votação de forma separada, uma sobre a disponibilização de papel e caneta para que sejam possíveis anotações e

apresentação de moções, e outra sobre a impressão de todos os documentos, como proposto pela delegada anterior.

O delegado Will Robson, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ, fazendo uso da palavra, apresentou proposta para que a organização disponibilizasse uma quantidade mínima de materiais, que pudesse ser compartilhado, e que fossem disponibilizados *QR codes* para que, quem pudesse, acessasse pelo celular, reduzindo a impressão. O representante da Subsecretaria de Planejamento Urbano explicou que não teria como viabilizar a impressão de tudo, dizendo que há uma equipe com *notebook* disponível para que os delegados possam acessar os documentos, se for mantida a proposta de disponibilizar todos os documentos, seria necessário apoio operacional.

A delegada Cátia Gama questionou se tem *wi-fi* no espaço para que as pessoas possam usar a internet e acessar os documentos, como foi proposto, tecendo críticas à ausência dos materiais impressos. Neste momento, a mesa respondeu que não tem *wi-fi* disponível.

Passada a palavra para a delegada Gianni Lopes, representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, esta apresentou proposta, na tentativa de obter consenso do plenário, destacando que não é razoável que seja dedicado tanto tempo para discutir sobre papel, tendo políticas públicas para debater e encaminhar. Apresentada a proposta de que no dia seguinte (30/06/2024) a organização disponibilizasse quantitativo de materiais equivalente a metade dos delegados presentes e disponibilizasse uma máquina de impressão, havendo necessidade de imprimir mais algum material. A mesa, então, consultou o plenário se alguém teria oposição à proposta apresentada pela delegada Gianni. Sem manifestação da oposição, a proposta foi aprovada.

Passado para o próximo destaque, sobre o credenciamento, a delegada Norma, representante do Círculo Laranja, propôs alteração no horário de credenciamento, para que se fizesse constar 13h, ao invés de 12h, como horário de término do credenciamento. Consultado o plenário, foi aprovada a proposta e o credenciamento passou a ser realizado até às 13h.

Passada a palavra para a próxima inscrição, o delegado Célio, representante do Círculo Laranja, fez uma observação em relação à acessibilidade, no tocante ao art. 6º do Regulamento, propondo a disponibilização de tecnologia de acessibilidade aos delegados com deficiência. Consultado o plenário, a proposta foi aprovada, por contraste, que deveria ser disponibilizada a tradução em libras conforme demanda.

Após, a mesa indicou que o próximo destaque seria referente à parte do Regulamento que dispõe sobre o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR. A delegada Elisete Napoleão, do MNLM, expôs que participa desde a

primeira Conferência e que não entende por que a Conferência Municipal estaria fazendo eleição para o COMPUR; defendendo que fossem respeitadas as diretrizes nacionais e que fosse votado o Conselho das Cidades - ConCidades na Conferência.

O próximo a falar foi Renan, do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB, reforçando a fala anterior e criticando a composição atual do COMPUR.

Após, utilizou o microfone o delegado Cláudio, representando a União por Moradia Popular - UMP, reforçando as falas anteriores, apresentando a proposta de que o Conselho das Cidades seja eleito na Conferência. Após, palavra passada para o delegado Daniel Souza, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU - RJ, que endossou a proposta de que fossem eleitos os dois conselhos, ConCidades e COMPUR. Neste momento, o representante da Prefeitura expôs que o Regulamento da Conferência Nacional dispõe que as Conferências Municipais devem eleger para os conselhos das cidades e naquelas cidades que não tenham conselho, nos conselhos correlatos, aqueles que cumprem o papel do conselho das cidades; que na cidade do Rio, existe uma lei municipal que estabeleceu as regras para a eleição do COMPUR.

Retomada a palavra, a mesa expôs que foi feita uma proposta aditiva no Regulamento, de acréscimo de um artigo sobre a eleição do Conselho das Cidades na Conferência Municipal, na proporcionalidade dos segmentos que estão nas normativas federais. Consultado o Plenário, por contraste, foi aprovada a proposta.

A delegada Elisete Napoleão, fazendo uso da palavra, refez a sua proposta diante da intervenção do representante da Prefeitura, propondo que não seja eleito o COMPUR nesta Conferência, propondo a supressão do artigo sobre eleição do COMPUR neste evento. A mesa colocou para a votação sobre a proposta de supressão do artigo de eleição do COMPUR.

Questão de ordem apresentada pelo Vinícius Monte Custódio, representando a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, explanando sobre o COMPUR e sua composição e o que dispõe a legislação municipal.

Após, fez fala Tatianna Ribeiro de Souza, procuradora representante da Procuradoria Geral do Município - PGM, esclarecendo que o COMPUR pela Lei Complementar que aprovou o Plano Diretor (LC nº 270 de 16 de janeiro de 2024), deve ter sua composição eleita na Conferência, sendo uma questão de ordem.

A mesa retomou a palavra, esclarecendo que o Plenário é soberano e que se faz necessário colocar para votação, enfatizando que apenas os delegados podem votar e que, se for preciso, haverá contagem voto a voto, caso não seja decidido

por contraste. Consultado o Plenário, não houve contraste nítido entre os votos sobre as duas propostas. Eis que a mesa iniciou a contagem voto a voto.

O resultado sobre a supressão da eleição para o COMPUR do Regulamento da Conferência Municipal da Cidade foi:

Proposta 1 - Pela supressão do dispositivo: 142 votos.

Proposta 2 - Pela manutenção do dispositivo: 87 votos.

Neste sentido, foi suprimido o artigo sobre a eleição para o COMPUR. Deliberou-se que o tempo previsto na programação para eleição das entidades representantes para o COMPUR fosse utilizado para a eleição do Conselho das Cidades, com a mesma proporcionalidade da nacional.

Após, passada a palavra para o delegado Hércules, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, sobre a Subseção II, levantando a ausência de dispositivo quanto à forma de escolha/votação dos delegados para a Conferência Estadual; dizendo que se faz necessária uma definição sobre a votação.

A mesa expôs que a votação é feita pelo segmento e que cada segmento tem autonomia para definir a metodologia para a votação e escolha dos delegados/conselheiros (tanto para a Conferência Estadual, quanto para o Conselho das Cidades).

Por fim, o último destaque foi feito pela delegada Lilian, representante do Círculo Laranja, em relação ao Art. 33, §3º, quanto aos dados pessoais serem compartilhados com a Controladoria Geral do Município e o Tribunal de Contas do Município. Consultado o plenário, aprovou-se por contraste a supressão do artigo 33º, §3º.

2.3.2.2.5 – Conclusão

Após a superação dos destaques, o regulamento foi aprovado conforme ANEXO 3.6. destes Anais.

2.3.2.3 - A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU - Palestra magna por Orlando Júnior

Após aprovado o regulamento da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024** pela assembleia, o que ocorreu ao fim da parte da manhã de sábado, passou-se à palestra magna sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, proferida pelo Sr. **Orlando Júnior**.

Orlando Júnior é graduado em Ciências Sociais pela UFF, Conselheiro do Conselho Nacional das Cidades, possui mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ, é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento

Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e pesquisador da Rede Observatório das Metrópoles. Orlando Júnior fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.



Fig. 14 - Foto da apresentação de Orlando Júnior

2.3.3 - A Programação de 29/06/2024 (sábado/tarde)

2.3.3.1 - Sala de Discussão Temática (Plenário)

Tema: HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

2.3.3.1.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Viviane Tardelli é coordenadora do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro - NUTH, e a partir da experiência no órgão, pode apresentar um relato dos principais conflitos fundiários na cidade. Viviane Tardelli fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Samuel Jaenisch é graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Rio Grande do Sul, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT do Observatório das Metrópoles, onde desenvolve pesquisas sobre políticas habitacionais e mercado imobiliário no contexto metropolitano do Rio de Janeiro. Samuel Jaenisch fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Celia Ravera cursou Direito, Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade de La Plata, especializando-se em direito agrário. Trabalhou no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ e foi coordenadora do setor de Regularização Fundiária na Superintendência do Patrimônio da União, dando prosseguimento à luta por terra e moradia pela via institucional, enfatizando a

dimensão participativa. Atualmente é Coordenadora no Patrimônio da União – Terras Públicas. Celia Ravera fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Roberta Mendes é Arquiteta e Urbanista, pós-graduada em Auditoria, Avaliações e Perícias, diretora técnico-cultural do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro - IBAPE-RJ, Diretora Executiva da empresa Arquitetura Legal, professora de Regularização Urbanística e Fundiária na Escola de Arquitetura Legal, professora de Pós-Graduação em Engenharia Legal e Diagnóstica no Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM e de Direito Imobiliário, Notarial e Registral na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, e Coordenadora do Programa Legalização Popular.

Apresentação:

Habitação e Regularização Fundiária (11 slides)



Fig. 15 - Imagem dos slides da palestra da Roberta Mendes

Ana Dieguez é arquiteta e urbanista da Prefeitura do Rio e coordenadora de Fomento à Produção Habitacional da Secretaria Municipal de Habitação - SMH. Veio da iniciativa privada, onde foi arquiteta autônoma de várias empresas conhecidas no mercado com foco na urbanização de favelas.

Apresentação:

Política Habitacional - Política de Desenvolvimento Urbano e Social (33 slides)



Fig. 16 - Imagem dos slides da palestra da Ana Dieguez

2.3.3.1.2 - Dinâmica da Sala

EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS COM O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS Dinâmica da sala HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 29/06/2024 (à tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	LUCAS FAULHABER	Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM
Relator	ANTONIO LUIZ BARBOZA CORREIA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE
Secretário	GUILHERME DA COSTA	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB
horário	palestrante	tempo (minutos)
14:30/14:45	Viviane Tardelli	15
14:45/15:00	Samuel Jenisch	15
15:00/15:15	Célia Ravera	15
15:15/15:30	Roberta Mendes	15
15:30/15:45	Ana Dieguez	15
15:45/16:00	DEBATE	15
16:00/16:20	INTERVALO CAFÉ	20
16:20/17:00	DEBATE	40
17:00/18:00	VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS	60

2.3.3.1.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** teve 123 (cento e vinte e três) participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/CATEGORIA DE INSCRIÇÃO	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Guilherme da Costa - Delegado nato	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas
02	João Ricardo de Mattos Serafim - Delegado nato	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
03	Lucas Faulhaber - Delegado nato	Movimento Nacional de Luta por Moradia
04	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos - Delegado nato	Pontifícia Universidade Católica - PUC
05	Marcela Abla - Delegado Nato	Instituto de Arquitetos do Brasil
06	Felipe Carvalho Nin Ferreira - - Delegado Nato	SMAC
07	Claudio Barboza de Oliveira - Delegado	Quilombo da Gamboa
08	Maria Gorete da Gama E Silva - Delegado	Quilombo da Gamboa
09	Ilaci de Oliveira Luz - Delegado	Unifamaerj (União das federações e associações de moradores e afins do estado do rio de Janeiro)
10	João Ricardo de Oliveira - Delegado	Unifamaerj (União das federações e associações de moradores e afins do estado do rio de Janeiro)
11	Mara Lucia Araujo Domingos - Delegado	Unifamaerj (União das federações e associações de moradores e afins do estado do rio de Janeiro)
12	Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira - Delegado	Unifamaerj (União das federações e associações de moradores e afins do estado do rio de Janeiro)
13	Rosana do Socorro Pimentel de Freitas - Delegado	Unifamaerj (União das federações e associações de moradores e afins do estado do rio de Janeiro)
14	Vitória Régia Cordeiro da Silva - Delegado	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
15	Leona Mercês Ribeiro - Delegado	Central de Movimentos Populares
16	José Ivo de Medeiros Moraes - Delegado	Central de Movimentos Populares
17	Roberto Gomes dos Santos - Delegado	Central de Movimentos Populares

18	Eliane Sousa de Oliveira - Delegado	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro
19	Débora Cruz - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
20	João Firmino dos Santos - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
21	Josilene Lima da Costa - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
22	Leonardo Pinto de Raimundo - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
23	Daniel Mendes Mesquita de Sousa - Delegado	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro
24	Denise Voguel Custódio Martins - Delegado	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro
25	Roseli Brito - Delegado	União por Moradia Popular do RJ - Guerreiras da Esperança.
26	Alex Ferreira Magalhães - Delegado	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
27	Giselle Megumi Martino Tanaka - Delegado	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
28	Fabricio Leal de Oliveira - Delegado	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
29	Luciana Alencar Ximenes - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
30	Luis Carlos Soares Madeira Domingues - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
31	Fernanda Faria Delmonte Calvão - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
32	Sandra Hiromi Kokudai - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
33	Henrique Gaspar Barandier - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
34	Mariana Paiva de Abreu - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
35	Viviane Silva Santos Tardelli - Delegado	Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - ADPERJ
36	Angela Botelho - Delegado	Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro-SEAERJ
37	Thereza Cristina Martins Dantas - Delegado	Movimento Baía Viva
38	Noemi de Andrade - Delegado	Central Única dos Trabalhadores - CUT (filial)
39	Felipe Cruz Akos Litsek - Delegado	Comunidades Catalisadoras
40	Alexandre Correia - Delegado	Movimento Nacional de Luta por

		Moradia
41	Carlos Eduardo Oguri Dappes - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
42	Luiza Bertin Bovo - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
43	Thamires Martins - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
44	Carmem Valéria - Delegado	Ocupação Manoel Congo
45	Elias de Oliveira santos - Delegado	Ocupação Manoel Congo
46	Joyce Napoleão - Delegado	Ocupação Manoel Congo
47	Luisa da Penha - Delegado	Ocupação Manoel Congo
48	Nadia Oliveira - Delegado	Ocupação Manoel Congo
49	Raquel Pinheiro - Delegado	Ocupação Manoel Congo
50	Wilmara Santos Amorim - Delegado	Ocupação Manoel Congo
51	Elizabeth Bezerra - Delegado	Conselho Popular
52	Emilia Maria de Souza - Delegado	Conselho Popular
53	Ana Lucia Sousa Santos - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
54	Caroline Pereira Pires da Silva - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
55	Emerson Bravo - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
56	Mara Fabiana Silva Antônio Viana - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
57	Maria Aparecida de Jesus - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
58	Tânia Regina da Silva Ribeiro - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
59	Tiago Rocha - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
60	Wilson Carolino - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
61	Roberta Bernardi Athayde - Delegado	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
62	Gláucia Nascimento da Silva - Delegado	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST)
63	Lílian Zimbardi - Delegado	Círculo Laranja
64	Eli Pedro Caetano da Silva - Delegado	Movimento do Povo
65	Fernando Luis da Conceição - Delegado	Movimento do Povo
66	Josie Corina da cruz - Delegado	Movimento do Povo
67	Katia da Silva paiva - Delegado	Movimento do Povo
68	Leonardo ricardo Cruz de Sá freire - Delegado	Movimento do Povo
69	Merilene Gomes Muniz - Delegado	Movimento do Povo
70	Wellington Moreira da Silva - Delegado	Movimento do Povo

71	Gabriela de Souza Pontes - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
72	Maria Luzia Rodrigues - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
73	Paula Guedes Martins Ferreira - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
74	Alice Nohl Vianna - Delegado	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
75	Gidiana Roberto - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
76	Luiz Felipe Las Heras Vargas - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
77	Fabio Gonzales de Souza - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
78	Ryan Augusto Pestana Rocha - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
79	Yasmim Cristina dos Santos Nascimento - Delegado	Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin
80	Ana Paula Casassola Gonçalves - Poder Público	SMDUE
81	Claudia Muniz Moreira Magnani - Poder Público	Fiocruz
82	Pedro Renault de Barros Correia - Poder Público	PCRJ/SMDUE
83	Márcia Cristina Rodrigues Nunes da Rocha - Observador	-
84	Cláudia Caputo Nascimento - Observador	-
85	Guilherme Rodrigues Barbosa - Observador	-
86	Roberta Athayde - Observador	-
87	Talita da Silva Gomes - Observador	-
88	Silvia maura Rodrigues dos Santos - Observador	-
89	Else Dos Santos Pereira - Observador	-
90	Claudia Maria Alvim Carijó - Delegado	AMAST - Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
91	Leandro Ferreira- Observador	-
92	Lívia Rodrigues - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
93	Gianni Marchezini - Delegado	Ocupação Manoel Congo
94	Denys Alcantara Moreira - Delegado	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro
95	Regina Lucia G Silva - Delegado	Movimento do Povo
96	Rosana Sardinha de Moraes - Delegado	ACMMERJ Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha

		Vida
97	André Idalino - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
98	Marluce Lopes- Delegado	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro
99	Gilvana Santos Silva - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
100	Diego Rocha dos Santos- Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
101	Matilde Guilhermina - Delegado	Conselho Popular
102	Valério da Silva - Delegado	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
103	Maria de Fatima Pereira - Delegado	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST)
104	Lucas Scoralick C Naveira - Delegado	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST)
105	Maria Helena Viana Costa - Delegado	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST)
106	Fernando da Silva - Delegado	Movimento do Povo
107	Lívia Cantuária - Delegado	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro
108	Isolda Paes Castilho - Delegado	Quilombo da Gamboa
109	Janeide Silva - Delegado	Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida
110	Luiz Alessandro de Almeida Higino - Delegado	ACMMERJ Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida
111	Mauricio Conceição Moraes - Poder Público	ACMMERJ Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida
112	Luis Fernando Valverde - Poder Público	IPP
113	Monica Espindola dos Santos - Observador	-
114	Simone Felipe da Silva - Observador	-
115	Maicon Felipe da Silva - Observador	-
116	Jurema da Silva Constancio - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
117	Thiago Ameal Santanna - Convidado	-
118	Jose de Jesus Carvalho dos Santos - Observador	-
119	Janete Lessa - Delegado	Unifamaerj (União das Federações e Associações de Moradores e afins do Estado do Rio de Janeiro)
120	Thainara Daiane Felipe Silva - Observador	-

121	Lucinalva de Souza Santos - Observador	-
122	Jorge da Silva - Observador	-
123	Francisco Trope da Silva Porto - Observador	-

2.3.3.1.4 - Palestras

Cada palestrante teve um tempo de 15 minutos para explanar suas ideias e conceitos sobre o tema da sala de discussão.

A ordem de palestrantes e os principais tópicos apresentados foram os seguintes:

2.3.3.1.4.1 - Viviane Tardelli (Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - ADPERJ) apresenta o funcionamento da Defensoria Pública e destaca o foco na manutenção da posse dos imóveis pelas pessoas que recorrem à entidade.

Lembra que a última Conferência da Cidade ocorreu há mais de 10 (dez) anos, sendo necessária a discussão sobre Habitação Popular, especialmente em razão dos Conselhos de Política Urbana não funcionarem.

Observa que os dados oficiais da Prefeitura sobre o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social estão desatualizados e que os diagnósticos disponíveis apresentam um total de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) moradias em situação precária, ressaltando o ônus excessivo decorrente do aluguel em muitos casos.

Afirma que 60% (sessenta por cento) das famílias que residem nesses domicílios têm renda de até um salário mínimo e que destas, 22% (vinte e dois por cento) residem nas favelas e 15% (quinze por cento) têm esgotamento sanitário inadequado.

Considera necessários estudos para a identificação do déficit por Área de Planejamento, sendo o maior na Área de Planejamento - AP 3 e ressalta que o tema da moradia não está na pauta dos governantes.

Destaca que entre 2002 e 2021 somente 5.623 (cinco mil seiscentas e vinte e três) titulações de imóveis foram concedidas, sendo 2.456 (duas mil quatrocentas e cinquenta e seis) decorrentes de reassentamentos.

Menciona a grande quantidade de imóveis públicos vazios (um total de 283), sendo que 58% (cinquenta e oito por cento) estão situados na Área de Planejamento 1 - AP1 e que, concretamente, muito pouco é feito para o aproveitamento desses próprios.

Ressalta o valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) do auxílio-moradia, insuficiente para alugar uma residência na Cidade, e propõe que sejam unificadas em uma mesma base de dados as diversas camadas de Áreas de Especial Interesse Social - AEIS, inclusive com a nova AEIS 3, estabelecida no Plano Diretor (artigo 138).

Destaca-se que a produção habitacional está aquém da atual demanda, principalmente na Faixa 1 e que não se deve depender exclusivamente do Programa Minha Casa Minha Vida.

Lamenta que a Outorga Onerosa do Direito de Construir tenha sido adiada por 5 (cinco) anos, visto que seria uma importante fonte de recursos para um plano de habitação de interesse social, especialmente em um momento de emergências climáticas que, na Cidade do Rio, formam um somatório de problemas pontuais que talvez superem as ocorridas em Porto Alegre.

Por fim, sugere um conjunto de ações para tratar do tema, iniciando pela elaboração de um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS; a unificação dos fundos de habitação apenas no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS; a reestruturação do COMPUR e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS; a implantação de um Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - HIS; o aumento do valor do Auxílio-Moradia e a criação de um sistema público de controle social das ações da Prefeitura.

2.3.3.1.4.2 - Samuel Jaenisch (Observatório das Cidades) inicia agradecendo a oportunidade de debater um tema de relevância nacional, destacando que o déficit de moradias atinge a população pobre e negra e que não basta construir casas, visto o fundamental papel de um processo redistributivo de renda.

Afirma que a precarização das condições de vida é estrutural e decorre da concentração de terras e riquezas.

Portanto, é necessário dispor de recursos dos três entes federativos, ressaltando a importância da escolha estratégica para a localização da moradia produzida no âmbito de um PMHIS. Cita o exemplo do Porto como uma boa oportunidade.

Destaca que na requalificação de áreas centrais a prioridade deve ser dada para as classes trabalhadoras pois, do contrário, há o risco de elitização.

Não descarta a atenção também para a classe média, mas observando com cautela possíveis processos de expulsão dos moradores tradicionais, como ocorre há décadas na Cidade.

Entende ser fundamental o princípio da “Não Remoção” e a adoção de medidas para a melhoria das condições das habitações e dos assentamentos, visto que o acesso à moradia é um direito social.

Ressalva as intervenções nas áreas de risco onde a segurança deve ser compatibilizada ao Direito de Permanência, o qual precisa ser reforçado.

Critica o valor do auxílio-moradia que não é atualizado há dez anos e destaca a necessidade de diversidade de soluções, propondo avançar além do modelo de produção pelo mercado em áreas distantes e com custos de serviços elevados.

Reafirma que moradia é um direito social e propõe a produção associativa; o fomento à economia solidária e a adoção de uma Política Urbana feita de forma horizontal.

Reconhece o papel dos técnicos nesse processo, visto ser uma Política de Estado, mas considera que a sua condução pelo corpo técnico deve ocorrer de forma transparente e com efetiva participação popular.

Por fim, destaca que as Conferências são um passo importante, especialmente para o reconhecimento do papel das Entidades.

2.3.3.1.4.3 - Célia Ravera (Pesquisadora da FIOCRUZ) inicia destacando a problemática do acesso à terra urbanizada na qual é preciso estabelecer a função social da propriedade e das terras públicas, identificando áreas vazias ou subutilizadas.

Propõe ações coercitivas (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória; IPTU Progressivo; Arrecadação de Imóveis etc) visando a obtenção de terras para programas de habitação de interesse social.

Sugere também medidas de controle do preço da terra, visando evitar a apropriação privada dos ganhos decorrentes da valorização de determinada área e contextualiza o momento histórico, no qual identifica duas vertentes negativas: o Neoliberalismo crescente e a necessidade de Serviços de Moradia.

Entende que o Liberalismo impede que se assuma esse papel de prover moradia, visto o processo simultâneo de apropriação de terras e a construção de edificações como ativos financeiros, citando como exemplo os prédios corporativos que permanecem vazios por dez anos em um processo insano de construir para não ocupar.

Sugere que se identifique áreas e as restrinja ao PMHIS , mediante a criação de comissão encarregada dessa identificação e da aplicação dos instrumentos urbanísticos como forma de viabilizar o acesso democrático à moradia.

Ressalta que se deve coibir a expansão da área urbana sobre a rural que tenha como objetivo a mera capitalização, sugerindo o remembramento como forma de evitar a especulação através da venda.

Cita a regularização no Morro do Cantagalo, cujos títulos definitivos viabilizam a especulação e afirma que a terra urbana precisa ter controle.

Também sugere a adoção da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) como forma mais garantida para a captura de terra para o trabalhador e, reafirma que a titulação não pode ter como objetivo destravar o processo de especulação, nem o de obter garantia de crédito junto aos bancos, visto que os bancos financiam regularização com objetivos especulativos.

2.3.3.1.4.4 - Roberta Mendes (Arquitetura Legal) afirma que as pessoas buscam a regularização como forma de obter segurança em relação ao seu imóvel.

Discorre sobre o significado da palavra habitação e afirma que o básico é o imóvel ter o seu endereço, evitando que o mesmo seja “indigente”, razão pela qual precisa existir juridicamente.

Apresenta a indagação do porquê das pessoas viverem de forma irregular, citando diversos motivos.

Considera importante separar o morador de um imóvel irregular de um grileiro, visto que suas motivações são distintas e afirma que regularizar é um direito associado a um dever.

Cita o instrumento da Regularização Fundiária Urbana - REURB como medida importante no processo de regularização e afirma que o Plano Diretor diverge em alguns pontos da legislação federal.

Relata pessoas que apresentam pedidos de regularização com “escrituras feitas em papel de pão” ou mesmo vendas ocorridas há mais de dez anos apenas verbalmente, fatos que dificultam bastante a legalização.

Ressalta que REURB independe da declaração de AEIS e que a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico - REURB E pode patrocinar a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - REURB S.

Por fim, afirma que a Regularização é um direito e um dever de todos e para todos.

2.3.3.1.4.5 - Ana Dieguez (Secretaria Municipal de Habitação) preliminarmente ressalta a importância da retomada da discussão do tema e apresenta as diversas ações da Secretaria Municipal de Habitação - SMH desde a sua criação em 1994.

Informa que a Missão da SMH é promover moradia digna em uma cidade inclusiva com mais de 6 milhões de habitantes.

Apresenta mapas com os Índices de Desenvolvimento Social - IDS dos Bairros e com a delimitação das favelas, destacando que 796 (setecentas e noventa e seis) destas não são urbanizadas.

Afirma que o déficit habitacional é quantitativo e também qualitativo.

Apresenta uma linha do tempo da Secretaria de 1994 a 2022, na qual são indicadas a criação da Secretaria, o primeiro convênio Banco Interamericano de Desenvolvimento/Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - BID/PROAP, o Programa dos Pousos, o Programa de Arrendamento Residencial - PAR, os BID/PROAP II / III / IV, o novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Periferia Viva e a recriação da SMH em 2021.

Cita ainda diversas frentes de atuação da Secretaria com destaques para o Programa Morar Carioca e a Integração do Tecido Urbano, apresentando números das intervenções realizadas e imagens antes e depois das mesmas.

Expõe gráfico do Programa Minha Casa Minha Vida e Mapa de Regularização, no qual são indicadas 5.487 (cinco mil quatrocentos e oitenta e sete) titulações em favelas e 40.700 (quarenta mil e setecentas) em loteamentos irregulares.

Apresenta também as ações para a relocação de famílias em áreas de risco e o Programa de Transformação Digital e Capacitação.

Destaca o *Masterplan* para o Bairro da Penha, no qual estão previstas ações conjuntas nas favelas e no tecido formal como forma de obter uma efetiva integração, desde as áreas das encostas até os eixos de transporte.

Ao final houve uma breve discussão sobre formas de geração de recursos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

2.3.3.1.5 - Questões Discutidas

As discussões entre os participantes ocorreram em seguida às palestras, quando diversas propostas foram apresentadas em seguida à fala de cada representante da entidade inscrita.

A coordenação da sala foi realizada por **Lucas Faulhaber** e a relatoria por **Antonio Luiz Barboza Correia**, sendo secretariados por **Eliane Harumi Sakamoto** e **Juliana Barbosa Povoleri** e com assessoramento técnico de **Bruno Pereira Queiroz** e **Luciano Teixeira Rocha**.

Os pontos principais apresentados por cada orador foram os seguintes:

João Ricardo (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - FAMERJ) apresentou as dificuldades das pessoas que, ao saírem das favelas para conjuntos residenciais, passam a arcar com os custos de tarifas que não eram suportados anteriormente, razão pela qual questiona a privatização dos serviços de água e esgoto, bem como das áreas de Saúde e Educação.

Destaca ainda o processo de encarecimento da terra e das moradias e sugere que sejam adotadas medidas para reverter esse quadro, citando como exemplo a inclusão, nos programas da SMH, da captação de energia solar. Aproveita para citar a possibilidade de geração eólica na Ilha do Governador e solar nas escolas municipais e demais prédios públicos, que poderiam ser parte de um Programa de Geração de Energia associado ao Programa de Águas de Reuso, viabilizando subsídios para aquelas pessoas com menor renda, visto que não ter que pagar as tarifas é importante para os mesmos.

Teresa Dantas (Baía Viva) resume a sua fala destacando a importância de que os conselhos sejam deliberativos e que as conferências tenham foco em ações concretas.

Giane (Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM) afirma que o título de propriedade é a porta para a especulação imobiliária e que a regularização fundiária deve ocorrer para garantir o direito de morar.

Finalizando, ressalta a importância de garantir recursos para o Fundo Municipal de Habitação e para o Fundo de Habitação de Interesse Social, propondo que os mesmos sejam unificados.

Jurema Constâncio da Silva (União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP) apresenta críticas à Prefeitura em razão das muitas obras que realiza, mas, ao mesmo tempo, não apresenta projeto para habitações de interesse social. Discorre que em razão da falta de moradia, tem-se o problema de “tropeçarmos” em moradores pelas ruas que não tem outra opção, sendo necessário tomar juízo para tirar essas pessoas da situação em que se encontram.

Rian (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB) destaca a importância da população se inteirar sobre os seus problemas e que ele auxiliou em duas ocupações, visto que não há política pública. Afirma que faz as

ocupações o necessitado pois, quem paga aluguel, não consegue se alimentar adequadamente e a luta passa a ser a solução.

Observa que há prédios vazios há trinta anos, enquanto muitas pessoas, especialmente negros e pobres, não tem opção de moradia. Por fim, destaca a necessidade de lutar contra os despejos.

Walter Passos (morador do Salgueiro) afirma que o direito à moradia é violado há muito tempo e que o programa Minha Casa Minha Vida é uma “bengala”, sendo necessário repensar esse modelo.

Ratifica a necessidade de unificação dos fundos de habitação e destaca que o auxílio moradia de 400 reais não é nada frente aos valores cobrados atualmente para alugar um pequeno imóvel.

Sugere um sistema mais ágil para a obtenção de um imóvel, criticando o prazo de dez anos para se conseguir uma moradia.

Ricardo Gouvêa (Fundação Bento Rubião) inicia citando a sucessão de administrações municipais insensíveis aos temas habitacionais e sugere que se foque na política de Autogestão.

Cita que o Governo Federal tem como meta até 2026 construir 2 milhões de moradias no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e que, nos últimos anos, foram entregues 1 milhão de unidades relativas à faixa 1. Observa que desde 2009 foram entregues 36.000 moradias, no âmbito do MCMV Entidades, havendo a possibilidade de se alcançar o número de 250.000 até 2026.

Ressalta ainda que a Cidade do Rio de Janeiro recebeu 10.000 unidades, sendo o local com maior quantidade de moradias do Programa.

Finaliza com proposta de regulamentação do Programa de Autogestão previsto no Plano Diretor, sendo que o mesmo seria uma complementação para o MCMV Entidades.

Henrique Gaspar Barandier (IBAM) afirma que alguns temas precisam ser priorizados como a dispersão urbana, especialmente em razão das emergências climáticas que demandam a reversão desse processo, evitando a ocupação de áreas livres. Ainda nesse tema, lembra que a redução populacional verificada na Cidade, conforme dados do Censo, ratifica a proposta.

Leandro Ferreira (Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida) inicia com saudações a todos os presentes, com uma breve descrição de si para portadores com deficiência visual, e critica o valor de 400 (quatrocentos) reais para o auxílio-moradia, lembrando que em 2011 esse já era o valor ofertado.

Apresenta a sua própria experiência quando foi transferido da Cidade de Deus, de uma moradia bastante precária para uma unidade MCMV em Santa Cruz (localidade dos Jesuítas) e não recebeu título.

Faz apelo ao Presidente Lula em razão da realidade atual, na qual 50% das unidades do MCMV foram vendidas, as facções expulsam moradores e ainda que as pessoas tenham teto, não conseguem a titulação por não serem os proprietários originais.

Propõe que os empreendimentos do MCMV Faixa 1 sejam inseridos no orçamento da Prefeitura, visto que pelo fato de serem condomínios com CNPJ, os serviços de manutenção urbana constantes no Portal 1746 não são prestados.

Cita a Lei nº 7.694/2022 do Vereador Reimont, que equipara os condomínios Minha Casa, Minha Vida aos conjuntos habitacionais, como forma de obter os serviços municipais, afirmando que o Rio é a capital dos Condomínios MCMV no Brasil.

Por fim, sugere a criação de uma Superintendência (Subprefeitura) para tratar exclusivamente desses condomínios.

Wellington Moreira da Silva (Movimento do Povo) inicia afirmando a necessidade de levar os serviços para os locais onde as pessoas estão e ressalta que não é contra as propostas de revitalização do Centro da Cidade, mas as demais áreas também precisam ser atendidas.

Sugere a implantação de Centros de Socialização nos Condomínios MCMV, visto que as pessoas só tem a milícia para extorquir, enquanto na Zona Sul a presença das viaturas da Polícia é constante.

Finaliza propondo que sejam reservadas áreas para a implantação de Agricultura Urbana, especialmente nos espaços comuns dos condomínios.

Sandra Hiromi Kokudai (IAB) sugere a fusão dos fundos de habitação no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, visto que no mesmo é possível maior controle dos recursos e propõe resgatar a Política Nacional de Habitação, mediante ações diversificadas que também atendam os atingidos pelas emergências climáticas.

Afirma a necessidade de maior transparência no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, ressaltando a importância do Conselho Gestor do FMHIS nesse processo.

Ressalta ainda a importância do GT de Terras da União para viabilizar a regularização e a produção habitacional e critica a Prefeitura pela alienação de imóveis municipais na Barra da Tijuca.

Finaliza destacando a importância da PEC nº 285/2008, que vincula recursos orçamentários permanentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.

Gidiana Roberto (Ocupação por Moradia Digna Moisés) inicia afirmando que as mulheres sofrem violência do Estado e questiona o plano da Prefeitura para o Centro da Cidade com a indagação: Reviver para quem?

Ressalta a necessidade de tirar do papel as soluções para os cidadãos pobres e de realizar um movimento pelo fim da violência e do assédio às mulheres.

Cita a importância da Casa de Apoio à Mulher, localizada na Rua da Carioca nº 37, que atende mulheres e crianças, especialmente aquelas em situação de despejo.

Critica o Projeto da Rua da Cerveja (Reviver), que prevê recursos de 198 mil reais para empreendimentos comerciais, enquanto haveria a intenção de despejar a Casa de Apoio e finaliza com a exclamação: Resiste Casa Almerinda Gama!

Daniel Mendes de Mesquita de Sousa (CAU/RJ) apresenta proposta que garanta 1% do orçamento da Prefeitura para Habitação de Interesse Social.

Rosana do Socorro Pimentel de Freitas (União das Federações e Associações de Moradores e afins do Estado do Rio de Janeiro - UNIFAMAERJ) apresenta a questão do Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS que outorga terrenos da União para comunidades tradicionais em áreas de várzeas, praias, ilhas, acrescidos de marinha etc, conforme Portaria nº 89/2010 da Secretaria do Patrimônio da União.

Maria Silvia Muylaert de Araújo (CEHAB/RJ) expõe a necessidade de um Sistema de Habitação de Interesse Social, visto as perdas decorrentes de ações isoladas das três instâncias de governo.

Indaga sobre os resultados do PMHIS para a Região Portuária, elaborado em 2015, que teria sido resultado de pressão das associações em razão das intervenções do Plano Porto Maravilha.

Afirma que a Prefeitura não se faz presente e que é preciso que nos projetos urbanos do Porto e do Reviver Centro sejam destinados recursos para Habitação de Interesse Social - HIS.

Finaliza com a observação de que não estão sendo construídas habitações de interesse social na Região Portuária e no Centro, enquanto há 80 (oitenta) ocupações atualmente na área, a maioria formada por mulheres pretas.

Emilia Maria de Souza (Conselho Popular e moradora do Horto) sugere cota de solidariedade, para cada 20 m² (vinte metros quadrados) de novas edificações, a ser destinada para Habitações de Interesse Social, Creches e Áreas de Lazer e ainda Abrigos para idosos, visto o aumento do envelhecimento da população.

Vitória da Silva (Movimento IASERJ) inicia solicitando a colocação de cadeiras junto aos pontos de carregamento de celulares, visto que as pessoas ficam cansadas enquanto aguardam.

Afirma que os imóveis vazios estão desabando e que a Prefeitura criou uma nova regra para a arrecadação dos mesmos, quando estes deveriam atender a sua função social, especialmente no Centro.

Observa que grupos armados estão invadindo esses imóveis e indaga possíveis assessores do Partido dos Trabalhadores (que estejam presentes na Conferência) sobre o destino para fins sociais dos imóveis da União localizados na Região Central.

Finaliza ressaltando a necessidade de reconstrução do IASERJ e de que a população em situação de rua precisa ser tratada com dignidade.

Gláucia Nascimento da Silva (MTST) apresenta proposta de implantação de serviços públicos nas favelas.

Yasmim Cristina dos Santos Nascimento (Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Luiza Mahin) apresenta as propostas de destinação orçamentária de 1% (um por cento) para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, bem como da fusão dos fundos existentes sob o controle do Conselho Gestor do FMHIS.

Por fim, apresenta denúncia de que na Cidade de Deus, na localidade conhecida como “Karatê”, as construções estão sendo afetadas por gás proveniente do solo e que várias delas foram interditadas.

Janeide Ovidio da Silva (Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida) apresenta proposta de que a Prefeitura assuma os serviços dos Condomínios MCMV e apresenta reclamação sobre os valores abusivos de taxas que são cobradas dos moradores.

Afirma que ocorrem vendas dos imóveis em razão da impossibilidade das famílias de pagarem as referidas taxas, afetando o equilíbrio emocional de seus integrantes.

Propõe que a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal - CEF definam taxas máximas de luz e água e que cuidem das praças existentes naqueles condomínios.

Lucas Faulhaber (Movimento Nacional de Luta por Moradia) apresenta propostas de destinação de 1% (um por cento) do orçamento do Estado para Programas de Habitações de Interesse Social e a suspensão dos despejos no âmbito estadual.

Em seguida, conforme orientação do Mediador Lucas Faulhaber, os representantes das entidades encaminharam por escrito as suas propostas, que foram lidas e votadas. Pela ordem de classificação decorrente dos votos, foram elencadas **28 (vinte e oito)** propostas, à saber:

Proposta 01 - Walter Rodrigues (Brigadas Populares – FAFERJ)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Unificação dos Fundos de Habitação.**

Proposta 02 - Ricardo de Gouvêa Corrêa (Fundação Bento Rubião)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Regulamentar a operacionalização do “Programa de Autogestão” previsto no Título 3, Capítulo 3, Seção III, Subseção III, artigo 184, do Plano Diretor**, prevendo o seu desenho institucional, dotação orçamentária, estrutura de gestão, modalidades de acesso, etc.

Exemplos de “modalidades”:

- Complementação financeira (à exemplo da Casa Paulista e Casa Paulistana do Município e Governo do Estado de SP às propostas das entidades no MCMV Entidades);
- Alocação de terra municipal de qualidade para os projetos;
- Facilitação no licenciamento;
- Fomento à Assistência Técnica.

Proposta 03 - Leandro Ferreira (Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Colocar os Condomínios MCMV Faixa 1 no orçamento da Prefeitura (e) criar uma Superintendência dos Condomínios MCMV.**

Proposta 04 - Maria Fernanda Lemos (PUC-RIO)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Definição de parâmetros de adaptação para mudança climática, que sejam obrigatórios para projetos de habitação social:** urbanização de favelas, produção de novas unidades, regularização fundiária,

realocações, assistência técnica, entre outros programas habitacionais. Os parâmetros devem contemplar redução de riscos físicos e sociais relacionados à mudança climática, reduzindo vulnerabilidade sócio-climática, com ênfase em processos inclusivos que ampliem justiça sócio-territorial e climática e colaborem para a redução de desigualdade socioeconômica, territorial e climática.

Proposta 05 - Giane (Movimento Nacional de Luta por Moradia)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Garantir no mínimo 1% dos recursos orçamentários do Município para a política habitacional coordenada pela Secretaria Municipal de Habitação**, com repasses de recursos vinculados da aplicação dos instrumentos previstos no Plano Diretor incorporando o Fundo de Habitação ao Fundo de Habitação de Interesse Social, integrando ao SNHIS, tendo o Conselho Gestor do FMHIS papel deliberativo e fiscalizador e a destinação prioritária de imóveis públicos para a provisão habitacional de interesse social (e ainda) criando uma comissão paritária definida a partir do Conselho das Cidades para tratar da destinação prioritária de imóveis públicos para provisão habitacional de interesse social.

Proposta 06 - Sem identificação de autoria

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Resgatar a PEC 285/2008 (PEC Moradia Digna) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) com interlocução das políticas do Município, Estado e Federal com:** Plano, Conselho Deliberativo e Fundo de Habitação de Interesse Social; CGFMHIS e GT Terras Públicas definidos a partir do Conselho das Cidades; e Plano de Habitação com modalidades diversas e mecanismos de transparência e gestão da Política Habitacional.

Proposta 07 - Lucas Faulhaber (Movimento Nacional de Luta por Moradia)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Suspensão das ordens de despejo e destinação dos imóveis públicos estaduais para habitação de interesse social (e ainda) garantir no mínimo 1% dos recursos orçamentários do Estado para política de HIS, coordenada pela SEHIS.**

Proposta 08 - ONG Movimento Baía Viva

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Conselhos Municipais Deliberativos !**

Proposta 09 - Ryan Augusto Pestana Rocha (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Lutar contra os despejos e em defesa do direito à moradia e segurança de permanência da população em seus territórios**, cobrando que o Estado implemente políticas sociais e habitacionais para atendimento da população deslocada, ocorrendo apenas quando a remoção for inevitável, dando-se de forma não violenta, com medidas imediatas como auxílio habitacional temporário e garantindo o reassentamento definitivo e adequado.

Proposta 10 - Fernanda (IAB)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta: **Os recursos ou parte dos recursos da Reurb E devem ser direcionados para a execução da Reurb S via FMHIS.**

Proposta 11 - Marcela Abla (IAB e CAU-RJ)

Resultado da Votação: **Aprovada**

Texto da Proposta:

1. Incorporação do Fundo de Habitação ao Fundo de Habitação de Interesse Social;

2. Ampliar os recursos do Fundo Habitação de Interesse Social, ampliando o percentual de recursos da Outorga Onerosa do Direito de Construir para 50% e mais 1% do Orçamento Municipal;

3. Que o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social seja eleito, sendo eleito por seus respectivos segmentos com igual proporção da composição da Conferência da Cidade;

4. Retomar a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social definindo as diretrizes para a política de habitação de interesse social, tornando-o um marco regulatório, como determina o Plano Diretor;

5. Criar um Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, regulamentado por lei municipal, com previsão de recursos específicos no orçamento municipal;

6. Consolidar o instrumento das AEIS em imóveis vazios e subutilizados e as que não cumprem a função social, isto é, garantindo que tais imóveis sejam destinados à Habitação de Interesse Social;

7. Criar Cota de Solidariedade, isto é, a cada 20mil m² construídos, exigir que em tais empreendimentos 10% das unidades sejam de Habitação de Interesse Social;

8. Criar Programa de Auxílio Moradia para famílias vítimas de eventos socioclimáticos, com valor único reajustado com base no IPCA, tendo duração até que o problema de moradia seja resolvido;

9. Criar um programa de Locação Social;

10. Criar Programa Municipal de Produção Autogestionária de Habitação de Interesse Social, destinando terrenos públicos e abertura de editais públicos para a contratação de assessorias técnicas com o objetivo de implementação de projetos por entidades sem fins lucrativos. (Carta manifesto *Cidade que queremos*, 2020).

Proposta 12 - Instituto de Arquitetos do Brasil (retirada do subitem anterior)

Resultado da Votação: **Não acolhida**

Texto da Proposta: **Que o COMPUR seja eleito,** sendo este eleito por seus respectivos segmentos com igual proporção da composição da Conferência da Cidades recursos ou parte dos recursos da Reurb E devem ser direcionadas para a execução da Reurb S via FMHIS.

Proposta 13 - Gidiana Roberto (Ocupação por Moradia Digna Moisés)

Resultado da Votação: **Proposta de encaminhamento como moção**

Texto da Proposta: **Não retirar a única Casa de Apoio para mulheres em situação de violência.** Que se mantenha no Centro do Rio de Janeiro a Casa de Referência Almerinda Gama.

Proposta 14 - Wellington Moreira da Silva (Movimento do Povo)

Resultado da Votação: **Proposta de encaminhamento como moção**

Texto da Proposta: **Criar Vilas Agrícolas urbanas e periurbanas para produção de alimento** e garantir espaços de Agricultura Urbana e geração de renda para as famílias envolvidas.

Proposta 15 - Henrique Gaspar Barandier (Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM)

Resultado da Votação: **Proposta de encaminhamento como moção**

Texto da Proposta: **Estruturar políticas públicas para contenção da dispersão urbana**, priorizando soluções para zerar a transformação do solo rural em solo urbano e/ou a impermeabilização ilegal do solo, e especial em cidades que apresentam redução de população.

Proposta 16 - João Ricardo de Mattos Serafim (FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro)

Resultado da Votação: **Proposta de encaminhamento como moção**

Texto das Propostas: **Criação de um Programa de Geração de Energia Elétrica nos projetos de moradia** (eólica e solar) e ainda, de Reservatórios de Água para Reuso, Social e Ambiental e Estação de Tratamento nos conjuntos habitacionais.

Proposta 17 - Rosana do Socorro Pimentel de Freitas (UNIFAMAERJ - União das Federações e Associações de Moradores e afins do Estado do Rio de Janeiro)

Resultado da Votação: **Proposta de encaminhamento como moção**

Texto da Proposta: Temos um espaço incrível dentro do Complexo Vila Carioca Anil/Jacarepaguá. **Precisamos urgente área na praça dos Vilas (com) espaço para crianças autistas, deficiência física e crianças com Down e crianças com hidrocefalia.**

Muro com grades para maior segurança.

Espaço para academia para idosos e PCD's.

Implementação de placas solares para que tenhamos uma vida orçamentária condominial mais digna.

Proposta 18 - Walter Rodrigues (Brigadas Populares – FAFERJ)

Resultado da Votação: **Proposta de encaminhamento como moção**

Texto da Proposta: Agilizar o acesso ao aluguel social e (o) reajuste do mesmo.

Proposta 19 - Rosana Freitas (Unifamaerj - União das federações e associações de moradores e afins do estado do Rio de Janeiro)

Resultado da Votação: **Proposta de encaminhamento como moção**

Texto da Proposta: **A volta do PL 110/2010 – Termo de Uso.**

2.3.3.1.6 - Debates

O Moderador fez a leitura das propostas, sugerindo que os participantes fizessem as suas considerações em seguida a cada leitura para viabilizar a votação imediata e pontual.

A sugestão do Moderador foi acatada, passando-se à leitura das propostas, que foram classificadas em **Aprovada; Não Acolhida** ou para encaminhamento como **Moção**, conforme resultado constante no item anterior.

2.3.3.1.7 - Propostas indicadas para o Município

Ao ser identificada a necessidade de mudanças nas propostas, estas foram realizadas imediatamente, chegando-se à redação final de cada proposta, em comum acordo dos participantes, ou por sua maioria simples (50% + 1). Abaixo seguem discriminadas as propostas pacificadas e já revisadas, encaminhadas para votação na sessão plenária de encerramento da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024**:

Proposta 01 : A política habitacional do município deve apresentar os seguintes temas:

- Regulamentar a operacionalização do “Programa de Autogestão” previsto no Título 3, Capítulo 3, Seção III, Subseção III, artigo 184, do Plano Diretor, prevendo o seu desenho institucional, dotação orçamentária, estrutura de gestão, modalidades de acesso, etc. contendo Complementação financeira, Alocação de terra municipal de qualidade para os projetos; Facilitação no licenciamento; Fomento à Assistência Técnica.
- Inclusão do Condomínios MCMV Faixa 1 no orçamento da Prefeitura (e) criar uma Superintendência dos Condomínios MCMV.
- Garantir no mínimo 1% (um por cento) dos recursos orçamentários do Município para a política habitacional coordenada pela Secretaria Municipal de Habitação, com repasses de recursos vinculados da aplicação dos instrumentos previstos no Plano Diretor incorporando o Fundo de Habitação ao Fundo de Habitação de Interesse Social, integrando ao SNHIS, tendo o Conselho Gestor do FMHIS paritário papel deliberativo e fiscalizador.
- Destinação prioritária de imóveis públicos para a provisão habitacional de interesse social, devendo uma comissão paritária definida à partir do Conselho das Cidades para tratar do tema.

- Ampliar os recursos do Fundo Municipal Habitação de Interesse Social, captando parte dos recursos da Reurb E e destinar para Reurb S via Fundo; ampliando o percentual de destinação de recursos da Outorga Onerosa do Direito de Construir para 50% (cinquenta por cento); criar Cota de Solidariedade, isto é, a cada 20 mil m² (vinte mil metros quadrados) construídos, exigir que em tais empreendimentos destine 10% (dez por cento) das unidades sejam de Habitação de Interesse Social; e consolidar o instrumento das AEIS em imóveis vazios e subutilizados e aqueles que não cumprem a função social, garantindo que tais imóveis sejam destinados à Habitação de Interesse Social;

- Retomar a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social definindo as diretrizes para a política de habitação de interesse social, tornando-o um marco regulatório, como determina o Plano Diretor; criando um Programa de Locação Social; e criando um Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, regulamentado por lei municipal, com previsão de recursos específicos no orçamento municipal e execução em terrenos públicos e abertura de editais públicos para a contratação de assessorias técnicas com o objetivo de implementação de projetos por entidades sem fins lucrativos.

- Definição de parâmetros de adaptação para mudança climática obrigatórios para projetos de habitação social: urbanização de favelas, produção de novas unidades, regularização fundiária, realocações, assistência técnica, entre outros programas habitacionais. Os parâmetros devem contemplar redução de riscos físicos e sociais relacionados à mudança climática, reduzindo vulnerabilidade sócio-climática, com ênfase em processos inclusivos que ampliem justiça sócio-territorial e climática e colaborem para a redução de desigualdade socioeconômica, territorial e climática.

Proposta 02: Suspensão dos despejos, em defesa do direito à moradia e segurança de permanência da população em seus territórios. que o Estado implemente políticas sociais e habitacionais para atendimento da população deslocada, ocorrendo apenas quando a remoção for inevitável, dando-se de forma não violenta, com medidas imediatas como auxílio habitacional temporário e garantindo o reassentamento definitivo e adequado. Além disso, Criar Programa de Auxílio Moradia para famílias vítimas de eventos sócio-climáticos, com valor adequado e reajustado anualmente com base no IPCA, tendo duração até que o problema de moradia seja resolvido;

2.3.3.1.8 - Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades

Tendo em vista a deliberação da reunião plenária da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, realizada em 04/07/2024 através de videoconferência, sobre a priorização das propostas para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, na qual a Comissão Organizadora definiu que tal priorização ficaria a cargo das mesas de cada sala de discussão temática ou sessão plenária (moderador relator e secretário), então, a mesa da sala de discussão temática **HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, parte do **Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos com o planejamento e orçamento das Políticas Públicas**, selecionou as seguintes propostas municipais a serem levadas à Conferência Estadual:

- Suspensão das ordens de despejo e destinação dos imóveis públicos estaduais para habitação de interesse social;
- Garantir no mínimo 1% (um por cento) dos recursos orçamentários do Estado para política de HIS, coordenada pela SEHIS, integrado ao SNHIS, tendo o CONSELHO GESTOR DO FEHIS paritário PAPEL DELIBERATIVO E FISCALIZADOR.

2.3.3.2 - Sala de Discussão Temática (Auditório):

Tema: CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

2.3.3.2.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Alberto Silva é sociólogo, com especialização em sociologia urbana e ciências sociais, mestre em Gestão de Cidade e doutorando em Planejamento Urbano e Regional no PPGAU/UFF. Atualmente, é assessor na Secretaria Municipal de Coordenação Governamental. Foi Secretário de Saneamento na Prefeitura de Angra dos Reis e Presidente da CDURP, atual CCPAR. Trabalhou para ONU-Habitat no Brasil e na Etiópia e foi consultor de Plano de Desenvolvimento de cidades com componente de participação social. Alberto Silva fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Sergio Magalhães é Arquiteto e Urbanista, foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do 27º Congresso Mundial de Arquitetos. Ocupou o cargo de Secretário Municipal de Habitação do Rio de Janeiro e foi o responsável pela concepção da Política Habitacional da cidade, incluindo o Favela-Bairro. Sérgio é professor no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU/UFRJ e vencedor de premiações nacionais e internacionais, incluindo cinco prêmios anuais de projeto concedidos pelo IAB, o Prêmio América de Arquitetura e o prêmio espanhol FAD 2012 em reconhecimento ao Favela-Bairro. Sergio Magalhães fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Vanessa D'Oliveira é carioca, vascaína, remadora, apaixonada pela cidade do Rio de Janeiro. Servidora pública Municipal 17 anos, líder carioca, especialista em gestão pública, consultoria em diversidade e inclusão, integrante do núcleo de projetos especiais da SMPD, membro do programa Rio liderança feminina da PCRJ, conselheira pela SMPD no COMDEF Rio e no COMTUR.

Grazia de Grazia possui Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional /UFRJ (1993). É Consultora com foco no trabalho social em urbanização de favelas, planejamento, gestão democrática e serviço social de habitação.

Apresentação:
Participação e Controle Social (20 slides)

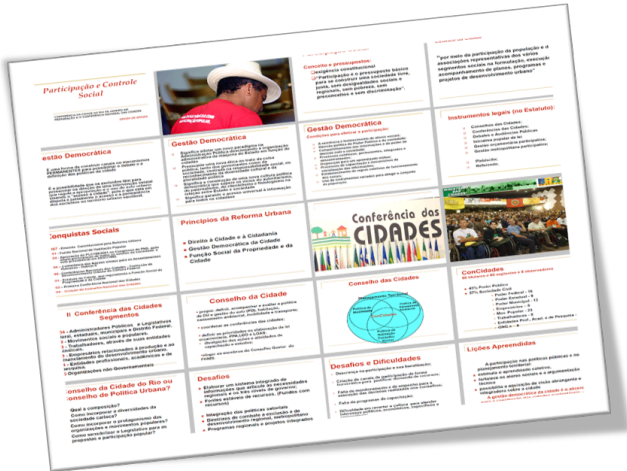


Fig. 17 - Imagem dos slides da palestra da Grazia de Grazia

2.3.3.2.2 - Dinâmica da Sala

Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiamento Dinâmica da sala CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES 29/06/2024 (à tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	JORGE SILVA	SINDICATO DOS ENGENHEIROS
Relator	EUGÊNIA LOUREIRO	SMDUE
Secretário	LUIZ OTHON	CAU - RJ
horário	palestrante	tempo (minutos)

14:30/14:45	Alberto Silva	15
14:45/15:00	Sergio Magalhães	15
15:00/15:15	Grazia de Grazia - Participação e Controle Social (20 slides)	15
15:15/15:30	Vanessa D´Oliveira	15
15:30/16:40	DEBATE	110
16:40/17:00	INTERVALO DO CAFÉ	20
17:00/18:00	VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS	60

2.3.3.2.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE** teve **89 (oitenta e nove)** participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/categoria de inscrição	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Jaqueline Costa da Silva - Delegado	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
02	Paulo Rogério Pereira - Delegado	Centro de Desenvolvimento Comunitário e Associações de Guaratiba
03	Alexandra Carmelo Tostes Menescal - Delegado	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB
04	Vera Maurity - Delegado	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico
05	Lucia Regina Dos Santos Reis - Delegado	AMAST - Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
06	Eleci Vieira Conceição - Delegado	Quilombo da Gamboa
07	Ian Gama Lima - Delegado	Quilombo da Gamboa
08	Aline Santos de Oliveira - Delegado	Grupo Pela Vidda
09	Francisca Maria Dos Santos - Delegado	Grupo Pela Vidda
10	Georgete Ferreira Guimarães - Delegado	Grupo Pela Vidda
11	Ana Maria Leone de Jesus - Delegado	Central de Movimentos Populares
12	Anazir Maria de Oliveira - Delegado	Central de Movimentos Populares
13	Marcelo Braga Edmundo - Delegado	Central de Movimentos Populares

14	Orlando Tavares - Delegado	AMME - Associação de Moradores do Méier
15	Tania Maria Ramos da Costa Nascimento - Delegado	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro
16	Alexandre Grabas - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
17	Claudio da Silva Pereira - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
18	José Claudio Constâncio de Mattos - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
19	Carlos Augusto Abreu - Delegado	Conselho de Arquitetura E Urbanismo do Rio de Janeiro
20	Daiane Domingos Dos Santos - Delegado	Conselho de Arquitetura E Urbanismo do Rio de Janeiro
21	Levi Germano Batista - Delegado	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré)
22	Orlando Alves Dos Santos Junior - Delegado	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
23	Ana Cristina de Souza - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
24	Eliane de Jesus Queiroz Menezes - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
25	Alder Catunda Timbó Muniz - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
26	Fernando Antonio Sola de Alencar - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
27	Olga Maria Esteves Campista - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
28	Will Robson Coelho - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
29	Luciana Hamada - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
30	Márcia Costa Alves da Silva - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
31	Herculis Pereira Toledo - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
32	Marcella Meireles de Andrade - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
33	Matheus de Paiva Akinci - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
34	Carla Carolina Urbina Urbina - Delegado	Faculdades Catolicas
35	Amaro Sérgio Marques - Delegado	Faculdades Catolicas
36	Claudio Freitas de Magalhães - Delegado	Faculdades Catolicas
37	Hugo Otati - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
38	Leonardo Amatuzzi - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia

39	Sidney de Almeida Teixeira Junior - Delegado	Associação de Moradores e Amigos da Freguesia
40	Carla Andrade - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
41	Calvin Cordeiro Gonçalves - Delegado	Centro de Apoio ao Movimento Popular
42	Katsue Duarte Kosaka Gonçalves - Delegado	Centro de Apoio ao Movimento Popular
43	Roberto William Dos Santos - Delegado	Centro de Apoio ao Movimento Popular
44	Victor Hugo Zani Garcia de Andrade - Delegado	Centro de Apoio ao Movimento Popular
45	Adriana Batista Dos Santos - Delegado	União Brasil Educação e Cidadania
46	Jacqueline Guerreiro Aguiar - Delegado	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
47	Marcos Vinicius Messina da Luz - Delegado	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
48	Angela Maria Cassiano - Delegado	Sindinformal
49	Idson José da Silva - Delegado	Sindinformal
50	Izabel Cristina Celestino Gomes - Delegado	Sindinformal
51	Ana Luiza Prates de Miranda - Delegado	Círculo Laranja
52	Célio Viana - Delegado	Círculo Laranja
53	Helen Soraya Gomes Moreira - Delegado	Círculo Laranja
54	Luiette Costa de Ornellas - Delegado	Círculo Laranja
55	William Bueno Rebouças - Delegado	Círculo Laranja
56	Silvia Regina Nunes Baptista - Delegado	Associação de Remanescentes do Quilombo Dona Bilina / Teia de Solidariedade Zona Oeste
57	Antônio Carlos Dos Santos - Delegado	UNEGRO - União de Negras e Negros pela Igualdade
58	Jorge Antonio da Silva - Delegado Nato	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros RJ
59	Gilson Koatz - Delegado Nato	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico
60	Abilio Valerio Tozini - Delegado Nato	ALMA - Associação de Moradores da Lauro Muller, RC, XS E ADJ.
61	Isis Cardoso - Delegado Nato	FAFRIO
62	Rogério Marques Gonçalves - Delegado Nato	Centro de Apoio ao Movimento Popular
63	Eugênia Vitória Camera Loureiro - Delegado Nato	PCRJ/SMDUE
64	Adenir Barboza Guimarães Lopes de Souza - Observador	-
65	Eduardo Correa Lima Furtado - Observador	

66	Caroline Santana Cordeiro - Observador	-
67	Lucia Porto Chaves - Observador	-
68	Valéria Lima Marques de Sousa - Poder Público	Conselho Regional de Biologia
69	Paulo Sergio Farias - Observador	-
70	Alberto Gomes Silva - Delegado	PCRJ/SMCG
71	Jorge Barata - Delegado	AMME - Associação de Moradores do Méier
72	Orlando Tavares - Delegado	AMME - Associação de Moradores do Méier
73	Saint Clair da Silva Santa Anna - Delegado	União por Moradia Popular do RJ - Mãe Bernadete.
74	Jadiel Santos - Delegado	Central de Movimentos Populares
75	Maria Lucia Freitas Santos - Convidado	-
76	Jose Carlos de Oliveira - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
77	Vitória Lopes - Delegado	Quilombo da Gamboa
78	Catia Silva - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
79	Regina Chiaradia - Delegado	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB
80	José Henrique Ferreira - Observador	-
81	Gabriel Ferraz Galhanone - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
82	Maíra Dos Reis Maximiliano - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
83	Francisco Carolino Dos Santos Junior Delegado	- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
84	Jose Eduardo Pessoa de Andrade - Delegado	Clube de Engenharia
85	Kassiane da Cruz Sodre - Delegado	Centro de Desenvolvimento Comunitário e Associações de Guaratiba
86	Luiz Othon Agneses Bezerra de Melo Delegado	- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro
87	Jailton Ferreira de Azeredo - Delegado	PCRJ/SMCG

88	Tainã A de O Azeredo - Delegado	União por Moradia Popular do RJ - Almirante João Cândido.
89	Viviane Dos Santos - Delegado	União por Moradia Popular do RJ - Almirante João Cândido.

2.3.3.2.4 - Questões Discutidas

A coordenação da sala de discussão foi feita por Jorge Silva, a relatoria, por Eugênia Loureiro, sendo secretariados por Luis Othon. Pela ordem, foram elencadas 24(vinte e quatro) propostas, a saber:

Proposta 01 - Paulo Farias (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - Sintsama)

Ratificar a criação do Conselho Municipal das Cidades

Proposta 02 - Paulo Farias (Sintsama)

Instituir a Política Municipal de Urbanização das Favelas

Proposta 03 - Sidney Teixeira Jr (FAM Rio)

Orçamento participativo desde a sua concepção, com discussões dos projetos propostos para o ano vindouro entre a sociedade civil, antes do envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para a Câmara Municipal.

Proposta 04 - Marcelo Braga Edmundo (CMP)

Criar o Conselho Municipal das Cidades do Rio de Janeiro, tendo como referência a Estrutura do conselho nacional. Garantido as condições para integração ao Sistema de Planejamento Urbano. Que assegurado o processo participativo e democrático para além de um decreto ou lei.

Proposta 05 - Marcelo Braga Edmundo (CMP)

Que a prefeitura se utilize de mecanismos de participação através de mecanismos como plebiscito, referendo e consultas populares, democratizando a gestão da cidade.

Proposta 06 - Marcelo Braga Edmundo (CMP)

Que a cidade seja ouvida e sua vontade respeitada em todos os momentos de decisão dos rumos da cidade, radicalizando a democracia na gestão da cidade.

Proposta 07 - Marcelo Braga Edmundo (CMP)

Garantir o acesso a informação a todos na cidade, inclusive a população excluída, sem acesso ou com pouco acesso a internet.

Proposta 08 - Marcelo Braga Edmundo (CMP)

Transparência e democratização do orçamento, garantindo a participação e a decisão popular.

Proposta 09 - Regina Chiaradia (FAM Rio)

Que o Ministério das Cidades não libere verbas para a Prefeitura enquanto ela não regulamentar o projeto do EIV/RIV proposto pela comissão do COMPUR.

Proposta 10 - Regina Chiaradia - FAM Rio

Que nos projetos de Impacto Urbano, seja obrigado a ouvir os moradores do entorno, no momento do seu licenciamento.

Proposta 11 - Regina Chiaradia (FAM Rio)

Que seja desfeita a junção das Secretarias de Planejamento Urbano com a de Desenvolvimento Econômico. Que seja novamente implantada a Secretaria de Planejamento Urbano.

Proposta 12 - Paulo Rogério Pereira (Centro de Desenvolvimento Comunitário e Associação de Guaratiba)

Agregar nas políticas públicas o direito de participação do líder local, sobretudo o de fato e de direito, pois é comum o governo executivo e legislativo decidirem por conta própria quem vai representá-los nos bairros.

Proposta 13 - William Bueno (Círculo Laranja)

Criação de Conselhos da Sociedade Civil nas Regiões Administrativas que sejam eleitos e deliberativos.

Proposta 14 - Claudio Magalhães (PUC-Rio)

Escola de projeto participativo para a cidadania e a inclusão, ou conteúdo para projeto participativo para a cidadania e a inclusão nas escolas

Proposta 15 - Valéria Marques (CRBio)

15 garantir a participação e de representação de minorias étnicas como povos originários e população negra em conselhos de representação de políticas urbanas.

Proposta 16 - Valéria Marques (CRBio)

Considerando o déficit habitacional, a expansão da infraestrutura de transporte e habitação precisa ser feita com a população de forma a mitigar conflitos, promover a moradia digna, acesso a áreas de lazer, áreas verdes urbanas e unidades de conservação e ampliar o controle social, diminuir a chance de estabelecimento de poderes paralelos. Ampliar a aplicação de soluções baseadas na natureza e fortalecer as unidades de conservação que existem, pois estão sendo alvo de projeto de privatização, em conflito com a própria lei orgânica.

Proposta 17 – Levi Batista (ONG Redes da Maré)

Promover o acesso facilitado à informação sobre todos os mecanismos de participação social (conselhos, fóruns etc) por meio dos canais digitais do poder público, com descrição de seus objetivos e atribuições, composição e formas de acesso dos cidadãos, da sociedade civil e dos movimentos populares, incluindo informações acessíveis sobre o processo de eleição de seus membros e o seu processo decisório, construindo meios de contato acessíveis e humanizados com esses mecanismos.

Proposta 18 - Rogério Marques Gonçalves (CAMPO Centro de Apoio ao Movimento Popular)

Que a representação da Sociedade no Conselho da Cidade do Rio de Janeiro (COMPUR ou similar) tenha a sua composição em segmentos em consonância com o Conselho Nacional das Cidades ConCidade.

Proposta 19 - Paulo Farias (Sintsama)

Lutar contra as privatizações dos espaços públicos da cidade, contra a instalação de pedágios entre os bairros do município e defender a criação da Agência Municipal de Saneamento.

Proposta 20 - não identificada a autoria

Políticas efetivas de apoio à mulher - creches; contra a fome (restaurantes populares); - vans para apoio da população de rua. Protesto contra a atuação violenta da Guarda Municipal. E ao fato de que o Executivo não organiza os ambulantes e só reprime. Respeito e ratificação dos planos populares elaborados pelas comunidades.

Proposta 21 - Silvia Baptista (Associação de Moradores de Vargem Grande)

Que o Licenciamento Ambiental volte para a SMAC; as lideranças e comunidades devem ser ouvidas na hora da elaboração dos projetos urbanos; Vários protestos contra a ausência do Prefeito na Conferência. Fortalecimento das diferentes práticas de planejamentos populares e autogestionados através de recursos onerosos ou não para difusão de informação técnica e comunicação popular. A legitimidade destas práticas serão definidas com a culminância de audiências públicas para o exercício do contraditório.

Proposta 22 - Sérgio Magalhães

A gestão democrática da cidade pressupõe reduzir as desigualdades intra-urbanas, urbanizando os assentamentos populares, favelas e loteamentos, permitindo também incluir plenamente à cidadania parcelas da população hoje impedidas ou constrangidas em seus direitos cidadãos. Pressupõe, também, melhorar e ampliar os sistemas de mobilidade de alta capacidade, reduzindo os tempos de deslocamento casa-trabalho-casa. A política local precisa de recursos e continuidade de gestão, como função de Estado. Política nacional de gestão

democrática precisa garantir recursos para a moradia saudável e acesso à moradia com crédito universalizado segundo as possibilidades das famílias.

Proposta 23 - Carlos Abreu (CAU RJ)

Manutenção do COMPUR

- Recriação Conselho da Cidade e regiões
- exigência de implementação da Lei de ATHIS com previsão de rubrica no orçamento

Proposta 24 - Militante (MNLM)

Prazo de 90 dias para implantação do Conselho Municipal das Cidades.

2.3.3.2.5 - Debates

Após as palestras, os participantes se inscreveram para falar. Foi solicitado pelo Moderador que os participantes enviassem as propostas por escrito por Whatsapp para o celular da Relatora. O Moderador fez a leitura das propostas projetadas no telão para destaques, considerações, acréscimos, supressões, modificações, adições, aglutinações e revisões de algumas das propostas.

Carlos Abreu apresentou a proposta de manutenção do COMPUR, mas a maioria entendeu que essa era uma proposta vencida no plenário da manhã quando da discussão do Regulamento da Conferência.

Foram apontadas por aclamação as duas propostas consideradas principais :

1. A criação do Conselho Municipal das Cidades e o prazo de 90 dias para implantação (Proposta do Marcelo Braga Edmundo do CMP e do Militante do MNLM) seguida pela do Orçamento Participativo, apresentado pelo Sidney da FAM Rio.

Ficou acertado que todas as demais propostas constariam do Relatório do Grupo.

Orlando Junior, do Conselho Nacional das Cidades, apresentou as seguintes propostas para serem encaminhadas em nível estadual e ou nacional:

1. A adesão dos entes federados, municípios, Estados e o Distrito Federal se dará por ato voluntário e implicará em obrigações mútuas entre os entes federados que compõem o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU. Essas obrigações devem envolver a adoção de políticas, procedimentos, investimentos financeiros e estruturas de participação pactuadas no sistema.
2. As atribuições deliberativas do Conselho Nacional das Cidades devem ser ampliadas envolvendo pelo menos duas questões: a possibilidade de emitir instruções normativas para a aplicação de instrumentos de política urbanas e o

poder de aprovar editais do governo federal relativos à política de desenvolvimento urbano.

2.3.3.2.6 - Propostas Indicadas para o Município

Ao ser identificada a necessidade de mudanças nas propostas, estas foram realizadas imediatamente, chegando-se à redação final de cada proposta, em comum acordo dos participantes, ou por sua maioria simples (50% + 1). Abaixo seguem discriminadas as propostas pacificadas e já revisadas, encaminhadas para votação na sessão plenária de encerramento da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024:

Proposta 01 : Criar o conselho Municipal das Cidades do Rio de Janeiro, tendo como referência a Estrutura do conselho nacional. Garantido as condições para integração ao Sistema de Planejamento Urbano. Que assegurado o processo participativo e democrático para além de um decreto ou lei.

Proposta 02 : Implantar o Orçamento participativo desde a sua concepção, com discussões dos projetos propostos para o ano vindouro entre a sociedade civil, antes do envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para a Câmara Municipal.

Proposta 03 : A adesão dos entes federados, municípios, Estados e o Distrito Federal se dará por ato voluntário e implicará em obrigações mútuas entre os entes federados que compõem o SNDU. Essas obrigações devem envolver a adoção de políticas, procedimentos, investimentos financeiros e estruturas de participação pactuadas no sistema.

Proposta 04 : As atribuições deliberativas do Conselho Nacional das Cidades devem ser ampliadas envolvendo pelo menos duas questões: a possibilidade de emitir instruções normativas para a aplicação de instrumentos de política urbanas e o poder de aprovar editais do governo federal relativos à política de desenvolvimento urbano.

2.3.3.2.7 - Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual Das Cidades

Proposta 01:

Criar o Conselho Municipal das Cidades do Rio de Janeiro, tendo como referência a estrutura do conselho nacional e garantido as condições para integração ao Sistema de Planejamento Urbano. Que seja assegurado o processo participativo e democrático para além de um decreto ou lei.

Proposta 02:

Implantar o Orçamento Participativo desde a sua concepção, com discussões dos

projetos propostos para o ano vindouro entre a sociedade civil, antes do envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para a Câmara Municipal.

2.3.3.3 - Sala de Discussão Temática (Sala 1):

Tema: MOBILIDADE URBANA

2.3.3.3.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Clarisse Linke é formada pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres, possui mestrado em Ciências Sociais, Política Social, ONGs e Desenvolvimento em Londres, ingressou no Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento no Brasil em 2012, é diretora do ITDP Brasil e foi diretora na *Bicycling Empowerment Network* na Namíbia, na qual desenvolveu a maior rede de bicicletas empresariais de base comunitária na África Subsaariana.

Apresentação:

Prioridades de mobilidade para um Rio mais inclusivo, democrático, sustentável e justo (13 slides)



Fig. 18 - Imagem dos slides da palestra da Clarisse Linke

Arnaldo Lyrio é Arquiteto e Urbanista, Conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ e Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF Rio.

Apresentação:

Desejo Urbano - Utopias e Planos (10 slides).



Fig. 19 - Imagem dos slides da palestra do Arnaldo Lyrio

Jorge Cunha é Engenheiro Civil, funcionário do Estado desde 1977, especializado em obras de infraestrutura. Atualmente, está lotado na Diretoria de Mobilidade do Instituto Rio Metrôpole e é responsável internamente pela elaboração do Plano de Mobilidade Metropolitana - PLANMOB 2034 e pela área de Concessões dos transportes de massa na Secretaria de Transportes do Estado.

Apresentação: Plano de Mobilidade Metropolitana - PLANMOB 2034 (9 slides)

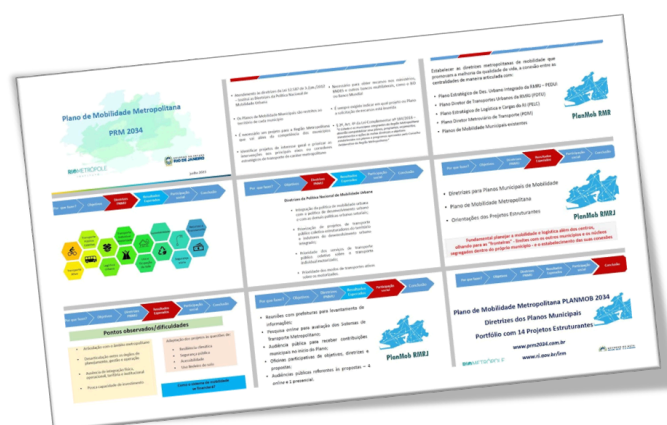


Fig. 20 - Imagem dos slides da palestra do Jorge Cunha

Regina Cohen é Arquiteta e Urbanista pela UFRJ, possui mestrado em Urbanismo pela UFRJ e doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela mesma instituição. É especialista em História da Arte e Arquitetura no Brasil pela PUC-Rio. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo e atua principalmente nos seguintes temas: acessibilidade e inclusão no ensino superior, acessibilidade e etnografia da cidade, acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência.

Apresentação:

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE: O DIREITO À CIDADE - Ruas mais seguras e acessíveis: Os novos rumos da mobilidade (33 slides).



Fig. 21 - Imagem dos slides da palestra da Regina Cohen

Simone Rodrigues é Arquiteta e Urbanista, assessora-chefe do Fundo de Mobilidade Urbana Sustentável da cidade do Rio. Possui mestrado em Engenharia de Transporte e ampla experiência em iniciativas de inovação em Mobilidade Urbana da Cidade, tendo sido coordenadora do planejamento e execução das ações de transporte público dos grandes eventos da cidade.

Apresentação:

Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS-Rio) (8 slides).

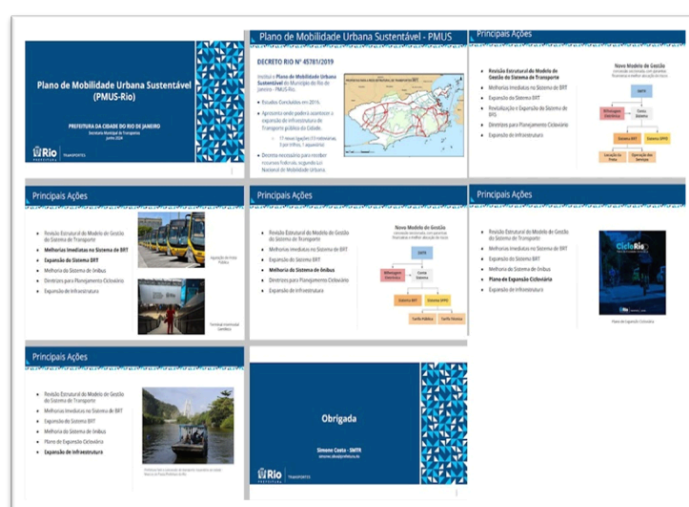


Fig. 22 - Imagem dos slides da palestra da Simone Rodrigues

2.3.3.3.2 - Dinâmica da Sala

EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS COM O PLANEJAMENTO E O ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS Dinâmica da sala MOBILIDADE URBANA 29/06/2024 (à tarde)		
Função	Nome	Órgão/entidade
Moderador	Licínio Rogério	FAM RIO
Relator	Marcos Leandro Furtado Esquerdo	SME
Secretário	Nelci Frangipani	AMAJB
Consultor	Anriete Paiva de Azevedo	SMTR
horário	palestrante	tempo (minutos)
14:30/14:45	Clarisse Linke	15
14:45/15:00	Arnaldo Lyrio	15
15:00/15:15	Jorge Cunha	15
15:15/15:30	Regina Cohen	15
15:30/15:45	Simone Rodrigues	15
15:45/16:00	DEBATE	15
16:00/16:20	INTERVALO CAFÉ	20
16:20/17:00	DEBATE	40
17:00/18:00	VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS	60

2.3.3.3.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **MOBILIDADE URBANA** teve **37 (trinta e sete)** participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/categoria de inscrição	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Licínio Machado Rogério - Delegado nato	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
02	Nelci Frangipani - Delegado nato	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico
03	Vera Bacelar Cantanhedes de Sá - Delegado	Sindicato dos Engenheiros - SENGGE-RJ
04	Flavio Protasio Ceccon - Delegado	AMAST - Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
05	Vaniza Schuch Pinto - Delegado	AMAST - Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
06	Viviane de Jesus da Silva - Delegado	Quilombo da Gamboa
07	Maria da Glória Figueiredo Souza - Delegado	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
08	Maria da Paz Macedo Pereira - Delegado	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro
09	Felipe Sacramento Xavier - Delegado	Conselho de Arquitetura E Urbanismo do Rio de Janeiro
10	Jose Antonio Mendes Casas Novas - Delegado	Conselho de Arquitetura E Urbanismo do Rio de Janeiro
11	Julia Monteiro Santana - Delegado	Conselho de Arquitetura E Urbanismo do Rio de Janeiro
12	Fernando Luiz de Andrade - Delegado	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancarios do Municipio do Rio de Janeiro
13	Maria Aparecida Souza da Cruz - Delegado	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancarios do Municipio do Rio de Janeiro
14	Luiz Felipe de Oliveira Bacelar - Delegado	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré)
15	Marcelo Guimarães Araújo - Delegado	Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ
16	Antonio Carlos Massad Campos - Delegado	Clube de Engenharia
17	Richard Nagdalena Stephan - Delegado	Clube de Engenharia
18	Simone Feigelson Deutsch - Delegado	Clube de Engenharia
19	Maria da Conceição Alves de Guimarães - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
20	Marcelo Rodrigues da Silva - Delegado	Central Única Dos Trabalhadores - CUT (Filial)
21	Uiara Martins de Carvalho - Delegado	ABEA-RJ- Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas do Rio de Janeiro

22	Joy Helena Worms Till - Delegado	Faculdades Catolicas
23	Roberto Anderson de Miranda Magalhães - Delegado	Faculdades Catolicas
24	Andre Gomes Vieira - Delegado	AMAST - Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
25	Isabella Giesta Carrico Vital - Delegado	Sociedade dos Engenheiros E Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro-SEAERJ
26	Bruno Cruz de Almeida - Delegado	Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz
27	Yuri Leal de Amorim - Delegado	Associação de Moradores e Amigos da Freguesia
28	Marcus Roberto Pires de Souza Barreto - Delegado	UNEGRO - União de Negras e Negros pela Igualdade
29	Cristiene Nascimento Ribeiro - Poder público	PCRJ/SMAC
30	Marcelo de Andrade Dias - Poder público	PCRJ/SMDUE
31	Isabel Habib Mattar de Araujo - Poder público	PCRJ/SMDUE
32	João Felipe Pereira Brito - Observador	-
33	Mariana Barroso - Observador	-
34	Anrieta Paiva de Azevedo - Poder público	PCRJ
35	Marcos Leonardo - Poder público	PCRJ
36	Darlana M F Santiago - Delegado	Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro
37	Monica e Santos - Observador	-

2.3.3.3.4 - Questões Discutidas

A coordenação da sala de discussão foi feita por **Licínio Rogério**, que abriu para perguntas dos participantes a serem respondidas pelos palestrantes. Assim, registram-se as principais perguntas elaboradas pelos participantes:

1. Qual é a importância do trem na mobilidade urbana?
2. Qual é a metodologia de cálculo para se chegar ao valor da tarifa do modal?
3. O problema das calçadas cariocas é responsabilidade da prefeitura ou dos proprietários?
4. Qual é o papel da prefeitura no que se refere aos veículos de aplicativos?

5. Existe algum prazo para a conclusão do controle por GPS para o pagamento por quilometragem no Sistema de Transporte da Cidade?

6. Há previsão de ampliação da integração entre Metrô e trem na Cidade do Rio de Janeiro?

Pela ordem, foram elencadas **10 (dez)** propostas, a saber:

Proposta 01 - Marcus Barreto (UNEGRO)

Utilizar o VLT, onde o BRT é colapsado

Proposta 02 - Viviane Silva (Quilombo da Gamboa)

Que volte o transporte regular na Gamboa, visto que o VLT não atende à população

Proposta 03 - Gustavo Bueno (Movimento Nacional de Luta Por Moradia)

Que todos os corredores do BRT, sejam sobre trilhos

Proposta 04 - Gustavo Bueno (Movimento Nacional de Luta Por Moradia)

Retorno da responsabilidade das calçadas para Prefeitura

Proposta 05 - Gustavo Bueno (Movimento Nacional de Luta Por Moradia)

Implantação da *tarifa zero* na Prefeitura do Rio de Janeiro

Proposta 06 - Roberto Magalhães (Faculdades Católicas)

I - Desenvolver e implementar políticas e infraestrutura para o transporte ativo;

II - Garantindo condições de acessibilidade universal.

III - A gestão das calçadas deve passar para o setor público, com o uso de recursos públicos, inclusive do IPVA, na sua manutenção

IV - desestimular o uso do transporte individual motorizado em favor do transporte coletivo;

V - Garantir o transporte público em diversas horas do dia, incluindo o período noturno, com intervalos regulares e razoáveis entre as composições

VI - Garantir a existência de abrigos cobertos, com informações via GPS da aproximação dos ônibus e de seus destinos

VII - Priorizar meios de transporte sobre trilhos e implantar mais ligações aquaviárias.

VIII - Fazer a transição da matriz de mobilidade que tem como base o uso de combustíveis fósseis para uma matriz que combine o estímulo à ampliação da produção de biocombustíveis com a eletrificação da frota de veículos, prioritariamente os de transporte coletivo;

IX - Construir o Sistema Único de Mobilidade, integrando as ações das políticas de mobilidade urbana, garantido o transporte como direito social com participação social;

- X- Desenvolver pesquisas e tecnologias para reduzir os impactos ambientais na cadeia de baterias elétricas;
- XI - Incentivar a mobilidade ativa, implementando infraestrutura favoráveis ao deslocamento (calçadas, ciclovias, ciclofaixas), sempre considerando a integração modal, acessibilidade universal, iluminação, paisagismo, sinalização adequadas e infraestruturas de estacionamento (paraciclos);
- XII - Garantir o espaço dos ciclistas nas ciclofaixas, coibindo a invasão de veículos.
- XIII - Priorizar a construção de ciclovias fora das áreas de calçadas, sem reduzir o espaço dos pedestres.
- XIV - Promover a construção, ampliação e melhoria de bicicletários e dos sistemas de bicicletas compartilhadas, levando sempre em consideração a integração tarifária e a intermodalidade, conectando áreas menos centrais e rurais aos centros urbanos; e
- XV - Garantir o transporte como direito social, reforçando a tarifa zero como princípio da democratização do transporte e construindo caminhos que possibilitem a sua efetivação.
- XVI - Pensar a mobilidade inversa, levando o emprego às áreas habitadas, com a busca de uma melhor distribuição da oferta de trabalho no território da cidade.
- XVII - Implantar, de maneira efetiva, distritos de baixo carbono nas cidades, onde a mobilidade ativa e o transporte sustentável sejam incentivados;
- XVIII - Conceber planos de pedestrianização das cidades, com a busca ativa de áreas onde o espaço destinado aos pedestres seja ampliado com redução dos espaços dos automóveis

Em síntese:

A - Passar a gestão das calçadas para o setor público, com o uso de recursos públicos, inclusive do IPVA, na sua manutenção, garantindo a acessibilidade universal e conceber planos de pedestrianização das cidades, com a busca ativa de áreas onde o espaço destinado aos pedestres seja ampliado com redução dos espaços dos automóveis;

B - Garantir o transporte público em diversas horas do dia, incluindo o período noturno, com intervalos regulares e razoáveis entre as composições, garantindo a existência de abrigos cobertos, com informações via GPS da aproximação dos ônibus e de seus destinos;

C - Priorizar meios de transporte sobre trilhos e implantar mais ligações aquaviárias.

Proposta 07 - Felipe Sacramento (CAU - Conselheiro)

I - Garantir a acessibilidade plena na integração intermodal considerando especialmente os aspectos físico-espaciais das conexões além dos aspectos tarifários;

II - Considerar aspectos da qualidade espacial do meio ambiente urbano no processo de tomada de decisão de investimentos no transporte urbano municipal, mobilizando, para isso, instrumentos disponibilizados pelo estatuto da cidade como, por exemplo, o Estudo de Impacto de Vizinhança;

III - Adotar o sistema de frequência de veículos no SPPO (ônibus) nos abrigos dos pontos de ônibus fornecendo, além disso, condições de conforto ambiental e segurança, para proteger pedestres e ciclistas das intempéries e ocorrências de trânsito, em especial mulheres, crianças e idosos;

IV - Reduzir o limite global de velocidade de veículos automotores no perímetro urbano, especialmente em áreas centrais, entorno de escolas e hospitais, parques e praças urbanas.

Proposta 08 - Licínio M. Rogério (FAM Rio)

Tarifa Zero – Que sejam estudadas novas possibilidades de financiamento das Tarifas, procurando baixar ou até eliminar o custo da Tarifa Pública.

Proposta 09 - Licínio M. Rogério (FAM Rio)

Que o Município se una ao Estado, participando assim, da organização da Licitação do Transporte Aquaviário da Baía de Guanabara, visando melhor atender as Ilhas municipais, Paquetá, Governador e Fundão.

Proposta 10 - Licínio M. Rogério (FAM Rio)

Integração completa entre todos os modos de transportes – Que o município se articule com o Estado e Prefeituras da Região Metropolitana de modo a implantar uma integração modal, físico e tarifária, entre todos os modos de transporte.

2.3.3.3.5 - Debates

O Moderador fez a leitura das propostas e os participantes pediram inscrição de fala para destaques, considerações, acréscimos, supressões, modificações, adições, aglutinações e revisões de algumas das propostas, na seguinte formatação:

- a) SUPRESSIVA (retirando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);
- b) MODIFICATIVA (modificando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);
- c) ADITIVA (acrescentando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta); e
- d) AGLUTINATIVA (juntando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta).

2.3.3.3.6 - Propostas indicadas para o Município

Ao ser identificada a necessidade de mudanças nas propostas, estas foram realizadas imediatamente, chegando-se à redação final de cada proposta, em comum acordo dos participantes, ou por sua maioria simples (50% + 1). Abaixo seguem discriminadas as propostas pacificadas e já revisadas, encaminhadas para votação na sessão plenária de encerramento da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024**:

Proposta 01: Acessibilidade - Calçadas, Abrigos Cobertos e Veículos de Transporte Público com Acessibilidade Total:

- Transferir a gestão das calçadas para o setor público, utilizando recursos públicos para sua adequação e manutenção, garantindo acessibilidade universal.
- Desenvolver planos de pedestrianização das cidades, ampliando espaços destinados aos pedestres, se necessário, reduzindo espaços destinados aos automóveis.
- Novas ciclovias devem ser criadas utilizando o espaço reservado para veículos, nunca o dos pedestres.

Proposta 02: Horário Determinado para os Meios de Transporte: - Garantir transporte público em diversas horas do dia, incluindo o período noturno, com intervalos regulares e razoáveis entre as composições e prover abrigos cobertos com informações via GPS sobre a aproximação dos ônibus e indicação dos destinos.

2.3.3.3.7 - Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual das Cidades

Inicialmente, foram selecionadas duas propostas a nível estadual, a saber:

Proposta 01: Tarifa Zero Redução ou Eliminação do Valor da Tarifa Pública:

- Utilizar fundos de mobilidade existentes para reduzir ou eliminar o valor da tarifa pública.
- Estudar outras fontes de financiamento para o FMUS – Fundo de Mobilidade Urbana Sustentável, atualmente com um aporte muito pequeno, considerando a necessidade do setor.

Proposta 02: Transporte sobre Trilhos - Expansão de Corredores de Transporte:

- Priorizar meios de transporte sobre trilhos na expansão de novos corredores de transporte público.

- Incentivar o município a realizar mais ligações aquaviárias, em parceria com o estado, incluindo as que ligam as Ilhas de Paquetá, Governador e Fundão ao continente, além das já licitadas nas lagoas da Barra.

Por fim, a proposta escolhida pela relatoria foi a seguinte:

Tarifa Zero Redução ou Eliminação do Valor da Tarifa Pública:

- Utilizar fundos de mobilidade existentes para reduzir ou eliminar o valor da tarifa pública.
- Estudar outras fontes de financiamento para o FMUS – Fundo Mobilidade Urbana Sustentável, atualmente com um aporte muito pequeno, considerando a necessidade do setor.

2.3.3.4 - Sala de Discussão Temática (Sala 2):

Tema: SANEAMENTO BÁSICO

2.3.3.4.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Clóvis Nascimento é Engenheiro sanitaria do SENGE RJ, Coordenador do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS). Foi ex-Ministro das Cidades, ex-engenheiro da CEDAE e é representante da sociedade civil no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) do Ministério das Cidades. Clóvis Nascimento fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Bruno Sasson é Diretor de Saneamento Metropolitano Integrado do Instituto Rio Metrópole, mestre em Administração Pública e possui MBA em Gerenciamento de Projetos pela FGV. Engenheiro formado pela UERJ e concursado do Governo do Estado RJ, ocupou diversos cargos na Administração Pública Estadual e Municipal tais como Assessor de Planejamento da Câmara Metropolitana do RJ, Assessor de Planejamento e Controlador Geral da Prefeitura de Niterói e Secretário de Planejamento e Secretário de Transportes da Prefeitura de Resende - RJ. Bruno Sasson fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Aspásia Camargo tem um rico currículo de contribuições em áreas de conhecimento distintas tais como: socióloga, historiadora, professora, vereadora e deputada. Possui extensa produção literária nos setores de cultura, meio ambiente, planejamento urbano, governança, sustentabilidade, relações internacionais, políticas públicas e federalismo e presidiu a comissão Permanente de Saneamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio. Aspásia Camargo fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Ana Lucia Britto é graduada em Geografia pela PUC-Rio, possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ e é doutora em Urbanismo pelo Instituto de Urbanismo de Paris. Leciona, atualmente, na faculdade de Arquitetura

e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Urbanismo pela UFRJ. Ana Lucia Britto fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Wanderson José dos Santos é formado em Engenharia Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, na Fundação Rio-Águas, passou por todos os setores técnicos, tendo atuado nas Diretorias de Análise e Fiscalização de Obras e Conservação e na diretoria de Estudos e Projetos, sendo atualmente o Diretor-Presidente da Fundação Rio-Águas. Wanderson José dos Santos fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

2.3.3.4.2 - Dinâmica da sala

EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS COM O PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS Dinâmica da sala SANEAMENTO BÁSICO 29/06/2024 (à tarde)		
função	nome	órgão
Moderador	Adriana Ornellas	Dias e Ornellas Con. Socioamb. Ltda.
Relator	Marcelo Freitas	SMDUE
Secretário	Marcelle Dias	Dias e Ornellas Con. Socioamb. Ltda.
Assessor Técnico	Alan Lopes Nóbrega	Fundação João Goulart
horário	palestrante	tempo (minutos)
14:30/14:45	Clóvis Nascimento	15
14:45/15:00	Bruno Sasson	15
15:00/15:15	Aspásia Camargo	15
15:15/15:30	Ana Lúcia Britto	15
15:30/15:45	Wanderson José dos Santos	15
15:45/16:00	DEBATE	15
16:00/16:20	INTERVALO CAFÉ	20
16:20/17:00	DEBATE	40

17:00/18:00	VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS	60
-------------	-----------------------	----

2.3.3.4.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **SANEAMENTO BÁSICO** teve **42 (quarenta e dois)** participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/categoria de inscrição	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Roberta da Silva Ferreira - Delegado nato	FAFRIO
02	Marcelle da Fonseca dias - Delegado nato	Dias e ornellas consultoria socioambiental Ltda
03	Adriana correa ornellas - Delegado nato	Dias e ornellas consultoria socioambiental Ltda
04	Luis Fábio Cruz - Delegado nato	SMAC
05	JOÃO LOURENÇO XAVIER - Delegado	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - SINTSAMA-RJ
06	LEANDRO DE LIMA - Delegado	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - SINTSAMA-RJ
07	LUIZ CARLOS VIEIRA DANTAS - Delegado	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - SINTSAMA-RJ
08	MARCELO PEREIRA ALVES - Delegado	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - SINTSAMA-RJ
09	Milton Nazareno Ramos Neves - Delegado	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ
10	Felipe de Oliveira Pinheiro - Delegado	Grupo Pela Vidda
11	Lucas Barcellos dos Santos - Delegado	Grupo Pela Vidda
12	Pedro Guilherme Candido Olinto - Delegado	Grupo Pela Vidda
13	Patrícia Cristina Rodrigues - Delegado	Vicariato Episcopal do Meio Ambiente e Sustentabilidade
14	LUCIA MARIA CESAR CERQUEIRA - Delegado	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro

15	Ernani de Souza Costa - Delegado	ABES-RJ
16	ADRIANA SOTERO MARTINS - Delegado	Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ
17	Clementina dos Santos Feltmann - Delegado	Escola Nacional de Saúde Pública- FIOCRUZ
18	Carmen Lúcia Petrágli - Delegado	Clube de Engenharia
19	Iba dos Santos Silva - Delegado	Clube de Engenharia
20	Aldair alves de Souza - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
21	Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira - Delegado	Faculdades Catolicas
22	Daniel Isfran - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
23	Yago Luiz da Costa Barreto Gomes - Delegado	Cooperativa reciclando para viver
24	Ian Lima Silva - Delegado	Círculo Laranja
25	Leandro da Rocha Lima - Delegado	Círculo Laranja
26	MARCELO JOSÉ DE FREITAS - Poder Público	Subsecretaria de Planejamento Urbano
27	MARCELO GARCEZ BORGES VISEU - Poder Público	SMDUE
28	Raquel Vial Santoro dos Santos - Poder Público	Conselho Regional de Biologia
29	Silvio Henrique Coelho de Oliveira - Poder Público	Coordenadoria de Planejamento Local
30	Alexandre Younes Ribeiro - Poder Público	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico
31	Jorge Tonnera Júnior - Observador	-
32	Sonia Schlegel Costa - Observador	-
33	Rafael P Nunes - Observador	-
34	Norma Santos Bomfim - Observador	-
35	Rosana Teresa dos Santos - Observador	-
36	ROGÉRIO Q ROMEIRO - Observador	-
37	Mauricio Matsunani - Delegado	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB
38	Maria Elizabeth Carlos - Delegado	ALMA Associação de Moradores da Lauro Muller, Ramon Castilla, Xavier Sigaud e Adjacências

39	Wanderson Santos - Observador/Palestrante	-
40	Ana Lucia Brito - Observador/Palestrante	-
41	Bruno Sasson - Observador/Palestrante	-
42	Juliana mello - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia

2.3.3.4.4 - Questões Discutidas

A coordenação da sala de discussão foi feita por **Adriana Ornellas**, a relatoria, por **Marcelo Freitas**, sendo secretariados por **Marcelle Dias** e **Alan Nóbrega**. Pela ordem, foram elencadas **17 (dezesete)** propostas, à saber:

Proposta 01 - Adriana Sotero Martins (FIOCRUZ)

Implementação urgente do Conselho Municipal de Saneamento com a participação da sociedade civil, com crédito advindo da taxa de regulação dos serviços concedidos e permitidos do estado do Rio de Janeiro – 0,5% do somatório das receitas das tarifas recolhidas mensalmente pelas concessionárias, para apoio deste conselho e dos comitês de monitoramento dos serviços públicos concedidos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para que esses tenham recursos para sua funcionalidade de monitoramento e fiscalização dos contratos -

Proposta 02 - Bruno Sasson (Instituto Rio Metrópole)

Implantação de 02 (duas) Usinas de recuperação energética com processamento diário de 2.000 a 3.000 toneladas, com separação manual associada a cooperativas de catadores, uma localizada no Caju (terreno próprio da COMLURB) e outra localizada na Zona Oeste (local a ser definido).

Proposta 03 - Ana Lúcia Britto(Palestrante)

Alterar o decreto que regulamenta a Tarifa Social de 1999 para incorporar novas categorias de usuários: inscritos no CadÚnico; moradores de favelas e rever a tarifa social em conjuntos habitacionais do BNH.

Proposta 04 - Clóvis Nascimento - Palestrante (SENGE-RJ)

Que o BNDES abra linha de financiamento para melhoria de gestão das empresas públicas de saneamento -

Proposta 05 - Marcelo Pereira Alves (SINTSAMA-RJ)

Propor o retorno na Cidade do Rio de Janeiro para ser atendida pela CEDAE pública ou criação de empresa pública de saneamento.

Proposta 06 - Ibá dos Santos Silva (Clube de Engenharia)

Renaturalização das faixas marginais, nascentes e foz de rios urbanos até 2050.

Proposta 07 - Antonio Krishnamurti (PUC-RJ)

Hierarquização de locais para priorização de intervenções de saneamento básico baseada em metodologia estabelecida segundo critérios técnicos como risco, exposição, suscetibilidade e resiliência aos efeitos das mudanças climáticas, de maneira a orientar e basear em critérios objetivos a ordem de prioridade de intervenções. As proposições para o sistema de saneamento básico devem seguir uma lógica de gestão integrada de maneira a prever e mitigar possíveis interações entre os quatro setores do saneamento.

Proposta 08 - Aspásia Camargo (Palestrante)

Que a AGENERSA seja mais cobrada na regulação em sua função regulatória; Antecipar a revisão dos contratos de concessão para inclusão do atendimento de todas as favelas, sem limite de teto de investimento; Empoderamento da Fundação Rio-Águas; Que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) exerça o seu papel revisor e as três (ANA, AGENERSA e Rio-Águas) usem de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA), na regulação dos trabalhos das concessionárias; e Direcionamento dos valores recebidos a título de outorga pela concessão dos serviços de saneamento para investimentos em áreas de baixa renda.

Proposta 09 - Ibá dos Santos Silva (Clube de Engenharia)

As Empresas de Água e Esgoto devem ser Estatais e com função social e devem incluir um pagamento por serviço ambiental à conservação de nascentes.

Proposta 10 - Ibá dos Santos Silva (Clube de Engenharia)

Recuperação da Usina do Caju e instalação de outra Usina na Zona Oeste até 2030.

Proposta 11 - João Lourenço Xavier (SINTSAMA-RJ)

Criação da Agência Reguladora de Saneamento do Município do Rio de Janeiro. E que regule: água, saneamento e resíduos sólidos.

Proposta 12 - Jorge Tonnera Júnior (Observador)

Na implantação de 02 (duas) Usinas de recuperação energética (Caju e Zona Oeste), esclarecer qual tecnologia será adotada: Biometanização (biodigestor); Incineração; etc.

Proposta 13 - Norma Santos Bomfim (Círculo Laranja)

Criar 02 (duas) usinas de recuperação energética (Caju e Campo Grande), cujos resíduos sólidos sejam coletados por catadores. E que sejam públicas, com parceria com instituições de pesquisa do Estado e sem participação da iniciativa privada.

Proposta 14 - Ian Lima Silva (Círculo Laranja)

Criar conselhos participativos com a sociedade civil nas Secretarias, Empresas públicas e Fundações públicas que tratam do tema do saneamento.

Proposta 15 - Leandro da Rocha Lima (Círculo Laranja)

Incluir as localidades que foram excluídas dos planos de saneamento e avaliar o aumento da cota de consumo de água para a tarifa social, passando para 25 m³ (vinte e cinco metros cúbicos), para pessoas em vulnerabilidade.

Proposta 16 - Wanderson Santos - Palestrante (Rio-Águas) - Discussão da tarifa social nos contratos de concessão para inclusão de pessoas inscritas no CadÚnico; e profissionalização das agências reguladoras das concessões de saneamento, financiada com recursos com fins regulatórios previstos nos contratos de concessão que são destinados ao fundo de regulação.

Proposta 17 - Daniel Isfran e Juliana Mello de Queiroz (MNLM)

Acrescentar as ocupações urbanas, que já são Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), na possibilidade de isenção de tarifa social.

2.3.3.4.5 - Debates

O Moderador fez a leitura das propostas e os participantes pediram inscrição de fala para destaques, considerações, acréscimos, supressões, modificações, adições, aglutinações e revisões de algumas das propostas, na seguinte formatação:

- a) SUPRESSIVA (retirando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);
- b) MODIFICATIVA (modificando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);
- c) ADITIVA (acrescentando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta); e
- d) AGLUTINATIVA (juntando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);

2.3.3.4.6 - Propostas indicadas para o Município

Ao ser identificada a necessidade de mudanças nas propostas, estas foram realizadas imediatamente, chegando-se à redação final de cada proposta, em comum acordo dos participantes, ou por sua maioria simples (50% + 1). Abaixo seguem discriminadas as propostas pacificadas e já revisadas, encaminhadas para votação na sessão plenária de encerramento da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024**:

Proposta 01 - Usina de Recuperação Energética

- Implantação de 02 (duas) Usinas de recuperação energética com processamento diário de 2.000 à 3.000 toneladas, com separação manual associada a cooperativas de catadores, uma localizada no Caju (terreno próprio da COMLURB) e outra localizada na Zona Oeste (local a ser definido);
- Usina de recuperação energética a partir de resíduos coletados por catadores. E que a usina seja pública, com parceria com instituições de pesquisa do Estado e sem participação da iniciativa privada.

Proposta 02 - Hierarquização e Priorização para locais de saneamento

- Hierarquização de locais para priorização de intervenções de saneamento básico baseada em metodologia estabelecida segundo critérios técnicos como risco, exposição, suscetibilidade e resiliência aos efeitos das mudanças climáticas, de maneira a orientar e basear em critérios objetivos a ordem de prioridade de intervenções. As proposições para o sistema de saneamento básico devem seguir uma lógica de gestão integrada de maneira a prever e mitigar possíveis interações entre os quatro setores do saneamento.

2.3.3.4.7 - Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual Das Cidades

Inicialmente, foram indicadas duas propostas de âmbito estadual, a saber:

Proposta 01: Revisão da Tarifa Social

- Alterar o decreto que regulamenta a Tarifa Social de 1999 para incorporar novas categorias de usuários: inscritos no CadÚnico; moradores de favelas e em AEIS;
- Rever a tarifa social em conjuntos habitacionais do BNH;
- Discussão da tarifa social nos contratos de concessão para inclusão de pessoas inscritas no CadÚnico.

Proposta 02: Aperfeiçoamento das Agências e Empresas públicas

- Que a AGENERSA seja mais cobrada na regulação em sua função regulatória;
- Antecipar a revisão dos contratos de concessão para inclusão do atendimento de todas as favelas, sem limite de teto de investimento;
- Empoderamento da Fundação Rio-Águas;
- Direcionamento dos valores recebidos a título de outorga pela concessão dos serviços de saneamento para investimento em áreas de baixa renda;
- Profissionalização das agências reguladoras das concessões de saneamento, financiada com recursos com fins regulatórios previstos nos contratos de concessão que são destinados ao fundo de regulação;

- Que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) exerça o seu papel revisor e as três (ANA, AGENERSA e Rio-Águas) usem de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA), na regulação dos trabalhos das concessionárias.

Tendo em vista a deliberação da reunião plenária da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, realizada em 04/07/2024 através de videoconferência, sobre a priorização das propostas para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, na qual a Comissão Organizadora definiu que tal priorização ficaria a cargo das mesas de cada sala de discussão temática ou sessão plenária (moderador, relator e secretário), então, a mesa da sala de discussão temática **SANEAMENTO BÁSICO**, parte do **Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos com o planejamento e orçamento das Políticas Públicas**, selecionou a seguinte proposta municipal a ser levada à conferência estadual:

- **Proposta:** Aperfeiçoamento das Agências Reguladoras com uso de novas tecnologias para regulação dos trabalhos das Empresas Públicas, concessionárias de serviços de saneamento, com antecipação da revisão dos contratos para fins de atendimento de todas as favelas e utilização dos recursos do fundo de regulação para ampliação dos quadros de profissionais concursados.

2.3.4 - A programação de 30/06/2024 (domingo/manhã)

2.3.4.1 - Sala de Discussão Temática (Plenário):

Tema : SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

2.3.4.1.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Maria Fernanda Lemos é Doutora em Urbanismo, professora da PUC-Rio, membro do IPCC como coordenadora de capítulo e autora do sexto relatório do Grupo 2. Atua também como membro da UCCRN como co-diretora do HUB Latino-americano, autora dos relatórios 2 e 3. É, também, membro do NIMA-PUC-Rio e possui larga experiência nas áreas de planejamento e projeto urbano, com ênfase em sustentabilidade, resiliência urbana e adaptação de cidades para a mudança climática. Maria Fernanda Lemos fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Felipe Mandarin é Geógrafo formado pela UFRJ, coordenador do Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB) e do Sistema de Monitoramento das Mudanças Climáticas (SISCLIMA), estruturas integradas de gestão de dados e informações desenhadas para apoiar a gestão e reunião de conhecimento e evidências sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Apresentação:

Monitoramento das Emissões de Gases de Efeito Estufa da Cidade do Rio de Janeiro - 2012 a 2021 (24 slides).

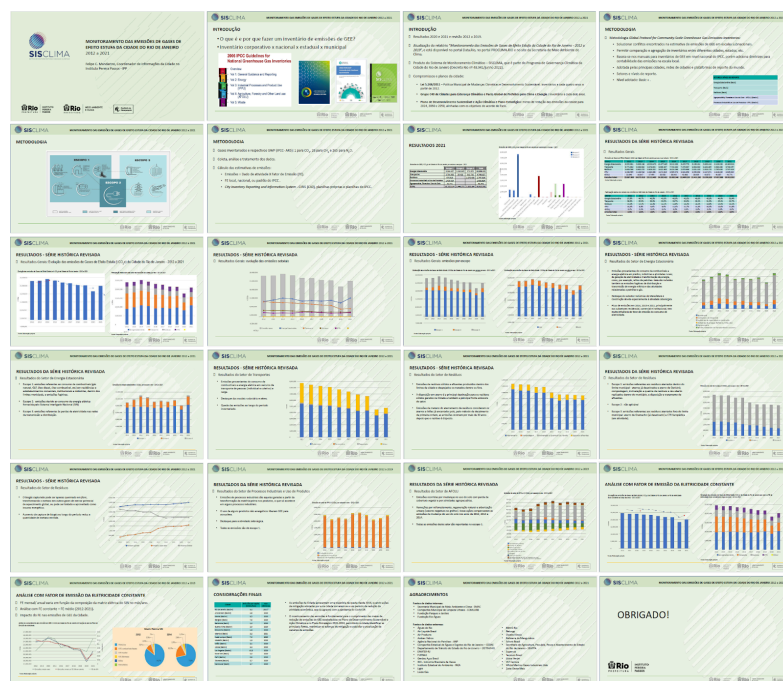


Fig. 23 - Imagem dos slides da apresentação de Felipe Mandarin

Claudete Costa é a primeira mulher a presidir a Unicopas (União das Organizações do Cooperativismo Solidário). Catadora de material reciclável há 37 anos, representando a União Nacional dos Catadores e Catadoras de material reciclável (Uni Catadores), sua participação no Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR) abriu caminhos e oportunidades na vida de Claudete, quando iniciou a militância representando catadores em situação de rua do Rio de Janeiro e fez parte do I Encontro de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, em Brasília. Claudete Costa fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Wanderson José dos Santos é formado em Engenharia Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, na Fundação Rio-Águas, onde é Diretor-Presidente desde janeiro de 2021, passou por todos os setores técnicos, tendo atuado nas Diretorias de Análise e Fiscalização de Obras e Conservação e na diretoria de Estudos e Projetos. Wanderson José dos Santos fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Daniel Mancebo é Geógrafo pela UERJ, possui mestrado em planejamento ambiental e geoprocessamento em Geografia pela mesma instituição e é Coordenador Geral do Escritório de Planejamento da Prefeitura do Rio. Daniel Mancebo fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

2.3.4.1.2 - Dinâmica da Sala

EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS Dinâmica da sala SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS 30/06/2024 (manhã)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	Adriana Ornellas	Dias e Ornellas Con. Socioamb. Ltda.
Relator	Luiz Othon	CAU - RJ
Secretário	Marcele Dias	Dias e Ornellas Con. Socioamb. Ltda.
ASSESSOR TÉCNICO	Christiane de Araujo	Fundação João Goulart
ASSESSOR TÉCNICO	Jeferson Farias da Silva	Fundação João Goulart
ASSESSOR TÉCNICO	Rebeka Braune	SMDUE/SUBPU
ASSESSOR TÉCNICO	Juliana Povoleri	SMDUE/SUBPU
ASSESSOR TÉCNICO	Luciano Teixeira Rocha	Fundação João Goulart
ASSESSOR TÉCNICO	Claudia Grangeiro	SMDUE/SUBPU

EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS Dinâmica da sala SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS 30/06/2024 (manhã)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	Adriana Ornellas	Dias e Ornellas Con. Socioamb. Ltda.
Relator	Luiz Othon	CAU - RJ
Secretário	Marcele Dias	Dias e Ornellas Con. Socioamb. Ltda.
horário	palestrante	tempo (minutos)
9:00/9:15	Maria Fernanda Lemos	15
9:15/9:30	Felipe Mandarino	15
9:30/9:45	Claudete Costa	15
9:45/10:00	Wanderson José dos Santos	15
10:00/10:15	Daniel Mancebo	15
10:20/12:20	DEBATE	120
12:20/13:20	VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS	60

2.3.4.1.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS** teve **149 (cento e quarenta e nove)** participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/categoria de inscrição	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Adriana Correa Ornellas - Delegado Nato	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental Ltda
02	Adriana Sotero Martins - Delegado	Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz
03	Alexandre Correia - Delegado	Movimento Nacional de Luta Por Moradia
04	Ana Luiza Prates de Miranda - Delegado	Círculo Laranja

05	Andre Gomes Vieira - Delegado	Amast - Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
06	Antonio Carlos Massad Campos - Delegado	Clube de Engenharia
07	Antônio Luis Barbosa Corrêa - Delegado Nato	PCRJ/SMDUE
08	Carla Carolina Urbina Urbina - Delegado	Faculdades Catolicas
09	Carmem Valéria - Delegado	Ocupação Manoel Congo
10	Carmen Lúcia Petrágli - Delegado	Clube de Engenharia
11	Caroline Pereira Pires da Silva - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
12	Célio Viana - Delegado	Círculo Laranja
13	Claudia Grangeiro da Silva Castro - Poder Público	PCRJ/SMDUE
14	Claudia Maria Alvim Carijó - Delegado	Amast - Associação de Moradores E Amigos de Santa Teresa
15	Claudia Muniz Moreira Magnani - Poder Público	Fiocruz
16	Claudio Barboza de Oliveira - Delegado	Quilombo da Gamboa
17	Clementina Dos Santos Feltmann - Delegado	Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz
18	Débora Cruz - Delegado	União Por Moradia Popular do RJ
19	Denys Alcantara Moreira - Delegado	Sindicato Dos Empregados Em Estabelecimentos Bancarios do Municipio do Rio de Janeiro
20	Eleci Vieira Conceição - Delegado	Quilombo da Gamboa
21	Eli Pedro Caetano da Silva - Delegado	Movimento do Povo
22	Eliane Sousa de Oliveira - Delegado	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro
23	Emerson Bravo - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
24	Emilia Maria de Souza - Delegado	Conselho Popular
25	Felipe Carvalho Nin Ferreira - - Delegado Nato	PCRJ/SMAC
26	Fernando Luis da Conceição - Delegado	Movimento do Povo
27	Fernando Luiz de Andrade - Delegado	Sindicato Dos Empregados Em Estabelecimentos Bancarios do Municipio do Rio de Janeiro
28	Flavio Protasio Ceccon - Delegado	Amast - Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa
29	Gilvana Santos Silva - Delegado	União Por Moradia Popular do RJ
30	Gláucia Nascimento da Silva - Delegado	Movimento de Trabalhadoras E Trabalhadores Sem-Teto (Mtst)
31	Guilherme da Costa - Delegado Nato	Movimento de Lutas Nos Bairros, Vilas E Favelas

32	Guilherme Rodrigues Barbosa - Observador	-
33	Gustavo Bueno - Delegado	Movimento Nacional de Luta Por Moradia
34	Gustavo Ferreira de Azevedo - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
35	Helen Soraya Gomes Moreira - Delegado	Círculo Laranja
36	Henrique Gaspar Barandier - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam
37	Hugo Otati - Delegado	Movimento Nacional de Luta Por Moradia
38	Ian Lima Silva - Delegado	Círculo Laranja
39	Iba Dos Santos Silva - Delegado	Clube de Engenharia
40	Isabel Habib Mattar de Araujo - Poder Público	PCRJ/SMDUE
41	Isabella Giesta Carrico Vital - Delegado	Sociedade Dos Engenheiros E Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro-Seaerj
42	Jacqueline Guerreiro Aguiar - Delegado	Fundação Brasileira Para Conservação da Natureza
43	Jadiel Messias Dos Santos - Delegado	Central de Movimentos Populares
44	Janeide Ouvidio da Silva - Delegado	Associação Dos Síndicos Dos Condomínios Minha Casa Minha Vida
45	Jaqueline Costa da Silva - Delegado	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
46	João de Souza Barbosa - Delegado	Quilombo da Gamboa
47	João Lourenço Xavier - Delegado	Sindicato Dos Trabalhadores Nas Empresas de Saneamento Básico E Meio Ambiente do Rio de Janeiro - Sintsama-Rj
48	José de Jesus Carvalho - Observador	-
49	Josie Corina da Cruz - Delegado	Movimento do Povo
50	Juliana Barbosa Povoleri - Poder Público	PCRJ/SMDUE
51	Juliana Silva de Mattos - Poder Público	PCRJ/SMDUE
52	Leandro da Rocha Lima - Delegado	Círculo Laranja
53	Leandro de Lima - Delegado	Sindicato Dos Trabalhadores Nas Empresas de Saneamento Básico E Meio Ambiente do Rio de Janeiro - Sintsama-Rj
54	Leona Mercês Ribeiro - Delegado	Central de Movimentos Populares
55	Leonardo Pinto de Raimundo - Delegado	União Por Moradia Popular do RJ
56	Leonardo Ricardo Cruz de Sá Freire - Delegado	Movimento do Povo
57	Licínio Machado Rogério - Delegado Nato	Fam Rio - Federação Das

		Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
58	Lílian Zimbardi - Delegado	Círculo Laranja
59	Lucas Scoralick Coimbra Naveira - Delegado	Movimento de Trabalhadoras E Trabalhadores Sem-Teto (Mtst)
60	Lucia Regina Dos Santos Reis - Delegado	Amast - Associação de Moradores E Amigos de Santa Teresa
61	Luciana Alencar Ximenes - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
62	Luciana Hamada - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam
63	Luiette Costa de Ornellas - Delegado	Círculo Laranja
64	Luis Fábio Cruz - Delegado Nato	PCRJ/SMAC
65	Luisa da Penha - Delegado	Ocupação Manoel Congo
66	Luiz Othon Agnese B. de Mello - Delegado Nato	Conselho de Arquitetura E Urbanismo do Rio de Janeiro
67	Mara Fabiana Silva Antônio Viana - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
68	Marcela Abla - Delegado Nato	Instituto de Arquitetos do Brasil
69	Marcelo de Andrade Dias - Poder Público	PCRJ/SMDUE
70	Marcelo Guimarães Araújo - Delegado	Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz
71	Marcelo Pereira Alves - Delegado	Sindicato Dos Trabalhadores Nas Empresas de Saneamento Básico E Meio Ambiente do Rio de Janeiro - Sintsama-Rj
72	Marcelo Rodrigues da Silva - Delegado	Central Única Dos Trabalhadores - Cut (Filial)
73	Márcia Costa Alves da Silva - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam
74	Maria Aparecida de Jesus - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
75	Maria Aparecida Souza da Cruz - Delegado	Sindicato Dos Empregados Em Estabelecimentos Bancarios do Municipio do Rio de Janeiro
76	Maria Cleuris Vieira Moitinho - Poder Público	CEHAB
77	Maria de Fátima Pereira - Delegado	Movimento de Trabalhadoras E Trabalhadores Sem-Teto (Mtst)
78	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos - Delegado Nato	Pontífica Universidade Católica - Puc
79	Maria Gorete da Gama E Silva - Delegado	Quilombo da Gamboa
80	Maria Helena Viana Caracol da Costa - Delegado	Movimento de Trabalhadoras E Trabalhadores Sem-Teto (Mtst)
81	Merilene Gomes Muniz - Delegado	Movimento do Povo
82	Milton Nazareno Ramos Neves - Delegado	Sindicato Dos Engenheiros No Estado do Rio de Janeiro - Senge-Rj

83	Nelci Frangipani - Delegado Nato	Associação de Moradores E Amigos do Jardim Botânico
84	Norma Santos Bomfim - Observador	-
85	Patrícia Cristina Rodrigues - Delegado	Vicariato Episcopal do Meio Ambiente E Sustentabilidade
86	Paulo Pizão - Delegado	Associação Comercial do Rio de Janeiro
87	Pedro Renault de Barros Correia - Poder Público	PCRJ/SMDUE
88	Raquel Pinheiro - Delegado	Ocupação Manoel Congo
89	Raquel Vial Santoro Dos Santos - Poder Público	Conselho Regional de Biologia
90	Rebeka Braune - Delegado	PCRJ/SMDUE
91	Regina Lucia Gomes Silva - Delegado	Movimento do Povo
92	Reginaldo Jardim Ferreira - Delegado	CEHAB
93	Roberta Athayde - Observador	-
94	Roberto Anderson de Miranda Magalhães - Delegado	Faculdades Católicas
95	Rogério Q Romeiro - Observador	-
96	Sandra Hiromi Kokudai - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
97	Sebastião de Moraes Filho - Delegado	Centro de Apoio Ao Movimento Popular
98	Silvia Maura Rodrigues Dos Santos - Observador	-
99	Silvia Regina Nunes Baptista - Delegado	Associação de Remanescentes do Quilombo Dona Bilina / Teia de Solidariedade Zona Oeste
100	Sonia Schlegel Costa - Observador	-
101	Tânia Regina da Silva Ribeiro - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
102	Tiago Rocha - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
103	Valdeci Soares de Oliveira - Delegado	Quilombo da Gamboa
104	Valéria Lima Marques de Sousa - Poder Público	Conselho Regional de Biologia
105	Vaniza Schuch Pinto - Delegado	Amast - Associação de Moradores E Amigos de Santa Teresa
106	Vera Maurity - Delegado	Associação de Moradores E Amigos do Jardim Botânico
107	Vitória Lopes - Delegado	Quilombo da Gamboa
108	Vitória Régia Cordeiro da Silva - Delegado	Fam Rio - Federação Das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
109	Viviane Silva Santos Tardelli - Delegado	Associação Das Defensoras E Defensores Públicos do Estado do

		Rio de Janeiro - ADPERJ
110	Wilmara Santos Amorim - Delegado	Ocupação Manoel Congo
111	Yago Luiz da Costa Barreto Gomes - Delegado	Cooperativa Reciclando Para Viver
112	Thiago Ameal Sant'anna - Observador	-
113	Wilson Carolino - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
114	Paulo Sergio Faria - Delegado	Sindicato Dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - Sintsama-Rj
115	Gianni Marchizini - Delegado	Ocupação Manoel Congo
116	Leandro Ferreira - Delegado	-
117	Lívia Cantuária - Delegado	União Por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro
118	Lucinalva de Sousa Santos - Delegado	-
119	Francisco Carolino Dos Santos Jr - Delegado	Movimento de Luta Nos Bairros, Vilas e Favelas (Mlb)
120	Gabriel Ferraz Galhonone - Delegado	Movimento de Luta Nos Bairros, Vilas e Favelas (Mlb)
121	Gelson da Silva - Delegado	União Brasil Educação E Cidadania
122	Fernando da Silva - Delegado	-
123	Janete Soares Lessa - Delegado	Unifamaerj (União Das Federações E Associações de Moradores E Afins do Estado do Rio de Janeiro)
124	Maicon Felipe da Silva - Observador	-
125	Jacy Joaquim de Menezes Jr - Delegado	Sindicato Dos Empregados Em Estabelecimentos Bancarios do Municipio do Rio de Janeiro
126	Carla Andrade - Delegado	Ocupação Mariana Crioula
127	Eliane Jesus Queiroz - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
128	Célio Lúcio de Abreu - Delegado	Quilombo da Gamboa
129	Ana Cristina Souza - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
130	Alberto Gomes Silva - Delegado	PCRJ/SMCG
131	Lucas B Dos Santos - Delegado	Grupo Pela Vidda
132	Felipe de Oliveira Pinheiro - Delegado	Grupo Pela Vidda
133	Viviane de Jesus da Silva - Delegado	Quilombo da Gamboa
134	Pedro Marcilio Aragão da Silva - Delegado	Fam Rio - Federação Das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
135	Rosana do Socorro Pimentel de Freitas -	Unifamaerj (União das federações e

	Delegado	associações de moradores e afins do estado do rio de Janeiro)
136	Rosana Sardinha de Moraes - Delegado	Acmmerj Associação Dos Síndicos Dos Condomínios Minha Casa Minha Vida
137	Matilde Guilhermina de Alexandre - Delegado	Conselho Popular
138	Maria Luiza Rodrigues - Delegado	Movimento de Luta Nos Bairros, Vilas e Favelas (Mlb)
139	Thainara Daiane da Silva Felipe - Observador	-
140	Simone da Silva Felipe - Observador	-
141	Sant` Clair Das Sant'anna - Delegado	União Por Moradia Popular do RJ - Mãe Bernadete.
142	Roberto Gomes Dos Santos - Delegado	Central de Movimentos Populares
143	Walter da Conceição Rodrigues - Delegado	Federação Das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj)
144	Rogério Marrara - Convidado	-
145	Maria Das Graças de Lima - Delegado	Ocupação Manoel Congo
146	Diego Rocha Dos Santos - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
147	Marluce Lopes - Delegado	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro
148	Ilaci de Oliveira Luiz - Delegado	Unifamaerj (União Das Federações E Associações de Moradores E Afins do Estado do Rio de Janeiro)
149	Mara Lúcia Araújo - Delegado	Unifamaerj (União Das Federações E Associações de Moradores E Afins do Estado do Rio de Janeiro)

2.3.4.1.4 - Questões discutidas

A coordenação da sala de discussão foi feita por ADRIANA ORNELLAS, a relatoria, por LUIZ OTHON AGNESE BEZERRA DE MELLO, sendo secretariados por MARCELE DIAS. Pela ordem, foram elencadas propostas, à saber:

Proposta 01 - Eric Vermelho / Jacy Joaquim de Menezes Junior /Ana Luiza Miranda

Implementar políticas públicas de ensino ambiental como a criação de uma escola popular de Boas Práticas Socioambientais, em local cedido pela Prefeitura, garantindo educação ambiental gratuita, com foco em hortas urbanas e bioconstrução e produção de material didático orientativo sobre meio ambiente.

Proposta 02 - Leandro Ferreira / Rosana Moraes

Implementação de coleta seletiva em condomínios, com instalação de Ecopontos da COMLURB.

Proposta 03 - Rogério Romeiro

Inclusão da Biorremediação como política pública de saneamento ambiental, economia azul, economia circular.

Proposta 04 - Leandro Lima / Jacy Joaquim de Menezes Junior

Implementação de projetos de recuperação e preservação de todos os ambientes naturais da cidade, com aproveitamento de áreas vazias e abandonadas transformadas em áreas verdes drenantes com aproveitamento de energia solar e coleta seletiva de resíduos.

Proposta 05 - Leandro Lima / Gustavo Bueno

Recomposição orçamentária, abertura de concursos e compra de equipamentos operacionais para os órgãos ambientais e de urbanismo (SMAC, FPJ, etc).

Proposta 06 - Janeide Silva

Contribuição de empresas privadas na área de construção, de terem uma obrigatoriedade em investimentos sustentáveis dentro do MCMV e demais construções.

Proposta 07 - Janeide Silva

Elaborar uma lei para padronização das taxas de luz e água para o Minha Casa Minha Vida (tarifa social).

Proposta 08 - Gustavo Bueno

Licenciamento pela SMAC por servidores concursados.

Proposta 09 - Grupo Sustentabilidade Ambiental

Execução na íntegra do plano de arborização urbana e tornar obrigatório o plano municipal de gerenciamento costeiro.

Proposta 10 - Nelci Frangipani / Ana Luiza / Carla Urbina

Compreender a região metropolitana do Rio de Janeiro e desenvolver projetos urbanos ecológicos e paisagísticos contínuos, reconhecendo as paisagens naturais e urbanas com a colaboração entre a comunidade e entidades privadas. Reconhecer a existência de paisagens naturais, gestionadas, rurais e urbanas, no município, e promover a valorização da diversidade biocultural.

Proposta 11 - Adriana Sotero (Fiocruz)

Implementação do Conselho Municipal de Saneamento Ambiental com a participação da sociedade civil.

Proposta 12 - Jacy Joaquim de Menezes Junior

Combate ao racismo ambiental e reurbanização do território vulnerável, com dotação orçamentária, viabilizando a regularização fundiária.

Proposta 13 - Maria Fernanda Lemos / Roberto Anderson (PUC RIO)

Vincular os planos setoriais (tais como habitação, saneamento, transporte, drenagem), por lei, ao plano de ação climática, rebatizando esses planos setoriais como planos para resiliência, e transformando o plano de ação climática em obrigação legal, articulado ao plano diretor, de modo a coordenar os planos setoriais.

Proposta 14 - Maria Fernanda Lemos (PUC RIO)

Estabelecer legalmente um percentual do orçamento municipal para adaptação para a mudança climática.

Proposta 15 - L Moreira / Sandra Kokudai

Alteração do Decreto 53633-2023 para contemplar a participação popular para efetiva implementação da governança climática democrática e participativa com transparência ativa através de publicação de informações orçamentárias, prestação de contas e efetiva execução do PAC MRJ.

Proposta 16 - Ana Luiza Miranda (IAB RJ)

Implementar políticas públicas que fomentem a educação ambiental e promovam a importância da sustentabilidade e adoção de Sistemas Alimentares no planejamento urbano, com a integração dos sistemas alimentares nos parcelamentos do solo.

Proposta 17 - Ana Luiza Miranda (IAB RJ)

Assegurar a publicação de portal de transparência das ações e investimentos relacionados à sustentabilidade, medidas compensatórias e royalties.

Proposta 18 - Roberto Anderson / Ibá dos Santos

Renaturalização e despoluição dos rios urbanos, preservação das áreas de turfa e manguezais, recomposição ecológica das praias, canais de ligação de lagos e lagoas com o mar e restingas.

Proposta 19 - Roberto Anderson

Promoção de programa de arborização urbana intensivo com a definição de metas e recursos para sua implantação baseados no Plano Diretor de Arborização Urbana.

Proposta 20 - Roberto Anderson

Promoção de políticas de adensamento de áreas centrais e próximas dos centros urbanos com o desestímulo ao crescimento urbano espraiado que ocupa áreas verdes agricultáveis.

Proposta 21 - Ian Lima

Garantir o cumprimento das políticas estaduais de combate e adaptação às mudanças climáticas fomentando conselho estadual de mudanças climáticas tendo a participação popular o poder deliberativo e integração entre as secretarias.

Proposta 22 - Ana Luiza Miranda

Fomento à educação ambiental e transparência ativa quanto à remoção de árvores e inclusão da participação popular em projeto de arborização, assegurando a existência de portal de transparência.

Proposta 23 - Carmem Petraglia

Que seja incorporado ao Plano Nacional de Adaptação, políticas e instrumentos específicos para mulheres conforme o ODS 5.

Proposta 24 - Celio Viana

Que o município cumpra com a lei 12305/2010 , política nacional de resíduos sólidos para finalizar com os lixões abertos, favorecendo material para os catadores e empregos verdes.

Proposta 25 - Plenária

Proibir / não permitir a privatização de praças , parques , Unidades de Conservação , áreas verdes e praias em todo o estado do RJ.

Proposta 26 - Paulo Paim

Promoção de políticas municipais de urbanização de favelas com dotação orçamentária que viabilize a titulação, construção de moradias, áreas verdes, arruamento e instalação de equipamentos públicos.

Proposta 27 - Carmem Petraglia

Política e instrumentos para pessoas vulneráveis. Curso de capacitação para coleta de sementes nas Unidades de Conservação e de Restinga - comunidades pesqueiras, quilombolas, pequenos agricultores etc para promover a propagação de flora nativa e gerar empregos verdes.

Proposta 28 - Helen Moreira

Alteração do Decreto 53633 a fim de contemplar a participação popular incluindo efetiva implementação da governança climática com transparência e prestação de contas e efetiva execução do PAC MRJ.

2.3.4.1.5 - Debates

A apresentação das propostas se estendeu sobre o tempo destinado ao debate e votação.

Houve, na sequência, o esvaziamento do quorum devido ao horário de almoço.

As propostas foram recolhidas e imediatamente formado um grupo de trabalho de auxílio à relatoria, que se reuniu em sala separada para a digitação.

As propostas foram relatadas no item anterior neste documento.

Por decisão da Sessão Plenária de Encerramento, a relatoria foi encarregada de aglutinar as propostas na medida do possível e promover o encaminhamento.

2.3.4.1.6 - Propostas indicadas para o Município e moção aprovada

As propostas para o Município foram aglutinadas conforme determinado na sessão plenária de encerramento e estão dispostas a seguir:

Proposta 01 : Implementar políticas públicas de ensino ambiental como a criação de uma escola popular de Boas Práticas Socioambientais, em local cedido pela Prefeitura, garantindo educação ambiental gratuita, com foco em hortas urbanas e bioconstrução e produção de material didático orientativo sobre meio ambiente.

Proposta 02 : Implementação de coleta seletiva em condomínios, com instalação de Ecopontos da COMLURB.

Proposta 03 : Inclusão da Biorremediação como política pública de saneamento ambiental, economia azul, economia circular.

Proposta 04 : Implementação de projetos de recuperação e preservação de todos os ambientes naturais da cidade, com aproveitamento de áreas vazias e abandonadas transformadas em áreas verdes drenantes com aproveitamento de energia solar e coleta seletiva de resíduos.

Proposta 05 : Recomposição orçamentária, abertura de concursos e compra de equipamentos operacionais para os órgãos ambientais e de urbanismo (SMAC, FPJ, etc).

Proposta 06 : Elaborar uma lei para padronização das taxas de luz e água para o Minha Casa Minha Vida (tarifa social).

Proposta 07 : Licenciamento pela SMAC por servidores concursados.

Proposta 08 : Execução na íntegra do plano de arborização urbana e tornar obrigatório o plano municipal de gerenciamento costeiro.

Proposta 09 : Compreender a região metropolitana do Rio de Janeiro e desenvolver projetos urbanos ecológicos e paisagísticos contínuos, reconhecendo as paisagens naturais e urbanas com a colaboração entre a comunidade e entidades privadas. Reconhecer a existência de paisagens naturais, gestionadas, rurais e urbanas, no município, e promover a valorização da diversidade biocultural.

Proposta 10 : Implementação do Conselho Municipal de Saneamento ambiental com a participação da sociedade civil.

Proposta 11 : Combate ao racismo ambiental e reurbanização do território vulnerável, com dotação orçamentária, viabilizando a regularização fundiária.

Proposta 12 : Estabelecer legalmente um percentual do orçamento municipal para adaptação para a mudança climática.

Proposta 13 : Alteração do Decreto 53633-2023 para contemplar a participação popular para efetiva implementação da governança climática democrática e participativa com transparência ativa através de publicação de informações orçamentárias, prestação de contas e efetiva execução do PAC MRJ.

Proposta 14 : Renaturalização e despoluição dos rios urbanos, preservação das áreas de turfa e manguezais, recomposição ecológica das praias, canais de ligação de lagos e lagoas com o mar e restingas.

Proposta 15 : Promoção de programa de arborização urbana intensivo com a definição de metas e recursos para sua implantação baseados no PDAU.

Proposta 16 : Promoção de políticas de adensamento de áreas centrais e próximas dos centros urbanos como desestímulo ao crescimento urbano espraiado que ocupa áreas verdes agricultáveis.

Proposta 17 : Fomento à educação ambiental e transparência ativa quanto à remoção de árvores e inclusão da participação popular em projeto de arborização, assegurando a existência de portal de transparência.

Proposta 18 : Que seja incorporado ao Plano Nacional de Adaptação políticas e instrumentos específicos para mulheres conforme ODS 5.

Proposta 19 : Que o município cumpra com a lei 12305/2010 , política nacional de resíduos sólidos para finalizar com os lixões abertos, favorecendo material para os catadores e empregos verdes.

Proposta 20 : Proibir / não permitir a privatização de praças , parques , UC , áreas verdes e praias em todo o estado RJ.

Proposta 21 : Promoção de políticas municipais de urbanização de favelas com dotação orçamentária que viabilize a titulação, construção de moradias, áreas verdes, arruamento e instalação de equipamentos públicos.

Proposta 22 : Alteração do Decreto 53633 a fim de contemplar a participação popular, incluindo efetiva implementação da governança climática com transparência e prestação de contas e efetiva execução do PAC MRJ.

Moção aprovada - IAB-RJ, Conselho Popular e Clube de Engenharia

Moção pela preservação legalmente e praticamente de ÁREAS ALAGÁVEIS DE TURFA E MANGUEZAIS, fundamentais no sequestro de carbono, conforme indica o TEXTO BASE DA CONFERÊNCIA DAS CIDADES.

Destaque em defesa das áreas alagáveis de GUARATIBA e VARGENS, que possuem riqueza da biodiversidade da fauna e da flora, vocação agrícola e função ambiental como planície de inundação, mata ciliar, sequestro de carbono e área de amortecimento de calor.

No PLANO DIRETOR nenhuma área agrícola foi reconhecida em VARGENS e houve grande REDUÇÃO DA RESERVA DA VIDA SILVESTRE (REVIS) DOS CAMPOS DE SERNAMBETIBA para dar lugar a empreendimentos imobiliários.

PROPOMOS A REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL MAIS RESTRITIVA PARA GARANTIR A PRESERVAÇÃO, CONFORME § 4º DO ART. 333, DO CAPÍTULO ZONEAMENTO, TÍTULO V – DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA LC Nº 270/2024 – PLANO DIRETOR.

2.3.4.1.7 - Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades

Foram definidas quatro propostas a nível estadual sobre a temática, conforme transcrito a seguir. **Destas propostas, foram posteriormente selecionadas duas pela relatoria, conforme delegação do plenário.**

Proposta 01 : Contribuição de empresas privadas na área de construção, de terem uma obrigatoriedade em investimentos sustentáveis dentro do MCMV e demais construções.

Proposta 02 : Assegurar a publicação de portal de transparência das ações e investimentos relacionados à sustentabilidade, medidas compensatórias e royalties.

Proposta 03 : Vincular os planos setoriais (tais como habitação, saneamento, transporte, drenagem), por lei, ao plano de ação climática, rebatizando esses planos setoriais como planos para resiliência, e transformando o plano de ação climática em obrigação legal, articulado ao plano diretor, de modo a coordenar os planos setoriais.

Proposta 04 : Política e instrumentos para pessoas vulneráveis. Curso de capacitação para coleta de sementes nas Unidades de Conservação e de Restinga - comunidades pesqueiras, quilombolas, pequenos agricultores etc para promover a propagação de flora nativa e gerar empregos verdes.

2.3.4.2 - Sala de Discussão Temática (Auditório)

Tema : SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO DO CONTROLE ARMADO DOS TERRITÓRIOS POPULARES

2.3.4.2.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Registramos que estava programada a palestra de abertura sobre o tema por **Carolina Grillo**, que teria realizado a sua apresentação no sábado, 29/06/2024, na parte da manhã, mas em função do atraso da programação devido à votação do Regulamento da Conferência, a palestra não ocorreu e a palestrante convidada não tinha disponibilidade para realizá-la no domingo em função de outros compromissos.

Jefferson Arouche é graduado em Segurança Pública e pós-graduado em Direito Constitucional e em Ciência Política. Faz parte do corpo docente de capacitação do Batalhão de Policiamento em Vias Expressas e é Assessor Parlamentar e coach de Ciência Política.

Apresentação:

Fração de Estado Segurança Pública e Enfrentamento Armado (34 slides).

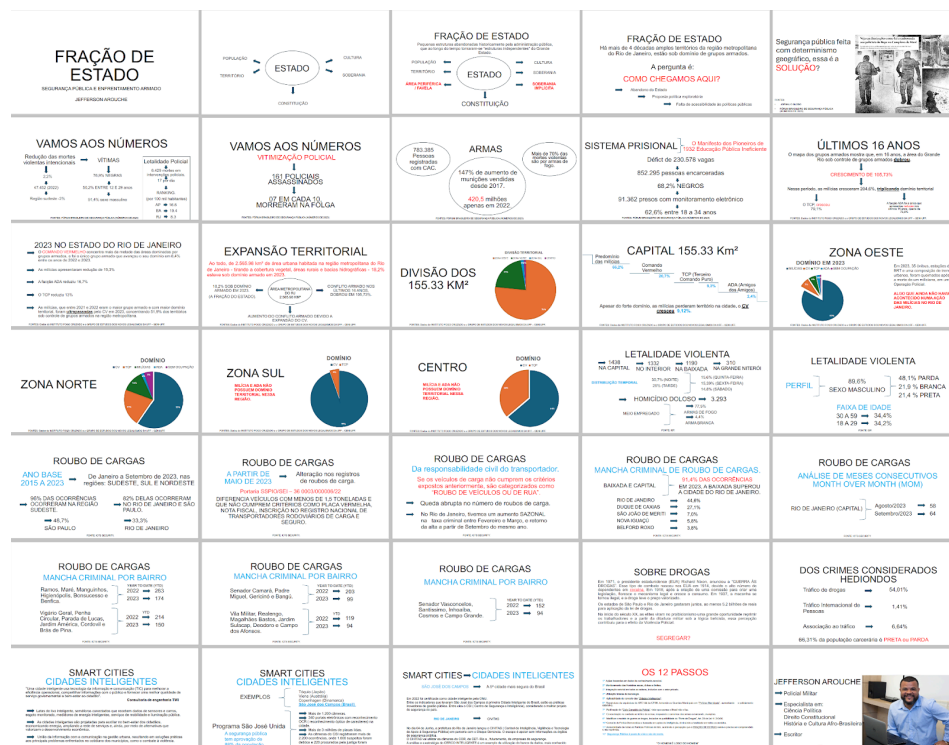


Fig. 24 - Imagem dos slides da apresentação de Jefferson Arouche

Thais Custodio é Economista graduada pela UERJ, mestre pela UFRRJ e doutoranda pela Faculdade de Economia da UFF. É cofundadora e coordenadora na Rede de Economistas Pretas e Pretos (REPP), militante do Movimento Negro Unificado (MNU) e ativista dos Direitos Humanos. Tem interesse em desmistificar a economia para a sociedade civil e dedica-se aos estudos sobre criminalidade e

segurança pública a partir de evidências. Thais Custodio fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Elisa Ramos Pitaro é professora convidada da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) nos cursos de Pós-graduação em Direito Público e Privado e no Curso de Pós Graduação em Direito Penal e Processo Penal. É, também, promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Elisa Ramos Pitaro fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Maria Eduarda Lacerda Couto tem bacharelado em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia, foi Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Secretaria de Ordem Pública na qual coordenou, avaliou e implementou o planejamento estratégico da Secretaria, além de monitorar indicadores e supervisionar projetos e atividades da Secretaria. É atualmente Coordenadora Técnica de Inteligência e Dados da Central de Inteligência, Vigilância e Tecnologia de Apoio a Segurança Pública da Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Apresentação: Segurança Pública e Enfrentamento do Controle Armado nos Territórios Populares (16 slides).



Fig. 25 - Imagem dos slides da apresentação de Maria Eduarda Lacerda Couto

2.3.4.2.2 - Dinâmica da sala

EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS Dinâmica da sala SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO ARMADO NOS TERRITÓRIOS 30/06/2024 (manhã)		
função	nome	órgão
Moderador	Abílio Tozini	ALMA
Relator	Jorge Silva	SENGE RJ
Secretário	Monica Rabelo	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá
ASSESSOR TÉCNICO	Luiz Valverde	SMAC
horário	palestrante	tempo (minutos)
9:00/9:15	Jefferson Arouche	15
9:15/9:30	Thais Custódio	15
9:30/9:45	Elisa Ramos Pitaro	15
9:45/10:00	Maria Eduarda Lacerda	15
10:20/12:20	DEBATE	120

2.3.4.2.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO DO CONTROLE ARMADO DOS TERRITÓRIOS POPULARES** teve **65 (sessenta e cinco)** participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/categoria de inscrição	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Abilio Valerio Tozini - Delegado nato	Alma - Associação de Moradores da Lauro Muller, RC, XS E ADJ.

02	Alice Nohl Vianna - Delegado	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
03	Ana Paula Pereira de Brito Costa - Delegado	Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro
04	Anazir maria de Oliveira - Delegado	Central de Movimentos Populares
05	Angela Maria Cassiano - Delegado	Sindinformal
06	Bruno Cruz de Almeida - Delegado	Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz
07	Carlos Henrique Virtuoso da Silva - Observador	-
08	Cleber Caetano da Silva - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
09	Cristina Rebelo - Delegado	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico
10	Elena Martello Lopes Arouche - Observador	-
11	Gabriel Ferraz Galhanone - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
12	Gabriela de Souza Pontes - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
13	Gidiana Roberto - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
14	Gustavo Aguiar Peixoto - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
15	Gustavo Portes Costa - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
16	Igor Alexandre Paixão Ferreira - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
17	Isis Cardoso - Delegado nato	FAFRIO
18	José Carlos de Oliveira - Delegado	União por Moradia Popular do RJ
19	Kelly da Silva - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
20	Lucas Faulhaber - Delegado nato	Movimento Nacional de Luta por Moradia
21	Lucia Maria Cesar Cerqueira - Delegado	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro
22	Luciane Galdina da Silva Idalino - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
23	Luiz Felipe Las Heras Vargas - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
24	Marcelo Braga Edmundo - Delegado	Central de Movimentos Populares
25	Marcio Martins - Delegado nato	PCRJ/SMDUE
26	MARIA DA PAZ MACEDO PEREIRA - Delegado	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro
27	Matheus de Paiva Akinci - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

28	Matilde Guilhermina de Alexandre - Delegado	Conselho Popular
29	Maykon da Silva - Delegado	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré)
30	Noemi de Andrade - Delegado	Central Única dos Trabalhadores - CUT (filial)
31	Orlando Alves dos Santos Junior - Delegado	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
32	Ryan Augusto Pestana Rocha - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
33	Tania Maria Ramos da Costa Nascimento - Delegado	MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO
34	Thais Nunes de Almeida Pessoa - Delegado	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
35	Thiago dos Santos Theodorio da Silva - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
36	Valério da Silva - Delegado	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
37	Ramon Pires Carnaval Barbosa - Delegado	Gabinete do Prefeito / Escritório de Dados
38	Angela Botelho - Delegado	Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro-SEAERJ
39	Regina Chiaradia - Delegado	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB
40	Christiane Oliveira - Observador	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMDUE
41	Thais Biagini - Observador	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMDUE
42	Alexandra Menescal - Delegado	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB
43	Livia Rodrigues - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
44	Carlos Eduardo - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
45	Samuel Thomas - Convidado	-
46	Catia C G Silva - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
47	Luis Fernando Valverde - Delegado	IPP
48	José henrique Melmann - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
49	Maíra Maximiano - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
50	Roberta da Silva - Delegado	FAFRIO
51	Thamirez martins dos Santos - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia

52	Luciana da Silva Mayrink - Delegado	Conselho de Arquitetura E Urbanismo do Rio de Janeiro
53	Gabrielle Batista - Observador	Ocupação por Moradia Digna São Januário
54	João Pereira - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
55	Walter Conceição Rodrigues -	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)
56	Maria Lucia Freitas Santos - Convidado	-
57	André Idalino - Delegado	Ocupação por Moradia Digna São Januário
58	Ana maria Leone de Jesus Ferreira - Delegado	Central de Movimentos Populares
59	Caroline Santana Cordeiro - Observador	-
60	Celineia Ferreira - Delegado	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
61	Maria da Gloria Figueiredo Souza - Delegado	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
62	Mônica Martins Rabelo - Delegado	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá
63	Luiza Bertin Bovo - Delegado	Movimento Nacional de Luta por Moradia
64	Gustavo S Soares - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés
65	Edson Lafayette R Gomes - Delegado	Ocupação por Moradia Digna Moisés

2.3.4.2.4 - Questões Discutidas

A coordenação da sala de discussão foi feita por ABILIO VALERIO TOZINI, a relatoria, por JORGE ANTONIO DA SILVA, sendo secretariados por LUIZ VALVERDE. Pela ordem, foram elencadas 16 (dezesesseis) propostas, a saber:

Proposta 01 : Garantir o não armamento da Guarda Municipal, com a não aprovação do Projeto de Lei em tramitação na Câmara.

Proposta 02 : Criação de uma política habitacional que limite o poder e expansão de grupos armados, contendo as seguintes diretrizes:

- vincular os projetos de regularização fundiária à demarcação de AEIS;
- definição e planejamento de territórios atendidos por regularização fundiária a partir de deliberação do Conselho da Cidade;
- vincular projetos de regularização à implantação de equipamentos e serviços públicos;

- não permitir o licenciamento de projetos habitacionais em áreas de conflito declarado;
- submeter a decisão da construção em áreas de expansão urbana ao Conselho da Cidade.

Proposta 03 : Remodelação da política de segurança que abarque:

- a proibição do uso de armas de fogo em manifestações;
- o fim das ações militares em favelas, a partir da desmilitarização da Polícia;
- a institucionalização da prática do uso de câmeras corporais por agentes policiais.

Proposta 04 : Pensando em diminuir a questão da subnotificação, melhorar a eficiência das polícias e facilitar o acesso ao Registro de Ocorrência (RO) *on-line*.

Proposta 05 : Que parte do financeiro obtido nas grandes ações policiais sejam revertidas em projetos para a comunidade através das associações de fato e de direito.

Proposta 06 : Acabar com o Aparelhamento Político dos CCS (Conselhos Comunitários de Segurança).

Proposta 07 : Criação de SUSP (Serviço Único de Segurança Pública), aos moldes do SUS, participativo, equânime, igualitário, universal, descentralizado, tendo como eixo um projeto de cidade promotora de saúde, que prime pela sustentabilidade e desenvolvimento cidadão.

Proposta 08 : Criação do sistema nacional de segurança pública aos moldes do sistema único de saúde com os mesmos conselhos com participação popular equivalentes aos da saúde, com carreiras profissionais e planos de carreira definidas para todas as unidades da federação, envolvendo FORÇAS ARMADAS, POLÍCIA FEDERAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, GUARDA MUNICIPAL, PROMOTORES DE JUSTIÇA PENAIIS, PROCURADORES PENAIIS, PODER JUDICIÁRIO CRIMINAL, que devem integrar, junto com os representantes eleitos pela sociedade civil, os membros dos CONSELHOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Proposta 09 : Criar Banco de dados Integrado do SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Proposta 10 : Estabelecer sistema de punição severa para pessoas da sociedade que integram carreiras ligadas à segurança pública, forças armadas, polícia federal, polícia militar, polícia civil, guarda municipal, promotores de justiça, procuradores penais, poder judiciário, que comprovadamente colaborarem com o estado paralelo.

Proposta 11 : Município criar canal de participação para a população, de forma não identificada, contribuir com informações para o CIVITAS.

Proposta 12 : Município criar o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, com CONSELHOS DISTRITAIS, a semelhança dos CONSELHOS de SAÚDE.

Proposta 13 : Agir pelo amor e não pela dor quando se trata de política pública. A prevenção, o diálogo entre todos atores da sociedade (mercado e povão) são os melhores remédios e possuem uma redução de custo satisfatória por promoverem o bem estar social e pertencimento constante do lugar. As pessoas que se sentem donas, VIGILANTES ATIVOS DA SUA RUA, protegem seu bairro, só no olhar, afinal ninguém vai ousar fazer algo errado enquanto a pessoa que você conviveu a vida toda está de olho... A VIGILÂNCIA POPULAR PRECISA SER RETOMADA NAS CIDADES E ISSO MELHORARÁ AS RELAÇÕES HUMANAS SOCIAIS que andam tão abaladas, fragilizadas com a facilidade do acesso da tecnologia.

Proposta 14 : A grande e vital importância de avançar efetivamente nas propostas que foram expostas nessa Conferência, que vem de encontro com anseios das nossas Favelas e também do asfalto, não havendo mais o discurso das Cidades Partidas. Vivemos o mesmo problema de violência com as balas perdidas, que só encontram inocentes. Desde a década de 1990/2000 que trabalhamos para organizar e colaborar com ações mais efetivas e não letais da forma que vemos hoje virar estatística. Tornando específico essas propostas:
Prevenção; Nos segmentos sociais, saúde, educação e cultura.

Proposta 15 : INVESTIMENTOS CONTÍNUOS

Ações de Segurança: Melhor aprimoramento do agente de segurança, investimentos na área de inteligência, investigação e informação compartilhada com todos os órgãos de Segurança, incluindo o ISP, atualizando os índices de criminalidade.

Guarda Municipal: Ter atenção no possível armamento da Guarda Municipal, esclarecer essa capacitação, como e quais serão os critérios. A importância da participação da população nessas decisões.

Proposta 16 : Prática dos 12 passos:

1º Ações baseadas em dados de conhecimento sensível.

2º Monitoramento das fronteiras secas, divisas e limites.

3º Integração setorial em todas as esferas, inclusive com o setor privado.

4º Utilização intensa da tecnologia.

5º Aplicabilidade do conceito das “Cidades Inteligentes”.

6º Reestruturação da arquitetura do ART.144 da CF/88, tornando as Guardas Municipais em “Polícias Municipais”, aumentando ostensivo.

7º Ratificação do “Ciclo Completo de Polícia”, visto que apenas o Brasil não o faz.

8º Concentração no combate ao tráfico de armas, mapeando os caminhos das armas e marcando munições.

9º Modificar o modelo de guerra às drogas, inclusive na punibilidade do “Porte de Drogas”, Art. 28 da Lei 11.343/06.

10º Conceito de Polícia Democrática e baseada em ações de inteligência, diminuindo a letalidade em todos os sentidos.

11 º Acessibilidade de todas as Políticas Públicas de fato, aceitando a percepção que a FRAÇÃO DE ESTADO existe e precisa ser compreendida e não reprimida.

12º Segurança Pública é pauta de vida e não de morte.

2.3.4.2.5 - Debates

O Moderador fez a leitura das propostas e os participantes pediram inscrição de fala para destaques, considerações, acréscimos, supressões, modificações, adições, aglutinações e revisões de algumas das propostas, na seguinte formatação:

a) SUPRESSIVA (retirando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);

b) MODIFICATIVA (modificando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);

c) ADITIVA (acrescentando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta); e

d) AGLUTINATIVA (juntando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta).

2.3.4.2.6 - Propostas indicadas para o Município

As propostas relacionadas a seguir foram aprovadas e ficou decidido encaminhá-las como moções/recomendações.

Proposta 01 : Pensando em diminuir a questão da subnotificação, melhorar a eficiência das polícias e facilitar o acesso ao RO on-line.

Proposta 02 : Que parte do financeiro obtido nas grandes ações policiais sejam revertidas em projetos para a comunidade através das associações de fato e de direito.

Proposta 03 : Acabar com o Aparelhamento Político dos CCS.

Proposta 04 : Criação de SUSP, aos moldes do SUS, participativo, equânime, igualitário, universal, descentralizado, tendo como eixo um projeto de cidade que promotora de saúde, prime pela sustentabilidade e desenvolvimento cidadão.

Proposta 05 : Criação do sistema nacional de segurança pública aos moldes do sistema único de saúde, com os mesmos conselhos com participação popular equivalentes aos da saúde, com carreiras profissionais e planos de carreira definidas para todas as unidades da federação, envolvendo FORÇAS ARMADAS, POLÍCIA FEDERAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, GUARDA MUNICIPAL, PROMOTORES DE JUSTIÇA PENAIIS, PROCURADORES PENAIIS, PODER JUDICIÁRIO CRIMINAL, que devem integrar, junto com os representantes eleitos pela sociedade civil, os membros dos CONSELHOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Proposta 06 : Criar Banco de dados Integrado do SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Proposta 07 : Estabelecer sistema de punição severa para pessoas da sociedade que integram carreiras ligadas à segurança pública, forças armadas, polícia federal, polícia militar, polícia civil, guarda municipal, promotores de justiça, procuradores penais, poder judiciário, que comprovadamente colaborarem com o estado paralelo.

Proposta 08 : Município criar canal de participação para a população, de forma não identificada, contribuir com informações para o CIVITAS.

Proposta 09 : Município criar o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, com CONSELHOS DISTRITAIS, a semelhança dos CONSELHOS de SAÚDE.

Proposta 10 : Agir pelo amor e não pela dor quando se trata de política pública. A prevenção, o diálogo entre todos atores da sociedade (mercado e povão) são os melhores remédios e possuem uma redução de custo satisfatória por promoverem o bem estar social e pertencimento constante do lugar. As pessoas que se sentem donas, VIGILANTES ATIVOS DA SUA RUA, protegem seu bairro, só no olhar, afinal ninguém vai ousar fazer algo errado enquanto a pessoa que você conviveu a vida toda está de olho...

A VIGILÂNCIA POPULAR PRECISA SER RETOMADA NAS CIDADES E ISSO MELHORA AS RELAÇÕES HUMANAS SOCIAIS que andam tão abaladas, fragilizadas com a facilidade do acesso da tecnologia.

Proposta 11 : A grande e vital importância de avançar efetivamente nas propostas que foram expostos nessa Conferência, que vem de encontro com anseios das nossas Favelas e também do asfalto, não havendo mais o discurso das Cidades Partidas, Vivemos o mesmo problema de violência com as balas perdidas, que só encontram inocentes. Desde a década de 1990/2000 que trabalhamos para organizar e colaborar com ações mais efetivas e não letais da forma que vemos hoje virar estatística. Tornando específico essas propostas: prevenção; nos segmentos, sociais, saúde, educação e cultura.

Proposta 12 : INVESTIMENTOS CONTÍNUOS

Ações de Segurança: Melhor aprimoramento do agente de segurança, investimentos na área de inteligência, investigação e informação compartilhada com todos os órgãos de Segurança, incluindo o ISP, atualizando os índices de criminalidade.

Proposta 13 : Guarda Municipal

Ter atenção no possível armamento da Guarda Municipal, esclarecer essa capacitação, como e quais serão os critérios. A importância da participação da população nessas decisões.

Proposta 14 : Propostas (Segurança Pública)

Prática dos 12 passos:

- 1º Ações baseadas em dados de conhecimento sensível.
- 2º Monitoramento das fronteiras secas, divisas e limites.
- 3º Integração setorial em todas as esferas, inclusive com o setor privado.
- 4º Utilização intensa da tecnologia.
- 5º Aplicabilidade do conceito das “Cidades Inteligentes”.
- 6º Reestruturação da arquitetura do ART.144 da CF/88, tornando as Guardas Municipais em “Polícias Municipais”, aumentando ostensivo.
- 7º Ratificação do “Ciclo Completo de Polícia”, visto que apenas o Brasil não o faz.
- 8º Concentração no combate ao tráfico de armas, mapeando o caminhos das armas e marcando ,munições.
- 9º Modificar o modelo de guerra às drogas, inclusive na punibilidade do “Porte de Drogas”, Art. 28 da Lei 11.343/06.
- 10º Conceito de Polícia Democrática e baseado em ações de inteligência, diminuindo a letalidade em todos os sentidos.
- 11º Acessibilidade de todas as Políticas Públicas de fato, aceitando a percepção que a FRAÇÃO DE ESTADO existe e precisa ser compreendida e não reprimida.
- 12º Segurança Pública é pauta de vida e não de morte.

2.3.4.2.7 - Propostas a serem encaminhadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades

Tendo em vista a deliberação da reunião plenária da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, realizada em 04/07/2024 através de videoconferência, sobre a priorização das propostas para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, na qual a Comissão Organizadora definiu que tal priorização ficaria a cargo das mesas de cada sala de discussão temática ou sessão plenária (moderador relator e secretário), então, a mesa da sala de discussão temática **SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO DO CONTROLE ARMADO DOS TERRITÓRIOS POPULARES**, parte do **Eixo 3: Grandes Temas Transversais**, selecionou as seguintes propostas municipais a serem levada à conferência estadual:

PROPOSTA 1:

Criação de uma política habitacional que limite o poder e expansão de grupos armados, contendo as seguintes diretrizes:

- vincular os projetos de regularização fundiária à demarcação de AEIS;
- definição e planejamento de territórios atendidos por regularização fundiária a partir de deliberação do conselho da cidade ;
- vincular projetos de regularização à implantação de equipamentos e serviços públicos;
- não permitir o licenciamento de projetos habitacionais em áreas de conflito declarado;
- submeter a decisão da construção em áreas de expansão urbana ao conselho da cidade

PROPOSTA 2:

Remodelação da política de segurança que abarque:

- a proibição do uso de armas de fogo em manifestações.
- o fim das ações militares em favelas, a partir da desmilitarização da Polícia.
- a institucionalização da prática do uso de câmeras corporais por agentes policiais.

2.3.4.3 - Sala de Discussão Temática (Sala 1):

Tema : TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NO TERRITÓRIO

2.3.4.3.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Ronald Medeiros é formado em Ciências Sociais pela UERJ, Coordenador Acadêmico do iCities - *The Smart Cities Hub* e possui MBA em Cidades Inteligentes. Foi assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação de Niterói e Coordenador de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Apresentação:

Transformando a Gestão Pública com Inteligência Artificial (12 slides)

Bruno Cezario é Engenheiro de *software*, professor do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, doutorando em Desenvolvimento Local pela UNISUAM, mestre em Desenvolvimento Local na área de Desenvolvimento Sustentável.

Apresentação:

Cidadão como Cocriador de Serviços Digitais (12 slides).

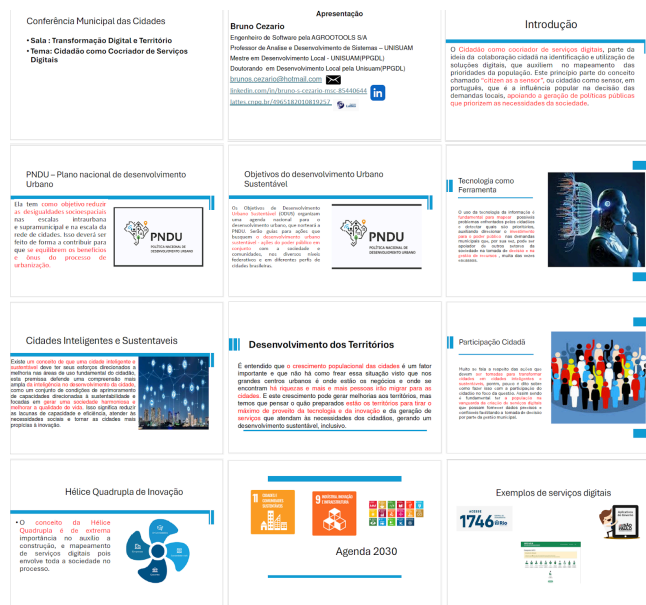


Fig. 26 - Imagem dos slides da apresentação de Bruno Cezario

Gilberto Vieira é cofundador do data-labe (datalabe.org), uma organização que gera e divulga dados de forma cidadã e participativa sobre favelas e periferias brasileiras. É também doutorando em Gestão Urbana (PUCPR) e pesquisa a centralidade das periferias na era da colonialidade dos dados. Gilberto Vieira fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Fernando Ivo é Presidente da Empresa Municipal de Informática -IPLANRIO, trabalhou na Secretaria Municipal de Integridade Pública como Coordenador Geral de Governo Digital e como Coordenador Técnico de Governança em Tecnologia da Informação. Fernando Ivo fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

2.3.4.3.2 - Dinâmica da Sala

EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS Dinâmica da sala TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NO TERRITÓRIO 30/06/2024 (manhã)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	Eugênia Loureiro	SMDUE
Relator	Rogério Marques	CAMPO
Secretário	Sidney de Almeida Teixeira Jr	AMAF
Assessor	Marcos Leandro Furtado Esquerdo	SME

Técnico		
Assessor Técnico	Maria Helena Salomon	SMDUE/SUBPU
horário	palestrante	tempo (minutos)
9:00/9:15	Ronald Medeiros - Transformando a gestão pública com inteligência artificial	15
9:15/9:30	Bruno Cezario - Cidadão como cocriador de serviços digitais	15
9:30/9:45	Gilberto Vieira - Transformação e Inclusão digital nas periferias	15
9:45/10:00	Fernando Ivo Pimentel Cavalcante - Transformação e inclusão digital no território	15
10:20/12:20	DEBATE	120
12:20/13:20	VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS	60

2.3.4.3.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NO TERRITÓRIO** teve **27 (vinte e sete)** participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/categoria de inscrição	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Alder Catunda Timbó Muniz - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
02	Amaro Sérgio Marques - Delegado	Faculdades Católicas
03	Bruno Santos Cezario - Observador	-
04	Calvin Cordeiro Gonçalves - Delegado	Centro de Apoio ao Movimento Popular
05	Carlos Alberto Peres Krykhtine - Poder Público	GBP/CCI - Coordenadoria de Cidade Inteligente
06	Daniel Isfran - Delegado	Movimento Nacional de Luta Por Moradia
07	Felipe de Souza Manhães de Azevedo - Poder	SMDEIS/SUBPU/CPL/GPL-AP5

	Público	
08	Gabriel Povill Camarinha de Oliveira - Delegado	Centro de Apoio ao Movimento Popular
09	José Ivo de Medeiros Moraes - Delegado	Central de Movimentos Populares
10	Lilian Saback de Sá Moraes - Delegado	Faculdades Católicas
11	Louise Freire Dos Santos - Delegado	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré)
12	Marcella Meireles de Andrade - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam
13	Maria da Conceição Alves de Guimarães - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
14	Maria Helena Röhe Salomon - Poder Público	SMDUE
15	Raquel Moniz - Poder Público	SMDUE
16	Roberto William Dos Santos - Delegado	Centro de Apoio ao Movimento Popular
17	Rogério Marques Gonçalves - Delegado Nato	Centro de Apoio ao Movimento Popular
18	Ronald Esteves Freitas de Medeiros - Observador	-
19	Rosana Motta Gomes - Delegado	PCRJ/SMDUE/SUBPU
20	Sidney de Almeida Teixeira Junior - Delegado	Associação de Moradores E Amigos da Freguesia
21	Silvio Henrique Coelho de Oliveira - Poder Público	Coordenadoria de Planejamento Local
22	Víctor Hugo Zani Garcia de Andrade - Delegado	Centro de Apoio Ao Movimento Popular
23	Bruno Amadei - Observador	-
24	Gilberto Vieira - Observador	-
25	Marcos Leandro F Esquerdo - Convidado	-
26	M Gloria Figueiredo Souza - Delegado	FAM RIO - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
27	Eugenia Loureiro - Poder Público	PCRJ

2.3.4.3.4 - Questões Discutidas

A coordenação da sala de discussão foi feita por Eugênia Loureiro, a relatoria, por Rogerio Marques, sendo secretariados por Sidney de Almeida Teixeira Jr.. Pela ordem, foram elencadas **11 (onze)** propostas, à saber:

Proposta 01 - Rosana Motta Gomes (SMDUE/SUBPU)

Criação de uma Secretaria Municipal de Inteligência Artificial.

Proposta 02 - Lilian Saback de Sá Moraes (PUC Rio)

Alfabetização digital e inclusão dos mais velhos nas favelas. Apoia a proposta nº 3, considerando que nem todo o território de favelas é contemplado com recursos e melhorias e, portanto, deveria abranger todo o território.

Proposta 03 - Gilberto Vieira (data_labe)

Ressaltou que ele fala como observador, não delegado. **Geração cidadã de dados como uma camada de tomada de decisão municipal.** Questiona se é o IPP ou COR o órgão que fará o gerenciamento de dados. Olhar prioritariamente para as favelas. Complementou a proposta nº 8 questionando como fortalecer os processos de transparência de dados para as políticas e tecnologias envolvidas.

Proposta 04 - Fernando Ivo (IPLANRIO)

Ter a **gestão cidadã de dados como parte integrante da formulação de políticas públicas** e fazer parte de algum tipo de **conselho**, como o Conselho da Cidade.

Comentou a proposta 7, considerando que colocar como proposta a definição de uma estratégia é antecipar as discussões sobre o marco legal da inteligência artificial em curso e não utilizar o termo “Inteligência Artificial”.

Proposta 05 - Roberto Willian dos Santos (Centro de Apoio ao Movimento Popular)

Criação de Centros de formação digital. Profissionalizar pessoas para atuação na coleta e gerenciamento de dados nas áreas periféricas.

Proposta 06 - Amaro Sérgio Marques (PUC-Rio)

Envolver as comunidades e envolver os territórios. **Criação de centros de formação para uso de novas tecnologias com recorte étnico**, democratização no uso dos dados e garantia da autonomia da comunidade em relação ao uso dos dados.

Proposta 07 - Ronald Medeiros (palestrante)

Definir uma estratégia carioca de Inteligência Artificial.

Proposta 08 - Silvio Coelho (SMDUE/SUBPU)

Mostrou-se preocupado com a transparência dos dados, e propôs uma “**Transparência Ativa**” para que todos entendam o processo do dado coletado pela máquina.

Proposta 09 - Carlos Alberto Peres Krykhtine (GBP/CCI - Coordenadoria de Cidade Inteligente)

Criar estrutura ou setor de transformação digital da cidade. **Fortalecer os setores já existentes** (IPP, IPLAN, COR etc) e que integre questões da participação da sociedade.

Para Estadual: **participação da sociedade e integração com dados produzidos pelas agências de serviços.**

Proposta 10 - Maria da Conceição Alves de Guimarães (IAB)

Proposta na formação digital. Intensificar a ferramenta digital nas escolas. Referendou a proposta da Maria da Gloria Figueiredo Souza (FAM Rio) que sugeriu a oferta de cursos sobre o tema.

Proposta 11 - Eugênia Vitória Câmara Loureiro (SMDUE)

Criação de conselho ou empresa pública de gestão de dados da população como a LGPD. Cobrar a obrigatoriedade para cobertura do território sobre acesso à internet; adequar os dados das concessionárias às políticas públicas.

2.3.4.3.5 - Debates

Durante o debate, as propostas foram sendo reiteradas e complementadas pelos participantes. A moderadora sugeriu redigir simultaneamente a projeção do texto na tela de forma o que agilizou a redação e votação das duas propostas que deveriam ser encaminhadas. Pode-se considerar, portanto, a edição de duas propostas AGLUTINATIVAS (juntando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta).

2.3.4.3.6 - Propostas indicadas para o Município

Ao ser identificada a necessidade de mudanças nas propostas, estas foram realizadas imediatamente, chegando-se à redação final de cada proposta, em comum acordo dos participantes, ou por sua maioria simples (50% + 1). Abaixo seguem discriminadas as propostas pacificadas e já revisadas, encaminhadas para votação na sessão plenária de encerramento da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024:**

Proposta 01 AGLUTINATIVA

Criação de órgão municipal encarregado da inovação, da transformação e da inclusão digital, com dotação orçamentária específica, que será responsável também pela governança dos programas municipais existentes dispersos nos diversos órgãos municipais, com recorte étnico aos territórios vulneráveis, fomentando a criação e a manutenção de laboratórios de cidadãos de dados e programas de agentes comunitários de geração cidadã de dados para elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas.

Proposta 02 AGLUTINATIVA

Criação do Conselho Municipal de Transformação Digital e inclusão digital nos moldes do Conselho Municipal da cidade.

2.3.4.3.7 - Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual das Cidades

Proposta 01 AGLUTINATIVA

Criação de órgão estadual encarregado da inovação, da transformação e da inclusão digital, com dotação orçamentária específica, que será responsável também pela governança dos programas estaduais existentes dispersos nos diversos municípios e órgãos, com recorte étnico aos territórios vulneráveis, fomentando a criação e a manutenção de laboratórios de cidadãos de dados e programas de agentes comunitários de geração cidadã de dados para elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas.

Proposta 02 AGLUTINATIVA

Criação do Conselho Estadual de Transformação Digital e inclusão digital nos moldes da proposta elaborada em nível municipal de um Conselho Municipal de Transformação e Inclusão Digital.

Tendo em vista a deliberação da reunião plenária da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, realizada em 04/07/2024 através de videoconferência, sobre a priorização das propostas para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, na qual a Comissão Organizadora definiu que tal priorização ficaria a cargo das mesas de cada sala de discussão temática ou sessão plenária (moderador relator e secretário), então, a mesa da sala de discussão temática **TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NO TERRITÓRIO**, parte do **Eixo 3: Grandes Temas Transversais**, selecionou a seguinte proposta a ser levada à conferência estadual:

PROPOSTA 11:

TÍTULO - Transformação digital e orçamento

GRUPO TEMÁTICO - Transformação digital e território

Criação de órgão estadual encarregado da transformação e inclusão digital, com dotação orçamentária específica, responsável pela governança dos programas estaduais existentes, com recorte étnico aos territórios vulneráveis, fomentando a

criação e a manutenção de laboratórios de cidadãos de dados e programas de agentes comunitários de geração cidadã de dados para elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas.

2.3.4.4 - Sala de Discussão Temática (Sala 2):

Tema : GESTÃO INTERFEDERATIVA E DAS REGIÕES METROPOLITANAS, COOPERAÇÃO E CONSÓRCIOS

2.3.4.4.1 - Minibio dos palestrantes e apresentações

Denise Vogel é Arquiteta e Urbanista, Diretora de Planejamento e Projetos Urbanos do Instituto Niemeyer e Diretora de Planejamento Ambiental na Urbanística. Coordenou e atuou no desenvolvimento e implementação de importantes planos setoriais junto aos órgãos governamentais. Atualmente é responsável pelo desenvolvimento e implementação do Sistema Techno-SIG Ambiental, software pioneiro no Brasil que utiliza ferramentas do *business intelligence* para a adoção do primeiro modelo de licenciamento ambiental eletrônico. Denise Vogel fez sua apresentação sem a produção de *slides* ou envio de *paper*.

Vinícius Monte Custódio é Advogado, doutor em Direito Econômico e Economia Política pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito Urbanístico e Direito Ambiental pela Universidade de Coimbra, professor da Pós-Graduação em Direito Imobiliário do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Jurídicas, membro da Comissão Especial de Direito Urbanístico e Direito Imobiliário da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do RJ. Vinícius atua também como Assessor da Assessoria Jurídica Especializada em Direito Ambiental da Secretaria de Estado. (apresentação não realizada).

Apresentação:

Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas, Cooperação e Consórcios (12 slides).



Fig. 27 - Imagem dos slides da apresentação de Vinícius Monte Custódio

Amanda Ithala é Coordenadora de Planejamento e Projetos, comunicóloga de formação com especialização em Gestão Pública, pós-graduada em Políticas Públicas Urbanas e Ambientais nos contextos dos municípios e Mestranda em Urbanismo em Cidades pelo Instituto de Arquitetura Avançada da Catalunha.

9:00/9:15	Denise Vogel	15
9:15/9:30	Amanda Ithala	15
9:30/9:45	Henrique Silveira	15
9:45/12:20	DEBATE	120
12:20/13:20	VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS	60

2.3.4.4.3 - Participantes presentes

A sala de discussão temática **GESTÃO INTERFEDERATIVA E DAS REGIÕES METROPOLITANAS, COOPERAÇÃO E CONSÓRCIOS** teve **23** participantes, dentre eles representantes do poder público, dos movimentos classistas, empresariais e sociais, além de representantes de ONGs e observadores independentes, listados a seguir.

PARTICIPANTES		
Nº	Nome/Categoria de Inscrição	Entidade/Órgão
01	Aldair Alves de Souza - Delegado	Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista
02	Alexandre Grabas - Delegado	União Por Moradia Popular do RJ
03	Amanda Ithala Santos da Paschoa - Delegado	Instituto Rio Metr�pole
04	Carolina Machado Martins - Poder Público	PCRJ/SMDUE/SUBPU/CPU
05	Fernanda Faria Delmonte Calvão - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
06	Herculis Pereira Toledo - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam
07	José Claudio Constâncio de Mattos - Delegado	Un�o Por Moradia Popular do RJ
08	Katsue Duarte Kosaka Gonçalves - Delegado	Centro de Apoio Ao Movimento Popular
09	Levi Germano Batista - Delegado	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré)
10	Marcius Roberto Pires de Souza Barreto - Delegado	Unegro - Un�o de Negras E Negros Pela Igualdade
11	Mariana Paiva de Abreu - Delegado	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
12	Vasco de Azevedo Acioli - Delegado	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro
13	Vera Bacelar Cantanhedes de S� - Delegado	Sindicato Dos Engenheiros No Estado do Rio de Janeiro - Senge-RJ

14	Will Robson Coelho - Delegado	Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil
15	William Bueno Rebouças - Delegado	Círculo Laranja
16	Mario Vitor - Observador	-
17	Elisete Napoleão - Delegado	Ocupação Manoel Congo
18	Elias de Oliveira Santos - Delegado	Ocupação Manoel Congo
19	Antonio Felix - Delegado	Centro de Apoio Ao Movimento Popular
20	Bartolomeu Tavares - Delegado	Centro de Apoio Ao Movimento Popular
21	Tatiana Bif - Poder Público	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMDUE
22	Daniela Engel - Poder Público	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMDUE
23	Mariana Barroso - Poder Público	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - SMDUE

2.3.4.4.4 - Questões discutidas

A coordenação da sala de discussão foi feita por Mariana Barroso, a relatoria, por Carolina Machado, sendo secretariados por Daniela Engel. Pela ordem, foram elencadas **07 (sete)** propostas, à saber:

Proposta 1 - Vasco Acioli (CAU-RJ) e Vera Bacelar (SENGE-RJ)

Integração física, operacional e tarifária metropolitana através dos ramais ferroviários existentes e metrô, com a reativação da Estação Leopoldina para uso ferroviário.

Proposta 2 - Elisete Napoleão (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) e Fernanda Calvão (IAB-RJ)

Resgate e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Proposta 3 - Elisete Napoleão (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) e Fernanda Calvão (IAB-RJ)

Ampliação da participação da sociedade civil para 20% no Conselho Deliberativo Metropolitano.

Proposta 4 - Elisete Napoleão (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) e Alexandre Grabas (UMP)

Criação de Sistema Único Interfederativo de Habitação de Interesse Social.

Proposta 5 - Elisete Napoleão (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) e

Fernanda Calvão (IAB-RJ)

Ampliar a capacitação dos gestores metropolitanos.

Proposta 6 - Fernanda Calvão (IAB-RJ) e e Vera Bacelar (SENCE-RJ)

Recuperação das áreas agrícolas na cidade do Rio de Janeiro como medida de adaptação climática e contenção dos efeitos de chuvas e enchentes.

Proposta 7 - Fernanda Calvão (IAB-RJ)

Implementação de Gestão Interfederativa Integrada para Resiliência Ambiental.

2.3.4.4.5 - Debates

A Moderadora fez a leitura das propostas e os participantes pediram inscrição de fala para destaques, considerações, acréscimos, supressões, modificações, adições, aglutinações e revisões de algumas das propostas, na seguinte formatação:

- a) SUPRESSIVA (retirando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);
- b) MODIFICATIVA (modificando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);
- c) ADITIVA (acrescentando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta); e
- d) AGLUTINATIVA (juntando informações, palavra, frase, parágrafo, ou trecho da proposta);

2.3.4.4.6 - Propostas indicadas para o Município

As propostas relacionadas a seguir também foram discutidas, mas, em função da aprovação das propostas municipais, ficou decidido encaminhá-las como moções/recomendações:

- Integração física, operacional e tarifária metropolitana através dos ramais ferroviários existentes e metrô, com a reativação da Estação Leopoldina para uso ferroviário;
- Resgate e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Ampliação da participação da sociedade civil para 20% no Conselho Deliberativo Metropolitano;
- Criação de Sistema Único Interfederativo de Habitação de Interesse Social;
- Ampliar a capacitação dos gestores metropolitanos;
- Recuperação das áreas agrícolas na cidade do Rio de Janeiro como medida de adaptação climática e contenção dos efeitos de chuvas e enchentes; e

- Implementação de Gestão Interfederativa Integrada para Resiliência Ambiental.

Por se tratar dos temas Interfederativo e Metropolitano, as propostas foram referenciadas para âmbito estadual, ou seja, para a Conferência Estadual.

2.3.4.4.7 - Proposta a ser encaminhada à 6ª Conferência Estadual das Cidades

Inicialmente, foram selecionadas as seguintes propostas transcritas a seguir:

Proposta 1

Resgate e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Proposta 2

Criação de Sistema Único Interfederativo de Habitação de Interesse Social.

Proposta 3

Ampliação da participação da sociedade civil para 20% no Conselho Deliberativo Metropolitano.

Proposta 4

Implementação de Gestão Interfederativa Integrada para Resiliência Ambiental.

Tendo em vista a deliberação da reunião plenária da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, realizada em 04/07/2024 através de videoconferência, sobre a priorização das propostas para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, na qual a Comissão Organizadora definiu que tal priorização ficaria a cargo das mesas de cada sala de discussão temática ou sessão plenária (moderador relator e secretário), então, a mesa da sala de discussão temática **GESTÃO INTERFEDERATIVA E DAS REGIÕES METROPOLITANAS**, parte do **Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiamento**, selecionou a seguinte proposta a ser levada à conferência estadual:

PROPOSTA 12:

TÍTULO - Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano

GRUPO TEMÁTICO - Gestão interfederativa, cooperação e consórcios, gestão das regiões metropolitanas e financiamento da PNDU : Mecanismos fiscais e extrafiscais de âmbito local.

Resgate e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano.

2.4 - PROGRAMAÇÃO 30/06/2024 (tarde)

2.4.1 - Plenário

Tema : ELEIÇÃO DAS ENTIDADES PARA O COMPUR

A eleição das entidades representantes da sociedade civil para fazerem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - COMPUR, conforme o inciso IV do Art. 493 da Lei Complementar nº 270, de 16/01/2024 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, e o Art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades, não aconteceu, devido à deliberação aprovada durante a sessão de votação do regulamento da conferência, no sábado de manhã, já relatado no item **2.3.2.2** destes Anais.

A plenária decidiu pela votação de entidades representantes para o Conselho Municipal da Cidade, na proporção definida no Regulamento Interno aprovado, conforme seu Art. 21, a saber:

“Art. 21 Serão eleitas **as entidades representantes da sociedade civil** do Conselho Municipal da Cidade na proporção de cada segmento, conforme estabelecido no Regulamento Interno nacional a saber:

I - Movimentos Populares - 26,70% - 7 conselheiros titulares e 7 conselheiros suplentes

II - Sindicatos de Trabalhadores - 9,90% - 3 conselheiros titulares e 3 conselheiros suplentes

III - Entidades empresariais - 9,90% - 3 conselheiros titulares e 3 conselheiros suplentes

IV - Entidades Profissionais e Institutos de Pesquisa - 7,00% - 2 conselheiros titulares e 2 conselheiros suplentes

V - ONGs - 4,2% - 1 conselheiro titular e 1 conselheiro suplente.

§ 1º A eleição mencionada no caput será realizada na plenária da tarde de domingo, 30 de junho de 2024.

§ 2º Os representantes do Poder Público na proporção de 42,30% - 11 conselheiros titulares e 11 conselheiros suplentes serão indicados pelo Poder Executivo Municipal.”

Desta forma, os representantes dos segmentos se reuniram na tarde de domingo, 30 de junho, e realizaram a eleição, com a indicação das entidades, conforme os relatórios repassados por seus representantes ao final de cada eleição e transcritos nestes Anais.

Apresentamos a seguir as entidades representantes da sociedade civil eleitas por segmento:

SEGMENTO MOVIMENTOS POPULARES - 7 vagas titulares e 7 vagas suplentes

- 1) Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM (titular) e MNLM (suplente);

- 2) Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB (titular) e MLB (suplente);
- 3) Central de Movimentos Populares - CMP (titular) e CMP (suplente);
- 4) União pela Moradia Popular - UMP-RJ (titular) e UMP (suplente);
- 5) Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST (titular) e MTST (suplente);
- 6) Conselho Popular (titular) e Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ (suplente); e
- 7) Federação Municipal das Associações de Favelas do RJ - FAF Rio (titular) e Círculo Laranja (suplente).

SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS - 3 vagas titulares e 3 vagas suplentes

- 1) Central Única dos Trabalhadores - CUT-RJ (titular) e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro - SEEB-RIO (suplente);
- 2) Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ - (titular) e SENGE-RJ (suplente);
- 3) Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro - SINTSAMA-RJ (titular); e Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro - SEC-RJ (suplente).

SEGMENTO ENTIDADES EMPRESARIAIS - 2 vagas titulares e 2 vagas suplentes

- 1) Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais (titular);
- 2) Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais (titular);
- 3) Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais (suplente); e
- 4) Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais (suplente).

SEGMENTO ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICOS E DE PESQUISA - 2 vagas titulares e 2 vagas suplentes

- 1) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (titular) e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR (suplente);
- 2) Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-RJ (titular); e Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ (suplente).

SEGMENTO ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs - 1 vaga titular e 1 vaga suplente

- 1) Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO (titular); e Fundação Bento Rubião (suplente)

2.4.2 - Plenário

Tema: ELEIÇÃO DOS DELEGADOS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL (30/06/2024 - tarde)

2.4.2.1 - SEGMENTO MOVIMENTOS POPULARES

2.4.2.1.1 - Dinâmica da Plenária

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL SEGMENTO MOVIMENTOS POPULARES 30/06/2024 (tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	Lucas Faulhaber	MNLM
Relator	Marluce Lopes	CMP
Secretário	Adrian Santos	MLB
	VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS	

2.4.2.1.2 - Participantes

Conforme programação previamente e amplamente divulgada, no dia 30 de junho foram realizadas as eleições para os delegados à Conferência Estadual das Cidades e para a composição do Conselho Municipal das Cidades. Cada segmento realizou as suas eleições separadamente, em espaços distintos, respeitando a autonomia e a composição própria de cada um, sendo apresentada pela comissão organizadora uma planilha de delegados credenciados presentes em ambos os dias da Conferência.

No segmento dos Movimentos Populares, a mesa foi composta por Lucas Faulhaber (MNLM) como moderador, Adrian Santos (MLB) como secretário e Marluce Lopes (CMP) como relatora, todos membros da Comissão Organizadora.

2.4.2.1.3 - Debate e votação do Segmento Movimentos Populares para a delegação da Conferência Estadual das Cidades e para o Conselho Municipal da Cidade

Inicialmente, conforme definido em regulamento nacional e municipal, o próprio segmento deveria definir a metodologia da votação. Assim procedeu com a explicação inicial o membro da mesa, Lucas Faulhaber, destacando que o segmento goza de autonomia para estabelecer a metodologia das votações. Abriu-se para a apresentação de propostas sobre a metodologia.

Foram apresentadas duas propostas neste momento, a partir da entrega dos crachás à mesa para que fosse disponibilizado o microfone e tempo para a apresentação e defesa das mesmas.

A primeira inscrita foi a delegada Paula, representante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, que apresentou a proposta de metodologia para que se fizessem inscrições em chapas, tanto para a escolha dos delegados à Conferência Estadual, quanto para a composição do Conselho Municipal das Cidades, e que a eleição fosse de forma majoritária, isto é, vencedora a chapa que obtivesse o maior número de votos.

Após, foi apresentada outra proposta pelo delegado Wellington Silva, conhecido como Erik Vermelho, representante do Movimento do Povo, no sentido de que a eleição fosse pela proporcionalidade, a partir do quantitativo de delegados de cada movimento na Conferência Municipal.

Com algumas inscrições de fala pendentes, a mesa enfatizou a importância de que as falas fossem utilizadas para apresentação de novas propostas, resumindo que até aquele momento haviam sido apresentadas duas propostas de metodologia: em chapas pela majoritariedade e outra pela proporcionalidade das delegações na Conferência Municipal.

O membro da Comissão Organizadora Licínio Rogério, representante da FAMRIO, reiterou a importância de que as falas não repetissem as propostas já apresentadas.

Utilizando-se do microfone, Leandro Ferreira, Presidente da Associação dos Condomínios Minha Casa Minha Vida, fez sua fala defendendo que todas as entidades com delegação na Conferência Municipal das Cidades fossem contempladas nas propostas acima apresentadas.

A próxima delegada a fazer a fala foi Isis Cardoso, representante da FAF Rio, corroborando com a proposta pela proporcionalidade e com a fala de Leandro Ferreira.

A próxima inscrita a utilizar-se da palavra foi a delegada Rosana Freitas, representante da Unifamaerj, que se disse contemplada pelas falas.

Após, fez uso da palavra o delegado Abílio Tozini, representante da ALMA, se dizendo contemplado, em defesa da proporcionalidade.

Depois fez uso da palavra o delegado João Ricardo, representante da Unifamaerj, manifestando que concorda com a proporcionalidade e que a Federação da Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro não poderia ficar sem representação.

Após, fez fala a delegada Vaniza Pinto (AMAST), em defesa da proporcionalidade.

Depois fez uso da palavra o delegado Walter Rodrigues, representante da FAFERJ, fazendo coro à proporcionalidade.

Após, utilizou-se do microfone o delegado Renan Pereira, representante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, enfatizando que a proposta da majoritariedade não exclui a presença e participação de outros movimentos e que, inclusive, a proposta de chapa contemplará outras entidades para que estejam na Conferência Estadual das Cidades.

Em resumo, foram apresentadas duas propostas, quanto a metodologia. A mesa, então, apresentou ao plenário:

Quanto a metodologia de votação:

Proposta 1: Chapa Majoritária – Apresentada por Paula, representante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas;

Proposta 2: Chapa Proporcional – Apresentada por Erik Vermelho, representante do Movimento do Povo.

Por contraste, atestado pela mesa e acatado pelo plenário, venceu a **Proposta 1**, isto é, de escolha da metodologia de votação, encaminhando-se que a escolha dos Delegados à Conferência Estadual das Cidades e para a composição do Conselho das Cidades seria através da apresentação de Chapas e que venceria aquela que obtivesse o maior número de votos entre os delegados aptos a votar.

2.4.2.1.4 - Eleição de delegados para Conferência Estadual

Definida a metodologia, a mesa abriu para a apresentação de chapas para a escolha dos delegados à Conferência Estadual das Cidades. A delegada Gianni Lopes, representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, apresentou uma proposta, a partir de uma tentativa de consenso, com a seguinte composição, em que as entidades indiquem seus delegados, sendo 71 titulares e 71 suplentes, para a Conferência Estadual das Cidades:

- 10 delegados para o MNLM, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para o MLB, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para a CMP, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para a União por Moradia Popular, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 4 delegados para o MTST, sendo 2 titulares e 2 suplentes;
- 10 delegados para a Ocupação Manoel Congo, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para Ocupação Mariana Crioula, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para a Ocupação Moisés, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para Ocupação São Januário, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para a Ocupação Morada da Conquista, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para a Ocupação Quilombo da Gamboa, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para a Ocupação Quilombo das Guerreiras, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 10 delegados para a CONAM/FAM-RIO, sendo 5 titulares e 5 suplentes;
- 4 delegados para o Círculo Laranja, sendo 2 titulares e 2 suplentes;

- 4 delegados para o Conselho Popular, sendo 2 titulares e 2 suplentes;
- 2 delegados para os Catadores, sendo 1 titular e 1 suplente;
- 2 delegados para o Movimento do Povo, sendo 1 titular e 1 suplente;
- 2 delegados para a Unegro, sendo 1 titular e 1 suplente;
- 2 delegados para a FAFERJ, sendo 1 titular e 1 suplente; e
- 2 delegados para a FAF Rio, sendo 1 titular e 1 suplente.

O delegado Leandro Ferreira apresentou proposta para que todas as organizações presentes estejam dentro da chapa.

Inscrito, o delegado Erik Vermelho, representante do Movimento do Povo, fez uso da palavra para desautorizar que o Movimento do Povo esteja na composição das chapas. No mesmo sentido, posicionou-se Licínio Rogério, representante da FAM Rio, retirando-se da proposta de composição das chapas apresentadas para delegação da Conferência Estadual e Conselho da Cidade.

Diante das recusas apresentadas para a composição da chapa apresentada por Gianni Lopes, e solicitação de inclusão por parte de outras entidades, os propositores da chapa readequaram as propostas.

A mesa, então, anunciou as duas propostas apresentadas, quanto aos Delegados para Conferência Estadual das Cidades:

Proposta 1: Chapa de entidades apresentada pela delegada Gianni (MNLM).

Proposta 2: Chapa apresentada pelo delegado Leandro (Pres. Associação MCMV) com a presença de todas as entidades presentes na Conferência.

A mesa abriu para votação. Por contraste, verificado pela mesa e confirmado pelo plenário, venceu a **Proposta 1**, da composição da chapa apresentada pela delegada Gianni Lopes (MNLM) com readequações, diante da negativa da FAMRIO e Movimento do Povo de participação da chapa apresentada.

Encerrada a votação quanto aos delegados para a Conferência Estadual das Cidades, a mesa passou para a eleição dos membros ao Conselho Municipal das Cidades.

2.4.2.1.5 - Eleição dos membros ao Conselho Municipal das Cidades

Abertas as inscrições, foram feitas duas inscrições. Fazendo uso da palavra, o delegado Erik Vermelho, do Movimento do Povo, apresentou a seguinte proposta: de que o Conselho Municipal das Cidades fosse composto apenas com pessoas da Zona Oeste e “pelos que abram mão do Jetom para ir para Brasília, passear de avião com despesas pagas”.

Após, o delegado Renan, representante do MLB, fez uso da palavra defendendo a luta dos movimentos nacionais por moradia digna, fazendo crítica à fala e acusação anterior, classificando-a como leviana, e apresentando uma chapa para a composição do Conselho Municipal das Cidades tendo:

- 1 titular e 1 suplente do MNLM;

- 1 titular e 1 suplente do MLB;
- 1 titular e 1 suplente da CMP;
- 1 titular e 1 suplente da União por Moradia Popular;
- 1 titular e 1 suplente do MTST;
- 1 titular do Conselho Popular e 1 suplente da FAFERJ.

Quanto a composição do Conselho Municipal das Cidades:

Aberta a votação, os delegados aptos a votar aprovaram a proposta apresentada por Renan (MLB), verificada por contraste pela mesa e confirmado pelo plenário.

Restando uma vaga para titularidade e suplência, estas foram disputadas entre o Círculo Laranja e a FAF Rio, que optaram por definir a partir da votação em plenário.

Uma fala foi feita por cada uma das duas organizações para defender suas posições.

Aberta a votação, o plenário decidiu, em votação por contraste, pela FAF Rio ocupar a vaga de titular do Conselho Municipal das Cidades, e que o Círculo Laranja ficasse com a vaga na suplência.

2.4.2.1.6 - Deliberações

2.4.2.1.6.1 - Composição de chapa de delegação para Conferência Estadual das Cidades:

- MNLM, Ocupação Manuel Congo e Ocupação Mariana Crioula (16 titulares e 16 suplentes);
- MLB, Ocupação São Januário e Ocupação Moises (16 titulares e 16 suplentes);
- CMP, Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista, Quilombo da Gamboa e das guerreiras, Sindinformal (16 titulares e 16 suplentes);
- UMP (12 titulares e 12 suplentes);
- MTST (2 titulares e 2 suplentes);
- Círculo Laranja (3 titulares e 3 suplentes);
- Conselho Popular (2 titulares e 2 suplentes);
- Unegro (1 titular e 1 suplente);
- FAFERJ (1 titular e 1 suplente);
- FAF Rio (1 titular e 1 suplente);

- ACMMERJ Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida (1 titular e 1 suplente).

2.4.2.1.6.2 - Composição das 7 vagas titulares e 7 suplentes no Conselho Municipal das Cidades definida pelo segmento:

- 1) MNLM (titular) e MNLM (suplente);
- 2) MLB (titular) e MLB (suplente);
- 3) CMP (titular) e CMP (suplente);
- 4) UMP (titular) e UMP (suplente);
- 5) MTST (titular) e MTST (suplente);
- 6) Conselho Popular (titular) e FAFERJ (suplente);
- 7) FAF Rio (titular) e Círculo Laranja (suplente).

2.4.2.1.7 - Conclusões

Após a escolha da metodologia e as eleições para os delegados à Conferência Estadual das Cidades e à composição do Conselho Municipal das Cidades, no que se refere a representação do segmento dos movimentos populares, nada mais havendo a tratar, a mesa encerrou a etapa de eleição do segmento, sendo lavrada a presente ata, datada e assinada pela mesa composta por membros da Comissão Organizadora da Conferência Municipal das Cidades do Rio de Janeiro.

2.4.2.1.8 - Ata divergente sobre a eleição dos Delegados do Segmento Movimentos Populares para a Conferência Estadual e Conselho Municipal da Cidade

A plenária para eleição dos delegados demorou para iniciar, devido a insistente tentativa da FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro e suas associações filiadas, com os demais movimentos populares presentes, para que o princípio da proporcionalidade para eleição fosse adotado tanto dos delegados para a Conferência Estadual, quanto eleição dos membros para compor o Conselho Municipal da Cidade a ser constituído assim que regulamentado por dispositivo legal, conforme uma das propostas aprovadas nesta conferência.

Pelo princípio da proporcionalidade, cada um dos movimentos presentes e efetivamente participantes dos dois dias do congresso teria pelo menos um delegado na Conferência Estadual e os demais seriam distribuídos proporcional ao número de delegados que efetivamente teriam participado dos dois dias da conferência.

Na hora da votação, a Prefeitura informou que, em princípio, seriam 144 delegados elegíveis, sujeitos a uma verificação posterior.

O diálogo da FAM Rio se deu com vários representantes de outros movimentos sociais presentes, mas em especial com o Lucas Faulhaber do MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia, mas, por mais que o representante da FAM Rio, nosso presidente, signatário desta, insistisse no princípio da proporcionalidade o acordo não foi possível, pois Lucas Faulhaber sempre reafirmava que ou a FAM Rio e suas afiliadas aceitavam as 5 vagas que eles propunham ou ficariam sem nenhuma representação, tanto na delegação para a Conferência Estadual, que teria 71 membros da Sociedade Civil, quanto para participar do Conselho das Cidades, com seus 7 membros.

Os quatro movimentos que formaram o bloco, por ter maioria de votos, exigiam, para formar a Delegação Estadual, 15 vagas para o MNLM, 15 para o MLB, 15 para o CNP e mais 10 para União, num total de 55 vagas, sobrando 16 vagas para as outras nove entidades da Sociedade Civil, a saber: 2 para o MTST, 5 para a FAM Rio, 2 para o Círculo Laranja, 2 para o Conselho Popular, 1 para os Catadores, 1 para o Mov. do Povo, 1 para o Unegro, 1 para a FAFERJ e 1 para a FAF Rio, o que violava flagrantemente o princípio da proporcionalidade, gerando concentração de delegados para alguns movimentos e delegados a menos para os outros.

Não havendo acordo com o princípio da proporcionalidade de que cada coletivo tivesse o número de vagas proporcional ao número de delegados que efetivamente participaram dos dois dias da conferência, Lucas Faulhaber do MNLM e Adrian Santos do MLB, se apossaram dos dois microfones disponíveis e passaram a conduzir a votação da forma que queriam sem uma escolha formal de quem seria moderador, relator e secretário.

Num momento de intensas discussões, onde os microfones estavam sempre nas mãos do Lucas Faulhaber e do Adrian Santos, um dos delegados de Associações de Moradores filiadas à FAM Rio, Abílio Valério Tozini, da ALMA, tentou pegar um dos dois microfones, quando o que estava como o microfone começou a gritar que estava sendo agredido, fato que não ocorreu, pois disputa era única e exclusivamente pela posse do microfone, mas a tentativa de ter um dos dois microfones foi fracassada, pois Abílio foi cercado por diversos seguranças que pediram que o mesmo deixasse o palco e garantiram que os representantes do MNLM e MLB, Lucas Faulhaber e Adrian Santos, respectivamente, conduzissem todo o processo ao modo deles, que em momento algum foram eleitos para conduzir o processo, e de fato, tomaram de assalto dos dois microfones.

Repetimos que não houve uma escolha formal dos condutores desse processo eleitoral.

Depois de muita insistência Lucas Faulhaber passou um dos microfones para o presidente da FAM Rio, que comunicou que não aceitava o que estava acontecendo e que iria recorrer de tal parte da conferência, para garantir a proporcionalidade para que as vagas para a Conferência Estadual e os cargos no Conselho Municipal da Cidade sejam distribuídas proporcionalmente ao número de delegados que efetivamente teriam participado dos dois dias da conferência.

Assim, ele pediu que os representantes das associações de moradores saíssem do plenário diante da gravidade do ato ditatorial que estava acontecendo, onde quatro movimentos formaram um bloco para tomar de assalto a maioria das vagas, sem nenhum critério plausível a não ser a sede de poder de alguns.

A partir daí, desconhecemos o que se passou, não reconhecendo o que foi aprovado, pois nos retiramos da plenária da votação que consideramos viciada.

Solicitamos que essa Ata Divergente conste do Relatório Final da Conferência e que seja submetida à Comissão Organizadora ou a alguma instância superior, pedindo, desde já, que a lista final de delegados à Conferência Estadual e a dos representantes para o Conselho Municipal não seja publicada antes da decisão deste pedido ou que conste essa ressalva nas listas, caso publicadas.

FAM Rio – Federação das Assoc. de Moradores do Município do Rio de Janeiro
Licínio M. Rogério
Presidente

2.4.2.2 - SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS

2.4.2.2.1 - Dinâmica da Plenária

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS 30/06/2024 (tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	PAULO SÉRGIO DE FARIAS	SINTSAMA-RJ
Relator	JORGE ANTONIO DA SILVA	SENGE-RJ
Secretário	MARCELO RODRIGUES DA SILVA	CUT-RJ
	VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS	

2.4.2.2.2 - Participantes

A plenária para a **ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL PELO SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS** teve 21 (vinte e um) participantes, dentre eles representantes dos movimentos sindicais e sociais, listados abaixo.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/Trabalhadores Sindicais	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	João Lourenço Xavier	SINTSAMA-RJ
02	Leandro de Lima	SINTSAMA-RJ
03	Marcelo Pereira Alves	SINTSAMA-RJ
04	Paulo Sergio Farias	SINTSAMA-RJ
05	José Pereira de Lima	SINTSAMA-RJ
06	Jorge Antonio da Silva	SENGE-RJ
07	Andressa Azevedo Moraes	SENGE-RJ
08	Douglas da Silva Fortunato	SENGE-RJ
09	Leticia Pinheiro Muniz de Carvalho	SENGE-RJ
10	Levi de Oliveira Pires Neto	SENGE-RJ
11	Milton Nazareno Ramos Neves	SENGE-RJ
12	Pedro Enrique Monforte Brandão Marques	SENGE-RJ
13	Vera Bacelar Cantanhedes de Sá	SENGE-RJ
14	Denys Alcantara Moreira	SEEB-RIO
15	Fernando Luiz de Andrade	SEEB-RIO
16	Jacy Joaquim de Menezes Junior	SEEB-RIO
17	Maria Aparecida Souza da Cruz	SEEB-RIO
18	Darlana Morgana Francisca Santiago	SEC-RJ
19	Marcelo Silva do Nascimento	SEC-RJ
20	Marcelo Rodrigues da Silva	CUT-RJ
21	Noemi de Andrade	CUT-RJ

2.4.2.2.3 - Delegados Candidatos

A coordenação da plenária foi feita por **Paulo Sergio Farias**, a relatoria, por **Jorge Antonio da Silva**, sendo secretariados por **Marcelo Rodrigues da Silva**. Foram candidatos à eleição para DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL PELO SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS os seguintes inscritos, a saber:

- 1) João Lourenço Xavier.
- 2) Leandro de Lima.
- 3) Marcelo Pereira Alves.
- 4) Paulo Sergio Farias.

- 5) José Pereira de Lima.
- 6) Jorge Antonio da Silva.
- 7) Andressa Azevedo Moraes.
- 8) Douglas da Silva Fortunato.
- 9) Leticia Pinheiro Muniz de Carvalho.
- 10) Levi de Oliveira Pires Neto.
- 11) Milton Nazareno Ramos Neves.
- 12) Pedro Enrique Monforte Brandão Marques.
- 13) Vera Bacelar Cantanhedes de Sá.
- 14) Denys Alcantara Moreira.
- 15) Fernando Luiz de Andrade.
- 16) Jacy Joaquim de Menezes Junior.
- 17) Maria Aparecida Souza da Cruz.
- 18) Darlana Morgana Francisca Santiago.
- 19) Marcelo Silva do Nascimento.
- 20) Marcelo Rodrigues da Silva.
- 21) Noemi de Andrade.

2.4.2.2.4 - Deliberações sobre os candidatos

No dia 30 de junho de 2024, foi realizada a reunião do segmento dos representantes dos Trabalhadores Sindicais, na qual foram eleitos, por unanimidade, os Delegados Sindicais para participarem da Conferência Estadual das Cidades, e também foram eleitas as indicações para o Conselho Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, conforme as listagens abaixo.

2.4.2.2.5 - Delegados eleitos

Após a votação dos participantes, foram eleitos pela plenária da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 os seguintes delegados municipais do SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS da sociedade civil para a conferência estadual:

- 1) João Lourenço Xavier – SINTSAMA-RJ.
- 2) Leandro de Lima – SINTSAMA-RJ.
- 3) Marcelo Pereira Alves – SINTSAMA-RJ.
- 4) Paulo Sergio Farias – SINTSAMA-RJ.
- 5) José Pereira de Lima – SINTSAMA-RJ.
- 6) Jorge Antonio da Silva - SENGE-RJ.
- 7) Andressa Azevedo Moraes - SENGE-RJ.
- 8) Douglas da Silva Fortunato - SENGE-RJ.
- 9) Leticia Pinheiro Muniz de Carvalho - SENGE-RJ.
- 10) Levi de Oliveira Pires Neto - SENGE-RJ.
- 11) Milton Nazareno Ramos Neves - SENGE-RJ.
- 12) Pedro Enrique Monforte Brandão Marques - SENGE-RJ.
- 13) Vera Bacelar Cantanhedes de Sá - SENGE-RJ.
- 14) Denys Alcantara Moreira - SEEB-RIO.
- 15) Fernando Luiz de Andrade - SEEB-RIO.
- 16) Jacy Joaquim de Menezes Junior - SEEB-RIO.
- 17) Maria Aparecida Souza da Cruz - SEEB-RIO.

- 18) Darlana Morgana Francisca Santiago - SEC-RJ.
 19) Marcelo Silva do Nascimento - SEC-RJ.
 20) Marcelo Rodrigues da Silva - CUT-RJ.
 21) Noemi de Andrade - CUT-RJ.

2.4.2.2.6 - Conselho Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

No dia 30 de junho de 2024, na reunião do segmento dos representantes dos Trabalhadores Sindicais, também foram eleitos e indicados, por unanimidade, os Delegados Sindicais para compor o **Conselho Municipal da Cidade do Rio de Janeiro**, conforme a listagem abaixo.

- DE1172 Marcelo Rodrigues da Silva – CUT-RJ (Titular).
 DE0147 Maria Aparecida Souza da Cruz - SEEB-RIO (Suplente).
 DE0039 Pedro Enrique Monforte Brandão Marques -SENGE-RJ - (Titular).
 DE0033 Andressa Azevedo Moraes - SENGE-RJ (Suplente).
 DE0022 João Lourenço Xavier – SINTSAMA-RJ (Titular).
 DE0214 Darlana Morgana Francisca Santiago – SEC-RJ (Suplente).

2.4.2.3 - SEGMENTO ENTIDADES EMPRESARIAIS

2.4.2.3.1 - Dinâmica da Plenária

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL SEGMENTO ENTIDADES EMPRESARIAIS 30/06/2024 (tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	Adriana Correia Ornellas	Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais
Relator	Marcelle da Fonseca Dias	Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais
Secretário	-	-
	VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS	

2.4.2.3.2 - Participantes

A plenária para a **ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL PELO SEGMENTO ENTIDADES EMPRESARIAIS** teve 2 (dois) participantes, dentre eles representantes dos movimentos sindicais e sociais, listados abaixo.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/Trabalhadores Sindicais	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Adriana Correia Ornellas	Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais
02	Marcelle da Fonseca Dias	Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais

2.4.2.3.3 - Processo Eletivo

Para coordenar o processo eletivo, foi formada uma mesa com as duas delegadas presente, membros da Comissão Organizadora da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024, pois**, no momento não estavam presentes na sala nenhum outro delegado ou membro da Comissão Organizadora pelo segmento Entidade Empresarial:

- Adriana Correia Ornellas (Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais); e
- Marcelle da Fonseca Dias (Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais).

2.4.2.3.4 - Confirmando a Elegibilidade

A presença dos delegados nos dois dias de conferência foi confirmada. Este passo foi crucial, pois apenas os delegados presentes durante ambos os dias seriam considerados elegíveis para candidatura e votação. A partir daí, foi definido o colégio eleitoral, que correspondia ao grupo de delegados aptos tanto a se candidatar quanto a votar.

Foi verificada, na lista atualizada dos delegados, elegíveis presentes sendo constatado que somente presentes nos dois dias foram as delegadas:

- Adriana Correia Ornellas (Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais); e
- Marcelle da Fonseca Dias (Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais).

2.4.2.3.5 - Definindo o Método de Eleição

Votação e Ausência de Outras Entidades

A mesa de votação foi aberta e cada membro presente votou em si. Foram aguardados 40 minutos a presença de outras entidades empresariais inscritas na conferência, mas, nenhuma compareceu. Conforme acordado previamente, cada entidade seria responsável por indicar os titulares e suplentes correspondentes às vagas que lhe coubessem. Devido à ausência de outras entidades, não houve indicação de suplentes adicionais, seguindo o regulamento estabelecido.

Seleção dos Delegados

Após a definição do método e do processo, a entidade se reuniu para determinar seus delegados titulares, de acordo com as vagas atribuídas. A lista foi então apresentada à mesa de coordenação, que organizou a Conferência das Cidades do Rio.

Distribuição de Vagas

A definição proporcional de vagas, votada e aprovada pelo segmento, resultou na seguinte distribuição:

- Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais: 2 vagas cada;
- As demais não estiveram presentes e conforme verificado na lista de presença os participantes não tiveram a frequência nos dois dias da conferência;
- Totalizando 2 vagas de titular para a entidade empresarial Dias e Ornellas Consultorias e Treinamentos Socioambientais e nenhuma vaga de suplente.

2.4.2.4 - SEGMENTO ENTIDADES PROFISSIONAIS ACADÊMICOS E DE PESQUISA

2.4.2.4.1 - Dinâmica da Plenária

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL SEGMENTO ENTIDADES PROFISSIONAIS ACADÊMICOS E DE PESQUISA 30/06/2024 (tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	PAULO SERGIO FARIAS	SINTSAMA-RJ
Relator	MARIA FERNANDA LEMOS	PUC-Rio
Secretário	MARCELO RODRIGUES DA SILVA	CUT RJ
Apoio	ANTÔNIO KRISHNAMURTI	PUC-Rio
VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS		

2.4.2.4.2 - Participantes

A plenária para a **ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL PELO SEGMENTO ENTIDADES PROFISSIONAIS ACADÊMICOS E DE PESQUISA** teve 36 (trinta e seis) participantes, dentre eles representantes dos movimentos sindicais e sociais, listados abaixo.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/Trabalhadores Sindicais	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Adriana Sotero Martins	FioCruz
02	Alder Catunda	IAB-RJ
03	Amaro Sérgio Marques	PUC-Rio
04	Angela Botelho	SEAERJ
05	Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira	PUC-Rio
06	Carla Carolina Urbina	PUC-Rio
07	Carlos Augusto Abreu	CAU-RJ
08	Claudio Freitas de Magalhães	PUC-Rio
09	Clementina dos Santos Feltmann	FioCruz
10	Daiane Santos	CAU-RJ
11	Daniel Mendes Mesquita de Sousa	CAU-RJ
12	Denise Voguel	CAU-RJ
13	Fernanda Faria Delmonte Calvão	IAB-RJ
14	Gisele Tanaka	IPPUR
15	Isabella Giesta Carrico Vital	SEAERJ
16	Jacqueline Guerreiro Aguiar	FBCN
17	Jose Antonio Mendes Casas Novas	CAU-RJ
18	Joy Helena Worms Till	PUC-Rio
19	Lilian Saback de Sá Moraes	PUC-Rio
20	Luciana Alencar Ximenes	IAB-RJ
21	Luis Carlos Soares Madeira Domingues	IAB-RJ
22	Luiz Othon Agnese B.de Mello	CAU-RJ
23	Marcela Abla	IAB-RJ
24	Marcelo Guimarães	FioCruz
25	Maria da Conceição Alves de Guimarães	IAB-RJ

26	Maria Fernanda Rodrigues C Lemos	PUC-Rio
27	Olga Campista	IAB-RJ
28	Orlando Alves dos Santos Junior	IPPUR
29	Rita de Cássia Mandarin	CAU-RJ
30	Roberto Anderson de Miranda Magalhães	PUC-Rio
31	Sandra Hiromi Kokudai	IAB-RJ
32	Vasco de Azevedo Acioli	CAU-RJ
33	Silvio Roberto Macedo Leal Junior	SEAERJ
34	Uiara Carvalho	ABEA
35	Viviane Silva Santos Tardelli	ADPERJ
36	Will Robson Coelho	IAB-RJ

A coordenação da plenária foi feita por **Paulo Sergio Farias**, a relatoria, por **Maria Fernanda Lemos**, sendo secretariados por **Marcelo Rodrigues da Silva** e tendo o apoio de **Antônio Krishnamurti**.

2.4.2.4.3 - Composição do colégio eleitoral

Todos os presentes estavam elegíveis para o colégio eleitoral e uma pessoa que não era delegada, mas inscrita como poder público, se retirou da sala antes do início das propostas e votações.

2.4.2.4.4 - Responsável pela apuração dos votos

A mesa coordenadora formada no início da sessão (Maria Fernanda Lemos, PUC-Rio; Luiz Othon, CAU-RJ, Marcela Abla, IAB-RJ, e Antônio Krishnamurti, PUC-Rio) ficou responsável por conferir a contagem dos votos que foi feita pelo relator, Maria Fernanda Lemos, PUC-Rio.

2.4.2.4.5 - Processo de contagem dos votos

Os votos para definição do método e processo de eleição, assim como do número de vagas por entidade, foram dados por meio do levantamento do crachá de delegado, após anunciada cada uma das propostas em votação, e feita a contagem um a um pelo relator, com conferência pelos colegas da mesa.

A votação e definição dos delegados por instituição foi definida internamente por cada instituição sem processo de votação pelo colegiado do segmento.

2.4.2.4.6 - Processo eletivo

Foi formada uma mesa para coordenação do processo de eleição com três delegados membros da comissão organizadora (**Maria Fernanda Lemos**, PUC-Rio; **Luiz Othon**, CAU-RJ e **Marcela Abla**, IAB-RJ), com apoio de um delegado voluntário (**Antônio Krishnamurti**, PUC-Rio).

Após confirmada a presença de cada delegado nos dois dias de conferência e em pelo menos um grupo de discussão temática – o que os tornaria elegíveis para candidatura e votação –, definiu-se o colégio eleitoral, correspondendo também ao grupo de delegados aptos à candidatura. Foi, então, atualizada uma lista de delegados elegíveis presentes na reunião.

Iniciou-se, em seguida, a apresentação de propostas de método para proceder a eleição, sendo dada voz a todos que quisessem se manifestar. Foram apresentadas 3 propostas diferentes e foi escolhido, por maioria absoluta, em dois turnos de votação, com a participação de todo o colegiado, que cada entidade teria direito a um número de vagas de delegados para a Conferência das Cidades - Estadual RJ, proporcional ao número de delegados que cada entidade trouxera para a Conferência na etapa Municipal. Ficou aprovado também que cada entidade seria responsável por indicar os titulares e suplentes correspondentes às vagas que lhe coubessem, podendo indicar um suplente de outra instituição, dentre os delegados presentes, para suplente, caso não tivesse condições de completar suas vagas, tendo em vista que três instituições tinham apenas um delegado presente. Apenas uma entidade solicitou um suplente de outra entidade.

Após a definição do método e processo as entidades se reuniram e definiram internamente seus delegados titulares e suplentes, de acordo com as vagas que lhe cabiam, e apresentaram à mesa de coordenação do processo que encaminhou a organização geral da Conferência das Cidades do Rio.

A definição proporcional de vagas, votada e aprovada pelo segmento, totalizando 18 vagas de titular e 18 vagas de suplente, foi a seguinte:

- **3** vagas para o IAB-RJ (Instituto de Arquitetos do Brasil – Rio de Janeiro); **3** vagas para o CAU-RJ (Conselho de Arquitetura e Urbanismo - Rio de Janeiro); e **3** vagas para a PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), perfazendo um total de **9** vagas de titular e **9** de suplentes;
- **2** vagas para a FioCruz (Fundação Oswaldo Cruz); **2** vagas para o IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ); e **2** vagas para a SEAERJ (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro), perfazendo um total de **6** vagas de titular e **6** de suplente; e
- **1** vaga para a ABEA (Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas do Rio de Janeiro), **1** vaga para a FBCN (Fundação Brasileira para Conservação da Natureza) e **1** vaga para a ADPERJ (Associação das Defensoras e Defensores do Estado do Rio de Janeiro), perfazendo um total de **3** vagas de titular e **3** de suplente).

Relatora do processo eletivo: Maria Fernanda Lemos, PUC-Rio.

2.4.2.4.7 - Candidatos a delegados eleitos

Foi votado e aprovado pelo conjunto de delegados do segmento que cada entidade teria direito a um número de vagas de delegados para a Conferência das Cidades na etapa estadual proporcional ao número de delegados e que cada

entidade havia trazido para a Conferência na etapa municipal. Ficou aprovado também que cada entidade seria responsável por indicar os titulares e suplentes correspondentes às vagas que lhe coubessem. As entidades, portanto, decidiram internamente os delegados titulares e suplentes de acordo com a proporção definida por votação e apresentada anteriormente neste relato. A lista de candidatos elegíveis correspondeu a lista de presentes, depois de confirmada a presença destes nos dois dias e em pelo menos um grupo temático de discussão.

- 1) Titular - Uíara Carvalho, ABEA.
Suplente - Iara Maria Linhares Nagle, ABEA.
- 2) Titular - Viviane Silva Santos Tardelli, ADPERJ.
Suplente (Inelegível) - Paloma Araujo Lamego, ADPERJ.
- 3) Titular - Denise Voguel, CAU-RJ.
Suplente - Daiane Santos, CAU-RJ.
- 4) Titular - Luiz Othon Agnese B. de Mello, CAU-RJ.
Suplente - Daniel Mendes Mesquita de Sousa, CAU-RJ.
- 5) Titular - Rita de Cássia Mandarino, CAU-RJ.
Suplente - José Antonio Mendes Casas Novas, CAU-RJ.
- 6) Titular - Jacqueline Guerreiro Aguiar, FBCN.
Suplente - Eliana Alencar Ximenes, IAB-RJ.
- 7) Titular - Adriana Sotero Martins, FioCruz.
Suplente - Marcelo Guimarães, FioCruz.
- 8) Titular - Clementina dos Santos Feltmann, FioCruz.
Suplente - Claudia Muniz Moreira Magnani, FioCruz.
- 9) Titular - Fernanda Faria Delmonte Calvão, IAB-RJ.
Suplente - Olga Campista, IAB-RJ.
- 10) Titular - Marcela Abla, IAB-RJ.
Suplente - Luis Carlos Soares Madeira Domingues, IAB-RJ.
- 11) Titular - Alder Catunda, IAB-RJ.
Suplente - Maria da Conceição Alves de Guimaraes, IAB-RJ.
- 12) Titular - Orlando Alves dos Santos Junior, IPPUR.
Suplente - Fabrício Leal de Oliveira, IPPUR.
- 13) Titular - Gisele Tanaka, IPPUR.
Suplente - Alex Ferreira Magalhães, IPPUR.
- 14) Titular - Amaro Sérgio Marques, PUC-Rio.
Suplente - Carla Carolina Urbina, PUC-Rio.
- 15) Titular - Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira, PUC-Rio.

Suplente - Maria Fernanda Rodrigues C Lemos, PUC-Rio.

16) Titular - Roberto Anderson de Miranda Magalhães, PUC-Rio.
Suplente - Claudio Freitas de Magalhães, PUC-Rio.

17) Titular - Angela Botelho, SEAERJ.
Suplente - (inelegível) Silvio Roberto Macedo Leal Junior, SEAERJ.

18) Titular - Isabella Giesta Carrico Vital, SEAERJ.
Suplente - Marguerita Rose Abdalla Gomes, SEAERJ.

2.4.2.4.8 - Eleições de DELEGADOS Membros do Conselho das Cidades

Processo eletivo

Foi formada uma mesa para coordenação do processo de eleição com três delegados membros da comissão organizadora (**Maria Fernanda Lemos**, PUC-Rio; **Luiz Othon**, CAU-RJ e **Marcela Abla**, IAB-RJ), com apoio de um delegado voluntário (**Antônio Krishnamurti**, PUC-Rio).

Após confirmada a presença de cada delegado nos dois dias de Conferência e em pelo menos um grupo de discussão temática – o que os tornaria elegíveis para candidatura e votação, definiu-se o colégio eleitoral, correspondendo também ao grupo de delegados aptos à candidatura. Foi, então, atualizada uma lista de delegados elegíveis presentes na reunião.

Iniciou-se, em seguida, a apresentação de propostas de método para proceder a eleição, sendo dada voz a todos que quisessem se manifestar. Foi apresentada uma proposta, aprovada por maioria absoluta: distribuição de uma vaga de titular e uma de suplente para cada grande grupo do setor (grupo 1- entidades profissionais; grupo 2- entidades de pesquisa), sendo necessariamente escolhidos em entidades diferentes os titulares e suplentes dentro do grupo. Ficou definido também que cada entidade escolheria dentro de seu corpo de delegados aquele que representaria a instituição.

O grupo 2 - entidades de pesquisa, com apenas duas entidades presentes, entrou imediatamente em acordo sobre titularidade e suplência, assim como quem, dentre seus delegados, assumiria a posição representando a entidade.

O grupo 1 - entidades profissionais, com diversas entidades presentes, teve 3 entidades candidatas para as duas vagas (titular e suplente) e foi feita nova rodada de sugestões de método, com votação por maioria absoluta em dois turnos da proposta de votação por todos os presentes em cada entidade com definição de titularidade e suplência para a primeira e a segunda entidade mais votada, respectivamente.

Ficou definido que:

- 1 vaga de titular e uma de suplente para entidades de pesquisa, resultando em um titular da PUC-Rio, com suplência do IPPUR; e

- 1 vaga de titular e uma de suplente para entidades profissionais, resultando em um titular do IAB-RJ, com suplência da SEAERJ .

Relatora do processo eletivo: Maria Fernanda Lemos, PUC-Rio.

Candidatos a delegados Membros do Conselho das Cidades

Foi votado e aprovado pelo conjunto de delegados do segmento que cada grande grupo do segmento grupo 1 (entidades profissionais); e grupo 2 (entidades de pesquisa) teria uma vaga de titular e uma de suplente e que depois de escolhidas as entidades que ocupariam as vagas, cada entidade escolheria dentro de seu corpo de delegados presentes aquele que representaria a instituição.

A lista de delegados elegíveis por instituição correspondeu a lista de presentes, depois de confirmada a presença destes nos dois dias e em pelo menos um grupo temático de discussão, no mesmo modelo aplicado à eleição de delegados estaduais da Conferência das Cidades.

Composição do colégio eleitoral

Todos os presentes compuseram o colégio eleitoral.

Responsável pela apuração dos votos

A mesa coordenadora formada no início da sessão (Maria Fernanda Lemos, PUC-Rio; Luiz Othon, CAU-RJ e Marcela Abla, IAB-RJ, Antônio Krishnamurti, PUC-Rio) ficou responsável por conferir a contagem dos votos que foi feita pelo relator, Maria Fernanda Lemos, PUC-Rio.

Processo de contagem dos votos

Os votos para definição do método e processo de eleição, assim como para escolha de entidades para titular e suplente no grupo 1, foram dados por meio do levantamento do crachá de delegado, após anunciada cada uma das entidades em votação, e feita a contagem um a um pelo relator, com conferência pelos colegas da mesa.

A votação e definição dos delegados por entidade foi feita internamente por cada entidade sem processo de votação pelo colegiado do segmento.

Delegados titulares e suplentes eleitos

Titular - Maria Fernanda Rodrigues C Lemos, Pontifícia Universidade Católica, PUC-Rio.

Suplente - Orlando Alves dos Santos Junior, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR.

Titular - Marcela Abla, Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB-RJ.

Suplente - Isabella Giesta Carrico Vital, Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro, SEAERJ.

2.4.2.5 - SEGMENTO ONGs

2.4.2.5.1 - Dinâmica da Plenária

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL SEGMENTO ONGs - Organizações Não Governamentais 30/06/2024 (tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	ROGÉRIO MARQUES DOS SANTOS	CAMPO
Relator	ELIANE SOUSA DE OLIVEIRA	Mitra Arquiepiscopal
Fiscal de votação	RICARDO DE GOUVEIA CORRÊA	Fundação Bento Rubião
	VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS	

2.4.2.5.2 - Participantes

A plenária para a **ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL PELO SEGMENTO ONGs - Organizações Não Governamentais** teve 21 (vinte e um) participantes, dentre eles representantes dos movimentos sindicais e sociais, listados abaixo.

PARTICIPANTES		
nº	NOME/Trabalhadores Sindicais	ENTIDADE/ÓRGÃO
01	Eliane Sousa de Oliveira	Mitra Arquiepiscopal
02	Lúcia cerqueira Mitra	Mitra Arquiepiscopal
03	Maria da Paz Macedo	Mitra Arquiepiscopal
04	Alice Nohl Vianna	IBDU
05	Roberta Bernardi Athayde	Fundação Bento Rubião
06	Valério da Silva F Bento Rubião	Fundação Bento Rubião
07	Hérculis Toledo	IBAM
08	Luciana Hamada	IBAM

09	Márcia Costa Alves Silva	IBAM
10	Marcella Meireles de Andrade	IBAM
11	Henrique Barandier	IBAM
12	Kassiane da Cruz Sodré	CDCAG Guaratiba
13	Paulo Rogério Pereira	CDCAG Guaratiba
14	Sebastião de Moraes Filho CAMPO	CAMPO
15	Victor Hugo Zani Garcia de Andrade	CAMPO
16	Bartolomeu Tavares	CAMPO
17	Gabriel Povill	CAMPO
18	Roberto William dos Santos	CAMPO
19	Calvin Cordeiro Gonçalves	CAMPO
20	Jairo Coelho de Almeida	CAMPO
21	Adriana Batista dos Santos	UBEC

A coordenação da plenária foi feita por Rogério Marques Gonçalves do CAMPO, a relatoria, por Eliane Sousa de Oliveira da Mitra Arquiepiscopal, sendo secretariados por Ricardo Gouvêa Corrêa da Fundação Bento Rubião.

A Mesa Diretora da Plenária do Segmento apresentou proposta de dinâmica que constou de:

- A - apresentação dos Delegados presentes;
- B - apresentação de candidaturas de ONG às vagas para a Conferência Estadual;
- C - eleição para a Conferência Estadual;
- D - apresentação de candidaturas de ONG ao Conselho Municipal da Cidade;
- E - eleição de ONG para o Conselho Municipal da Cidade; e
- F - definição pelas ONG eleitas dos nomes de seus representantes para a Conferência Estadual e para o Conselho Municipal da Cidade.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade e colocada em prática imediatamente.

2.4.2.5.3 - ONGs candidatas à Conferência Estadual

Inicialmente, (A) cada Delegado se apresentou aos demais Delegados presentes. Na sequência, (B) foi solicitado que as ONG interessadas em participar da Conferência Estadual se declarassem candidatas; quando foram candidatos à eleição para DELEGADOS MUNICIPAIS DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL PELO SEGMENTO ONG - Organizações não Governamentais os seguintes inscritos:

- 1) IBDU;
- 2) CAMPO;
- 3) CDCA;
- 4) Grupo pela Vidda;
- 5) Mitra Arquiepiscopal;
- 6) Redes da Maré;
- 7) Clube de Engenharia;
- 8) IBAM;
- 9) Fundação Bento Rubião; e
- 10) UBEC.

Encerradas as declarações de candidatura, (C) iniciou-se a votação, sob a supervisão de **Rogério Marques Dos Santos**, Moderador da Plenária, com a contagem de votos sendo feita pelo Fiscal de Votação, **Ricardo Gouvêa Corrêa** e pela Observadora **Nildelene Gomes dos Santos**, conforme foto.

2.4.2.5.4 - Votação e ONGs eleitas para a Conferência Estadual das Cidades

Após a votação dos Delegados, foram eleitos pela plenária da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 os seguintes delegados municipais do SEGMENTO ONGs - Organizações Não Governamentais da Sociedade Civil para a Conferência Estadual.

- 1) IBDU;
- 2) CAMPO;
- 3) Grupo pela Vidda;
- 4) Mitra Arquiepiscopal;
- 5) Redes da Maré;
- 6) IBAM;
- 7) Bento Rubião; e
- 8) UBEC.

2.4.2.5.5 - ONGs candidatas ao Conselho da Cidade

Em seguida, (D) solicitou-se que as ONGs interessadas em ser Conselheiras Municipais se declarassem candidatas; quando se apresentaram as ONGs:

- 1) IBDU;
- 2) CAMPO;
- 3) Grupo pela Vidda;
- 4) CDCAG;
- 5) Clube de Engenharia;
- 6) Redes da Maré;
- 7) Fundação Bento Rubião; e
- 8) UBEC.

2.4.2.5.6 - Votação e ONGs Eleitas para o Conselho da Cidade

Encerradas as declarações de candidatura, (E) iniciou-se a votação, sob a supervisão de **Rogério Marques dos Santos** e contagem de votos feita pelo Fiscal de Votação **Ricardo Gouvêa Corrêa** e pela Observadora **Nildelene Gomes dos**

Santos, sendo eleitas o CAMPO, como Conselheiro Municipal Titular, e a Fundação Bento Rubião, como Conselheira Municipal Suplente.

2.4.2.5.7 - Nomes dos Delegados Titulares e Suplentes das ONGs eleitas para a Conferência Estadual

Encerrada a votação, foi solicitado (F) que as ONGs eleitas definissem os nomes de seus representantes para Delegados à Conferência Estadual e para Conselheiros Municipais da Cidade, quando foram definidos os nomes:

- 1) IBDU - Alice Nohl Vianna e Tarcyla Fidalgo Ribeira.
- 2) CAMPO - Rogério Marques Gonçalves e Antônio Félix Tavares.
- 3) Grupo pela Vida - Felipe de Oliveira Pinheiro e Pedro Guilherme Cândido Olinto.
- 4) Mitra Arquiepiscopal - Eliane Sousa de Oliveira e Tânia Maria Ramos Costa do Nascimento.
- 5) IBAM - Henrique Gaspar Barandier e Hérculis Pereira Toledo.
- 6) Redes da Maré - Maurício Dutra de Oliveira e Levi Germano Batista.
- 7) Fundação Bento Rubião - Ricardo Gouvêa e Roberta Bernardi Athayde.
- 8) UBEC - Francisco Falsette e Ana Michele Gabriel Falsette.
(necessário observar retificação no item **3.12.5.9** deste Relatório).

2.4.2.5.8 - Nomes dos Delegados das ONGs (Titular e Suplente) eleitos para o Conselho da Cidade

- 1) Rogério Marques Gonçalves, pelo CAMPO (Conselheiro Titular); e
- 2) Roberta Bernardi Athayde, pela Fundação Bento Rubião (Conselheira Suplente).

2.4.2.5.9 - Conclusão

A Plenária do Segmento ONGs - Organizações não Governamentais da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, transcorreu em clima de harmonia e total liberdade de expressão e votação, sendo eleitos os Delegados acima descritos. Porém, após conferência por parte da Comissão Organizadora, verificou-se que alguns Delegados Eleitos não atendiam aos critérios de elegibilidade, obrigando suas substituições.

Diante dessa constatação, a posteriori, este Moderador contatou as ONGs cujos Delegados não se enquadraram nos critérios de elegibilidade, explicou cada critério não atendido e ofereceu a oportunidade de substituição.

Dessa forma, a listagem dos Delegados Eleitos para a Conferência Estadual passou a ser a abaixo descrita:

- 1) IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - Alice Nohl Vianna; e não há suplente.
- 2) CAMPO - Centro de Apoio ao Movimento Popular - Rogério Marques Gonçalves; e Calvin Cordeiro Gonçalves.
- 3) Grupo pela Vidda - Felipe de Oliveira Pinheiro; e Pedro Guilherme Cândido Olinto.
- 4) Mitra Arquiepiscopal - Eliane Sousa de Oliveira; e Tânia Maria Ramos Costa do Nascimento.
- 5) IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Henrique Gaspar Barandier; e Hérculis Pereira Toledo.
- 6) Redes da Maré - Levi Germano Batista e Louise Freire dos Santos.
- 7) Fundação Bento Rubião - Ricardo Gouvêa Corrêa e Roberta Bernardi Athayde.
- 8) UBEC - União Brasil Educação e Cidadania - Adriana Batista dos Santos; e Antônio Félix Tavares, para a Conferência Estadual.

Posteriormente a essa substituição, foi verificada a inconsistência da inelegibilidade do senhor Maurício Dutra (Redes da maré) , visto que o Sr Maurício não deveria ter sido considerado "inelegível" visto sua participação regular na Conferência da Cidade do Rio, como comprovam o rito da Eleição e as fotos do momento.

Desfeito o equívoco, providenciei a correção da listagem de nomes e a encaminhei à Comissão Organizadora em 30/07/2024.

Desta forma, reitero que a participação do Sr Maurício Dutra representando a Redes da Maré foi regular e a correção encaminhada foi acertada, garantido a sua participação como Delegado Eleito do Segmento ONG, como constou.

2.4.3 - Indicação das 12 (doze) propostas municipais para a 6ª Conferência Estadual das Cidades

A reunião plenária da tarde de 30 de junho de 2024 da Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024 deliberou que a Comissão Organizadora teria ingerência para definir quais seriam as 12 (doze) propostas de âmbito estadual a serem encaminhadas para a 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Tendo em vista esta deliberação, foi realizada em 04/07/2024, através de videoconferência, a 9ª Reunião da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal das Cidades com a participação de 25 (vinte e cinco) representantes da Comissão Organizadora e equipes de relatoria e secretaria das mesas temáticas.

A pauta discutida foi a definição para a enumeração das propostas municipais para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, bem como a definição dos relatórios por salas de discussão, plenárias de abertura e de encerramento e votações do regulamento da conferência, dos delegados e dos membros do COMPUR ou do Conselho da Cidade.

Após muita deliberação, a Comissão Organizadora decidiu que as 12 (doze) propostas seriam distribuídas por sala de discussão temática, de acordo com o número de participantes das mesmas:

- **Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos com o planejamento e orçamento das Políticas Públicas**, contemplando os seguintes temas:
 - 1) Habitação e regularização fundiária - **2 PROPOSTAS**
 - 2) Saneamento básico - **1 PROPOSTA**
 - 3) Mobilidade urbana - **1 PROPOSTA**
- **Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiamento**, contemplando os seguintes temas:
 - 4) Gestão interfederativa e das regiões metropolitanas, cooperação e consórcios - **1 PROPOSTA**
 - 5) Controle social e gestão democrática das cidades - **2 PROPOSTAS**
- **Eixo 3: Grandes Temas Transversais**, contemplando os seguintes temas:
 - 6) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas - **2 PROPOSTAS**
 - 7) Transformação e inclusão digital no território - **1 PROPOSTA**
 - 8) Segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares - **2 PROPOSTAS**

Foi decidido ainda que as equipes responsáveis por cada mesa - Mediador, Relator, Secretário e assessores, seriam responsáveis por deliberar sobre as propostas finais a serem encaminhadas.

Desta forma, as propostas finais de âmbito estadual são as elencadas a seguir:

Para o Eixo 1 - Articulação entre os principais setores urbanos com o planejamento e orçamento das Políticas Públicas, contemplando os seguintes temas:

- **HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** (2 propostas):

PROPOSTA 1

Título - Função social da propriedade pública do Estado

Suspensão das ordens de despejo e destinação dos imóveis públicos estaduais para habitação de interesse social.

PROPOSTA 2

Título - HIS e recursos orçamentários

Garantir no mínimo 1% (um por cento) dos recursos orçamentários do Estado para política de Habitação de Interesse Social - HIS, coordenada pela Secretaria Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do RJ - SEHIS, integrado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, tendo o CONSELHO GESTOR DO Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS paritário, PAPEL DELIBERATIVO E FISCALIZADOR.

- **SANEAMENTO BÁSICO** (1 proposta):

PROPOSTA 3

Título - Agências Reguladoras, aperfeiçoamento e recursos

Aperfeiçoamento das Agências Reguladoras com uso de novas tecnologias para regulação dos trabalhos das Empresas Públicas, concessionárias de serviços de saneamento, com antecipação da revisão dos contratos para fins de atendimento de todas as favelas e utilização dos recursos do fundo de regulação para ampliação dos quadros de profissionais concursados.

- **MOBILIDADE URBANA** (1 proposta):

PROPOSTA 4

Título - Tarifa Zero

Tarifa Zero, Redução ou Eliminação do Valor da Tarifa Pública.

Para o Eixo 2 - Gestão Estratégica e Financiamento, contemplando os seguintes temas:

- **GESTÃO INTERFEDERATIVA E DAS REGIÕES METROPOLITANAS, COOPERAÇÃO E CONSÓRCIOS** (1 proposta):

PROPOSTA 5

Título - Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;

Resgate e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano.

- **CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES** (2 propostas):

PROPOSTA 6

Título - Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU e participação dos entes federados

A adesão dos entes federados, municípios, Estados e o Distrito Federal se dará por ato voluntário e implicará em obrigações mútuas entre os entes federados que compõem o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU. Essas obrigações devem envolver a adoção de políticas, procedimentos, investimentos financeiros e estruturas de participação pactuadas no sistema.

PROPOSTA 7

Título - Atribuições do Conselho Nacional das Cidades

As atribuições deliberativas do Conselho Nacional das Cidades devem ser ampliadas, envolvendo pelo menos duas questões: a possibilidade de emitir instruções normativas para a aplicação de instrumentos de política urbana e o poder de aprovar editais do governo federal relativos à política de desenvolvimento urbano.

Para o Eixo 3: Grandes temas transversais, contemplando os seguintes temas:

- **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS** (2 propostas):

PROPOSTA 8

Título - Empreendimentos habitacionais de interesse social sustentáveis

Contribuição de empresas privadas na área de construção, de terem uma obrigatoriedade em investimentos sustentáveis dentro dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida - MCMV e demais construções.

PROPOSTA 9

Título - Planejamento territorial e setorial resiliente

Vincular os planos setoriais, por obrigação legal, ao plano de ação climática (30 anos), rebatizando esses planos como planos para resiliência sócio-climática, de modo a garantir a resiliência sócio-climática como meta central em cada um deles, e transformar o plano de ação climática em obrigação legal, vinculando a ele também o plano diretor municipal, de modo a estabelecer uma coordenação geral dos setoriais e do diretor para a adaptação climática.

- **TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL NO TERRITÓRIO** (1 proposta):

PROPOSTA 10

Título - Transformação digital e orçamento

Criação de órgão estadual encarregado da transformação e inclusão digital, com dotação orçamentária específica, responsável pela governança dos programas estaduais existentes, com recorte étnico aos territórios

vulneráveis, fomentando a criação e a manutenção de laboratórios de dados e programas de agentes comunitários de geração cidadã de dados para elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas.

- **SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO DO CONTROLE ARMADO DOS TERRITÓRIOS POPULARES** (2 propostas):

PROPOSTA 11

Título - Segurança pública e políticas habitacionais

Criação de uma política habitacional que limite o poder e expansão de grupos armados.

PROPOSTA 12

Título - Desmilitarização da Polícia e controle

Remodelação da política de segurança com a proibição do uso de armas de fogo em manifestações, o fim das ações militares em favelas, a partir da desmilitarização da Polícia e a institucionalização da prática do uso de câmeras corporais.

2.4.4 - Plenário

Tema : CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO (30/06/2024 - tarde)

2.4.4.1 - Dinâmica da Plenária

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES - RIO 2024 30/06/2024 (tarde)		
Função	Nome	Órgão
Moderador	Jorge A. da Silva	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro
Relator	Rogério Marques Gonçalves	Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO
Secretário	Eugênia Câmara Loureiro	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU

2.4.4.2 - A Plenária

Devido aos problemas ocorridos em algumas salas de discussão temática e nas votações do regulamento da Conferência e dos delegados da sociedade civil por segmento para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, somados ao adiantado da hora, não houve tempo hábil para a realização da Cerimônia de Encerramento da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024**.

3. ANEXOS

3.1 - Decreto Rio nº 54.343 de 24/04/2024, que dispôs sobre a organização da Conferência Municipal da Cidade: Etapa Preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades.



Protocolo: 978084
Data: 25/04/2024
Título: DECRETO RIO Nº 54343
Página(s): a

DECRETO RIO Nº 54343 DE 24 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a organização da Conferência Municipal da Cidade : Etapa Preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades, que tem como propósito o debate da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano é um conjunto de ações implementadas e promovidas pelo governo no campo do desenvolvimento urbano;

CONSIDERANDO a relevância da participação popular na formulação de proposições e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e das suas áreas estratégicas;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria MCID Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro coordenará as Etapas necessárias à realização da Conferência Municipal da Cidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Preparatória da Conferência Municipal da Cidade, com a finalidade de colaborar na preparação da citada Conferência no âmbito do Município do Rio de Janeiro.

Art. 2º A Comissão Preparatória será composta por representantes dos seguintes órgãos municipais, sob a coordenação do primeiro:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE;

II - Secretaria da Casa Civil - CVL;

III - Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG;

IV - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP;

V - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC;

VI - Secretaria Especial de Ordem Pública - SEOP;

VII - Procuradoria Geral do Município - PGM.

§ 1º. A indicação dos representantes dos órgãos citados no caput do artigo será publicada por ato do titular da Pasta.

§ 2º. Em função da necessidade da Comissão Preparatória, outros órgãos da administração municipal poderão ser convidados a integrar essa Comissão.

Art. 3º A Comissão Preparatória designada no artigo 2º será responsável pelo cadastramento das entidades que constituirão a Comissão Organizadora da Conferência Municipal das Cidades, através de edital de convocação, respeitando as normativas previstas na Portaria MCID Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024.

Art. 4º O edital de convocação será publicado por ato do órgão coordenador da Comissão Preparatória.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024; 460º ano da fundação da Cidade.

3.2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO SMDUE nº 02/2024 para cadastramento de entidades da sociedade civil para participar da Comissão Organizadora da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 e de outras providências - D.O.Rio nº 26, de 25/04/2024.



Inscrição: 0226677-3

Ciência: Trata-se de transformação de uso para edificação comercial.

Com base na documentação dos autos, alteramos a tipologia para "residencial" e a área construída para 201 m², com vigência a partir de 2023 (período de avaliação de 2022).

Complementando o procedimento cadastral, foram revistos os lançamentos tributários de 2023.

Emita-se a guia 01/2023 para cobrança das diferenças de IPTU e TCU de 2023.

A guia 01/2023 é uma guia complementar; portanto a guia 02/2023 (guia anual) continua válida e deve ser paga. As cotas para pagamento da guia 01/2023 devem ser obtidas no site CARIOCA DIGITAL (<https://carocadigital.org.br>) ou <https://prefeitura.rio>.

Cabe assinalar que pagamentos efetuados após 31/12/2023 deverão considerar o fator de atualização (FAT) para 2024 (correspondente ao IPCA-e de 2023).

De acordo,

À FPREC-RIO/CIP-2 para dar ciência, enviando cópia deste despacho e a guia 01/2023.

Requerente: Elizabeth Dias Guimarães

Endereço: Rua Álvaro Ramos, 187 - Botafogo.

Após prazo para impugnação (90 dias), arquivar-se.

Verificação de IPTU concluída.

FPREC-RIO/CIP-4, em 01/11/2023.

PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: DESTINATÁRIO DESCONHECIDO

Processo: 04/774.127/2023

Endereço: RUA DEOCLÉCIO MELIM, 100, APT 101, GUARATIBA, RJ, CEP: 23620-175

Requerente: ANA BEATRIZ CORREA DOS SANTOS

Inscrição: 3177013-4

Ciência: Trata-se de inclusão predial em imóvel localizado na RUA DEOCLÉCIO MELIM, 100, APT 101, GUARATIBA, cuja inscrição fiscal é 3177013-4.

Os procedimentos cadastrais foram efetuados através do despacho de fls. 27, com vigência a partir de 2024. Sendo assim efetua a revisão dos lançamentos conforme abaixo descrito:

Revê o lançamento de 2024, emitindo a guia 01/2024 (R\$ 2.196,00), que cobre a diferença do lançamento do IPTU e da TCU deste exercício, decorrente da alteração cadastral efetuada.

A guia 01/2024 é uma guia complementar.

Para efetuar o pagamento da guia 01/2024, deverá acessar o site CARIOCA DIGITAL, [home.carocadigital.org.br](https://carocadigital.org.br) ou prefeitura.rio, e emitir o boleto da guia para pagamento, inclusive em caso de não pagar em 10 cotas.

Atenção, para as cotas que vencerão em 2025 e para aquelas que porventura ficaram atrasadas, o contribuinte deverá acessar o link do item 3 e emitir o boleto da cota com os valores atualizados.

Encaminhamento:

A FPREC-RIO/CIP-2 para dar ciência ao contribuinte do teor deste despacho, entregando também o da fls. 27 que efetua os procedimentos cadastrais e a notificação de lançamento.

Após prazo recursal, AR-ARQUIVO.

Endereço para notificação: RUA DEOCLÉCIO MELIM, 100, APT 101, GUARATIBA

Requerente: ANA BEATRIZ CORREA DOS SANTOS

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

Despacho de Fls. 27

Trata-se de inclusão predial referente ao endereço supramencionado.

Com base nos documentos juntados no administrativo, alteramos a tributação de territorial para predial, com vigência a partir de 2024, conforme dados a seguir:

Área construída: 254m²

Tipologia: casa

Utilização: residencial

Possível: frente

Idade: 2024

Incluímos a piscina e o tempo descoberto na área cadastrada, conforme determina o artigo 20 do Decreto 14327/95.

Encaminhamento: ao FR para revisão dos lançamentos tributários.

FPREC-RIO/CIP-4, em 12 de março de 2024.

De acordo,

FPREC-RIO/CIP-4, em 13/03/2024

PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: NÃO PROCURADO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO COORDENADORIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA FPREC-RIO/CIP-2 GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E CONTROLE PROCESSUAL EDITAL

O Gerente II da Gerência de Atendimento e Controle Processual da FPREC-RIO/CIP-2 faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, as EXIGÊNCIAS de seus processos administrativos.

O Processo encontra-se à disposição do contribuinte ou seu representante legal devidamente habilitado, na Rua Alonso Cavalcanti nº 455, Anexo, sala 108 - Térreo pelo prazo de 10 (dez) dias.

Processo: 04/66.305923/2023

Endereço: RUA VISCONDE DE SILVA, 100 APT. 901 - BOTAFOGO - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 22.271-690.

Requerente: DARCY DE AMORIM COSTA OU O REPRESENTANTE LEGAL DO IMÓVEL

Inscrição: 1196353-5

Exigência: Solicitamos convocar o contribuinte para juntar ao processo administrativo nº 04/66/305.923/2023, os documentos abaixo:

- Original do comprovante de pagamento do IPTU, da guia 00, do exercício de 2021, da inscrição 1.196.353-5, da cota CV via 04, paga em 05/02/2021, no valor de R\$ 4.842,56, no Banco Itaú S. A., juntamente com cópia desse documento legível e autenticado, ou para ser autenticado por funcionário competente, visto que outro contribuinte está reclamando para si, com comprovação, o pagamento dessa cota.

Caso esse pagamento não seja comprovado, esse valor será remanejado para a inscrição do contribuinte que o comprovou devidamente.

Informe-se ao contribuinte que o prazo para cumprimento desta exigência, de acordo com o art. 27, I, 1 do Decreto "N" nº 14.602 de 29.02.96, é de 10 (dez) dias a partir da ciência da mesma, devendo ser enviada notificação para o contribuinte enumerado em epígrafe, endereço: Rua Visconde de Silva, nº 100, apt. 901, Botafogo, CEP 22.271-690.

FPREC-RIO/CIP-3, 14 de março de 2024.

PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: MUDOU-SE.

Processo: 04/66.305923/2023

Endereço: RUA PEREIRA NUNES, 390 C, VILA ISABEL - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20.541-024.

Requerente: DARCY DE AMORIM COSTA OU O REPRESENTANTE LEGAL DO IMÓVEL

Inscrição: 1196353-5

Exigência: Solicitamos convocar o contribuinte para juntar ao processo administrativo nº 04/66/305.923/2023, os documentos abaixo:

- Original do comprovante de pagamento do IPTU, da guia 00, do exercício de 2021, da inscrição 1.196.353-5, da cota CV via 04, paga em 05/02/2021, no valor de R\$ 4.842,56, no Banco Itaú S. A., juntamente com cópia desse documento legível e autenticado, ou para ser autenticado por funcionário competente, visto que outro contribuinte está reclamando para si, com comprovação, o pagamento dessa cota.

Caso esse pagamento não seja comprovado, esse valor será remanejado para a inscrição do contribuinte que o comprovou devidamente.

Informe-se ao contribuinte que o prazo para cumprimento desta exigência, de acordo com o art. 27, I, 1 do Decreto "N" nº 14.602 de 29.02.96, é de 10 (dez) dias a partir da ciência da mesma, devendo ser enviada notificação para o contribuinte enumerado em epígrafe, endereço: Rua Pereira Nunes, nº 390, C, Vila Isabel, CEP: 20.541-024.

FPREC-RIO/CIP-3, 14 de março de 2024.

PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: MUDOU-SE.

COORDENADORIA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS EDITAL

A Coordenadora da FPREC-RIO/CIT, no uso de suas atribuições, cientifica os interessados da decisão exarada.

Processo: 04/490.410/2024

Inscrição: 04/4075-4

Requerente: SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (EMPREENHIMENTO CTV MOB RESIDENCIAL).

Imóvel objeto do pedido: CL: 02561-0 - RUA IGUAPE 31- CASCADURA

Assunto: ITBI - IMÓVEL INTEGRANTE DE EMPREENHIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL OU DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

DECISÃO

RECONHECER:

- a isenção do ITBI exclusivamente para as unidades imobiliárias do empreendimento em análise destinadas a famílias com renda de 0 a 6 salários mínimos;

- a redução de 50% do ITBI exclusivamente para as unidades imobiliárias do empreendimento em análise destinadas a famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos.

O presente reconhecimento não gera direito adquirido e poderá ser revisto de ofício caso se apure que os beneficiários não cumpriam os requisitos necessários à sua concessão, cobrando-se o crédito com todos os acréscimos legais.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO

EDITAL SMDUE Nº 01 / 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO SMDUE Nº 01/2024 PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PARTICIPAR DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

CONSIDERANDO a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades, que tem como propósito o debate da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano é um conjunto de ações implementadas e promovidas pelo governo no campo do desenvolvimento urbano;

CONSIDERANDO a relevância da participação popular na formulação de propostas e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e das suas áreas estratégicas;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo IV da Portaria do Ministério das Cidades Nº 175, de 28 de fevereiro de 2024;

3. DO CADASTRAMENTO

- 3.1. As entidades deverão indicar seus representantes para o processo de cadastramento e eleição para participar da Comissão Organizadora, conforme os itens a seguir.
- 3.2. O cadastramento das entidades deverá ser feito através do envio das seguintes informações através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no portal <https://planejamentourbano.prefeitura.rj.br>:
- 3.2.1. Nome, e-mail e telefone da Entidade;
- 3.2.2. Segmento em que se insere;
- 3.2.3. Nome, e-mail e telefone do Representante Legal;
- 3.2.4. Nome, e-mail e telefone do Representante Titular;
- 3.2.5. Nome, e-mail e telefone do Representante Suplente;
- 3.2.6. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 3.2.7. Estatuto, Atto Constitutivo e/ou alteração contratual vigente.

4. DAS ENTIDADES APTAS A PARTICIPAR

- 4.1. Poderão fazer parte do processo de cadastramento entidades da sociedade civil e instituições representativas dos seguintes segmentos, conforme determinam os arts. 14 e 43 da Portaria MCID Nº 175, de 2024:
- 4.1.1. Movimentos populares - são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;
- 4.1.2. Trabalhadores sindicais - sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais dos trabalhadores e trabalhadores urbanos e rurais;
- 4.1.3. Entidades empresariais - representativas do empresariado, inclusive cooperativas, voltadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;
- 4.1.4. Profissionais acadêmicos e de pesquisa - são as entidades de âmbito nacional representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, assim como associações nacionais de ensino e pesquisa. Enquadram-se, também, neste segmento os conselhos profissionais (regionais ou federais). Em todos os casos, a representação do segmento deve estar vinculada à questão do desenvolvimento urbano;
- 4.1.5. Organizações Não Governamentais (ONGs) - formada por associações civis ou fundações (art. 44, I e II, do Código Civil, 2002), para fins não econômicos, formalmente constituídas há no mínimo 2 anos, que têm por finalidade estatutária a atuação no campo do desenvolvimento urbano, comprovada mediante apresentação de estatuto no ato da inscrição.
- 4.2. Os representantes do Setor Público do Município do Rio de Janeiro serão indicados por ato específico do Poder Executivo.
- 4.3. Conforme estabelecido no §2º do art. 14 da Portaria MCID Nº 175, de 2024, não se enquadram nos segmentos acima descritos os Conselhos temáticos, municipais, estaduais e nacionais bem como Orçamentos Participativos, visto que são instâncias institucionais representativas de vários segmentos sociais.
- 4.4. Também não se enquadram os partidos políticos, igrejas e seus movimentos de base, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lóca, lojas maçônicas e Rotary, corpo docente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras, xenófobas, entre outras.

5. DA ELEIÇÃO DAS ENTIDADES

- 5.1. Após o cadastramento das entidades, nos casos em que houver maior número de entidades do que vagas, será realizada eleição para a definição dos representantes por segmento.
- 5.2. A eleição seguirá a proporcionalidade definida no artigo 14 da Portaria MCID Nº 175, de 2024, atendendo ao quantitativo demonstrado no **Quadro 1** deste Edital.
- 5.3. Ficam excluídos da eleição os representantes do Setor público, que serão definidos por ato específico do Poder Executivo.

Quadro 1

SEGMENTO	PERCENTUAL (%)	NÚMERO ABSOLUTO DE TITULARES	NÚMERO ABSOLUTO DE SUPLENTE
Setor público	42,3	10	10
Movimentos populares	26,7	6	6
Trabalhadores sindicais	9,9	2	2
Entidades empresariais	9,9	2	2
Entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa	7	2	2
ONGs	4,2	1	1
TOTAL	100	23	23

- 5.4. A eleição das entidades representantes de cada segmento se dará mediante votação das entidades inscritas naquele segmento, de acordo com o número de vagas previsto no **Quadro 1**.
- 5.5. A votação mencionada será em reunião presencial.
- 5.6. Somente serão eleitas as entidades que participarem da reunião presencial de votação.
- 5.7. A lista das entidades e os respectivos representantes titulares e suplentes eleitos, que participarão da Comissão Organizadora, será publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, através de ato da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE.

6. ANÁLISE E HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO

- 6.1. A avaliação e homologação dos documentos de credenciamento será realizada pela Comissão de Avaliação formada pelos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/ Subsecretaria de Planejamento Urbano:

SERVIDOR	FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRICULA
Rosana Motta Gomes	Arquiteto	Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano	12/212.717-3
Alberto Antonio Taveira	Profissional de Nível Superior	Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano	11/173.948-1
Claudia Grangiero da Silva Castro	Arquiteto	Coordenadoria de Projetos Urbanos	11/145.717-6
Isabel Habb Maier de Araujo	Geógrafo	Gerência de Monitoramento e Informações Urbanas	11/259.163-4
Mauro Santiago Medina Junior	Agente de Administração	Gerência de Monitoramento e Informações Urbanas	10/224.279-0

7. DA PARTICIPAÇÃO NA COMISSÃO ORGANIZADORA

- 7.1. A participação se dará através de reuniões presenciais e/ou por meio remoto, a serem organizadas conforme deliberação própria da Comissão Organizadora.
- 7.2. As entidades e seus representantes não farão jus a nenhuma remuneração, sendo considerado trabalho de relevante interesse público.

8. DOS PRAZOS

- 8.1. Serão recebidas as inscrições para cadastramento das entidades interessadas em participar da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade, nas condições estabelecidas neste Edital de Convocação, até o dia **30 de abril de 2024**.
- 8.2. A eleição das entidades ocorrerá em reunião presencial em **03 de maio de 2024**, em local e horário a serem informados a todas as entidades por e-mail.
- 8.3. As entidades cadastradas e eleitas que participarão da Comissão Organizadora serão divulgadas no Diário Oficial do Município em **06 de maio de 2024**. Na mesma data, será feita a convocação para a reunião de abertura dos trabalhos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO ORGANIZADORA

- Constituem obrigações dos integrantes da Comissão Organizadora:
- 9.1. Participar pontual e regularmente às reuniões agendadas através dos seus representantes;
- 9.2. Informar imediatamente por e-mail endereçado a conferenciadacidade2024@rio.rj.gov.br sobre a impossibilidade de participação nas reuniões ou sobre a desistência de participação;
- 9.3. Manter os dados atualizados, especialmente os contatos dos representantes para viabilizar a comunicação por e-mail ou whatsapp;
- 9.4. Participar das discussões com civildade, de maneira produtiva, respeitando os demais participantes, sejam os técnicos da administração municipal, facilitadores ou outros representantes institucionais.

10. DAS DÚVIDAS E CASOS OMISSOS

- 10.1. As dúvidas e casos omissos relativos a este Edital de Convocação deverão ser encaminhados para o e-mail conferenciadacidade2024@rio.rj.gov.br e serão respondidos em tempo hábil para o bom andamento dos trabalhos.

CANCELAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO EXPEDIENTE DE 24/04/2024

PROCESSO: EIS-PR-2024/00933

PUBLIQUE-SE:

Cancels o Auto de Infração nº 1253850

SUBSECRETARIA DE CONTROLE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO COORDENADORIA GERAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO EXPEDIENTE DE 19/04/2024

EIS-PR-2024/08542 - EDSON MARCOS GASPARD DE ANDRADE

Cumpra as Exigências

Preliminarmente:

- 1- Juntar o Anexo I-A, atendendo a Res. "N" EIS-REN-2022 nº 00009/2022 com assinatura eletrônica de acordo com o disposto no art. 4º do Dec. 53.560/23;
- 2- Juntar o projeto de acordo com o Anexo III do Dec. Rio 48.719/2021 e modelo do anexo II da Resolução SMDUEIS Nº 27/21, com assinatura eletrônica de acordo com o disposto no art. 4º do Dec. 53.560/23;
- E ainda:
- 3- Juntar documento que comprove a dimensão do lote: RGT;
- 4- Juntar documento de identidade e de capacitação de quem assina como proprietário, ou legítimo possuidor do imóvel (documento de identidade e publicação em D.O. ou ofício de delegação de poderes por ente capaz);
- 5- Solicitar troca de titularidade para o devido Órgão Público com respectivo CNPJ;
- 6- Apresentar carta de autorização do CAUCREA do PREO e ART/RTT de PRPA e do PREO.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS EXPEDIENTE DE 19/04/2024

EIS-PR-2022/08363 - TEBE SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Cumpra as Exigências

Favor juntar comprovante de pagamento do DARM correto (o que foi apresentado não refere-se à minuta).

EIS-PR-2023/17562 - PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

Cumpra as Exigências

1. Retificar Anexo I-A da Res. "N" EIS-REN-2022 nº 09/22 quanto a:
- a) Item 1, retificar nome do PREO;
- b) Item 8.1.2.1, retificar TO projetada de acordo com projeto apresentado;
- c) Item 8.1.2.3, informar cálculo e ATE projetada em separado para embasamento (edif. áreas) e tomar; retificar limite do embasamento;
- d) Item 8.1.2.6.1, retificar número de unidades residenciais projetadas;
- e) Item 8.2, anexar Quadro de Escolas;
- f) Item 8.3.7, preencher Limites e Projeto;
- g) Item 8.5, compatibilizar informações podendo apresentar uma tabela por bloco ou, no caso de os blocos serem idênticos, acrescentar informação de lotes por bloco e para o agrupamento (unidades, vagas e áreas);
- h) Item 8.6, compatibilizar com projeto apresentado;
- i) Item 9.3, informar protocolo dos órgãos cabíveis;
2. Apresentar termo de responsabilidade referente ao quadro de áreas privativas de acordo com Dec. 16.721/98 em atendimento à Res. "N" EIS-REN-2022 nº 00009/22, no quadro de áreas privativas, explicitar quando se tratar de terreno descoberto/oberto;
3. Nas plantas:
- a) Apresentar plantas conforme Anexo II da Res. 27/21 e Anexo III do Dec. 48.719/21, apresentando apenas as projeções dos pavimentos, sem detalhes internos e indicação de unidades; compatibilizar legenda com hachuras utilizadas, especialmente "terreno descoberto" e "varanda";
- b) Na Situação, color varandas e afastamento das varandas de divisas; indicar acessos e PAA em vigor no alinhamento;
- c) Na planta do PUC/2º pavimento, esclarecer desconto na ATE nos blocos;
4. Esclarecer por qual logradouro requer numeração suplementar;
5. CREA e ART numerada do PREO;
6. RRT e CAU do PRPA.
- Sujeito a reassame.

3.3 - RESOLUÇÃO EIS-REN-2024/00012, de 13/05/2024, que convocou a Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 e deu outras providências, tornando pública a Comissão Organizadora da conferência - D.O.Rio nº 38 de 14/05/2024.



05/509.798/2008 MARLENE COSTA DE PAULA
05/506.704/2008 MARLENE DE AZEVEDO GOMES
05/508.494/2008 MARTA REGINA DA COSTA SERAFIM CARDOSO
05/510.126/2008 MEIRE TEIXEIRA DA CUNHA
05/501.365/2008 PATRICIA LAZERA DE CASTELA
05/511.972/2008 RAQUEL DE OLIVEIRA CAMPOS
05/514.854/2008 SYLVIA MARIA DOS SANTOS CARNEIRO
05/512.975/2008 VIRGINIA DO NASCIMENTO SANTANA
Defiro no processo piloto eletrônico PVR-PRO-2024/03867.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHOS DO DIRETOR
EXPEDIENTE DE 13/06/2024

Processo nº PVR-PRO-2024/03866 - Autorizo o empenhamento.
1- Objeto: Sentenças judiciais - Inativos (exceto precatórios).
2- Partes: FUNPREVI e TJERJ.
3- Razão: Não sujeito.
4- Valor: R\$ 29.651,37 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos).
5- Autoridade: Manoel Aristides Monteiro do Nascimento

SECRETARIA DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS
Secretário: Rodrigo Henrique Lutz Cernia
Rua Afonso Cavalcanti, 435 - 13º andar - Tel.: 2976-3107

ADMINISTRAÇÃO SETORIAL
DESPACHO DA DIRETORA
EXPEDIENTE DE 13/06/2024

Processo TDI-PRO-2024/00160 - APROVO o Termo de Referência de fls. 22/32, bem como AUTORIZO a realização da dispensa de licitação, sob a forma eletrônica, visando a contratação de empresa especializada em serviço de transporte (mudança), incluindo trabalho de embalagem, carga e descarga, no valor total de R\$ 3.490,00 (três mil, quatrocentos e noventa reais), na forma do Art. 75, II da Lei 14.133/2021.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO
Secretário: Francisco Simões Bulhões Carvalho da Fonseca

RESOLUÇÃO EIS-REN-2024/00012 DE 13 DE MAIO DE 2024

Convoca a Conferência Municipal da Cidade e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Conferência Municipal da Cidade: Etapa preparatória da 9ª Conferência Nacional das Cidades, a se realizar na cidade do Rio de Janeiro no mês de junho de 2024, nos termos da Portaria MCOI Nº 175, de 2024 e da Portaria CEC Nº 001, de 2024.

Art. 2º Tomar pública a Comissão Organizadora da Conferência Municipal citada no art. 1º, composta pelos representantes de órgãos públicos e entidades conforme o Quadro 1 desta Resolução.

§ 1º. Os representantes do Poder Público foram designados conforme previsto no Decreto Rio Nº 54.343 de 24 de abril de 2024.

§ 2º. Os representantes da Sociedade Civil foram eleitos a partir do Edital de Convocação SMDUE Nº 02/2024.

Quadro 1

Nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
		PODER PÚBLICO
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Wanderson Barreto Corrêa - Titular Antônio Luís Barbosa Corrêa - Suplente
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magliano Hazan - Titular Eugênia Câmara Loureiro - Suplente
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Mariana Barros - Titular Marcio Martins - Suplente
04	Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ	Tainá de Paula - Titular Rafael Alostio Freitas - Suplente
05	Secretaria Municipal da Casa Civil - CVL	Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo - Titular Maria Fernanda Romano Gerhardt - Suplente
06	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMC/G	Alberto Gomes Silva - Titular Jessyca Corrêa Carvalho - Suplente
07	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Luís Fernando Valente Saldanha - Titular Ruth Aono - Suplente
08	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Felipe Carvalho Nim Ferreira - Titular Luís Fábio Cruz - Suplente

09	Secretaria Especial de Ordem Pública - SEOP	Beatrice Santa Maria Charpentier - Titular Maria Eduarda Lacerda Couto - Suplente
10	Procuradoria Geral do Município - PGM	André Hermann Tostes - Titular Tatiana Fernandes da Paz Ribeiro de Souza - Suplente
SEMENTO MOVIMENTOS POPULARES		
11	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - Titular	Guilherme da Costa - Titular Adrian Coelho dos Santos Reis - Suplente
	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB - Suplente	Regina Chiaradia - Titular Mauricio Matsutani - Suplente
12	Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAM RIO - Titular	Licínio Machado Rogério - Titular João Ricardo de Mattos Serafim - Suplente
	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB - Suplente	Neici Frangipani - Titular Gislon Koatz - Suplente
13	Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM - Titular	Maria de Lourdes Lopes - Titular Lucas Paulhaber - Suplente
	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paqueta - Suplente	Monica Rabelo - Titular Paulo Barone - Suplente
14	Central de Movimentos Populares - CMP - Titular	Marlene Lopes - Titular Francisca Fátima Ramos de Souza - Suplente
	Associação de Moradores e Amigos da Urca - AMOUR - Suplente	Valéria Grymberg - Titular Ricardo Guerra - Suplente
15	União por Moradia Popular - UMP - Titular	Sandra Regina Fimel de Silva - Titular Livia Maria da Silva Cantuária - Suplente
	Associação de Moradores da Lauro Muller e adjacências - ALMA - Suplente	Abílio Valério Tostini - Titular Alexandre Meira Matos Santos - Suplente
16	Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFRIO - Titular	Roberta da Silva Ferreira - Titular Isis Cardoso - Suplente
	Não foi indicado suplente	
SEMENTO TRABALHADORES SINDICAIS		
17	Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ	Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro - Titular Erick Mouros - Suplente
18	Sindicato dos Engenheiros - SENGSE-RJ	Jorge Antonio da Silva - Titular Cívio Francisco do Nascimento - Suplente
SEMENTO ENTIDADES EMPRESARIAIS		
19	Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ - Titular	Josier Marques Vilar - Titular Aspásia Camargo - Suplente
	Dias e Omeias Consultoria Socioambiental - Suplente	Marcelle da Fonseca Dias - Titular Adriana Correa Omeias - Suplente
20	Câmara dos Dirigentes Lojistas do RJ / DPC RIO - Titular	Carlos Monjardim - Titular Robert Barbosa - Suplente
	Dias e Omeias Consultoria Socioambiental - Suplente	Marcelle da Fonseca Dias - Titular Adriana Correa Omeias - Suplente
SEMENTO ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA		
21	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Titular	Vinicius Monte Custodio - Titular José-Ricardo Pereira Lira - Suplente
	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ - Suplente	Luiz Otton Agnès B De Mello - Titular Rita De Cassia Belart De M. Mandarino - Suplente
22	Pontifícia Universidade Católica - PUC - Titular	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos - Titular Tatiana Terry - Suplente
	Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ - Suplente	Emilly Caroline Leandro - Titular Marcela Marques Abila - Suplente
SEMENTO ONGs		
23	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU - Titular	Tarcyla Fidalgo Ribeiro - Titular não indicou suplente
	Centro de Apoio ao Movimento Popular - Suplente	Rogério Marques Gonçalves - Titular Antonio Felix Tavares - Suplente

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SUBSECRETARIA DE CONTROLE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO
COORDENADORIA GERAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 10/06/2024

0241/000.154/2017 - CIMENTEX ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTROS indeferido o que requer

SUBSECRETARIA EXECUTIVA
COORDENADORIA TÉCNICA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
APOSTILAS DA COORDENADORIA
EXPEDIENTE DE 18/06/2024

Fixados, com validade a partir de 01/04/2024, os proventos mensais de inatividade de OLÍVIA CRISTINA MACIEL JORGE, DATILOGRAFO, Categoria Especial "A", matrícula 15/099.138-0, aposentada através da Resolução EIS-REP-2024 "P" N.º 41 de 25/04/2024, conforme processo nº EIS-PRO-2024/002708.

Fixados, com validade a partir de 01/04/2024, os proventos mensais de inatividade de ELIANE ALVES NIORO, ARQUITETO, Categoria Especial "A", matrícula 15/193.961-0, aposentada através da Resolução EIS-REP-2024 "P" N.º 42 de 25/04/2024, conforme processo nº EIS-PRO-2023/18088.

Ano XXXVIII • Nº 38 • Rio de Janeiro 22 Terça-feira, 14 de Maio de 2024

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Terça-feira, 14 de Maio de 2024 às 1:57:05 Código de Autenticação: 9864d6b3

3.4 - RESOLUÇÃO EIS-REN-2024/00016, de 29/04/2024 que estabeleceu o Regimento Interno da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 - D.O.Rio nº 54 de 07/06/2024.



Previ Bilingue
PVR-PRO-2024/04375 - LUIZ ALBERTO ARAUJO DA COSTA
Indefiro o pedido de abono do débito de Previ Bilingue.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHOS DO DIRETOR
EXPEDIENTE DE 03/08/2024

05/11.231/2008 - Indefiro
05/505.923/2012 - Defiro a quitação por falecimento.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHOS DO DIRETOR
EXPEDIENTE DE 06/08/2024

Processo PVR-PRO-2024/04704 - Autorizo o empenhamento.

1. Objeto: Sentenças judiciais - Outras decisões.
2. Partes: FUNPREV e TJERJ.
3. Razão: Não sujeito.
4. Valor: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).
5. Autoridade: Manoel Aristides Monteiro do Nascimento

Processo PVR-PRO-2024/04670 - Autorizo o empenhamento.

1. Objeto: Sentenças judiciais - Outras decisões.
2. Partes: FUNPREV e TJERJ.
3. Razão: Não sujeito.
4. Valor: R\$ 4.533,93 (quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e três centavos).
5. Autoridade: Manoel Aristides Monteiro do Nascimento

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E ECONÔMICO

Secretário: Francisco Simões Bulhões Carvalho da Fonseca

RESOLUÇÃO EIS-REN-2024/00016 DE 29 DE ABRIL DE 2024

Estabelece o regimento interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO a oportunidade para o envolvimento da população em função da realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades (6ª CNC), com o objetivo de construir coletivamente a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), e trilhar caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social;

CONSIDERANDO a convocatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial do Município - DORIO, em 14 de maio de 2024, nas páginas 53 e 54, através da Resolução EIS-REN-2024/00012, de 13 de Maio de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - Etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, convocada por meio da Resolução EIS-REN-2024/00012 de 13 de Maio de 2024, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO
REGIMENTO INTERNO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Dos Objetivos

Art. 1º São objetivos da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro:

- I - promover a interlocução entre autoridades e gestores públicos em nível municipal, com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU);
- II - mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;
- III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça, etnia e pessoa com deficiência, para a formulação de propostas e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e das suas áreas estratégicas.

Art. 2º São finalidades da Conferência Municipal:

- I - Indicar prioridades de atuação para o município do Rio de Janeiro;

II - Eleger os delegados do Município do Rio de Janeiro para a 6ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Rio de Janeiro, conforme seu regimento interno;

III - Aprovar as propostas municipais para a Conferência Estadual;

IV - Eleger as entidades representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - COMPUR, conforme o inciso IV do art. 493 da Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável e o art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades. (Anexo II).

Seção II
Do Temário

Art. 3ª A 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro terá como temática: "Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

§ 1º Os debates, as proposições e os documentos de todas as etapas da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e tema definidos no Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

§ 2ª A Conferência Municipal deverá debater o tema da 6ª Conferência Nacional das Cidades, expresso em seu Texto-Base, adequando a sua realidade e cultura local.

Art. 4ª A 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro será dividida em três eixos, subdivididos em oito temas a saber:

I - Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos com o planejamento e orçamento das Políticas Públicas, e contemplando os seguintes temas:

- a) Habitação e regularização fundiária;
- b) Saneamento básico;
- c) Mobilidade urbana

II - Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiamento, contemplando os seguintes temas:

- a) Gestão interfederativa e das regiões metropolitanas, cooperação e consórcios;
- b) Controle social e gestão democrática das cidades;
- III - Eixo 3: Grandes temas transversais, contemplando os seguintes temas: a) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas; b) Transformação e inclusão digital no território; c) Segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares.

Parágrafo único. A Etapa Municipal será composta de painéis, grupos de discussão e plenárias, conforme definido na Seção I do Capítulo II deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DA ETAPA MUNICIPAL
Seção I
Da Realização

Art. 5ª A 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro será realizada no Porto Maravilha, localizado na Av. Pereira Reis, nº 76, no bairro do Santo Cristo.

Art. 6ª A Conferência ocorrerá nos dias 29 e 30 de junho de 2024, com carga horária de doze horas de duração, excluindo o tempo da cerimônia de abertura, para não haver prejuízo no conteúdo dos debates, conforme estabelecido no art. 42 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Parágrafo único. A confirmação da agenda será atualizada e divulgada através da plataforma redu.org.br e em <https://planejamentourbano.prefeitura.rio>.

Art. 7ª A Conferência será realizada através de painéis, grupos de discussão e plenárias, segundo a seguinte programação:

- I - Abertura em plenária, com sessão solene e mesa de autoridades;
- II - Votação em plenária de validação do Regulamento da Conferência;
- III - Palestras na Plenária para todos os participantes;
- IV - Divisão em oito grupos conforme os três eixos de discussão, para apresentações sobre o tema com dinamizadores, seguida de debates;
- V - Relatoria e discussão interna nos grupos;
- VI - Votação dos Delegados nos segmentos para as Entidades para a Conferência Estadual;
- VII - Votação das Entidades para a composição do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR);
- VIII - Plenária para apresentação dos relatórios e votação das propostas que serão levadas à Conferência Estadual.

Art. 8ª Cada grupo de discussão poderá ter um número limitado de participantes, em função dos lugares disponíveis em cada sala.

Parágrafo único. Os participantes serão admitidos nas salas, por ordem de inscrição até 10 minutos da hora marcada para o início das atividades, sendo admitidos posteriormente participantes por ordem de chegada.

Art. 9ª A coordenação de cada grupo será realizada por um representante da comissão organizadora ou por um Coordenador convidado pela comissão.

Art. 10 A Relatoria de cada grupo será realizada por um representante da comissão organizadora ou por um relator convidado pela comissão.

Art. 11 A Conferência será presidida pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro ou por seu representante.

Art. 12 A 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro será custeada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Seção II
Da Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

Art. 13 Compete à Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, composta com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme proporcionalidade estabelecida no art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades e publicada na Resolução EIS-REN-2024/00012 de 13 de Maio de 2024:

- I - planejar a infraestrutura para a realização da Conferência Municipal;
- II - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à Conferência Municipal;
- III - elaborar o Regimento Interno e o Regulamento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do regimento interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades e do regimento interno da Conferência Estadual das Cidades;
- IV - aplicar a metodologia de sistematização para as propostas elaboradas na Conferência Municipal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades, em especial com relação aos eixos e grupos temáticos e a quantidade de propostas;
- V - coordenar, supervisionar e promover a realização da Conferência Municipal, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos, garantindo sua forma pública e acessível a todos os cidadãos;
- VI - credenciar os participantes da Conferência Municipal, identificando-os a um segmento ou entidade, conforme a classificação constante do art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;
- VII - elaborar o relatório final da Conferência Municipal, conforme art. 48 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;
- VIII - preencher o formulário da Conferência Municipal, conforme art. 48, § 3º do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades;
- IX - efetivar o cumprimento das decisões da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação;
- X - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões, bem como das decisões da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades e, em especial, da Comissão Estadual Recursal e de Validação e da Comissão Nacional Recursal e de Validação, que tenham por objeto tema afeto à Etapa Municipal.

§ 1ª A Comissão Organizadora poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, responsáveis por toda a organização e realização da Etapa Municipal.

§ 2ª A Comissão de Infraestrutura e Logística ficará responsável pelo inciso I do caput deste artigo, o que envolve propiciar local, instalações e demais condições para o bom funcionamento da Conferência.

§ 3ª A Comissão de Mobilização e Articulação ficará responsável pelo inciso II do caput deste artigo, o que envolve propor e implementar as ações para divulgação, mobilização para garantir a participação e representatividade da população do município na Conferência da Cidade do Rio de Janeiro.

§ 4ª A Comissão de Sistematização e Metodologia ficará responsável pelos incisos III a X do caput deste artigo.

Art. 14 O Regulamento da Conferência será elaborado pela Comissão Organizadora e enviado por e-mail a todos os inscritos.

§ 1º O regulamento do caput deste artigo é o instrumento que define as regras de funcionamento da Conferência propriamente dita, que envolve principalmente o processo de deliberação de propostas e eleições de delegados e representantes do COMPUR e da Etapa Estadual.

§ 2º Os inscritos poderão contribuir com o Regulamento da Conferência através do envio de propostas por meio de formulário a ser disponibilizado no endereço eletrônico <https://planejamentourbano.prefeitura.rio>.

§ 3º Durante a realização da Conferência, somente serão aceitas propostas de alteração do Regulamento durante a sua votação, em caso de necessidade imperativa, avaliada pela Comissão Organizadora.

Ano XXXVIII • Nº 54 • Rio de Janeiro 9 Sexta-feira, 07 de Junho de 2024

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRAFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Sexta-feira, 7 de Junho de 2024 às 3:13:45 Código de Autenticação: 24305a1

Seção III
Dos Participantes da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

Art. 15 A Conferência Municipal será pública e acessível a todos os cidadãos, que serão admitidos mediante inscrição realizada através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço <https://planejamentourbano.prefeitura.rio>, a partir de 07 de junho de 2024 até 17 de junho de 2024 às 23:59 h.

Parágrafo único. Quem se inscrever após o dia 17 de junho de 2024, até o dia da conferência, somente poderá participar como observador, respeitados os limites de espaço do evento.

Art. 16 Os participantes da Conferência Municipal distribuir-se-ão em três categorias:

- I - delegados;
- II - observadores;
- III - convidados.

§ 1º Os delegados terão direito a voz e a voto, e serão elegíveis para a Conferência Estadual.

§ 2º Os observadores terão direito a voz nas reuniões de discussão dos temas, porém não terão direito a voz na plenária e não terão direito a voto.

§ 3º Os convidados apenas terão direito a voz.

§ 4º Os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora são delegados natos da Conferência. Art. 17 Os delegados da Conferência Municipal deverão ser identificados por segmento e entidade da sociedade civil ou deverão ser representantes do Poder Público Municipal.

Art. 18 A inscrição dos Delegados para participarem da Conferência Municipal dar-se-á através de nominatas a serem enviadas por meio de formulário eletrônico pelos segmentos ou entidades aos quais representarão, comprovando vínculo dos inscritos por meio de um dos seguintes documentos:

- I - ficha de cadastro, filiação ou associação devidamente preenchida e assinada;
- II - carteira, crachá de identificação ou outro documento similar;
- III - declaração, de lavra da entidade, atestando que a pessoa participante é associada, filiada ou vinculada à entidade, ou nomeada como representante, conforme modelo constante do Anexo IV deste Regulamento Interno; ou
- IV - ata de eleição e/ou de posse de dirigente, liderança ou membro de instância decisória, ou meio de prova semelhante.

§ 1º As entidades deverão fornecer as seguintes informações sobre os delegados indicados no momento da inscrição:

- I - Nome Completo;
- II - E-mail;
- III - Número do documento de identificação com foto a ser usado no credenciamento da conferência;
- IV - Telefone de contato (facultativo para recebimento de comunicações da conferência).

§ 2º Fica definido o limite de 10 (dez) delegados credenciados por entidade da sociedade civil.

§ 3º A validação das inscrições será feita pela Comissão Organizadora.

Art. 19 O participante não identificado como pertencente a uma entidade da sociedade civil, na forma do art. 17, será credenciado como observador.

Art. 20 Os convidados serão credenciados diretamente pela Comissão Organizadora.

Seção IV
Da Eleição dos Delegados Municipais para a Conferência Estadual

Art. 21 A eleição dos delegados para a Conferência Estadual respeitará os quantitativos e percentuais por segmento previstos no Anexo I deste Regulamento.

§ 1º Somente serão elegíveis para a Conferência Estadual os delegados presentes em ambos os dias da Conferência Municipal e que tenham participado das discussões de, pelo menos, um dos temas abordados.

§ 2º Os 96 (noventa e seis) delegados do Poder Público Municipal, respeitando-se os quantitativos e percentuais por segmento conforme o Anexo I deste Regulamento Interno, serão definidos por ato do Poder Executivo.

Art. 22 A eleição dos delegados representantes de cada segmento para a Conferência Estadual será efetuada pelos delegados da Conferência Municipal dentro de seus respectivos segmentos, reunidos em local definido pela Comissão Organizadora durante a conferência.

§ 1º O interessado em pleitear vaga como delegado deverá, no ato da eleição, apresentar-se ao respectivo segmento com a indicação de delegado suplente, devendo o suplente pertencer ao mesmo segmento do titular.

§ 2º O segmento deverá encaminhar, até o final da Conferência Municipal, relação contendo as informações de identificação de cada delegado e respectivo suplente, eletos, para que conste do Relatório Final da Conferência Municipal.

§ 3º As reuniões por segmento para a eleição de delegado deverão ser acompanhadas por um membro da Comissão Organizadora.

Seção V
Da Eleição dos Representantes das entidades para o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR

Art. 23 Serão eleitos na 5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro as entidades da sociedade civil que compõem o COMPUR, em atendimento ao disposto no art. 493 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Art. 24 A eleição das entidades da sociedade civil para o COMPUR respeitará os quantitativos e percentuais por segmento previstos no Anexo II deste Regulamento.

§ 1º Somente serão elegíveis as entidades da sociedade civil cujos representantes estiverem presentes em ambos os dias da Conferência Municipal.

§ 2º Os representantes do Poder Público Municipal serão definidos por ato do Poder Executivo.

Art. 25 A eleição das entidades da sociedade civil para o COMPUR será efetuada pelos participantes da Conferência Municipal dentro de seus respectivos segmentos, reunidos em local definido pela Comissão Organizadora.

§ 1º A entidade da sociedade civil interessada em pleitear vaga como representante deverá, no ato da eleição, apresentar-se ao respectivo segmento com a indicação de seu titular e dois suplentes, que o substituirão em eventual necessidade.

§ 2º O segmento deverá encaminhar, até o final da Conferência Municipal, relação contendo as informações de identificação de cada representante titular e respectivos suplentes, eletos, para que conste do Relatório Final da Conferência Municipal.

§ 3º As reuniões por segmento para a eleição de representante deverão ser acompanhadas por um membro da Comissão Organizadora.

§ 4º Em respeito ao art. 531 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, as vagas para o COMPUR tanto na representação governamental quanto na da sociedade, terão paridade de gênero.

Seção VI
Do Relatório Final da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

Art. 26 O relatório final da 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro deverá ser elaborado e publicado conforme modelo definido pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

§ 1º O envio de relatório final da Conferência Municipal em desacordo com o modelo definido implicará na não incorporação das propostas do Município no caderno de propostas da Conferência Estadual.

§ 2º O relatório final deverá ser enviado à Comissão Organizadora Estadual até 10 de julho de 2024, em consonância com os termos definidos na Resolução 175 do Ministério das Cidades.

§ 3º A Comissão Organizadora da Conferência Municipal deverá preencher formulário eletrônico disponibilizado na forma definida em resolução do Conselho das Cidades.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Municipal, cabendo recurso à Comissão Organizadora Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

ANEXO I
Distribuição dos delegados a serem eleitos na 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro para a Conferência Estadual

Vagas para a Conferência Estadual						
ONG	Ent. Prof./Incl. de pesquisa	Empresas	Sindicatos de Trabalhadores	Movimentos Populares	Governo Municipal	Total
4,20%	7,00%	9,90%	9,90%	26,70%	42,30%	100%
8	18	23	23	71	96	239

Fonte: Ata 04/2024 - Reunião extraordinária para estabelecer o quantitativo de delegados por segmento, realizada em 03 de março de 2024, processo nº SEI-510001/000175/2024. Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de abril de 2024 à página 27.

ANEXO II
Distribuição dos representantes da sociedade civil a serem eleitos na 6ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro para o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR.
Distribuição conforme a Lei nº 3957 de 29/03/2005.

Vagas para o COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana/Sociedade Civil			
Ent. Prof./Incl. de pesquisa	Empresas	Movimentos Populares	Total
4	4	4	12

ANEXO III
Modelo de Declaração de Filiação, Associação ou Vinculação a Entidade

Eu, _____, CPF _____, dirigente/responsável/servidor da entidade _____, _____, pertencente ao segmento _____, da 6ª Conferência Nacional das Cidades, declaro, para fins de credenciamento na 6ª Conferência Municipal da Cidade, que o (a) sr (a) _____, é filiado/associado/vinculado a esta entidade, podendo ser habilitado a condição de pessoa delegada.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2024.

(nome do dirigente)
(cargo do dirigente)

3.5 - Atas das Reuniões das comissões de Avaliação e Organizadora da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024

3.5.1 - Comissão de Avaliação

- 1ª Reunião - 02/05/2024

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – 2024



Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro 2024



A Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, tem como propósito o debate da **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e os caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social**, conforme os termos da Portaria MCID nº 175, do Ministério das Cidades, e da Portaria CEC nº 001/2024, do Conselho Estadual das Cidades. Além de discutir temas de interesse local, nossa conferência, terá as seguintes finalidades:

- aprovar o Regimento Interno da Conferência Municipal na sessão de abertura;
- responder às perguntas propostas na seção “Desafios a Serem Debatidos nas Conferências”;
- indicar propostas prioritárias a serem discutidas na Conferência Estadual, que deverão ser encaminhadas conforme informações a serem publicadas em resolução do ConCidades; e
- eleger os delegados estaduais, na forma do Art. 49 do RI da Portaria MCID nº 175 do Ministério das Cidades.

As conferências municipais iniciam o fluxo das contribuições, da base para o topo, pois, serão levadas às conferências estaduais, onde serão formatados os conteúdos discutidos na 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Ata da reunião de deliberação sobre o “EDITAL DE CONVOCAÇÃO SMDUE nº 02/2024 PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PARTICIPAR DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”.

Data: 02/05/2024

Local: Sala de Reuniões da SMDUE/SUBPU
Rua Gago Coutinho, 52 - 5º andar - Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ

A Comissão de Avaliação instituída pelo “EDITAL DE CONVOCAÇÃO SMDUE Nº 02/2024 PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PARTICIPAR DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, reunida no dia 02 de maio de 2024, às 10:00h, na Sala de Reuniões da

SMDUE/SUBPU, avaliou as (48) quarenta e oito inscrições realizadas através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado através do portal <https://survey123.arcgis.com/share/208924aecb034f5f8f7112697dfaad8b?portalUrl=https://siurb.rio/portal>.

No segmento Movimentos Populares foram inscritas (15) quinze entidades, tendo sido excluídas (2) duas, uma por se tratar de pessoa física e outra por se tratar de entidade com atuação fora do município do Rio de Janeiro. Foram habilitadas a continuar na etapa de ELEIÇÃO DAS ENTIDADES prevista no item 5 do Edital, (13) treze entidades que concorrerão às (6) seis vagas de titulares e (6) seis vagas de suplentes.

QUADRO 1 - MOVIMENTOS POPULARES
Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico
AMOUR - Associação dos moradores da Urca Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB
FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro
Movimento Nacional de Luta por Moradia
Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro
AMOR- Associação dos Moradores do Recreio dos Bandeirantes
Pastoral da Ecologia Integral da Arquidiocese do Rio de Janeiro
FAFRIO
ALMA - Associação de Moradores da Lauro Muller

No segmento Trabalhadores Sindicais foram inscritas (2) duas entidades. Ambas foram habilitadas a continuar na etapa de ELEIÇÃO DAS ENTIDADES prevista no item 5 do Edital, com (2) duas vagas para o segmento, sendo (2) duas vagas para titulares e (2) duas vagas para suplentes.

QUADRO 2- TRABALHADORES SINDICAIS
Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro SARJ
SENGE-RJ SINDICATO DOS ENGENHEIROS RJ

No segmento Entidades Empresariais foram inscritas (6) seis entidades. Foram inabilitadas (2) duas inscrições, sendo uma por duplicidade e outra por ter feito a inscrição fora do prazo previsto no item 8 do Edital. Foram habilitadas a continuar na etapa de ELEIÇÃO DAS ENTIDADES prevista no item 5 do Edital, (4) quatro inscrições que concorrerão à (2) duas vagas de titulares e (2) duas vagas de suplentes para o segmento.

QUADRO 3 - ENTIDADES EMPRESARIAIS
Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro
Associação Comercial do Rio de Janeiro
Dias e Ornellas consultoria socioambiental LTDA
Sankofa Sustentabilidade

No segmento Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa foram inscritas (7) sete entidades, tendo sido todas habilitadas a continuar na etapa de ELEIÇÃO DAS ENTIDADES prevista no item 5 do Edital, todas as (7) sete inscrições, que concorrerão à (2) duas vagas de titulares e (2) duas vagas de suplentes para o segmento.

QUADRO 4 - ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio (PGPP)
Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro
Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB
Faculdades Católicas - PUC/RIO
AUBA BRASIL - Associação dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil
FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

No segmento ONGs, foram inscritas (18) dezoito entidades, tendo sido excluídas (4) quatro, (1) uma por estar fora do prazo e (3) três por não se adequarem ao item 4.4. do Edital.

Foram habilitadas (14) quatorze inscrições a continuar na etapa de ELEIÇÃO DAS ENTIDADES prevista no item 5 do Edital, que concorrerão à (1) uma vaga de titular e (1) uma vaga de suplente para o segmento.

QUADRO 5 - ONGs
MULHERES DE PEITO E COR
Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
INSTITUTO TERREIRO SUSTENTÁVEL Instituto Raízes em Movimento
Movimento de Mulheres Maria Pimentel Marinho
CLUBE DE ENGENHARIA
Centro de Apoio ao Movimento Popular
Federação de cultura Afro do Estado do Rio de Janeiro
Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico
MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO
Defensores do Planeta
Espaço Cultural A Era do Rádio
Observatório de Favelas

Conforme previsto no item 8.2. do Edital, a votação será em reunião presencial em 03 de maio de 2024, sexta-feira, às 10:30 h no Auditório Carlos Nelson Ferreira dos Santos, na rua Gago Coutinho, 52/1º andar - Laranjeiras.

Somente serão eleitas as entidades que participarem da reunião presencial de votação, conforme item 5.6 do Edital.

A reunião foi encerrada às quatorze horas e quarenta minutos (14:40h), do dia 02 de maio de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2024.

Alberto Taveira

Arquiteto - SMDUE/SPU/CMU - matr. nº 11/173.948-1

Claudia Grangeiro da Silva Castro

Arquiteto - SMDUE/SPU/CPU - matr. nº 11/145.717-5

Isabel Habib Mattar de Araújo

Geógrafa- SMDUE/SPU/GNIU - matr. nº 11/259.163-4

Mauro Santiago Medina Junior

Agente de Administração - SMDUE/SPU/GNIU - matr. nº 10/224.279-0

Rosana Motta Gomes

Arquiteto - SMDUE/SPU/CMU - matr. nº 12/212.717-3

- **2ª Reunião - 03/05/24**



A **Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro**, preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, tem como propósito o debate da **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e os caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social**, conforme os termos da Portaria MCID nº 175, do Ministério das Cidades, e da Portaria CEC nº 001/2024, do Conselho Estadual das Cidades. Além de discutir temas de interesse local, nossa conferência, terá as seguintes finalidades:

- aprovar o Regimento Interno da Conferência Municipal na sessão de abertura;
- responder às perguntas propostas na seção “Desafios a Serem Debatidos nas Conferências”;
- indicar propostas prioritárias a serem discutidas na Conferência Estadual, que deverão ser encaminhadas conforme informações a serem publicadas em resolução do ConCidades; e
- eleger os delegados estaduais, na forma do Art. 49 do RI da Portaria MCID nº 175 do Ministério das Cidades.

As conferências municipais iniciam o fluxo das contribuições, da base para o topo, pois, serão levadas às conferências estaduais, onde serão formatados os conteúdos discutidos na 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Ata da reunião de deliberação sobre o “EDITAL DE CONVOCAÇÃO SMDUE nº 02/2024 PARA CADASTRAMENTO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PARTICIPAR DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, referente à eleição das entidades que participarão da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

Data: 03/05/2024

**Local: Auditório Carlos Nelson Ferreira Santos (Auditório do IPP)
Rua Gago Coutinho, 52 - 1º andar - Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ**

A reunião foi iniciada às 10:30h do dia 03 de maio de 2024, de forma presencial, no Auditório Carlos Nelson Ferreira Santos (Auditório do IPP), contando com a presença de 38 (trinta e oito) participantes da sociedade civil, listados abaixo, além de integrantes da Comissão de Avaliação definida no item 6.1. do Edital de Convocação SMDUE 02/2024 e da Coordenadora de Macroplanejamento Urbano da Subsecretaria Municipal de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico.

nº	ENTIDADES / ÓRGÃOS	NOME
ONGs		
01	Centro de Apoio ao Movimento Popular	Rogério Marques Gonçalves (titular)
02	Clube de Engenharia	José Eduardo Pessoa Andrade (suplente)
03	Espaço Cultural A Era do Rádio	Emanuelle Borba (titular)
04	Espaço Cultural A Era do Rádio	Alessandro Campos (suplente)
05	Federação de Cultura Afro do Estado do Rio de Janeiro	Debora de Almeida
06	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião	Sandra Kokudai (suplente)
07	Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	Henrique Barandier (suplente)
08	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico	Tarcyla Fidalgo Ribeiro (titular)
09	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro	Eliane Sousa de Oliveira (titular)
10	Movimento de Mulheres Maria Pimentel Marinho	Rosana Freitas (titular)
11	Mulheres de Peito e Cor	Ellen Victoria de Faria Diogo
ENTIDADES EMPRESARIAIS		
12	Associação Comercial do Rio de Janeiro	Aspásia Camargo (suplente)
13	Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro	Carlos Monjardim (titular)
14	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas (titular)
15	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Marcelle da Fonseca Dias (suplente)
MOVIMENTOS POPULARES		
16	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá	Ricardo M. Montenegro
17	ALMA - Associação de Moradores da Lauro Muller, RC, XS e ADJ	Abilio Valério Tozini
18	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB	Regina Chiaradia (titular)
19	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico	Nelci Frangipani (titular)
20	AMOUR - Associação de Moradores da Urca	Celinéia Paradela Ferreira
21	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marluce Lopes (titular)

22	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Francisca Fátima Ramos de Souza (suplente)
23	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marcelo Braga Edmundo
24	FAFRIO	Roberta da Silva Ferreira (titular)
25	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado Rogério (titular)
26	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa (titular)
27	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Maria de Lourdes Lopes (titular)
28	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber (suplente)
29	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Claudio da Silva Pereira
ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA		
30	AUBA BRASIL - Associação dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil	Maria Lúcia Mendes dos Santos (titular)
31	AUBA BRASIL - Associação dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil	Gisele Raposo Lasbrea
32	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro	Luiz Othon Agnese B. de Mello (titular)
33	Faculdades Católicas	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos (titular)
34	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza	Marcos Vinicius Messina da Luz (titular)
35	Instituto de Arquitetos do Brasil	Emmily Caroline Leandro (titular)
36	Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio - PGPP	Rogério Goldfeld Cardeman (titular)
37	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio (titular)
OUVINTES		
38	AMA São Cristóvão	Marcos Coelho da Silva (fundador)

Valéria Hazan (Coordenadora de Macroplanejamento Urbano da Subsecretaria Municipal de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Econômico - SMDUE) deu início à reunião agradecendo a presença de todos e fez um pequeno introito sobre a Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. Informou que a presente reunião tratará da eleição das entidades da sociedade civil (membros titulares e suplentes) que farão parte da Comissão Organizadora do referido evento.

Na sequência, acrescentou que seria lida a ata da reunião da Comissão de Avaliação, que avaliou 48 (quarenta e oito) inscrições de entidades, na qual estão descritas as entidades habilitadas, convocadas para esta reunião. Acrescentou que após a leitura da ata, seria realizada a eleição das entidades (titulares e suplentes) por segmento, segundo o número de vagas determinado no item 5, Quadro 1, do Edital de Convocação SMDUE nº 02/2024.

A assembleia optou por não fazer a leitura da ata, tendo em vista todos terem conhecimento da mesma (enviada por e-mail em 02/05/2024 para todas as entidades) e assim, passou-se ao processo de eleição de titulares e suplentes, com as entidades organizando-se conforme os segmentos estabelecidos pelo referido edital e discriminados acima. Cada segmento teve a liberdade de definir como chegaria ao consenso das indicações dos seus representantes, podendo ser eleita uma entidade como titular e outra como suplente para cada vaga.

Os segmentos se reuniram por aproximadamente uma hora, e definiram por eleição ou consenso, os respectivos representantes. Finda esta etapa, um representante de cada segmento enumerou seus respectivos titulares e suplentes eleitos, conforme os quadros a seguir.

SEGMENTO MOVIMENTOS POPULARES	
6 VAGAS DE TITULARES / 6 VAGAS DE SUPLENTE	
TITULAR	SUPLENTE
Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB
Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAM RIO	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB
Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá
Central de Movimentos Populares - CMP	Associação de Moradores e Amigos da Urca - AMOUR
União por Moradia Popular - UMP	Associação de Moradores da Lauro Muller e adjacências - ALMA
Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFRIO	Não houve consenso sobre o sexto suplente

SEGMENTO TRABALHADORES SINDICAIS	
2 VAGAS DE TITULARES/ 2 VAGAS DE SUPLENTE	
TITULAR	SUPLENTE
Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ	Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ
Sindicato dos Engenheiros - SENGE-RJ	Sindicato dos Engenheiros - SENGE-RJ

SEGMENTO ENTIDADES EMPRESARIAIS	
2 VAGAS DE TITULARES/ 2 VAGAS DE SUPLENTE	
TITULAR	SUPLENTE
Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental

Câmara dos Dirigentes Lojistas do RJ / SPC RIO	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental
---	--

SEGMENTO ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA
2 VAGAS DE TITULARES/ 2 VAGAS DE SUPLENTE

TITULAR	SUPLENTE
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ
Pontifícia Universidade Católica - PUC	Instituto de Arquitetos do Brasil RJ - IAB RJ

SEGMENTO ONGS
1 VAGA DE TITULAR/ 1 VAGA DE SUPLENTE

TITULAR	SUPLENTE
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO

Ao final, a assembleia como um todo propôs que na Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro seja eleito um conselho que se configure como uma instância de discussão e deliberação de políticas de planejamento urbano e gestão do território da cidade do Rio de Janeiro, onde a sociedade civil carioca seja representada.

A reunião, realizada de forma presencial, foi encerrada às treze horas e dez minutos (13:10h), do dia 03 de maio de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que será assinada por:

Alberto Taveira

Arquiteto - SMDUE/SPU/CMU - matr. nº 11/173.948-1

Claudia Grangeiro da Silva Castro

Arquiteto - SMDUE/SUBPU/CPU - matr. nº 11/145.717-5

Isabel Habib Mattar de Araújo

Geógrafo - SMDUE/SUBPU/GNIU - matr. nº 11/259.163-4

Mauro Santiago Medina Junior

Agente de Administração - SMDUE/SUBPU/GNIU - matr. nº 10/224.279-0

Rosana Motta Gomes

Arquiteto - SMDUE/SUBPU/CMU - matr. nº 12/212.717-3

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2024.

3.5.2 - Comissão Organizadora

- 1ª Reunião - 17/05/24



DESENVOLVIMENTO
URBANO E ECONÔMICO

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024

COMISSÃO ORGANIZADORA

ATA nº 01/2024

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2024 PARA A APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PRELIMINARES À CONFERÊNCIA.

A reunião foi convocada por e-mail enviado a todos os representantes titulares e suplentes do Poder Público e das entidades titulares da Comissão Organizadora e ocorreu de forma presencial no Auditório Carlos Nelson Ferreira dos Santos (Auditório do IPP), situado à Rua Gago Coutinho, 52 - 1º andar - Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ, tendo início às 15:30h do dia 17 de maio de 2024 e contou com a presença de 31 (trinta e um) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Wanderson Barreto Corrêa - Titular
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Antônio Luis Barbosa Corrêa - Suplente
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Eugênia Câmara Loureiro - Suplente
04	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Marcio Martins - Suplente
05	Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ	Filipe Lopes - Chefe de Gabinete Tainá de Paula
06	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva - Titular
07	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Luis Fernando Valverde Salandia - Titular
08	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Ruth Aono - Suplente

09	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Luis Fábio Cruz - Suplente
10	Procuradoria Geral do Município - PGM	André Hermann Tostes - Titular

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
11	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa - Titular
12	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado Rogério - Titular
13	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Nelci Frangipani - Titular
14	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá	Monica Rabelo - Titular
15	ALMA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LAURO MULLER	Abilio Valerio Tozini - Titular

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
16	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva - Titular

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
17	Associação Comercial do Rio de Janeiro	Aspásia Camargo - Suplente
18	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental LTDA	Marcelle da Fonseca Dias - Titular
19	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental LTDA	Adriana Correa Ornellas - Suplente
20	Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio de Janeiro	Carlos Monjardim - Titular

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
21	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio - Titular

22	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Luiz Othon A. B. de Mello - Titular
23	FACULDADES CATÓLICAS - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues C. Lemos - Titular
24	IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil	Emmily Caroline Leandro - Titular

nº	ONGS	REPRESENTANTES
25	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	Tarcyla Fidalgo Ribeiro - Titular

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
26	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
27	Claudia Grangeiro da Silva Castro	SMDUE/SUBPU/CPU
28	Fabiane Albuquerque	SMDUE/SUBPU/CMU
29	Mauro Santiago Medina Junior	SMDUE/SUBPU/GMIU
30	Paloma Hochman Mendes	SMDUE/SUBPU
31	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU

Aberta a reunião pelo Subsecretário de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, **Wanderson Barreto Corrêa**, este sugeriu a pauta a ser discutida na reunião:

1. aprovação do Cronograma;
2. divisão da Comissão Organizadora da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** em 3 subgrupos para efetivo início dos trabalhos para a realização do evento;
 - 2.1 - Infraestrutura e Logística;
 - 2.2 - Mobilização e Articulação;
 - 2.3 - Sistematização e Metodologia.
3. definição acerca do compartilhamento de documentos e comunicação dos subgrupos.

Com a pauta aprovada, iniciou a apresentação intitulada **Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, que teve a duração de cerca de 2 horas e 5 minutos e que será publicada oportunamente no endereço virtual do evento. (<https://siurb.rio/portal/apps/storymaps/stories/df189ca70aed46f6a40e935584ba162>)

Dentre os pontos notáveis da apresentação, destacaram-se:

- o local do evento: Porto Maravalley, com capacidade para cerca de 700 participantes;
- os temas, determinados por 3 grandes eixos em consonância com o proposto pelo Ministério das Cidades:
 - 1 - Articulação entre setores urbanos com o planejamento das políticas públicas;
 - 2 - Gestão estratégica e financiamento; e
 - 3 - Grandes temas transversais:
 - 3.1 - Transformação Digital e Território;
 - 3.2 - Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas; e
 - 3.3 - Segurança Pública e Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares.
- o quantitativo de delegados que a cidade do Rio terá na 6ª Conferência Estadual, num total de **239**, assim distribuídos:
 - a) Poder Público Municipal: **96**
 - b) Movimentos Populares: **71**
 - c) trabalhadores, por suas entidades sindicais: **23**
 - d) empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano: **23**
 - e) entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais: **18**
 - f) organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano: **8**

Durante a apresentação houve algumas intervenções pontuais que enriqueceram a dinâmica do assunto em tela. Após seu término, **Wanderson Barreto Corrêa** passou a palavra aos presentes para que pudessem externar as suas dúvidas e sugestões, que foram anotadas pela equipe da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano - CMU/SMDUE, responsável pela organização da reunião.

Quanto ao cronograma, foi aprovada a mudança da data de publicação do **Regimento Interno** do evento com previsão para o dia 05 de junho de 2024, a fim de proporcionar mais tempo para a Comissão Organizadora elaborar melhor o documento, implicando no adiamento do início das inscrições para o dia 06 de junho de 2024. Não houve mudança nas demais datas previstas na apresentação.

Por fim, o Subsecretário de Planejamento Urbano, **Wanderson Barreto Corrêa**, iniciou a consulta aos presentes sobre o ingresso dos mesmos nos subgrupos sugeridos, ficando assim a distribuição:

Subgrupo 1 - Infraestrutura e Logística

Responsável por:

- inscrições e credenciamento;
- organização das salas;
- facilitadores nas salas; e
- gravação de apoio das sessões.

Formado por:

Membros do Poder Público Municipal, tendo em vista que não houve inscrições de representantes da sociedade civil presente.

Subgrupo 2 - Mobilização e Articulação

responsável por:

- mobilização das entidades para a Conferência;
- gravação de vídeos sobre a Conferência;
- divulgação nas redes sociais; e
- interlocução com a população sobre os temas que serão discutidos.

Formado por:

- 2.1 - Adriana Ornellas (Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental LTDA)
- 2.2 - Alberto Taveira (SMDUE/SPU/CMU)
- 2.3 - Aspásia Camargo (Associação Comercial do Rio de Janeiro)
- 2.4 - Fabiane Albuquerque (SMDUE/SPU/CMU)
- 2.5 - Filipe Lopes (Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ)
- 2.6 - Jorge Antonio da Silva (SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro)
- 2.7 - Marcelle da Fonseca Dias (Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental LTDA)
- 2.8 - Marcio Martins (SMDUE/SPU/CMU)
- 2.9 - Monica Rabelo (Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá)
- 2.10 - Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB Nelci Frangipani
- 2.11 - Rosana Motta Gomes (SMDUE/SPU/CMU)
- 2.12 - Tarcyla Fidalgo Ribeiro (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU)
- 2.13 - Valeria Hazan(SMDUE/SPU/CMU)

Subgrupo 3 - Sistematização e Metodologia

Responsável por:

- definição da metodologia da Conferência;
- organização do texto base para a Conferência;
- organização de 2 Regimentos Internos:
 - o pré-conferência (a ser publicado com as inscrições); e
 - o da conferência (a ser aprovado na sessão inicial);
- definição dos Coordenadores e Relatores dos grupos de discussão;
- elaboração do Relatório final da Conferência.

Formado por:

- 3.1 - Abilio Valerio Tozini (ALMA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LAURO MULLER)
- 3.2 - Alberto Gomes Silva (Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG)

- 3.3 - Alberto Taveira (SMDUE/SPU/CMU)
- 3.4 - Eugênia Loureiro (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU)
- 3.5 - Emmily Caroline Leandro (IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil)
- 3.6 - Fabiane Albuquerque (SMDUE/SPU/CMU)
- 3.7 - Felipe Carvalho Nin Ferreira (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC)
- 3.8 - Guilherme da Costa (Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas)
- 3.9 - Licínio Machado Rogério (FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro)
- 3.10 - Luís Fábio Cruz (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC)
- 3.11 - Luiz Othon A. B. de Mello (Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ)
- 3.12 - Marcio Martins (SMDUE/SPU/CMU)
- 3.13 - Maria Fernanda Rodrigues C. Lemos (PUC-Rio)
- 3.14 - Rosana Motta Gomes (SMDUE/SPU/CMU)
- 3.15 - Valeria Hazan(SMDUE/SPU/CMU)
- 3.16 - Vinícius Monte Custodio (Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro)

Feita esta subdivisão, os Subgrupos 2 e 3 reuniram-se para a discussão de assuntos referentes à suas responsabilidades, marcação de reuniões, etc., com data final dessa etapa agendada inicialmente para 23/05/2024 (5ª feira), a fim de trazerem suas sugestões para a próxima reunião desta comissão organizadora, agendada para 24/05/2024 (6ª feira), das 17:00h às 19:00h, on-line.

A reunião foi encerrada às dezessete horas e trinta minutos (17:30h), do dia 17 de maio de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto PU/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

• **2ª Reunião - 24/05/24**

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024
COMISSÃO ORGANIZADORA
ATA nº 02/2024
REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2024 PARA A DISCUSSÃO DO
REGIMENTO INTERNO DA CONFERÊNCIA.

A reunião foi convocada por e-mail e WhatsApp enviados a todos os membros da Comissão Organizadora, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada pelo aplicativo *Google Meet*, tendo início às 17:00h do dia 24 de maio de 2024 e contou com a presença de 28 (vinte e oito) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Antônio Luis Barbosa Corrêa - Suplente
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Eugênia Câmara Loureiro - Suplente
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Marcio Martins - Suplente
04	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva - Titular
05	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Luis Fernando Valverde Salandia - Titular
06	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Felipe Nin - Titular
07	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Luis Fábio Cruz - Suplente
08	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan - Titular

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
09	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa - Titular
10	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado Rogério - Titular
11	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Nelci Frangipani - Titular

12	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá	Monica Rabelo - Titular
13	ALMA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LAURO MULLER	Abilio Valerio Tozini - Titular

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
14	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva - Titular

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
15	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio - Titular
16	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Luiz Othon A. B. de Mello - Titular
17	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Rita Mandarino - Suplente
18	FACULDADES CATÓLICAS - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues C. Lemos - Titular
19	Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFRIO	Roberta Ferreira - Titular
20	IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil	Emmily Caroline Leandro - Titular

nº	ONGS	REPRESENTANTES
21	Centro de Apoio ao Movimento Popular	Rogério Marques Gonçalves - Titular
22	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	Tarcyla Fidalgo Ribeiro - Titular

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
23	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
24	Fabiane Albuquerque	SMDUE/SUBPU/CMU
25	Janaina Salles SMDUE/ASCOM	SMDUE/ASCOM
26	Marcos Matheus SMDUE	SMDUE/ASCOM
27	Paloma Hochman Mendes	SMDUE/SUBPU
28	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU

Aberta a reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, **Valéria Hazan** (SMDUE/SUBPU/CMU), esta informou a pauta a ser

discutida na reunião, ou seja, a minuta do regimento interno pré conferência, distribuída a todos os presentes previamente. Em seguida fez alguns breves informes que foram discutidos pelos participantes, como segue:

- foi criado um grupo de WhatsApp (**Avisos Conferência Cidade Rio** - <https://chat.whatsapp.com/JqvWGLYXFLnCG3tIFrSxvu>), com acesso divulgado a todos os participantes da Comissão Organizadora, para avisos sobre a conferência;
- foi feita a sugestão para que as reuniões plenárias da Comissão Organizadora passassem a ser realizadas às 3^{as} feiras, às 17:00h, o que foi aprovado por todos;
- foi informado que será feita a publicação deste Regimento Interno no dia 05/06/2024;
- foi informado que as inscrições para a conferência começarão no dia 06/06/2024 e terminarão no dia 16/06/2024;
- foi informado que a ASCOM da SMDUE apresentou ao Subgrupo 2 (Mobilização e Articulação) uma proposta de Plano de Comunicação para a conferência, contendo:
 - Objetivo - promover e informar sobre as inscrições e o evento;
 - Campanha em redes sociais;
 - Posts de Divulgação das Inscrições;
 - Posts de Engajamento e Informação;
 - Colaborações e Posts em Parceria;
 - Distribuição de Conteúdo por Mensagens; e
 - Email Marketing
- foi apresentado o Cronograma de Execução da Comunicação (estimativo, ainda à definir):
 - até 29/05/2024 - sugestão de nota em coluna de jornal do Rio de grande circulação;
 - entre 29/05/2024 e 03/06/2024 - disparar *release* sobre a conferência após a publicação da nota;
 - à partir de 05/06/2024 - divulgação ampla sobre as inscrições do evento;
 - de 24 a 28/06/2024 - envio de aviso de pauta convocando a imprensa para cobrir o evento e *follow-up* (confirmação de participação); e
 - de 29/06/2024 à 01/07/2024 - cobertura do evento, com a produção de notas/*releases* para envio à imprensa em geral.
- foram apresentadas as identidades visuais oficiais (logo, *banners* limpo e oficial) da Conferência;
- foram mantidas as datas de nossa conferência (29 e 30 de junho de 2024) para que esta não impacte no período eleitoral municipal, mesmo que a conferência nacional tenha sido postergada para 2025, devido à tragédia do sul do país;
- foi informado que o termo pré-conferência refere-se ao regimento interno que terá que ser publicado junto com as inscrições, assim, este é, na realidade, pré-conferência, pois, na abertura da conferência ter-se-á que validar um outro regulamento interno referente especificamente à

mecânica da conferência (eleição de delegados, votações das propostas municipais para a conferência estadual, etc.); e

- foi informado que o documento analisado hoje, cuja “boneca” foi organizada por **Alberto Taveira** (SMDUE/SUBPU/CMU) no padrão definido pela cartilha da conferência nacional, foi acrescido de uma proposição em relação ao funcionamento da conferência feita por **Alberto Silva** (SMCG) e formatado por **Valeria Hazan**.

Após os informes, **Marcio Martins** (SMDUE/SUBPU/CMU) iniciou a apresentação da minuta do Regimento Interno Pré-conferência, cuja discussão teve a duração de cerca de 2 horas e 40 minutos. Este regimento, após sua aprovação, será publicado no endereço virtual do evento. (<https://siurb.rio/portal/apps/storymaps/stories/df189ca70aed46f6a40e935584ba162>)

Durante a apresentação da minuta houve muitas intervenções pontuais que enriqueceram a dinâmica do assunto em tela, destacando-se:

- a destinação do orçamento para a garantia de implementação da política urbana, com esse debate a acontecer no Eixo 1 - Articulação entre setores urbanos com o planejamento das políticas públicas;
- a transformação digital e território, com o georreferenciamento do nosso território assumindo um papel muito importante, pois, isso pode interferir no planejamento urbano e nas propostas futuras para Cidade. A transformação digital é um limite entre inclusão e exclusão da população, referendando os processos e demandas e as tomadas de decisões pelos gestores, com esse debate a acontecer no Eixo 3 - Grandes temas transversais;
- o controle armado é um dos aspectos mais importantes para nossa cidade, entretanto, ele está localizado no Eixo 3 - Grandes temas transversais, que comporta junto **Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas** com **Transformação digital e Enfrentamento do controle armado dos territórios populares**, que são duas coisas muito diferentes. Houve a sugestão desses temas serem desvinculados;
- a eleição dos representantes da sociedade civil que comporão o COMPUR, em atendimento ao disposto no Art. 493 da Lei Complementar nº 270/2024. O COMPUR tem sua proporção estabelecida por lei específica e não se terá tempo para mudar a lei do conselho antes da conferência, mas, esse pode ser um assunto a ser tratado dentro dos temas transversais da conferência, referente à participação popular. As discussões podem demonstrar como o COMPUR está inadequado, e indicar-se uma nova formatação como uma das propostas da conferência para o município;

O Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, é um órgão participativo e consultivo da Prefeitura do Rio, relativo ao desenvolvimento urbano com vistas ao Sistema Municipal de Planejamento, presidido pelo Secretário Municipal Desenvolvimento Urbano e Econômico, criado pela Lei nº 3.957 de 29/03/2005.

- a definição do modelo da programação e da agenda da Conferência:

início	final	29/06	30/06
09:00	10:00	Credenciamento	Credenciamento
10:00	11:00	Abertura, Protocolo, Validação do Regimento e informações para distribuição, apresentação dos temas e agenda.	4 Salas - Atividades (20 minutos, 3 palestras)
11:00	12:00	Palestra gerais de direcionamento e ativação.	Discussão
12:00	13:00	Palestra gerais de direcionamento e ativação.	Discussão
13:00	14:00	Almoço	Almoço
14:00	15:00	4 Salas - Atividades (20 minutos, 3 palestras)	Eleição de representantes do COMPUR
15:00	16:00	Discussão	Eleição de delegados para a etapa estadual
16:00	17:00	Discussão	Votação do documento final
17:00	18:00	Discussão	Encerramento

- a definição do número de participantes, que será limitado em função do tamanho das salas disponíveis sendo admitidos os participantes por ordem de chegada, com os seguintes totais:

Tipo de Local	Quantidade	Capacidade por Local
Praça / Plenária	1	700
Auditório	1	170
Sala de Reuniões	1	110
Sala de Reuniões	2	70
Sala de Reuniões	2	32

- o entendimento de que a coordenação de cada grupo será realizada por um representante da Comissão Organizadora ou por um coordenador convidado pela comissão?
- a definição de que a relatoria de cada grupo será realizada por relator específico, havendo a possibilidade da contratação de uma relatoria profissional ou o concurso de voluntários de instituições como o IAB, PUC-Rio, etc., participantes da comissão;
- a lembrança de que a Conferência indicará à Conferência Estadual um máximo de 12 propostas, assim, as relatorias de cada grupo de discussão deverão tentar ser as mais sintéticas possível a fim de que o documento final siga esse objetivo;
- a manutenção do prazo de inscrição entre 06 e 16/06/2024, a fim de que se tenha uma noção mais correta do número de participantes para possíveis

correções de rota da organização do evento (espaço e demais itens físicos, tecnológicos e de conforto);

- a discussão sobre as finalidades das inscrições de delegados, observadores e convidados e suas atribuições e prerrogativas;
- a sugestão de que os membros da Comissão Organizadora sejam inscritos como Delegados Natos;
- a definição do limite máximo de 10 representantes delegados por entidade;
- a definição do prazo para a finalização deste regimento interno que será o dia 28/05/2014 (3ª feira) para que seja publicado no D.O.Rio até 05/06/2024;

Finalizando a discussão do Art. 18, que trata da eleição dos delegados municipais para a etapa estadual, devido ao adiantado da hora e Inconcluso o assunto, foi acordado pelos presentes a realização de uma nova reunião para o fechamento desse tema, marcada para às 17:00h do dia 28 de maio de 2024 (3ª feira) na qual os participantes foram instados a trazerem suas sugestões à Comissão Organizadora.

Todas as dúvidas e sugestões externadas pelos participantes foram anotadas pela equipe da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano - CMU/SMDUE, responsável pela organização da reunião.

A reunião foi encerrada às vinte horas (20:00h), do dia 24 de maio de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto PU/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

- **3ª Reunião - 28/05/24**

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024

COMISSÃO ORGANIZADORA

ATA nº 03/2024

**REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024 PARA A APROVAÇÃO DO
REGIMENTO INTERNO DA CONFERÊNCIA.**

A reunião foi convocada por e-mail e WhatsApp enviados a todos os membros da Comissão Organizadora da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada pelo aplicativo *Google Meet*, tendo início às 17:00h do dia 28 de maio de 2024 e contou com a presença de 29 (vinte e nove) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Antonio Luiz Barboza Correia

	e Econômico - SMDUE/SUBPU	
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Eugênia Câmara Loureiro
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Marcio Martins
04	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan
05	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva
06	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Luis Fernando Valverde Salandia
07	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Luis Fábio Cruz
08	Procuradoria Geral do Município	André Tostes

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
09	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa
10	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado
11	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Nelci Frangipani
12	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Gilson Koatz
13	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paqueta	Monica Rabelo
14	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber
15	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marcelo Braga Edmundo
16	Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFRIO	Roberta Ferreira

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
17	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
-----------	--------------------------------	-----------------------

18	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva
----	--	------------------------

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
19	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio
20	Faculdades Católicas - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos
21	IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil	Emmily Caroline Leandro

nº	ONGS	REPRESENTANTES
22	Centro de Apoio ao Movimento Popular	Rogério Marques Gonçalves
23	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	Tarcyla Fidalgo Ribeiro

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
24	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
25	Fabiane Albuquerque	SMDUE/SUBPU/CMU
26	Janaina Salles SMDUE/ASCOM	SMDUE/ASCOM
27	Marcio Girão	Clube de Engenharia
28	Paloma Hochman Mendez	SMDUE/SUBPU
29	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU

Três participantes da Comissão Organizadora justificaram suas ausências através do WhatsApp:

- Abílio Valerio Tozini - Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências - ALMA;
- Felipe Nin - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC; e
- Luiz Othon A. B. de Mello - Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ

Aberta a reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, **Valéria Hazan** (SMDUE/SUBPU/CMU), foi informada a pauta a ser discutida, ou seja, exclusivamente os pontos da minuta do regimento interno pré-conferência que deixaram de ser tratados na reunião anterior (28/05/2024). Entretanto, os presentes optaram pela leitura total do documento, com a identificação dos destaques para posterior aceitação e/ou votação pela comissão. Cumpre informar que esta minuta parcial, com as inserções e correções feitas pela

comissão após a reunião de 24/05/2024, foi distribuída a todos os presentes previamente.

Marcio Martins (SMDUE/SUBPU/CMU) deu início à leitura do regimento, com os participantes fazendo seus destaques. Foi acordado que os destaques seriam feitos para todo o documento e, ao final, seria retomada a leitura da minuta desde seu início para discussão, aceitação e/ou votação do texto, consolidando-o, o que, efetivamente, foi feito. Isso deveu-se à definição, na reunião anterior, do prazo máximo para a finalização deste regimento interno pré-conferência, acordado para esta 3ª feira (28/05/2014), a fim de que o mesmo seja publicado no D.O.Rio até 06/06/2024.

Por motivos didáticos apresentaremos aqui uma tabela com os destaques, sua autoria e pacificação.

Destaque	Autor
Art. 2º - Inciso 4º Eleger as entidades representantes da sociedade civil do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - COMPUR, conforme o inciso IV do art. 493 da Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável e o art. 14 do Regimento Interno da 6ª Conferência Nacional das Cidades. (Anexo II)	Marcelo Braga Edmundo
Pacificação: Na conferência, poderá ser organizada uma mesa sobre a formação do COMPUR, sem alterar a proposta do regimento pré-conferência, que está de acordo com o Plano Diretor e a Lei que rege o COMPUR - Lei 3957/2005.	

Destaque	Autor
Art. 7º A Conferência será realizada através de painéis, grupos de discussão e plenárias, segundo a seguinte programação: I - Abertura em plenária, com sessão solene e mesa de autoridades; II - Votação em plenária de validação do Regulamento da Conferência; III - Palestras na Plenária para todos os participantes; IV - Divisão em oito grupos conforme os três eixos de discussão, para apresentações sobre o tema com dinamizadores, seguida de debates; V - Relatoria e discussão interna nos grupos; VI - Votação dos Delegados nos segmentos para as Entidades para a Conferência Estadual; VII - Votação das Entidades para a composição do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR); VIII - Plenária para apresentação dos relatores e votação das propostas que serão levadas à Conferência Estadual.	Marcelo Braga Edmundo, Licínio Machado Rogério e Vinícius Monte Custodio
Pacificação: Vinícius Monte Custodio fez as adaptações necessárias ao texto do artigo, reproduzido acima.	

Destaque	Autor
Art. 8º O destaque referia-se ao credenciamento dos participantes por ordem de chegada, que poderia transformar o ambiente numa desorganização total com filas imensas, sugerindo-se que ele fosse antecipado para já chegar ao momento do evento já definido	Marcelo Braga Edmundo e Rogério Marques Gonçalves
Pacificação: O Art. 8º ficou com a seguinte redação: Cada grupo de discussão poderá ter um número limitado de participantes, em função dos lugares disponíveis em cada sala. Parágrafo único. Os participantes serão admitidos por ordem de inscrição até 10 minutos da hora marcada para o início das atividades, sendo admitidos posteriormente participantes por ordem de chegada.	

Destaque	Autor
Art. 14 O Regulamento da Conferência será elaborado pela Comissão Organizadora e enviado por e-mail a todos os inscritos. § 1º O regulamento do caput deste artigo é o instrumento que define as regras de funcionamento da Conferência propriamente dita, que envolve principalmente o processo de deliberação de propostas e eleições de delegados e representantes do COMPUR e da Etapa Estadual. § 2º Os inscritos poderão contribuir com o Regulamento da Conferência através do envio de propostas por meio de formulário a ser disponibilizado no endereço eletrônico https://planejamentourbano.prefeitura.rio. § 3º Durante a realização da Conferência, somente serão aceitas propostas de alteração do Regulamento durante a sua votação, em caso de necessidade imperativa, avaliada pela Comissão Organizadora.	Licínio Machado Rogério
Pacificação: Foi mantida a redação original do Art. 14. Foi acordado que sobre esse artigo não caberia destaque, pois, o Regulamento da Conferência é um documento diverso e posterior ao regimento interno pré-conferência, que se está discutindo nesta reunião. Ele será elaborado pela Comissão Organizadora e enviado por <i>e-mail</i> a todos os inscritos para contribuições em até uma semana antes da data da conferência, para que, na abertura do evento não se perca tempo discutindo-o exageradamente.	

Destaque	Autor
Art. 15 A Conferência Municipal será pública e acessível a todos os cidadãos, que serão admitidos mediante inscrição realizada através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço https://planejamentourbano.prefeitura.rio, a partir de 06 de junho de 2024 até 16 de junho de 2024.	Vinícius Monte Custodio

Parágrafo único. Quem se inscrever após o dia 16 de junho de 2024, até o dia da conferência, somente poderá participar como observador, respeitados os limites de espaço do evento.	
Pacificação: Foi mantida a redação original do Art. 15, pois, o mesmo foi copiado do modelo do governo federal, com as adaptações para nossa conferência (ver modelo da programação e da agenda da conferência, abaixo) Modelo da programação e da agenda da conferência:	

Destaque	Autor
Art. 16 Referente aos direitos de voz e voto para delegados, observadores e convidados. Foram apresentadas 3 propostas e após a votação, da qual se abstiveram os membros do Poder Público Municipal, foi escolhida a que contemplou a redação que segue abaixo.	Alberto Taveira, Rogério Marques Gonçalves, Licínio Machado Rogério e Lucas Faulhaber
Pacificação: Foi aprovada a seguinte redação para o: Art. 16 - Os participantes da Conferência Municipal distribuir-se-ão em três categorias: I - delegados; II - observadores; III - convidados. § 1º Os delegados terão direito a voz e a voto, e serão elegíveis para a Conferência Estadual. § 2º Os observadores terão direito a voz nas reuniões de discussão dos temas e não na plenária e não terão direito a voto. § 3º Os convidados apenas terão direito a voz. § 4º Os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora são delegados natos da Conferência.	

Destaque	Autor
Art. 17 Referente à identificação dos delegados com a inclusão da palavra segmento na redação.	André Tostes, Marcelo Braga Edmundo, Marcio Martins e Lucas Faulhaber
pacificação: Foi aprovada a seguinte redação para o: Art. 17 - Os delegados da Conferência Municipal deverão ser identificados por segmento e entidade da sociedade civil ou deverão ser representantes do Poder Público Municipal.	

Destaque	Autor
Art. 18 / § 2º - Referente ao número de delegados credenciados por entidade da sociedade civil; e Art. 18 / § 3º Referente à validação das inscrições.	Marcelo Braga Edmundo, Lucas Faulhaber e Vinícius Monte Custodio
Pacificação:	

Foi aprovada a seguinte redação para o:

Art. 18 - A inscrição dos Delegados para participarem da Conferência Municipal dar-se-á através de nominatas a serem enviadas por meio de formulário eletrônico pelos segmentos ou entidades aos quais representarão, comprovando vínculo dos inscritos por meio de um dos seguintes documentos:

I - ficha de cadastro, filiação ou associação devidamente preenchida e assinada;

II - carteira, crachá de identificação ou outro documento similar;

III - declaração, de lavra da entidade, atestando que a pessoa participante é associada, filiada ou vinculada à entidade, ou nomeada como representante, conforme modelo constante do Anexo IV deste Regimento Interno; ou

IV - ata de eleição e/ou de posse de dirigente, liderança ou membro de instância decisória, ou meio de prova assemelhado.

§ 1º As entidades deverão fornecer as seguintes informações sobre os delegados indicados no momento da inscrição:

I - Nome Completo;

II - E-mail;

III - Número do documento de identificação com foto a ser usado no credenciamento da conferência;

IV - Telefone de contato (facultativo para recebimento de comunicações da conferência).

§ 2º Fica definido o limite de 10 (dez) delegados credenciados por entidade da sociedade civil.

§ 3º A validação das inscrições será feita pela Comissão Organizadora.

Destaque	Autor
Art. 19 Referente ao credenciamento de observadores.	Vinícius Monte Custodio
pacificação: Foi aprovada a seguinte redação para o: Art. 19 - O participante não identificado como pertencente a uma entidade da sociedade civil, na forma do art. 17, será credenciado como observador.	

Destaque	Autor
Art. 20 Referente ao credenciamento de convidados.	Vinícius Monte Custodio
pacificação: Foi aprovada a seguinte redação para o: Art. 20 - Os convidados serão credenciados diretamente pela Comissão Organizadora.	

Destaque	Autor
Art. 22 Referente ao acompanhamento das reuniões por segmento para a eleição de delegados.	Marcelo Braga Edmundo
Pacificação: Foi aprovada a seguinte redação para o: Art. 22 - A eleição dos delegados representantes de cada segmento para a Conferência Estadual será efetuada pelos delegados da Conferência Municipal dentro de seus respectivos segmentos, reunidos em local definido pela Comissão Organizadora durante a conferência.	

§ 1º O interessado em pleitear vaga como delegado deverá, no ato da eleição, apresentar-se ao respectivo segmento com a indicação de delegado suplente, devendo o suplente pertencer ao mesmo segmento do titular.

§ 2º O segmento deverá encaminhar, até o final da Conferência Municipal, relação contendo as informações de identificação de cada delegado e respectivo suplente, eleitos, para que conste do Relatório Final da Conferência Municipal.

§ 3º As reuniões por segmento para a eleição de delegado deverão ser acompanhadas por um membro da Comissão Organizadora.

Destaque	Autor
Seção V Art. 23, 24 e 25 Referente à Seção V - Eleição dos Representantes das entidades para o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR	Licínio Machado Rogério, Lucas Faulhaber e Vinícius Monte Custodio
Pacificação: Foi aprovada a seguinte redação para a Seção V : Art. 23 Serão eleitas na 5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro as entidades da sociedade civil que comporão o COMPUR, em atendimento ao disposto no art. 493 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Art. 24 A eleição das entidades da sociedade civil para o COMPUR respeitará os quantitativos e percentuais por segmento previstos no Anexo II deste Regimento. § 1º Somente serão elegíveis as entidades da sociedade civil cujos representantes estiveram presentes em ambos os dias da Conferência Municipal. § 2º Os representantes do Poder Público Municipal serão definidos por ato do Poder Executivo. Art. 25 A eleição das entidades da sociedade civil para o COMPUR será efetuada pelos participantes da Conferência Municipal dentro de seus respectivos segmentos, reunidos em local definido pela Comissão Organizadora. § 1º A entidade da sociedade civil interessada em pleitear vaga como representante deverá, no ato da eleição, apresentar-se ao respectivo segmento com a indicação de seu titular e dois suplentes, que o substituirão em eventual necessidade. § 2º O segmento deverá encaminhar, até o final da Conferência Municipal, relação contendo as informações de identificação de cada representante titular e respectivos suplentes, eleitos, para que conste do Relatório Final da Conferência Municipal. § 3º As reuniões por segmento para a eleição de representante deverão ser acompanhadas por um membro da Comissão Organizadora. § 4º Em respeito ao art. 531 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, as vagas para o COMPUR tanto na representação governamental quanto na da sociedade, terão paridade de gênero.	

Destaque	Autor
Anexo II Referente à Distribuição dos representantes da sociedade civil a serem eleitos na 5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro para o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR.	Vinícius Monte Custodio
Pacificação: Foi aprovada a seguinte redação para o: ANEXO II Distribuição dos representantes da sociedade civil a serem eleitos na 5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro para o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR.	

Distribuição conforme a Lei nº 3957 de 29/03/2005.

Vagas para o COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana/Sociedade Civil			
Ent. Prof./Inst. de pesquisa	Empresas	Movimentos Populares	Total
4	4	4	12

Enfatizou-se que todas as dúvidas e pendências foram pacificadas pela Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024 nesta reunião. Assim, o Regimento Interno Pré-conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro- 2024 ora aprovado, seguirá para publicação no D.O.Rio.

A reunião foi encerrada às dezenove horas e quarenta e seis minutos (19:46h), do dia 28 de maio de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto SMDUE/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

- **4ª Reunião - 04/06/24**

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024
COMISSÃO ORGANIZADORA
ATA nº 04/2024

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2024 PARA
DISCUSSÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA.

A reunião foi convocada por *e-mail* e *WhatsApp* enviados a todos os membros da Comissão Organizadora da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada pelo aplicativo *Google Meet*, tendo início às 17:00h do dia 04 de junho de 2024 e contou com a presença de 29 (vinte e nove) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Eugênia Câmara Loureiro
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan
03	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva
04	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Felipe Nin
05	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Luis Fernando Valverde Salandia

06	Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ	Filipe Lopes - Chefe de Gabinete da Vereadora Tainá de Paula - PT
07	Procuradoria Geral do Município	André Tostes

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
08	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa
09	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado
10	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Nelci Frangipani
11	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paqueta	Monica Rabelo
12	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber
13	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marluce Lopes
14	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marcelo Braga Edmundo
15	Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFRIO	Roberta Ferreira
16	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Lívia Maria da Silva
17	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Claudio da Silva Pereira

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
18	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
19	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
20	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio

21	Faculdades Católicas - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos
22	IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil	Emmily Caroline Leandro

nº	ONGS	REPRESENTANTES
23	Centro de Apoio ao Movimento Popular	Rogério Marques Gonçalves
24	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	Tarcyla Fidalgo Ribeiro

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
25	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
26	Marcos Matheus	SMDUE/ASCOM
27	Paloma Hochman Mendez	SMDUE/SUBPU
28	Janaína Salles	SMDUE/ASCOM
29	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU

Aberta a reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, **Valéria Hazan** (SMDUE/SUBPU/CMU), que agradeceu a presença de todos, foi informada a pauta a ser discutida, ou seja, exclusivamente a sugestão da programação da conferência, bem como dos temas a serem tratados e seus desenvolvedores.

Antes, porém, foram dados alguns informes básicos acerca dos trabalhos realizados após a última reunião (28/05/2024), à saber:

- foi feita a revisão do texto da proposta de minuta do Regimento Interno Pré-conferência;
- foi encaminhado a todos os membros da Comissão o texto do Regimento Interno Pré-conferência, conforme consolidado, para conhecimento do texto e dos prazos que foram combinados, como, por exemplo:
 - 05/06/2024 - publicação no D.O.Rio do Regimento Interno Pré-conferência; e
 - 06/06/2024 - início das inscrições, cujo formulário já foi criado;
- foi feita a Ata da 3ª reunião (28/05/2024), que foi enviada nesta data (04/06/2024) a todos os participantes da Comissão, com os destaques, seus autores e o texto pacificado; e
- estão sendo aperfeiçoadas as identidades visuais oficiais definitivas para a conferência, pela equipe da ASCOM da SMDUE, bem como o texto dos informes, pela Coordenadoria de Macroplanejamento - SMDUE/CMU, que serão distribuídos nas redes sociais, tarefa específica do Grupo 2 (Mobilização e Articulação).

Feito isso, **Rosana Motta Gomes** (SMDUE/SUBPU/CMU) deu início à apresentação com a sugestão de nomes de alguns palestrantes por temas, apontando seus currículos expeditos, bem como um resumo dos assuntos a serem desenvolvidos por estes. Também foi apresentada uma planilha com a sugestão da programação da Conferência.

Durante a apresentação da minuta e planilha houve muitas intervenções pontuais que enriqueceram a dinâmica do assunto em tela, destacando-se:

- a questão do prazo para início das inscrições (Rogério Marques Gonçalves);
- a sugestão de inserção do tema do patrimônio cultural e comunidade na conferência (Alberto Taveira);
- a sugestão de inserção do tema do G20 na conferência (Marcelo Braga Edmundo);
- a sugestão da obrigatoriedade de que as palestras sejam objetivas, com tempo máximo de 15 minutos (Jorge da Silva);
- a necessidade da definição do tempo de palestra e debates por sala de discussão (Vinícius Monte Custodio);
- a sugestão de definição de que cada sala de discussão comporte no máximo 3 palestrantes, com falas rápidas (10 minutos), após o que aconteceriam os debates (Maria Fernanda Lemos);
- a sugestão de 4 grupos de discussão no primeiro dia da conferência (Alberto Silva);
- a necessidade da elaboração de um documento-base para orientar os debates, mostrando a relevância dos vários temas e a mediação dos grupos (Alberto Silva);
- o comprometimento de Alberto Silva de encaminhar a minuta de um documento-base para essa Comissão;
- a necessidade do alinhamento dos palestrantes e seus temas aos objetivos da conferência, ou seja, a elaboração de propostas (12) (Alberto Silva);
- a sugestão de 8 temas de debates (Nelci Frangipani);
- a preocupação com o número menor ou maior de inscritos e a adequação dos espaços a esse contingente (Rogério Marques Gonçalves e Emmily Leandro);
- a preocupação com a distribuição dos participantes nas salas (Emmily Leandro);
- a preocupação com o acomodamento da logística ao número de participantes (Vinícius Monte Custodio);
- a sugestão da necessidade de 2 relatores por sala de discussão para agilização dos trabalhos (Jorge da Silva); e
- a sugestão da escolha, pelos participantes, no ato da inscrição, de 3 temas prioritários de seu interesse, com a organização destes participantes nas salas determinada pela Comissão de Organização de acordo com a ordem de inscrição e a lotação da sala (Rogério Marques Gonçalves e Alberto Silva).

Foi acordado que durante a semana de 04 à 09/06/2024, essa planilha seria aberta a todos da Comissão, como comentadores, para serem feitas sugestões de nomes de palestrantes e temas, bem como a incorporação das modificações acerca da programação básica, pois, o prazo máximo para a finalização deste assunto será na próxima reunião, 3ª feira (11/06/2014), a fim de que a programação, temas e palestrantes seja publicado no D.O.Rio.

Ficou consolidada a proposta de programação básica da conferência estruturada da seguinte forma:

1. Mesa de abertura com 1 autoridade do Governo Federal, 1 autoridade do Governo Estadual, 1 ou 2 autoridades do Governo Municipal, 1 representante de cada segmento da sociedade civil, sendo que destes apenas 1 com direito a fala.
2. Votação do regulamento da conferência.
3. Palestra magna sobre a política nacional de desenvolvimento urbano.
4. Palestras curtas sobre os 8 temas a serem desenvolvidos nas salas.
5. Distribuição dos participantes em 4 salas no sábado a tarde (1 para cada tema), com 3 palestras curtas seguidas de debate e propostas sobre os temas.
6. Distribuição dos participantes em 4 salas no domingo de manhã (1 para cada tema) com 3 palestras curtas seguidas de debate e propostas sobre os temas.
7. Votação dos delegados para o COMPUR.
8. Votação dos delegados para a Conferência Estadual.
9. Votação em plenária das propostas de cada tema.

10. Cerimônia de encerramento.

A reunião foi encerrada às dezenove horas e quarenta minutos (19:40h), do dia 04 de junho de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto SMDUE/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

• **5ª Reunião - 11/06/24**

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024
COMISSÃO ORGANIZADORA
ATA nº 05/2024
REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024 PARA
DISCUSSÃO DA PROGRAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA.

A reunião foi convocada por *e-mail* e *WhatsApp* enviados a todos os membros da Comissão Organizadora da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada pelo aplicativo *Google Meet*, tendo início às 17:00h do dia 11 de junho de 2024 e contou com a presença de 30 (trinta) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Antonio Luiz Barboza Correia
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU	Eugênia Câmara Loureiro
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan
04	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva
05	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Felipe Nin
06	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Luís Fábio Cruz
07	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	Ruth Aono
08	Procuradoria Geral do Município	André Tostes

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
----	----------------------	----------------

09	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa
10	ALMA – Associação de Moradores da Lauro Muller	Abilio Valerio Tozini
11	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado
12	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Nelci Frangipani
13	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá	Monica Rabelo
14	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber
15	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marcelo Braga Edmundo

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
16	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas
17	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Marcelle Dias

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
18	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
19	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio
20	Faculdades Católicas - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos
21	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Rita Mandarino
22	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Luiz Othon A. B. de Mello

nº	ONGS	REPRESENTANTES
23	Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO	Rogério Marques Gonçalves
24	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	Tarcyla Fidalgo Ribeiro

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
-----------	---------------	---------------

25	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
26	Marisa Valente	IPP
27	Nando Cavallieri	IPP
28	Paloma Hochman Mendez	SMDUE/SUBPU
29	Janaína Salles	SMDUE/ASCOM
30	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU

Aberta a reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, **Valéria Hazan** (SMDUE/SUBPU/CMU), que agradeceu a presença de todos, foi informada a pauta a ser discutida, ou seja, exclusivamente a sugestão da programação de palestrantes para os 2 (dois) dias de conferência, bem como dos temas a serem tratados por estes.

Antes, porém, foram dados alguns informes básicos acerca dos trabalhos realizados após a última reunião (28/05/2024), a saber:

- foi feita a publicação do Regimento Interno Pré-conferência e dado início às inscrições no dia 07/06/2024 (6ª feira), com seu término previsto para às 23:59h do dia 17/06/2024, tudo isso publicizado para todos da Comissão Organizadora;
- foram criados 3 tipos de ficha de inscrição:
 - Delegados - cada entidade poderá inscrever até 10 delegados que poderão discutir e apresentar propostas, como também votar e serem votados para compor o grupo de representantes municipais a serem eleitos para a Conferência Estadual;
 - Observadores - que poderão participar de toda a Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024 e discutir nas reuniões de cada tema, porém não terão direito a voz na plenária, nem direito a voto; e
 - Representantes do Poder Público;
- do dia 07 até às 16h horas desta 3ª feira, ou seja, com apenas 3 dias e meio (incluindo um fim de semana), tivemos a inscrição de:
 - 173 observadores, distribuídos pelos seguintes temas de interesse:
 - controle social e gestão democrática - 57 pessoas;
 - habitação e regularização fundiária - 29 pessoas;
 - mobilidade urbana - 59 pessoas; e
 - saneamento básico - 28 pessoas.
 - 6 entidades (com o máximo de 60 delegados);
 - 33 servidores do Poder Público; e
 - perfazendo um máximo de 266 inscrições, fora os convidados, número que só será definido ao final das inscrições.
- foi encaminhado a todos os membros da Comissão Organizadora o texto do Regulamento da conferência, para sugestões; e
- foi feita a Ata da 4ª reunião plenária (04/06/2024), que foi enviada a todos os participantes da Comissão, com a consolidação da programação básica da Conferência.

Feito isso, **Rosana Motta** deu início à apresentação com a sugestão de nomes de alguns palestrantes por temas, apontando seus currículos expeditos, bem como um resumo dos assuntos a serem desenvolvidos por estes. Também foi apresentada uma planilha com a sugestão da programação da conferência.

Durante a apresentação da minuta e planilha houve muitas intervenções pontuais que enriqueceram a dinâmica do assunto em tela, destacando-se:

- a criação por Alberto Silva do TEXTO-BASE da conferência para que todos opinem até 5ª feira (13/06/2024) (Valeria Hazan);
- a questão de haver uma “diferenciação” para os representantes das entidades que estão presentes na organização (Rogério Marques Gonçalves);
- a necessidade, para ser delegado nato pela Comissão Organizadora, que tenha participado de pelo menos de 50% das reuniões dessa comissão, uma vez que, algumas entidades indicaram pessoas que foram eleitas e nunca mais apareceram (Abilio Valerio Tozini);
- a necessidade de republicação da resolução que elegeu os representantes das entidades para a Comissão Organizadora, para inserir a questão dos delegados natos, o que poderia gerar muitos questionamentos; (Valeria Hazan);
- que essa questão dos delegados natos poderia ser resolvida facilmente pelo artigo do regimento Interno que se refere aos casos omissos (Lucas Faulhaber);
- a redundância no credenciamento os delegados terem que apresentar documento de filiação à entidade, já que isso já foi feito no ato da inscrição (Lucas Faulhaber), com o comprometimento de Valéria Hazan de, internamente na SMDUE rever o formulário de inscrição, simplificando-o; e
- a alimentação (Rogério Marques Gonçalves). Foi informado por Paloma Mendes, Assessora do Gabinete da SUBPU, que haverá alimentação (com a programação mantendo, nos dois dias do evento, cafés da manhã e da tarde, bem como almoço, até para quem tem limitações alimentares, como veganos e vegetarianos).

Após diversas sugestões de nomes de palestrantes, com expertise nos temas e assuntos que compõem a palestra magna e os 3 eixos de discussão temática, ficou consolidada a proposta de programação básica da conferência, que será fechada com a confirmação dos palestrantes e publicizada oportunamente.

A reunião foi encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos (20:45h), do dia 11 de junho de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto SMDUE/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

6ª Reunião - 18/06/24

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024

COMISSÃO ORGANIZADORA

ATA nº 06/2024

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024 PARA

DISCUSSÃO DO REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA

A reunião foi convocada por *e-mail* e *WhatsApp* enviados a todos os membros da Comissão Organizadora da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada parcialmente pelos aplicativos *Google Meet* e *Zoom*, tendo início às 17:00h do dia 18 de junho de 2024 e contando com a presença de 30 (trinta) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Antonio Luiz Barboza Correia
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU	Eugênia Câmara Loureiro
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan
04	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Márcio Martins
05	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Mariana Barroso
06	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva
07	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Luís Fábio Cruz
08	Procuradoria Geral do Município	André Hermann Tostes

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
09	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Adrian Santos
10	ALMA – Associação de Moradores da Lauro Muller	Abilio Valerio Tozini
11	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado
12	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Gilson Dimenstein Koatz
13	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paqueta	Monica Rabelo
14	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber
15	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marcelo Braga Edmundo

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
16	Associação Comercial do Rio de Janeiro	Claudia Moreira
17	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
18	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
19	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio
20	Faculdades Católicas - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos
21	Faculdades Católicas - PUC-RIO	Tatiana Terry
22	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Luiz Othon A. B. de Mello
23	IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil	Emmily Caroline Leandro

nº	ONGS	REPRESENTANTES
24	Centro de Apoio ao Movimento Popular	Rogério Marques Gonçalves
25	Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	Tarcyla Fidalgo Ribeiro

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
26	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
27	Fabiane Cavalcanti	SMDUE/SUBPU/CMU
28	Paloma Hochman Mendez	SMDUE/SUBPU
29	Janaína Salles	SMDUE/ASCOM
30	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU

Aberta a reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, **Valéria Hazan**, que agradeceu a presença de todos, foi informada a pauta a ser discutida, ou seja, exclusivamente a minuta do Regulamento da conferência.

Antes, porém, foram dados alguns informes básicos acerca dos trabalhos realizados após a última reunião (11/06/2024), a saber:

- foi redigida a Ata da 5ª reunião plenária (11/06/2024), que foi enviada a todos os participantes da Comissão, com a consolidação da programação básica da conferência;
- foram redimensionadas as áreas e capacidades do Porto Maravalley para o evento, perfazendo as seguintes totais:

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024 Áreas e capacidades do Porto Maravalley (OBS: somente e exclusivamente na área destinada ao evento)		
nº	Identificação	Área (m²)
01	HALL DE ACESSO	35,02
02	HALL DE CREDENCIAMENTO	192,15
03	SALA DE RELATORIA 1	6,27
04	SALA DE RELATORIA 2	8,66
05	SALA DE RELATORIA 3	6,28
06	SALA DE RELATORIA 4	8,66
07	SALA DE RELATORIA 5	17,76
08	SALA DE APOIO 1 (12 lugares)	24,57
09	SALA DE APOIO 2 (12 lugares)	24,36
10	SALA DE APOIO 3 (24 lugares)	62,19
11	SALA DE DISCUSSÃO 1 (132 lugares)	94,96
12	SALA DE DISCUSSÃO 2 (70 lugares)	61,20
13	AUDITÓRIO (170 lugares)	203,76
14	PRAÇA PLENÁRIA (501 lugares)	941,78
15	ARQUIBANCADA (288 lugares)	123,47
16	HALL COFFEE BREAK	423,74
LUGARES TOTAL 1.209		ÁREA TOTAL 2.234,83m²

- às 23:59h do dia 17/06/2024 (2ª feira) foram encerradas as inscrições na **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, totalizando:

Setor	Inscritos
Poder Público	110
Entidades da Sociedade Civil	405
Observadores	462

Delegados natos	63
TOTAL	1040

- foi feito o modelo de Declaração de Filiação, Associação ou Vinculação à Entidade;
- foram feitos 40 convites para os palestrantes da conferência;
- foi encaminhado a todos os membros da Comissão Organizadora o texto do Regulamento da conferência, para sugestões; e
- foram identificados 6 (seis) portadores de necessidades especiais, entre os inscritos na conferência.

Feito isso, **Valéria Hazan** deu início à apresentação da minuta de Regulamento da conferência.

Durante a apresentação da minuta houve muitas intervenções pontuais que enriqueceram a dinâmica do assunto em tela, destacando-se:

- A possibilidade descartada de ser prorrogada a data de inscrições na conferência (Marcelo Braga Edmundo), entretanto, no Regimento Interno há previsão de inscrições após o dia 17/06/24. Assim, quem se inscrever entre os dias 18 e 29/06/24 somente poderá participar da conferência como observador, respeitados os limites do espaço do evento;
- ficou acertado a marcação de 6 (seis) reuniões para 6ª feira, para finalizar e decidir as últimas pendências, principalmente a validação das inscrições, bem como da documentação apresentada pelos inscritos:
 - reuniões por segmento (cerca de 1:00h por reunião) de 10:00h às 11:00h, com os seguintes segmentos:
 - **MOVIMENTOS POPULARES;**
 - **ENTIDADES EMPRESARIAIS;**
 - **TRABALHADORES SINDICAIS;**
 - **PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS; e**
 - **ONGS.**
 - 14:00h - reunião plenária geral;
- a questão de a Comissão Organizadora da conferência fazer um esforço para que seja aprovado o Regulamento até a data de 21/06/2024 (6ª feira) para possibilitar a publicação no D.O.Rio, possivelmente no dia 24/06/2024 (3ª feira) (Alberto Taveira).

Após diversas sugestões de supressões, modificações e acréscimos no texto da minuta do Regulamento da conferência, ficou acordado que estes seriam incorporados ao texto e que o mesmo seria enviado a todos os membros da Comissão Organizadora da conferência para ciência e aprovação, cujo prazo máximo será a data de 21/06/2024 (6ª feira), para possibilitar a publicação no D.O.Rio, possivelmente no dia 24/06/2024 (3ª feira).

Após aprovação do Regulamento da conferência por sua Comissão Organizadora (reiterando o prazo máximo de 6ª feira, dia 21/06/2024), este será enviado a todos os inscritos no evento, para ciência.

Foi sugerido que seja recomendado aos delegados inscritos pelas entidades da sociedade civil com assento na Comissão Organizadora da conferência que elaborem um mínimo de destaques - visto que seus titulares e suplentes já aprovaram o referido Regulamento nas reuniões da Comissão Organizadora - para que o Regulamento da conferência seja aprovado na reunião plenária de abertura sem muitos óbices a fim de que não se retarde o efetivo início da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**.

A reunião foi encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos (21:30h), do dia 18 de junho de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto SMDUE/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

- **7ª Reunião - 21/06/24**

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES - RIO 2024
COMISSÃO ORGANIZADORA
ATA nº 07/2024
REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2024 PARA
DISCUSSÃO DO REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA.

A reunião foi convocada por *e-mail* e *WhatsApp* enviados a todos os membros da Comissão Organizadora da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada pelo aplicativo *Google Meet*, tendo início às 14:00h do dia 21 de junho de 2024 e contando com a presença de 23 (vinte e três) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU	Eugênia Câmara Loureiro
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Márcio Martins

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
04	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Adrian Santos
05	ALMA – Associação de Moradores da Lauro Muller	Abilio Valerio Tozini

06	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado Rogério
07	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Gilson Dimenstein Koatz
08	Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB	Mauricio Matsunami
09	AMOUR - Associação dos Moradores da Urca	Valeria Grynberg
10	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber
11	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marcelo Braga Edmundo
12	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Claudio Pereira

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
13	Associação Comercial do Rio de Janeiro	Claudia Moreira
14	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas
15	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Marcelle Dias

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
16	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
17	Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro	Vinícius Monte Custodio
18	Faculdades Católicas - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos

nº	ONGS	REPRESENTANTES
19	Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO	Rogério Marques Gonçalves

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
20	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU

21	Fabiane Cavalcanti	SMDUE/SUBPU/CMU
22	Paloma Hochman Mendez	SMDUE/SUBPU
23	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU

Aberta a reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - CMU/SMDUE, **Valéria Hazan**, que agradeceu a presença de todos, foi informada a pauta a ser discutida, ou seja, exclusivamente a validação das inscrições de delegados pelos membros da Comissão Organizadora da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**.

Antes, porém foram dados alguns informes básicos acerca dos trabalhos realizados após a última reunião (18/06/2024), a saber:

- foi redigida a Ata da 6ª reunião plenária (18/06/2024), que foi enviada a todos os participantes da Comissão Organizadora;
- está sendo consolidada a minuta do Regulamento da conferência, que será enviada a todos os delegados inscritos no evento, para ciência prévia à sessão plenária de abertura da Conferência.

Deve ser ressaltado que foram realizadas, nesse mesmo dia (21/06/24), das 10:00h às 11:00h, 5 (cinco) reuniões simultâneas, através do aplicativo *Google Meet*, com os representantes dos segmentos sociais participantes da Comissão Organizadora, com a supervisão a cargo de um dos servidores da CMU/SUBPU/SMDUE, para a referida validação das inscrições de delegados, com a seguinte formatação:

- MOVIMENTOS POPULARES - supervisão Marcio Martins;
- ENTIDADES EMPRESARIAIS - supervisão Valéria Hazan;
- TRABALHADORES SINDICAIS - supervisão Fabiane Albuquerque;
- PROFISSIONAIS ACADÊMICOS - supervisão Rosana Motta; e
- ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS - supervisão Alberto Taveira.

Essas reuniões, preparatórias para a reunião plenária das 14:00h, serviram para minorar os questionamentos referentes à validação ou não das inscrições de delegados, otimizando a citada plenária.

Após análise e cotejamento das inscrições pela equipe da CMU, houve o remanejamento daquelas inscrições em duplicidade, das por desistência ou das que migraram para outra categoria, totalizando 133 (cento e trinta e três) casos, discriminados a seguir:

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES - RIO 2024
COMISSÃO ORGANIZADORA
EXPURGO DE INSCRIÇÕES POR DUPLICIDADE,

DESISTÊNCIA E/OU MIGRAÇÃO PARA OUTRA CATEGORIA					
Nº	Inscrição	Data/horário	Tipo	Motivo	Nome
1	24	17/06/24 04:40	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Abilio Valerio Tozini
2	510	2024-06-18 1:57	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Adrian Coelho dos Santos Reis
3	551	2024-06-03 19:41	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Adriana Bianca Tavares Pardo
4	318	2024-06-13 19:23	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Adriana Correia Ornellas
5	204	2024-06-09 7:07	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Adriana de Queiroz
6	231	2024-06-10 18:17	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Adriana Maria Piscitello Simão
7	1013	2024-06-09 15:39	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Adriana Maria Piscitello Simão
8	1032	2024-06-12 16:39	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Alberto Taveira
9	163	2024-06-07 22:46	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Ana Luiza Prates de Miranda
10	119	2024-06-13 19:58	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Ana Paula Pereira
11	377	2024-06-17 12:48	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	André Gomes Vieira
12	1082	2024-06-17 23:20	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	André Luís Gomes Pinto Peixoto
13	126	2024-06-07 15:29	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho
14	148	2024-06-07 19:07	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Bruna Santos Miceli
15	127	0624-07-01 15:33	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Camile Bueno da Costa da Costa
16	76	17/06/24 23:42	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Carlos Alberto Martins de Oliveira
17	590	2024-06-15 18:02	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Claudia Muniz Moreira Magnani
18	1110	2024-06-15 18:36	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Claudia Muniz Moreira Magnani
19	373	2024-06-17 11:47	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Claudio Fagundes de Oliveira
20	523	2024-06-08 23:47	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	David de Lemos Martins Pinheiro
21	325	2024-06-13 20:47	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Delmo Pinho
22	209	2024-06-09 13:53	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Edson Mouta Vasconcelos

23	1076	2024-06-17 22:11	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Édson Santos de Souza
24	293	2024-06-12 19:27	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Eduardo Ferreira Rebuzzi
25	236	2024-06-10 22:22	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Edvaldo Francisco da Silva
26	591	2024-06-17 12:16	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Emilia Maria de Souza
27	1104	2024-06-12 18:38	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Eugênia Vitória Camera Loureiro
28	319	2024-06-13 19:27	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Fabiana Fonseca Freitas Costa Felgueiras Ferreira
29	207	2024-06-09 13:14	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Fabienne Torres Schiavo
30	1042	2024-06-14 18:19	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Felipe Carvalho Nin Ferreira
31	365	2024-06-16 21:55	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Gelson da Silva
32	12	13/06/24 23:18	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Gilson Koatz
33	181	2024-06-08 16:14	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Ian Lima Silva
34	402	2024-06-17 16:31	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Jailson Florêncio de Oliveira
35	508	2024-06-18 1:39	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Jéssica Conceição da Silva
36	23	17/06/24 02:45	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	João Ricardo de Mattos Serafim
37	10	13/06/24 13:33	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Jorge Antonio Da Silva
38	4	10/06/24 20:34	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Josier Marques Vilar
39	323	2024-06-13 20:44	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Josier Marques Vilar
40	538	2024-06-07 17:53	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Juliana Barbosa Povoleri
41	329	2024-06-13 20:55	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Julio Cesar Urdangarin Batista Junior
42	111	2024-06-18 0:34	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Liliane de Almeida Santos Soares
43	294	2024-06-12 20:03	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Lucas Bento Aleixo
44	211	2024-06-09 15:08	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Lucas da Silva Pacobahyba
45	63	17/06/24 21:46	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Lucas Faulhaber
46	1101	2024-06-11 20:24	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Luis Fabio Cruz

47	1034	2024-06-12 19:30	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Luis Fernando Valverde Salandía
48	121	2024-06-07 15:07	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Magda Gomes
49	1087	2024-06-18 1:09	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Maicon Basílio Vianna
50	20	16/06/24 02:27	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Marcelle da Fonseca dias
51	539	2024-06-07 18:16	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Marcelo Garcez Borges Viseu
52	225	2024-06-10 13:45	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Marcelo José de Freitas
53	1011	2024-06-08 0:41	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Marcio Martins
54	595	2024-06-17 15:31	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Marco Antônio Barbosa
55	63	17/06/24 21:46	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Maria de Lourdes Lopes
56	50	17/06/24 20:09	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos
57	142	2024-06-07 17:58	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Maria Helena Röhe Salomon
58	597	2024-06-17 16:20	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Maria José Salles
59	1005	2024-06-12 18:56	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Mariana Barroso Ferreira
60	29	17/06/24 14:55	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Marluce Lopes
61	387	2024-06-17 14:21	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Mauricio Conceição Moraes
62	308	2024-06-13 12:39	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Merilene Gomes Muniz
63	76	17/06/24 23:42	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Míriam Starosky
64	89	18/06/24 01:33	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Míriam Starosky
65	17	15/06/24 13:23	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Monica Martins Rabelo
66	12	13/06/24 23:18	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Nelci Frangipani
67	310	2024-06-13 14:30	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Patricia Aparecida Bezerra de Oliveira Lima
68	383	2024-06-17 14:05	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Patrícia Cristina Rodrigues
69	327	2024-06-13 20:51	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Paulo Pizão
70	291	2024-06-12 19:19	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Rafael Soares Gonçalves

71	8	12/06/24 22:08	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Regina Chiaradia
72	300	2024-06-13 0:01	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Regina Lucia Gomes Silva
73	1102	2024-06-11 23:10	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Reginaldo Jardim Ferreira
74	438	2024-06-17 19:14	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Renato Fernandes de Paulo
75	309	2024-06-13 12:42	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Roberto Gomes dos Santos
76	233	2024-06-10 19:35	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Ronaldo Lucio de Souza Teixeira
77	534	2024-06-07 13:30	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Rosana Motta Gomes
78	1086	2024-06-18 0:45	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Ruth Aono
79	171	2024-06-08 0:22	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Sergio Monteiro de Lima
80	23	17/06/24 02:45	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Sidney de Almeida Teixeira Júnior
81	503	2024-06-18 0:49	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Silvia Regina Nunes Baptista
82	518	2024-06-07 18:13	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Sonia Rabello
83	38	17/06/24 18:46	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Tainá de Paula Alvarenga
84	88	18/06/24 01:24	Delegado	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Tarcyla Fidalgo Ribeiro
85	136	2024-06-07 16:48	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Tatiana Bif
86	1118	2024-06-17 20:27	Poder Público	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Tatianna Fernandes da Paz Ribeiro de Souza
87	138	2024-06-07 17:08	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Teresa Cristina Menezes de Oliveira
88	224	2024-06-10 12:58	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Teresa Cristina Menezes de Oliveira
89	356	2024-06-16 18:22	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Thamirez Martins dos Santos
90	179	2024-06-08 13:03	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Thiago Ameal Sant'Anna
91	120	2024-06-07 15:02	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Vasco de Azevedo Acioli
92	450	2024-06-17 20:47	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Vera Lucia da Silva dias de Jesus
93	460	2024-06-17 21:23	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Vera Lucia da Silva dias de Jesus
94	437	2024-06-17 19:10	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Wellington Moreira da Silva

95	434	2024-06-17 18:42	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Yasmim Cristina dos Santos Nascimento
96	341	2024-06-14 21:47	Observador	Inscrição em duplicidade ou migrada para outra categoria.	Yuri Washington Alves dos Santos
97	1019	2024-06-10 19:02	Poder Público	já inscrito como delegado nato	Antonio Luiz Barboza Correia
98	4	10/06/24 20:34	Delegado	já inscrita como delegado nato	Aspásia Camargo
99	326	2024-06-13 20:49	Observador	já inscrita como delegado nato	Aspásia Camargo
100	137	2024-06-07 17:07	Observador	inscrita duas vezes	Carlota Esteves
101	375	2024-06-17 12:32	Observador	inscrito duas vezes	Cláudio da Rocha Santos
102	1095	2024-06-18 0:50	Poder Público	inscrito duas vezes	Cleiton Moreira do nascimento
103	563	2024-06-11 19:24	Observador	já inscrito como delegado	Fernando Pinheiro Simões
104	29	17/06/24 14:55	Delegado	inscrita duas vezes por entidades diferentes, inscrita pela mais recente	Francisca de Fatima Silva
105	462	2024-06-17 21:33	Observador	já inscrita como delegado	Janeide Ovidio da Silva
106	324	2024-06-13 20:46	Observador	já inscrito como delegado	Sergio Magalhães
107	8	12/06/24 22:08	Delegado	já inscrito como delegado nato	Mauricio Koki Matsutani
108	10	13/06/24 13:33	Delegado	já inscrito como delegado nato	Clovis Francisco do Nascimento Filho
109	5	11/06/24 11:43	Observador	Inscrição não aceita por tratar-se de empresa que não representa segmento.	Talita da Silva Gomes
110	52	17/06/24 20:15	Observador	Inscrição não aceita por tratar-se de empresa que não representa segmento.	Bianca Peres Pinto
111	52	17/06/24 20:15	Observador	Inscrição não aceita por tratar-se de empresa que não representa segmento.	José Adolfo Oliveira das Chagas
112	56	17/06/24 20:54	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Angela Botelho
113	56	17/06/24 20:54	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Isabella Giesta Carrico Vital
114	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Adão Queiroz Silva
115	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Edson Carlos Batista dos Santos
116	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Humberto Luiz Nunes de Lemos
117	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	João Lourenço Xavier

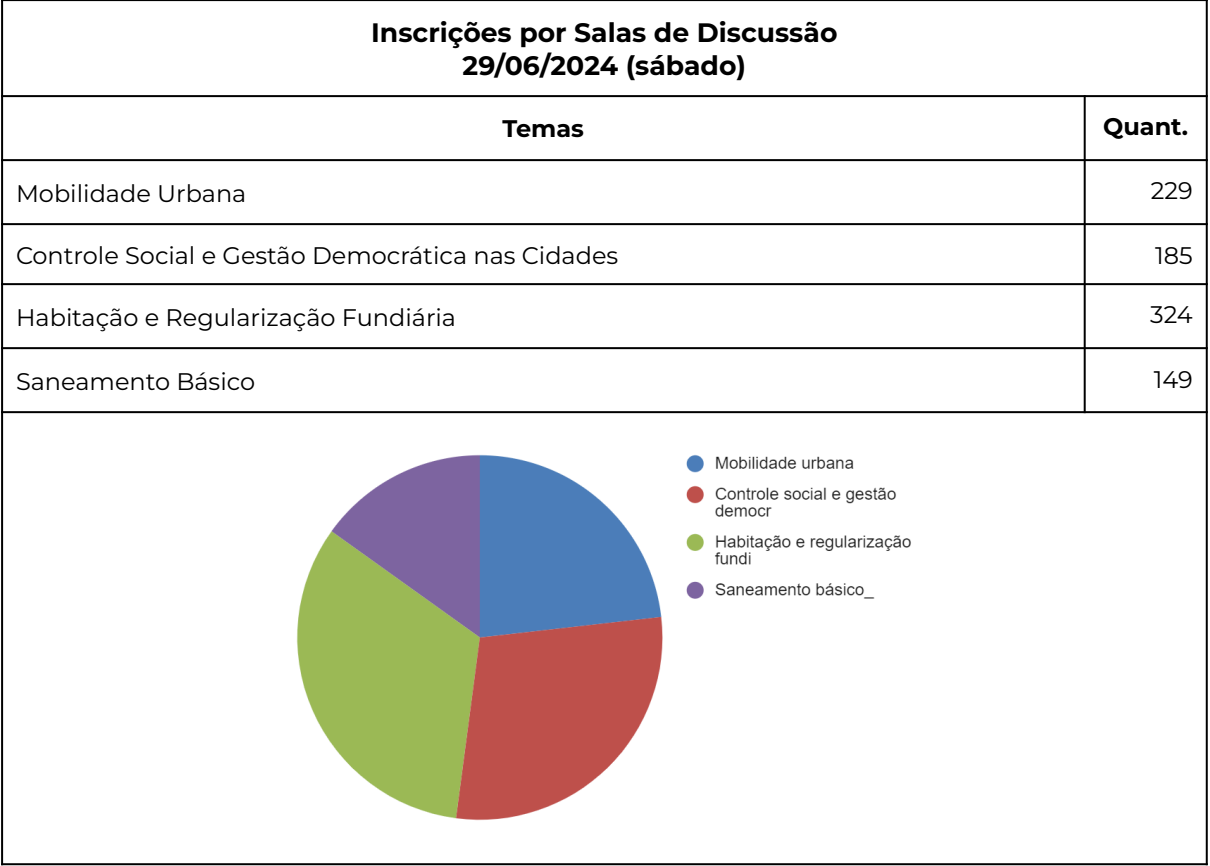
118	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Jorge Alberto da Silva Fernandes
119	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Leandro de Lima
120	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Luiz Carlos Vieira Dantas
121	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Marcelo Pereira Alves
122	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Vitor Soares Duque Estrada
123	7	12/06/24 19:12	Delegado	Segmento da inscrição modificado pela Comissão.	Walney Elton de Oliveira
124	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Artur Ramos Fernandes
125	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Felipe Machado de Aguiar
126	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Gláucia Nascimento da Silva
127	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Jovita Machado
128	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Luiz Augusto de Oliveira Gomes
129	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Thiago Vicente de Moraes
130	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Vinicius Martins da Silva
131	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Lucas Scoralick Coimbra Naveira
132	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Maria de Fátima Pereira
133	70	17/06/24 22:42	Delegado	Nome da entidade modificado por pedido à Comissão.	Maria Helena Viana Caracol da Costa

Feito o balanço das inscrições, foi contabilizado um total de 1031 registros, discriminados no gráfico abaixo:

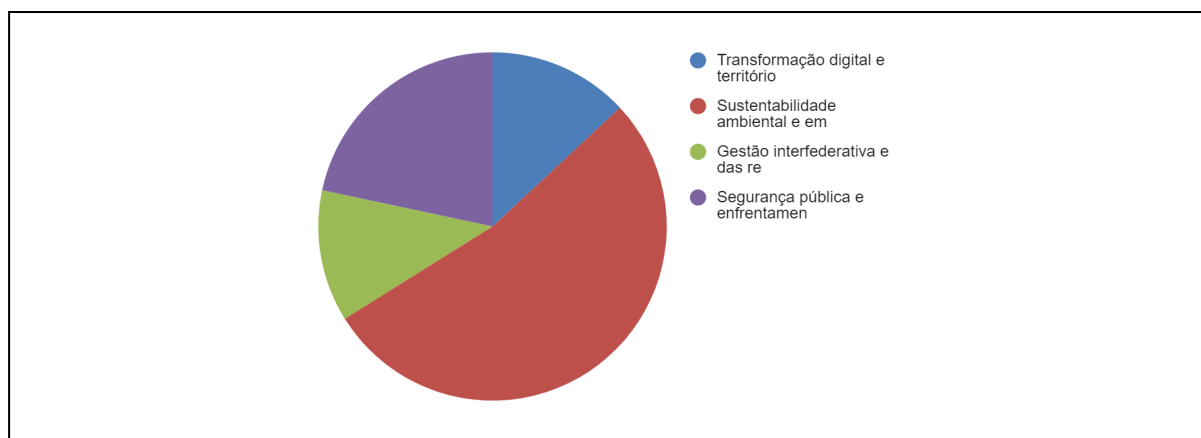
CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES - RIO 2024 COMISSÃO ORGANIZADORA	
1º balanço das inscrições sem verificação de duplicatas e indeferimentos (18/06/24)	
Inscritos	Quantidade
Delegado	399
Delegado Nato	57
Observador	459
Poder Público	54

Convidado	0
Poder Público Delegado	13
Poder Público Trabalhador	28
Poder Público Delegado/Trabalhador	14
Delegado Nato Poder Público Trabalhador	07
TOTAL	1031

A distribuição das Inscrições por Salas de Discussão para o sábado, dia 29/06/2024, e para o domingo, dia 30/06/2024, é a seguinte:



Inscrições por Salas de Discussão 30/06/2024 (domingo)	
Temas	Quant.
Transformação e Inclusão Digital no Território	129
Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas	524
Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas, Cooperação e Consórcios	121
Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares	214



A reunião foi encerrada às quinze horas e trinta minutos (15:30h), do dia 21 de junho de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto SMDUE/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

- **8ª Reunião - 25/06/24**

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES - RIO 2024
COMISSÃO ORGANIZADORA
ATA nº 08/2024
REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024 PARA
DISCUSSÃO DO REGULAMENTO DA CONFERÊNCIA.

A reunião foi convocada por *e-mail* e *WhatsApp* enviados a todos os membros da Comissão Organizadora da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada pelo aplicativo *Google Meet*, tendo início às 17:00h do dia 25 de junho de 2024 e contando com a presença de 25 (vinte e cinco) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU	Eugênia Câmara Loureiro
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Márcio Martins
04	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Antonio Luiz Barboza Correia
05	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Luis Fábio Cruz

06	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC	Felipe Nin
07	Procuradoria Geral do Município	André Tostes
08	Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG	Alberto Gomes Silva

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
09	ALMA – Associação de Moradores da Lauro Muller	Abilio Valerio Tozini
10	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado Rogério
11	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber
12	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa
13	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Nelci Frangipani
14	Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá	Monica Rabelo

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
15	Associação Comercial do Rio de Janeiro	Claudia Celeste Moreira
16	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
17	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
18	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Luiz Othon A. B. de Mello
19	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Rita Mandarino

nº	ONGS	REPRESENTANTES
20	Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO	Rogério Marques Gonçalves

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
21	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
22	Fabiane Cavalcanti	SMDUE/SUBPU/CMU
23	Paloma Hochman Mendez	SMDUE/SUBPU
24	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU
25	Tatiana Souza	

Aberta a reunião por **Marcio Martins** (CMU/SMDUE), que agradeceu a presença de todos, foi informada a pauta a ser discutida, ou seja, exclusivamente referente à dúvidas e à definição dos últimos detalhes e preparativos da Comissão Organizadora para o início da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, a ser realizada no próximos sábado e domingo, 29 e 30, respectivamente, de junho de 2024 no Porto Maravalley, localizado na Avenida Professor Pereira Reis, 76 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

Antes, porém foram dados alguns informes básicos acerca dos trabalhos realizados após a última reunião (21/06/2024), a saber:

- foi redigida a Ata da 7ª reunião plenária (21/06/2024), que foi enviada a todos os participantes da Comissão Organizadora;
- foi consolidada a minuta do Regulamento da conferência, que será enviada a todos os delegados inscritos no evento para ciência prévia à sessão plenária de abertura da conferência. Isto talvez possibilite que o referido regulamento seja aprovado nesta plenária de abertura sem muitos óbices, visto que os titulares e suplentes de grande parte das entidades, muitos com assento na Comissão Organizadora da conferência já o aprovaram, evitando-se o retardamento do efetivo início da **Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024**.

Durante a reunião houve muitas intervenções pontuais que enriqueceram a dinâmica do assunto em tela, principalmente, em referência a definição dos **Moderadores, Secretários e Relatores** para as mesas plenárias de abertura e encerramento, assim como, para as salas de discussão temática, como discriminadas na tabela abaixo:

COMPOSIÇÃO DAS MESAS			
29/06/2023	Moderador	Secretário	Relator
PLENÁRIA DE ABERTURA	Licínio Machado Rogério FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Lucas Faulhaber Movimento Nacional de Luta por Moradia	Abílio Valerio Tozini ALMA – Associação de Moradores da Lauro Muller

HABITAÇÃO e REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Lucas Faulhaber Movimento Nacional de Luta por Moradia	Guilherme da Costa Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Antonio Correia Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU
CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	Jorge A. da Silva SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Luiz Othon A. B. de Mello Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Eugênia Câmara Loureiro Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU
MOBILIDADE URBANA	Licínio Machado Rogério FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Nelsi Frangipani Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB	Antonio Luiz Barboza Correia Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU
SANEAMENTO BÁSICO	Adriana Ornellas Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Marcele Dias Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Marcelo Freitas Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU
30/06/2023	Moderador	Secretário	Relator
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Adriana Ornellas Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Marcele Dias Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Luiz Othon CAU/RJ
SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO	Abilio Valerio Tozini ALMA – Associação de Moradores da Lauro Muller	Monica Rabelo Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá	Jorge Silva Sindicato dos Engenheiros
TRANSFORMA- ÇÃO DIGITAL E TERRITÓRIO	Eugênia Câmara Loureiro Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU	Sidney de Almeida Teixeira Jr Associação de Moradores e amigos da Freguesia	Rogério Marques Gonçalves Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO
GESTÃO INTERFEDERATIVA	Mariana Barroso Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Daniela Aduan Engel Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Carolina Machado Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	Jorge A. da Silva SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Rogério Marques Gonçalves Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO	Eugênia Câmara Loureiro Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU

A reunião foi encerrada às dezenove horas e cinco minutos (19:05h), do dia 25 de junho de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto SMDUE/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

- **9ª Reunião - 04/07/24**

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024
COMISSÃO ORGANIZADORA
ATA nº 09/2024
REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024 PARA
DISCUSSÃO SOBRE DETALHES FINAIS DA CONFERÊNCIA

A reunião foi convocada por *e-mail* e *Whatsapp* enviados a todos os membros da Comissão Organizadora da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, e ocorreu de forma virtual através de videoconferência *on-line* realizada pelo aplicativo *Google Meet*, tendo início às 15:00h do dia 04 de julho de 2024 e contando com a presença de 25 (vinte cinco) participantes, listados a seguir.

nº	ENTIDADES/ÓRGÃOS	REPRESENTANTES
PODER PÚBLICO		
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU/CPL	Antonio Luiz Barboza Correia
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBCLU	Eugênia Câmara Loureiro
03	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU/CMU	Valéria Magiano Hazan
04	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Mariana Barroso

nº	MOVIMENTOS POPULARES	REPRESENTANTES
05	Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas	Guilherme da Costa
06	FAM Rio - Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro	Licínio Machado
07	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Claudio Pereira
08	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Faulhaber
09	Central de Movimentos Populares do Rio de Janeiro	Marcelo Braga Edmundo

nº	ENTIDADES EMPRESARIAIS	REPRESENTANTES
10	Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental	Adriana Correa Ornellas

nº	TRABALHADORES SINDICAIS	REPRESENTANTES
11	SENGE-RJ - Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	Jorge Antonio da Silva

nº	PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS	REPRESENTANTES
12	Faculdades Católicas - PUC-RIO	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos
13	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU RJ	Luiz Othon A. B. de Mello

nº	ONGS	REPRESENTANTES
-	-	-

nº	OUTROS	ÓRGÃOS
14	Alberto Taveira	SMDUE/SUBPU/CMU
15	Ana Paula Faria	SMDUE/SUBPU
16	Carolina Machado	SMDUE/SUBPU/CPU
17	Daniela Javoski	SMDUE/SUBPU/CPU
18	Eliane Harumi Sakamoto	SMDUE/SUBPU/CPL
19	Fabiane Cavalcanti	SMDUE/SUBPU/CMU
20	Maria Helena Rohe Salomon	SMDUE/SUBPU/CPT
21	Raquel Moniz Colombiano	SMDUE/SUBPU/CPT
22	Rebeka Braune	SMDUE/SUBPU/CPT
23	Rosana Motta Gomes	SMDUE/SUBPU/CMU
24	Tatiana Bif	SMDUE/SUBPU/CPL/GLP AP3
25	Thaís Garlet	SMDUE/SUBPU/CPL/GLP AP2

Aberta a reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano da Subsecretaria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, **Valéria Hazan**, que agradeceu a presença de todos, foi informada a pauta a ser discutida, ou seja, exclusivamente a definição para a enumeração das propostas municipais para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, bem como a definição dos relatórios por salas de discussão, plenárias de abertura e de encerramento e votações do regulamento da conferência, dos delegados e dos membros do COMPUR ou do Conselho da Cidade.

Antes, porém, foram dados alguns informes básicos acerca dos trabalhos realizados após a última reunião (28/06/2024), a saber:

- foi redigida a Ata da 8ª reunião plenária (28/06/2024), que foi enviada a todos os participantes da Comissão, referente à definição dos últimos detalhes e preparativos da Comissão Organizadora para o início da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**, realizada nos últimos sábado e domingo, 29 e 30, respectivamente, de junho de 2024 no Porto Maravalley, localizado na Avenida Professor Pereira Reis, 76 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

Durante a reunião houve muitas intervenções pontuais que enriqueceram a dinâmica do assunto em tela, e, após diversas sugestões de formas de priorização das 12 (doze) propostas a serem levadas à 6ª Conferência Estadual das Cidades, ficou definido que tal priorização ficaria a cargo das mesas de cada sala de discussão temática ou sessão plenária (moderador, relator e secretário).

Assim, após muita deliberação, a Comissão Organizadora decidiu que as 12 (doze) propostas seriam distribuídas por sala de discussão temática, de acordo com o número de participantes das mesmas:

- **Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos com o planejamento e orçamento das Políticas Públicas**, contemplando os seguintes temas:
 - 1) Habitação e regularização fundiária - **2 PROPOSTAS**
 - 2) Saneamento básico - **1 PROPOSTA**
 - 3) Mobilidade urbana - **1 PROPOSTA**
- **Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiamento**, contemplando os seguintes temas:
 - 4) Gestão interfederativa e das regiões metropolitanas, cooperação e consórcios - **1 PROPOSTA**
 - 5) Controle social e gestão democrática das cidades - **2 PROPOSTAS**
- **Eixo 3: Grandes Temas Transversais**, contemplando os seguintes temas:
 - 6) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas - **2 PROPOSTAS**
 - 7) Transformação e inclusão digital no território - **1 PROPOSTA**
 - 8) Segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares - **2 PROPOSTAS**

Também ficou decidido que o prazo máximo para as devolutivas dos relatórios síntese de cada sala de discussão temática e das plenárias seria o dia **07/07/2024**, domingo, para que haja tempo hábil para o envio do relatório final, modelo MCID, à organização da 6ª Conferência Estadual das Cidades, contendo as 12 propostas selecionadas, bem como os nomes e documentos dos delegados eleitos das entidades da sociedade civil e dos delegados indicados pelo poder público municipal. Esse prazo final é o dia 10/07/2024.

Por fim, ficou decidido que as demais propostas de âmbito estadual e municipal, bem como as moções trazidas às salas de discussão temática e às plenárias ficarão registradas nos anais da **Conferência Municipal das Cidades – Rio 2024**.

A reunião foi encerrada às dezessete horas e quinze minutos (17:15h), do dia 04 de julho de 2024, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Alberto Antonio Taveira (Arquiteto SMDUE/SUBPU/CMU matr. nº 10/173.948-1 - CAU/RJ nº 000A888281).

3.6 - Regulamento aprovado da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024



REGULAMENTO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este regulamento tem por finalidade definir as regras de funcionamento da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, de acordo com o que disciplina o regimento interno deste evento, publicado na Resolução EIS-REN-2024/00016, de 29/04/2024 que estabeleceu o **Regimento Interno da 5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro**.

Art. 2º A **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** debaterá questões estratégicas relacionadas ao desenvolvimento urbano do município do Rio de Janeiro, tendo como temática: *"Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social"*.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO, DAS DATAS E DO LOCAL

Art. 3º A **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** será realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2024, com sede no Porto Maravilha, localizado na Av. Prof. Pereira Reis, 76 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.220-800, de acordo com as disposições de seu regimento interno e o programa da Conferência.

CAPÍTULO III

DOS DOCUMENTOS DE BALIZAMENTO

Art. 4º A **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** tem como base os seguintes documentos:

I - Cartilha ConCidades v. 7;

II - Portaria MCID nº 175, de 28/02/2024;

III - Portaria CEC nº 001/2024, de 19/03/2024;

IV - Resolução EIS-REN-2024/00012, de 13/05/2024; e

V - Resolução EIS-REN-2024/00016, de 29/04/2024

Parágrafo único. Será disponibilizada conforme demanda cópia do Regulamento da Conferência.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO

Art. 5º A coordenação dos trabalhos da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** será de responsabilidade da Comissão Organizadora, determinada pela Resolução EIS-REN-2024/00012, de 13/05/2024, que convocou a Conferência Municipal da Cidade e deu outras providências.

Parágrafo único. Os representantes da Sociedade Civil foram eleitos a partir do Edital de Convocação SMDUE nº 02/2024 e os representantes do Poder Público foram designados conforme previsto no Decreto Rio nº 54.343 de 24/04/2024.

CAPÍTULO V

DA CONFERÊNCIA

SEÇÃO I

DO CREDENCIAMENTO

Art. 6º O credenciamento dos participantes é o ato que oficializa a participação na **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** sendo, portanto, imprescindível a apresentação de documento comprobatório de identidade no momento de seu registro.

Art. 7º O credenciamento será realizado no local do evento, nos dois dias de sua realização - 29 e 30 de junho de 2024, no horário de 9:00 às 13:00h.

§ 1º Serão estabelecidas as seguintes prioridades no ato de credenciamento:

I - delegados das entidades e do governo, que terão seu acesso assegurado à Conferência;

II - observadores, que serão admitidos por ordem de inscrição conforme o art. 8º, parágrafo único, do Regimento Interno.

§ 2º Serão asseguradas as prioridades definidas por leis para pessoas idosas e com deficiência em cada segmento.

§ 3º Será disponibilizada a tradução em libras conforme demanda.

Art. 8º Os participantes receberão crachá de identificação no ato do credenciamento.

SEÇÃO II

DAS VOTAÇÕES

Art. 9º O quórum para as deliberações deverá ser de um terço dos delegados inscritos, credenciados e presentes na conferência.

Art. 10 As discussões e deliberações sobre as propostas e as moções observarão os seguintes procedimentos:

I - Leitura, debate e votação das propostas formuladas, seguida de ajuste e votação das propostas colocadas em destaque;

II - Quando necessário, cada proposta em votação terá dois (2) minutos para cada defesa a favor e tempo igual para cada defesa em contrário, não sendo permitidos apartes nos momentos de defesa e do contraditório, tampouco réplicas;

III - Os destaques deverão ser apresentados por escrito com as emendas na seguinte formatação:

a) SUPRESSIVA - retira informações - palavra, frase, parágrafo, trecho, texto do relatório final;

b) MODIFICATIVA - modifica informações - palavra, frase, parágrafo, trecho;

c) ADITIVA - acrescenta informações - parágrafo, trecho e texto do relatório final;

d) AGLUTINATIVA - junta informações - parágrafo, trecho e texto do relatório final;

§ 1º As moções, de âmbito municipal, estadual ou nacional, serão encaminhadas exclusivamente por delegados .

§ 2º As moções serão entregues por escrito, previamente ou no início da Sessão Plenária Final à Comissão Organizadora, com no mínimo dez (10) assinaturas de delegados para que sejam lidas e votadas na Sessão Plenária Final.

Art. 11 As decisões da Sessão Plenária Final serão tomadas por maioria simples dos participantes, ou seja, cinquenta por cento mais um (50% + 1).

SEÇÃO III

DA APROVAÇÃO DO REGULAMENTO

Art. 12 A aprovação do Regulamento será realizada em sessão plenária em seguida à abertura oficial da conferência, coordenada pela Comissão Organizadora do evento.

§1º A Conferência será declarada aberta quando pelo menos trinta por cento (30%) dos delegados inscritos tiverem sido credenciados.

§2º O regulamento será lido diante da Plenária por membro da Comissão Organizadora e submetido a votação.

§3º O regulamento será considerado aprovado por maioria simples dos votos dos Delegados presentes na Conferência, conforme os procedimentos a seguir:

I – primeiramente a votação será apurada por contraste, validada por cinco (5) representantes, um de cada segmento, designados pela Comissão Organizadora.

II – caso não seja possível definir o resultado da votação por meio do procedimento indicado no inciso anterior, será procedida a contagem de votos pelos representantes designados pela Comissão Organizadora.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 13 As atividades da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** serão organizadas da seguinte forma:

I - abertura oficial da Conferência;

II - sessão plenária inicial para a aprovação do Regulamento;

III – palestra magna sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano na plenária;

IV - palestras de apresentação dos oito temas:

a) Controle Social e Gestão Democrática das Cidade;

b) Habitação e regularização fundiária;

c) Mobilidade Urbana;

d) Saneamento Básico;

e) Sustentabilidade ambiental;

f) Segurança Pública e enfrentamento armado;

g) Transformação digital e território;

h) Gestão interfederativa e das regiões metropolitanas.

IV - palestras seguidas de debates de acordo com os três (3) eixos temáticos gerais e elaboração das propostas nos oito (8) grupos de discussão durante os dois dias de trabalho da conferência;

V - sessão plenária final para a:

a) eleição das entidades da sociedade civil para a composição do COMPUR;

b) eleição dos cento e quarenta e três (143) delegados representantes dos segmentos da sociedade civil para participarem da conferência estadual;

c) aprovação de oito (8) propostas, sendo uma por tema, a serem levadas à conferência estadual;

d) submissão e aprovação de moções.

VI – encerramento oficial da conferência.

Parágrafo único. Após a realização da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** a Comissão Organizadora Municipal elaborará o Relatório Final contendo o registro das atividades, as propostas aprovadas, entre as quais, as propostas a serem enviadas para influenciar os debates na conferência estadual.

CAPÍTULO VI

DA PROGRAMAÇÃO

SEÇÃO I

DA ABERTURA OFICIAL

Art. 14 A **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** será instalada oficialmente com a composição de uma mesa de abertura que contará com a participação de representantes:

I - do Poder Público federal;

II - do Poder Público estadual;

III - do Poder Público municipal;

IV - da Sociedade Civil, sendo cinco (5) representantes dentre os integrantes da Comissão Organizadora, assim enumerados:

a) movimentos populares;

- b) trabalhadores sindicais ;
- c) entidades empresariais;
- d) entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;
- e) ONGs.

SEÇÃO II

DO TEXTO BASE

Art. 15 O Texto Base, destacando a importância da construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que aponte caminhos para o desenvolvimento de cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social para o desenvolvimento nacional, será abordado na palestra magna na sessão plenária inicial após a abertura oficial da conferência e nas palestras temáticas que serão proferidas em sequência.

SEÇÃO III

DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO

Art. 16 Serão organizados oito (8) grupos de discussão em torno dos três (3) eixos temáticos gerais e dos eixos transversais determinados pela Portaria MCID nº 175, de 28/02/2024.

Art. 17 O desenvolvimento urbano inclusivo, democrático, sustentável e com justiça social será o foco das discussões no momento da formulação das propostas.

Art. 18 Serão realizadas palestras curtas sobre os oito (8) temas a serem desenvolvidos nos grupos de discussão com:

I - a distribuição dos participantes em quatro (4) salas no sábado à tarde (dia 29/06), uma (1) para cada tema, com três (3) a cinco (5) palestras curtas seguidas de debates e propostas sobre os temas; e

II - a distribuição dos participantes em quatro (4) salas no domingo de manhã (dia 30/06), uma (1) para cada tema, com três (3) a cinco (5) palestras curtas seguidas de debates e propostas sobre os temas.

Art. 19 Cada grupo de discussão contará com ao menos um Moderador , um Relator e um Secretário, indicados pela Comissão Organizadora.

§ 1º O Moderador terá como função :

I - apresentar as questões contidas no Documento de Referência sobre o tema em discussão no grupo e orientar o debate e a construção de propostas relacionadas com o desenvolvimento urbano inclusivo, democrático, sustentável e com justiça social do município do Rio de Janeiro;

II - orientar o processo de instalação do grupo de discussão;

III - suprir as necessidades do grupo de discussão quanto ao material de trabalho e informações disponibilizadas pela Comissão Organizadora;

IV - conduzir as discussões estimulando a participação do maior número de membros do grupo de discussão;

V - colocar em votação no grupo o relatório e as propostas apresentadas pelo relator.

§ 2º O Relator terá como função :

I - documentar de forma sucinta o desenvolvimento da discussão temática no grupo;

II - registrar as propostas produzidas nas discussões para votação no grupo;

III - elaborar o relatório para votação no grupo e para a Sessão Plenária Final.

§ 3º O Secretário terá como funções:

I - registrar os pedidos de inscrição e a lista de inscrição para uso da palavra durante os debates;

II - controlar o tempo e garantir a palavra durante os debates;

III - assessorar o Moderador na condução dos trabalhos.

§ 4º O Poder Executivo municipal poderá disponibilizar suporte técnico dentre seus servidores nos assuntos tratados no grupo de discussão.

§ 5º A discussão e aprovação de propostas nos grupos de discussão seguirá os seguintes trâmites:

I - As discussões serão baseadas no Documento Guia aprovado pela Comissão Organizadora;

II - Cada grupo terá ao menos um moderador, um relator e um secretário indicados pela Comissão Organizadora com as funções definidas nos parágrafos 1º a 3º deste artigo.

III - Cada grupo poderá aprovar até quatro (4) propostas referentes ao tema em discussão para encaminhar para a plenária final, sendo duas (2) propostas para a Conferência Estadual e duas (2) de âmbito municipal;

IV - As propostas a serem encaminhadas para a plenária final serão as que obtiverem o maior número de votos por parte dos delegados do grupo.

Art. 20 A apresentação dos relatórios pelos grupos de discussão seguirá os seguintes trâmites :

I - o Relator deverá apresentar as propostas aprovadas no respectivo grupo de discussão de forma sucinta na Sessão Plenária Final;

II - os relatórios aprovados pelos grupos de discussão devem ser entregues por escrito à Comissão Organizadora da Conferência até o início da Sessão Plenária Final.

III - os Delegados votarão as propostas que serão encaminhadas à Conferência Estadual na Sessão Plenária Final.

SESSÃO IV

PLENÁRIA FINAL

SUBSEÇÃO I

DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO COMPUR

DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

~~Art. 21 Em atendimento ao previsto no inciso IV do art. 493 da Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, será realizada a eleição e divulgação das entidades da sociedade civil que comporão o Conselho Municipal de Política Urbana COMPUR:~~

~~§ 1º A eleição mencionada no caput será realizada na plenária da tarde de domingo, 30 de junho de 2024.~~

~~§ 2º Serão eleitas as entidades representantes de cada um dos segmentos listados a seguir, conforme estabelecido na Lei nº 3.957 de 29 de março de 2005, que Cria o Conselho Municipal de Política Urbana e sua regulamentação:~~

~~I Entidades afins ao planejamento urbano - 4 (quatro);~~

~~II Entidades empresariais - 4 (quatro);~~

~~III Entidades comunitárias - 4 (quatro);~~

Art. 21 Serão eleitas as entidades representantes da sociedade civil do Conselho Municipal da Cidade na proporção de cada segmento, conforme estabelecido no Regulamento Interno nacional a saber :

I - Movimentos Populares - 26,70% - 7 conselheiros titulares e 7 conselheiros suplentes

II - Sindicatos de Trabalhadores - 9,90% - 3 conselheiros titulares e 3 conselheiros suplentes

III - Entidades empresariais - 9,90% - 3 conselheiros titulares e 3 conselheiros suplentes

IV - Entidades Profissionais e Institutos de Pesquisa - 7,00% - 2 conselheiros titulares e 2 conselheiros suplentes

V - ONGs - 4,2% - 1 conselheiro titular e 1 conselheiro suplente.

§ 1º A eleição mencionada no caput será realizada na plenária da tarde de domingo, 30 de junho de 2024.

§ 2º Os representantes do Poder Público na proporção de 42,30% - 11 conselheiros titulares e 11 conselheiros suplentes serão indicados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 22 Os delegados das entidades de cada segmento, ~~dentre os listados nos incisos I a III do § 2º~~ **conforme mencionado no** artigo anterior, se reunirão e procederão à votação e eleição das entidades representantes do seu respectivo segmento.

Art. 23 Após a eleição das entidades ~~dos três~~ **nos** segmentos listados ~~nos incisos I a III do~~ **no** artigo 21, o resultado será divulgado na plenária.

Parágrafo único. O resultado da eleição das entidades representantes do ~~COMPUR~~ **Conselho Municipal da Cidade** será incluído no relatório final da Conferência.

SUBSEÇÃO II

DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL

Art. 24 Serão eleitos cento e quarenta e três (143) delegados representantes dos segmentos sociais para participarem da 6ª Conferência Estadual das Cidades, distribuídos nos 5 (cinco) segmentos conforme listado a seguir:

I - ONGs - oito (8)

II - Entidades Profissionais e Institutos de pesquisa - dezoito (18)

III - Empresas - vinte e três (23)

IV - Sindicatos de Trabalhadores - vinte e três (23)

V - Movimentos Populares - setenta e um (71)

Parágrafo único. O quantitativo de delegados a serem eleitos por segmento segue o determinado na tabela anexa à Ata 04/2024 do Conselho Estadual das Cidades, publicada em 11 de abril de 2024 no Diário Oficial do Estado do RJ.

Art. 25 Os delegados das entidades se reunirão e cada segmento procederá à votação e eleição dos delegados do seu respectivo segmento.

Art. 26 Após a eleição dos delegados dos cinco segmentos listados nos incisos I a V do artigo 24, o resultado será divulgado na plenária.

Parágrafo único. O resultado da eleição dos delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades será incluído no relatório final da Conferência Municipal e encaminhado à Comissão Organizadora da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

SEÇÃO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 Os resultados da conferência constituirão o **Relatório Final da 5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, contendo o registro da referida conferência e das propostas aprovadas, que serão encaminhadas à conferência estadual.

Art. 28 O Relatório Final da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** deverá ser enviado à Comissão Organizadora Estadual até 10 dias após a data de sua realização, ou seja, 10 de julho de 2024.

Art. 29 Será assegurado pela Coordenação da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024**, o direito à manifestação, pela ordem, aos participantes, sempre que qualquer um dos dispositivos deste Regulamento não estiver sendo observado.

Art. 30 Qualquer entidade ou organização que constatar irregularidade no processo de realização da **5ª Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro - 2024** poderá apresentar recurso à Comissão Organizadora Estadual que o examinará.

Art. 31 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora Municipal.

Art. 32 Serão coletados documentos de identificação pessoal com foto para fins de controle de acesso ao evento e para fins de posterior prestação de contas acerca da realização da Conferência Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 33 A Comissão Organizadora da Conferência, bem como servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, terão acesso aos dados pessoais dos participantes do evento.

§ 1º Os citados no caput poderão realizar o tratamento de dados de imagem e voz ou assemelhados dos presentes, com a finalidade específica de divulgação e disponibilização do evento nos sites oficiais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e nas seguintes redes sociais: Instagram, Facebook, LinkedIn e YouTube.

§ 2º Os dados pessoais mencionados no parágrafo anterior, bem como outras informações pessoais que contextualmente se façam necessárias, poderão ser tratadas para fins de divulgação institucional, por prazo indeterminado.

~~§ 3º Os dados pessoais poderão ser compartilhados com a Controladoria Geral do Município e o Tribunal de Contas do Município e outros órgãos que realizem atividades de controle, se cabíveis, para fins de prestação de contas.~~

§ 4º **3º** Os dados serão eliminados da base de dados da Prefeitura um (1) ano após a sua coleta, ressalvadas as hipóteses constantes do art. 16, da Lei Geral de Proteção de Dados.

3.7 - Texto-base da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024



TEXTO-BASE

CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO: CAMINHOS PARA CIDADES INCLUSIVAS, DEMOCRÁTICAS, SUSTENTÁVEIS E COM JUSTIÇA SOCIAL

Introdução

Dentre os objetivos da Conferência Municipal destaca-se a aprovação de propostas a serem encaminhadas para a Etapa Estadual e, por sua vez, após os debates e aprovação, seguirem para a Etapa Nacional, onde se consolidará o processo de aprimoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU.

A Comissão Organizadora da 6ª Conferência Nacional das Cidades elaborou um Texto-Base, no qual estabelece diretrizes e objetivos, e apresenta um conjunto de proposições, organizado em 3 eixos, cada um contemplando um conjunto de temas para compor a PNDU.

I - O Processo de Debates na Conferência da Cidade do Rio de Janeiro

O processo de debates na Conferência da Cidade do Rio de Janeiro será estruturado em três grandes momentos: Plenária Inicial, Grupos de Trabalho Temáticos e Plenária Final.

A Plenária Inicial será dedicada para exposição sobre os objetivos, diretrizes, eixos e temas estabelecidos, contribuindo para informar e preparar os participantes para os debates nos Grupos Temáticos.

Os Grupos Temáticos serão dedicados a debater as proposições apresentadas pelo documento base para os eixos e respectivos temas, com o objetivo de aprovar as propostas de cada tema, que serão encaminhadas para a Plenária Final.

A Plenária Final deverá apreciar as propostas definidas pelos Grupos Temáticos e aprovar aquelas que serão encaminhadas para a Conferência Estadual e, eventualmente, aquelas dirigidas ao âmbito municipal, além de eventuais moções apresentadas à Conferência.

De acordo com as **Regras para o envio de propostas para as Conferências Estaduais**, os Municípios que são capitais de estado deverão aprovar no máximo 12 propostas – uma para cada tema, para serem levadas para a Conferência Estadual. Poderão também, da mesma forma ser aprovadas propostas para o âmbito municipal.

A Comissão Organizadora da Conferência da Cidade do Rio de Janeiro definiu 8 temas para serem debatidos e terem propostas aprovadas:

I - Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos com o planejamento e orçamento das Políticas Públicas, e contemplando os seguintes temas:

- a) Habitação e regularização fundiária;
- b) Saneamento básico;
- c) Mobilidade urbana

II - Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiamento, contemplando os seguintes temas:

- a) Gestão Interfederativa e das regiões metropolitanas, cooperação e consórcios;
- b) Controle social e gestão democrática das cidades;

III - Eixo 3: Grandes temas transversais, contemplando os seguintes temas:

- a) Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas;
- b) Transformação e inclusão digital no território;
- c) Segurança pública e o enfrentamento do controle armado dos territórios populares.

Os participantes de cada Grupo Temático deverão tomar como ponto de partida para os debates, as proposições do **Texto Base Nacional** para cada tema. Estas poderão ser confirmadas e ajustadas.

Além disso, o grupo poderá apresentar novas proposições. O fundamental é que o grupo, ao final, tenha aprovado, no máximo, 2 proposições para serem encaminhadas para a Conferência Estadual e 2 para o âmbito municipal.

Estas serão encaminhadas para a Plenária Final. Na Plenária Final, serão aprovadas 1 proposta por grupo para a Conferência Estadual e 1 para o âmbito municipal.

A seguir, é reproduzida do Texto Base Nacional uma breve caracterização das diretrizes, o objetivo geral e, em seguida, as proposições que servirão de ponto de partida para as discussões para o Grupo Temático.

II - AS CIDADES QUE QUEREMOS: DIRETRIZES E PRIORIDADES DA PNDU

A Comissão Organizadora Nacional definiu as seguintes diretrizes e prioridades da PNDU para serem discutidas, aprimoradas, votadas e aprovadas na Conferência Nacional das Cidades, para construirmos as cidades que queremos.

Objetivo geral: Redução das desigualdades regionais e urbanas e promoção da justiça climática e socioespacial com controle social

Para os próximos anos, a Política Nacional deve priorizar, por meio da produção de subsídios e de editais de financiamento aos municípios, campanhas voltadas para a adoção das seguintes políticas pelos planos diretores:

- acesso à terra urbanizada e bem estruturada;
- requalificação das áreas centrais;
- efetivação do parcelamento, edificação ou utilização compulsória (PEUC) e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo visando ao combate à especulação imobiliária;
- promoção de instrumentos públicos inovadores de acesso coletivo à terra urbanizada, entre os quais o direito de superfície e o Termo Territorial Coletivo (TTC);
- integração das políticas urbanas de regularização fundiária, de habitação, de mobilidade e de saneamento ambiental;
- políticas de prevenção de risco e adaptação climática;
- capacitação para o planejamento urbano participativo das comunidades.

Isso é importante para que o planejamento não seja mais uma prática tecnocrática, o que requer o permanente acesso à informação, de forma que a população possa realmente exercer o controle social do planejamento e da gestão urbana.

Diretrizes Gerais da PNDU

O desenvolvimento urbano se concretiza de forma sustentável quando a ocupação urbana privilegia o bem comum, de forma a reduzir as desigualdades socioespaciais. Nessa perspectiva, a PNDU deve adotar as seguintes diretrizes:

- *Reconhecimento das dimensões de gênero, raça, etnia e culturas nos territórios;*
- *Integração intersetorial das ações de urbanização;*
- *Articulação entre o planejamento, o financiamento e a execução de obras de urbanização com as intervenções de macrodrenagem e de mobilidade;*
- *Promoção de intervenções de forma articulada no território, com participação ampla e controle social;*
- *Integração das políticas federais*

As ações da PNDU devem estar em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS):

III - Caracterização Proposições Iniciais por Temas

Eixo 1 Habitação e Regularização Fundiária - Proposições para Debate

As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU devem ter como orientação:

- promover acesso à terra urbanizada, com adequada inserção urbana, oferta de serviços básicos, equipamentos públicos e oportunidades de geração de renda;
- garantir o padrão mínimo de habitabilidade, com segurança, conforto e salubridade para as famílias;
- promover o desenvolvimento das capacidades administrativas locais para a busca de soluções mais adequadas à diversidade de contextos urbanos;
- fortalecer a articulação das ações de habitação à política urbana e demais políticas setoriais;
- promover programas habitacionais específicos voltados para a população em situação de rua, levando em consideração a heterogeneidade das condições sociais desse grupo social;
- promover a destinação de imóveis da União para Habitação de Interesse Social;
- garantir a regularização fundiária, sobretudo a de interesse social, em áreas públicas da União;
- garantir o tratamento integral e integrado nas ações de urbanização, inserindo a dimensão da precariedade habitacional e urbanística no âmbito das políticas;
- integrar ações de melhorias habitacionais de forma efetiva com os projetos de urbanização e regularização fundiária, garantindo salubridade e dignidade para as famílias; e
- desenvolver programas de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), de forma articulada com a formação de empreendimentos de economia solidária, buscando reconhecer e ampliar as forças produtivas locais e garantir a salubridade para as famílias.

Saneamento – Proposições para Debate

A Política de Saneamento Básico da PNDU deve orientar-se por:

- universalizar o acesso ao saneamento, priorizando as áreas de habitação de interesse social;
- desenvolver políticas de saneamento para soluções sanitárias individuais (que não contem com rede de coleta);
- recuperar, fortalecer e consolidar o interesse público na prestação dos serviços de saneamento, revertendo a perspectiva de privatização destes serviços;
- desenvolver e financiar modelos de gestão de resíduos sólidos baseados no interesse comum e no desenvolvimento sustentável;

- promover a participação e controle social na elaboração, revisão e monitoramento dos Planos Nacionais de Saneamento Básico e o de Resíduos Sólidos; e
- elaborar e implementar os Planos Nacionais de Saneamento Básico e o de Resíduos Sólidos.

Mobilidade Urbana – Proposições para Debate

A Política de Mobilidade Urbana da PNDU deve adotar as seguintes ações:

- desenvolver e implementar políticas e infraestrutura para o transporte ativo;
- desestimular o uso do transporte individual motorizado em favor do transporte coletivo;
- fazer a transição da matriz de mobilidade que tem como base o uso de combustíveis fósseis para uma matriz que combine o estímulo à ampliação da produção de biocombustíveis com a eletrificação da frota de veículos, prioritariamente os de transporte coletivo;
- construir o Sistema Único de Mobilidade, integrando as ações das políticas de mobilidade urbana, garantido o transporte como direito social com participação social;
- desenvolver pesquisas e tecnologias para reduzir os impactos ambientais na cadeia de baterias elétricas;
- incentivar a mobilidade ativa, implementando infraestrutura favoráveis ao deslocamento (calçadas, ciclovias, ciclofaixas), sempre considerando a integração modal, acessibilidade universal, iluminação, paisagismo, sinalização adequadas e infraestruturas de estacionamento (paraciclos);
- promover a construção, ampliação e melhoria de bicicletários e dos sistemas de bicicletas compartilhadas, levando sempre em consideração a integração tarifária e a intermodalidade, conectando áreas menos centrais e rurais aos centros urbanos; e
- garantir o transporte como direito social, reforçando a tarifa zero como princípio da democratização do transporte e construindo caminhos que possibilitem a sua efetivação.

EIXO 2: GESTÃO ESTRATÉGICA E FINANCIAMENTO

Gestão Interfederativa, cooperação e consórcios – breve introdução

A governança urbana interfederativa se refere ao processo de coordenação das instâncias de governo – poderes executivos, instituições e órgãos públicos – nas diferentes escalas de gestão do território urbano.

É imprescindível promover a articulação entre as escalas da urbanização e os diferentes âmbitos federativos, reconhecendo a dimensão nacional na estruturação do espaço das cidades. Nesse sentido, a PNDU deve considerar

as relações das cidades entre si, dentro de um sistema urbano. E, particularmente, devem ser consideradas as interações promovidas pelas aglomerações urbanas e metrópoles, que funcionam como centralidades sobre as escalas urbanas, expressando complementaridades.

Gestão interfederativa, cooperação e consórcios – Proposições para Debate

- Promoção de articulações supralocais, que não apenas garantam o planejamento, implementação e gestão das funções públicas de interesse comum aos municípios em ocupações contínuas, mas que também possibilitem a cooperação em múltiplas escalas e morfologias;
- Promoção da governança colaborativa na gestão territorial com a adoção de consórcios públicos e convênios de cooperação que permitam a partilha de políticas, serviços, conhecimentos e tecnologia;
- Promoção de modelos de governança de bens comuns partilhados por dois ou mais municípios;
- Criação de programa de fortalecimento de capacidades institucionais (apoio técnico) para o planejamento socioterritorial integrado e para a cooperação interfederativa;
- Promoção de programas de economia solidária, tais como o desenvolvimento de plataformas de comercialização para o comércio justo e o consumo solidário, de infraestruturas urbanas descentralizadas e ambientalmente sustentáveis, de bancos comunitários e moedas sociais digitais, de redes informacionais de formação técnica e política, entre outros dispositivos.

Gestão das regiões metropolitanas – Proposições para Debate

- promoção de políticas voltadas para as metrópoles, em sintonia com o Estatuto das Metrópoles, prevendo que estados e municípios possam aderir a diferentes níveis de articulação, não de modo homogêneo, mas decorrente das especificidades socioespaciais e de sua capacidade governativa;
- abertura de linhas de financiamento voltados à promoção de projetos de interesse comum;
- monitoramento da implementação e efetividade dos arranjos de gestão metropolitanas adotados, conforme determina o Estatuto das Metrópoles;
- avaliação do Estatuto das Metrópoles, identificando eventuais necessidades de aperfeiçoamento da legislação vigente;
- promoção de programas de capacitação voltados para a governança metropolitana; e
- produção de indicadores que permitam identificar as dinâmicas metropolitanas efetivas (e não apenas institucionais) e a integração dos municípios à estas metrópoles, e de estudos que viabilizem o desenho de políticas específicas para estes espaços.

EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS

Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas – breve caracterização

No debate global, as ações locais e o protagonismo das cidades são cada vez mais evidenciadas na agenda de mudança do clima. A adaptação à mudança do clima está ligada à resposta a potenciais efeitos de eventos climáticos extremos provocados pelo aquecimento global. Enxurradas, inundações, deslizamentos de terra, secas prolongadas, ilhas de calor, insegurança hídrica e insegurança alimentar afetam as condições de vida e a subsistência das pessoas. Afetam também as condições de desenvolvimento econômico e gravam o quadro de desigualdades sociais. Podem também colocar em risco bens materiais e imateriais representativos da diversidade e da identidade de grupos e comunidades.

A estratégia de enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas também envolve ações de mitigação visando evitar emissões de gases de efeito estufa ou retirá-los da atmosfera. Assim como na adaptação, a implementação de medidas de mitigação dos impactos das mudanças do clima é uma necessidade em todas as cidades e municípios brasileiros.

Sustentabilidade ambiental e emergências climáticas – Proposições para Debate

- adoção de programas com metas para o combate aos fatores que estão causando o aquecimento global, a partir de ações concretas nas cidades;
- promoção de políticas de adequação do uso e da ocupação do solo às mudanças climáticas, com destaque para a utilização de espaços urbanos para iniciativas comunitárias de segurança alimentar a exemplo de hortas e quintais coletivos;
- promoção de intervenções de drenagem urbana e saneamento de fundos de vales;
- desenvolvimento de modelos alternativos de abastecimento de água e geração de energia, priorizando o fomento à geração distribuída de forma comunitária em favelas, conjuntos habitacionais e comunidades urbanas de baixa renda;
- promoção de políticas preventivas e de redução de áreas de risco, tendo a realocação como última alternativa;
- elaboração de planos de contingência;
- implementação de infraestruturas verdes (soluções baseadas na natureza – SBN);
- políticas de desincentivo a impermeabilização de solo e subtração de áreas verdes na cidade;
- ampliação e conexão das áreas verdes por meio de sistema estruturante de áreas verdes; e

- promoção de ações de Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE);
- promoção de ações com vistas ao enfrentamento das consequências maléficas que decorrem da mineração, que se alastram para além de seus locais de origem, atingindo as cidades; e
- promoção de políticas que adotem, sempre que possível: (i) materiais e sistemas construtivos adaptados ao clima para reduzir o consumo de energia nas edificações; (ii) tecnologias distribuídas para geração de energia limpa; (iii) o aproveitamento de resíduos orgânicos para geração de energia (biogás); (iv) a redução do efeito de ilhas de calor com técnicas de desenho urbano e qualificação ambiental; (v) o estímulo à mobilidade ativa, ao transporte público eficiente, limpo e de qualidade e à redução da dependência de utilização de sistemas de transporte motorizado individual.

Transformação digital e território – breve introdução

A transformação digital provoca uma grande mudança cultural, inédita, rápida e difícil de entender na sua totalidade. Afeta as formas de pensar e agir nas organizações, governos, empresas e na sociedade de forma geral, trazendo diversos desafios.

Transformação digital e território – Proposições para Debate

Para enfrentar esses desafios a PNDU deve assumir as seguintes diretrizes:

- promoção do Direito de Acesso à Internet para todas as pessoas como parte do Direito à Cidade, expresso nos oito objetivos estratégicos da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. O Direito de Acesso à Internet está previsto no Marco Civil da Internet no Brasil (art. 4º, inciso I, da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014);
- promoção da adoção das tecnologias digitais na governança municipal, reduzindo as desigualdades de acesso a elas, considerando de forma crítica os fatores, as tecnologias e os agentes fornecedores, vinculados aos processos de adoção de tecnologias digitais na governança urbana;
- utilização de tecnologias livres, que permitam atender às necessidades reais das cidades. Iniciativas e soluções digitais devem estar alinhadas com uma visão estratégica de desenvolvimento urbano sustentável e de qualidade de vida. Além disso, devem estar sintonizadas com a diversidade brasileira; e
- promoção de políticas, programas e ações de aperfeiçoamento de infraestruturas, ferramentas e sistemas digitais para a prestação de serviços públicos urbanos de qualidade.

Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares – breve introdução

O fenômeno da expansão dos grupos criminais armados – facções do tráfico de drogas e grupos de milícias – se expande para diversas localidades, em todas as regiões do país, e não pode ser mais ignorado pelos seus efeitos

sobre a militarização e milicialização das cidades. O enfrentamento dessa questão precisa ser considerado no desenho das políticas urbanas.

Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares – Proposições para Debate

Nessa perspectiva, devem ser diretrizes da PNDU:

- promover o levantamento de informações e diagnósticos sobre o domínio de grupos criminais armados em territórios populares que sejam objeto de programas urbanos desenvolvidos diretamente ou com apoio do governo federal;
- buscar formas de articulação com as políticas de segurança dos governos estaduais para prevenir e evitar o controle das ações públicas por parte dos grupos criminais armados, no caso das intervenções em territórios populares sob o seu domínio;
- promover a prestação integral de serviços urbanos nos territórios populares onde forem desenvolvidos programas com apoio do governo federal, de forma a evitar o controle desses serviços por grupos de criminosos;
- promover a regulação dos serviços urbanos nos territórios populares onde forem desenvolvidas ações para garantir o seu caráter público; e
- promover e instituir mecanismos de gestão comunitária dos territórios populares para promover padrões de solidariedade local fundados na tolerância, na paz, na democracia e na justiça social.

No que se refere à interface com a política de segurança pública, destaca-se a importância de (i) ampliar o debate social e institucional sobre a Política Nacional de Inteligência e de Segurança Pública; (ii) defender a elaboração de planos estaduais de redução da letalidade policial; (iii) debater e propor políticas e medidas visando à desmilitarização e ao maior controle das ações das polícias militar e civil; (iv) sustentar a defesa do fim das operações militares como dispositivo de rotina do policiamento nos territórios periféricos e de favela; (v) promover canais de controle social e de gestão democrática das políticas federal e estaduais de segurança pública; e (vi) adotar políticas de restrição à comercialização e ao uso de armas letais.

3.8 - Porto Maravalle - DO LOCAL DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES - RIO 2024

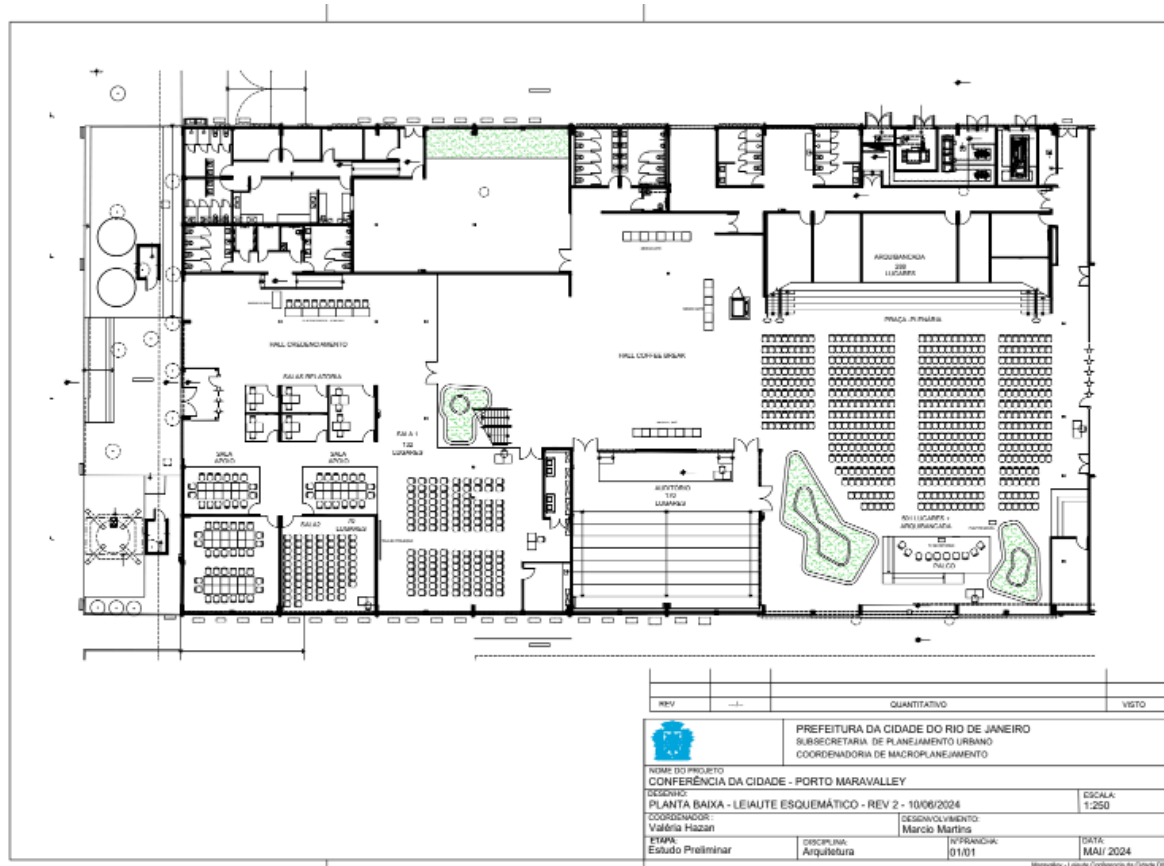


Fig. 29 - Planta baixa do Porto Maravalley

3.9 - Fotos da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024

Fotos: Rosana Motta, Rebeka Braune Andrade e Raquel Moniz





3.10 - DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES QUE FORAM ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

MOVIMENTOS POPULARES - titulares e suplentes

ENTIDADE TITULAR	DELEGADO TITULAR	ENTIDADE SUPLENTE	DELEGADO SUPLENTE
ACMMERJ - Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida	Rosana Sardinha de Moraes	ACMMERJ - Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida	Janeide Ovidio da Silva
Central de Movimentos Populares	Ana Maria Leone de Jesus	Quilombo da Gamboa	Ana Cristina Souza
Central de Movimentos Populares	Anazir maria de Oliveira	Quilombo da Gamboa	Valdeci Soares de Oliveira
Central de Movimentos Populares	Jadiel Messias dos santos	Quilombo da Gamboa	Claudio Barboza de Oliveira
Central de Movimentos Populares	José Ivo de Medeiros Moraes		Sem suplente
Central de Movimentos Populares	Leona Mercês Ribeiro		Sem suplente
Central de Movimentos Populares	Marcelo Braga Edmundo	Quilombo da Gamboa	Celio Lucio de Abreu
Central de Movimentos Populares	Roberto Gomes dos Santos		Falta suplente
Central de Movimentos Populares	Marluce Lopes		Falta suplente
Círculo Laranja	William Bueno Rebouças	Círculo Laranja	Lílian Zimbardi
Círculo Laranja	Luiette Costa de Ornellas	Círculo Laranja	Helen Soraya Gomes Moreira
Círculo Laranja	Ian Lima Silva	Círculo Laranja	Célio Viana
Conselho Popular	Emilia Maria de Souza		Sem suplente
Conselho Popular	Elizabeth Bezerra		Sem suplente
FAFRIO	Roberta da Silva Ferreira	FAFRIO	Isis Cardoso
Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro	Eden Pereira Lopes da Silva	FAFERJ	Arian Carvalho de Alcantara

(FAFERJ)			
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Thais Nunes de Almeida Pessoa	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB	Luiz Felipe Las Heras Vargas
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Gabriel Ferraz Galhanone	MLB	Alexandre dos Santos Verçosa
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Paula Guedes Martins Ferreira	MLB	Edson Lafayette Ramos Gomes
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Maria Luzia Rodrigues	MLB	Lucas Coelho Gabriel
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Adrian Coelho dos Santos Reis		Sem suplente
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Guilherme da Costa	MLB	Gustavo da Silva Soares
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Andre Idalino Raimundo	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB	Francisco Pinto Brandão
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)	Renan Gustavo Carvalho Pereira	MLB	Gabrielle Batista da Conceição
Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista	Aldair alves de Souza	Quilombo da Gamboa	Eleci Vieira Conceição
Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista	Marcio Roberto Freitas Mateus	Associação de Habitação Popular Morada da Conquista	Catia Cilene Gama e Silva
Movimento de Habitação Popular Morada da Conquista	Eliane de Jesus Queiroz		Sem suplente
Ocupação por Moradia Digna Moisés	Gidiana Roberto	Ocupação por Moradia Digna Moisés	Gabriela de Souza Pontes
Ocupação por Moradia Digna Moisés	Kelly da Silva	Ocupação por Moradia Digna Moisés	Gustavo Aguiar Peixoto
Ocupação por Moradia Digna Moisés	Luciane Galdina da Silva Idalino	Ocupação por Moradia Digna Moisés	Thiago dos Santos Theodorio da Silva
Ocupação por Moradia Digna São Januário	Cleber Caetano da Silva	Ocupação por Moradia Digna São Januário	Gustavo Portes Costa
Ocupação por Moradia Digna São Januário	Fabio Gonzales de Souza	Ocupação por Moradia Digna São Januário	Flávia Martins Gamboa
Ocupação por Moradia Digna São Januário	Igor Alexandre Paixão	Ocupação por Moradia Digna São Januário	Enita de Fatima da Luz Pereira

	Ferreira		
Ocupação por Moradia Digna São Januário	José Henrique Melmann	Ocupação por Moradia Digna São Januário	Ryan Augusto Pestana Rocha
Ocupação por Moradia Digna São Januário	Maíra dos Reis Maximiliano	Ocupação por Moradia Digna São Januário	Francisco Carolino dos Santos Junior
Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST)	Gláucia Nascimento da Silva		Sem suplente
Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST)	Lucas Scoralick Coimbra Naveira		Sem suplente
Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lucas Alencar Faulhaber Barbosa	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Alexandre Correia de Oliveira
Movimento Nacional de Luta por Moradia	Lívia Alves Rodrigues Gomes	Ocupação Manoel Congo	Joyce Silva do Nascimento Napoleão
Movimento Nacional de Luta por Moradia	Hugo Otati	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Gustavo Bueno Moacyr Junior
Movimento Nacional de Luta por Moradia	Luiza Bertin Bovo	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Thamirez Martins dos Santos
Movimento Nacional de Luta por Moradia	Daniel Albuquerque de Insfrán	Ocupação Manoel Congo	Wilmara Santos de Amorim
Movimento Nacional de Luta por Moradia	Carlos Eduardo Oguri Dappes	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Diego Rocha dos Santos
Ocupação Manoel Congo	Gianni Lopes Marchezini Fonseca	Ocupação Mariana Crioula	Caroline Pereira Pires da Silva
Ocupação Manoel Congo	Raquel Pinheiro dos Santos	Ocupação Mariana Crioula	Emerson Bravo
Ocupação Manoel Congo	Elisete da Silva Napoleão	Ocupação Manoel Congo	Elias de Oliveira santos
Ocupação Manoel Congo	Carmen Valéria Alves Bravo	Ocupação Manoel Congo	Nadia de Oliveira Santos
Ocupação Mariana Crioula	Wilson Carolino	Ocupação Mariana Crioula	Tânia Regina da Silva Ribeiro
Ocupação Mariana Crioula	Mara Fabiana Silva Antônio	Ocupação Manoel Congo	Luisa da Penha Barreto

	Viana		
Ocupação Mariana Crioula	Gustavo Ferreira de Azevedo	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Leonardo Judice AmatuZZi
Ocupação Mariana Crioula	Carla Andrade da Penha	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Juliana Mello de Queiroz
Ocupação Mariana Crioula	Maria Aparecida de Jesus	Movimento Nacional de Luta por Moradia	Maria das Graças de Lima
Ocupação Mariana Crioula	Tiago Rocha dos Santos		Sem suplente
Quilombo da Gamboa	Maria Gorete da Gama e Silva	Quilombo da Gamboa	João de Souza Barbosa
Quilombo da Gamboa	Vitória Lopes		Sem suplente
Quilombo da Gamboa	Viviane de Jesus da Silva	Quilombo da Gamboa	Valdeci Soares de Oliveira
Sindinformal	Idson José da Silva	Sindinformal	Angela Maria Cassiano
Sindinformal	Isabel Cristina Celestino Gomes	Quilombo da Gamboa	Isolda Paes Castilho
UNEGRO - União de Negras e Negros pela Igualdade	Monica Campista Gurjão Quintão	UNEGRO	Marcus Roberto Pires de Souza Barreto
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Livia Maria da Silva Cantuaria	União por Moradia Popular - Grupo Mãe Bernadete Pacífico	Washington Teles de Oliveira
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	José Claudio Constância de Mattos		Sem suplente
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Alexandre Grabas		Sem suplente
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Claudio da Silva Pereira	União por Moradia Popular - Grupo Mãe Bernadete Pacífico	Natalia Andrea Urbina Castellon
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Débora Cruz Pereira		Sem suplente
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Gilvana Santos Silva		Sem suplente
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	João Firmino dos Santos		Sem suplente
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	José Carlos de Oliveira		Sem suplente
União por Moradia Popular do	Josilene Lima	União por Moradia Popular -	Viviane dos

Estado do Rio de Janeiro	da Costa	Grupo Almirante João Cândido	Santos
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Jurema Constâncio da Silva	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Taina Alves de Oliveira
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Leonardo Pinto de Raimundo	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Roseli Brito Cabral
União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Saint Clair da Silva Santa anna	União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro	Jailton Ferreira de Azeredo

3.11 - DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES QUE FORAM ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

TRABALHADORES SINDICAIS - titulares e suplentes

ENTIDADE TITULAR	DELEGADO TITULAR	ENTIDADE SUPLENTE	DELEGADO SUPLENTE
SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	João Lourenço Xavier	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	Leandro de Lima	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	Marcelo Pereira Alves	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	Paulo Sergio Farias	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	José Pereira de Lima	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Jorge Antonio da Silva	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Andressa Azevedo Moraes	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Douglas da Silva Fortunato	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Leticia Pinheiro Muniz de Carvalho	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Levi de Oliveira Pires Neto	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Milton Nazareno Ramos Neves	Sem suplente	Sem suplente

SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	João Lourenço Xavier	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	Leandro de Lima	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	Marcelo Pereira Alves	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Pedro Enrique Monforte Brandão Marques	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS ENGENHEIROS	Vera Bacelar Cantanhede de Sá	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	Denys Alcantara Moreira	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	Fernando Luiz de Andrade	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	Jacy Joaquim de Menezes Junior	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	Maria Aparecida Souza da Cruz	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO	Darlana Morgana Francisca Santiago	Sem suplente	Sem suplente
SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO	Marcelo Silva do Nascimento	Sem suplente	Sem suplente
CUT RJ	Marcelo Rodrigues da Silva	Sem suplente	Sem suplente
CUT RJ	Noemi de Andrade Rocha de Souza	Sem suplente	Sem suplente

3.12 - DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES QUE FORAM ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

ENTIDADES EMPRESARIAIS - titulares e suplentes

ENTIDADE TITULAR	DELEGADO TITULAR	ENTIDADE SUPLENTE	DELEGADO SUPLENTE
DIAS E ORNELLAS CONSULTORIA E TREINAMENTO SOCIOAMBIENTAL	Adriana Correia Ornellas	Sem suplente	Sem suplente
DIAS E ORNELLAS CONSULTORIA E TREINAMENTO SOCIOAMBIENTAL	Marcelle da Fonseca Dias	Sem suplente	Sem suplente

3.13 - DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES QUE FORAM ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA - titulares e suplentes

ENTIDADE TITULAR	DELEGADO TITULAR	ENTIDADE SUPLENTE	DELEGADO SUPLENTE
ABEA	Uiara Carvalho		Sem suplente
ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICOS DO RJ	Viviane Silva Santos Tardelli		Sem suplente
CAU RJ	Denise Vogel Custodio Martins	CAU RJ	José Antonio Mendes Casas Novas
CAU RJ	Luiz Othon Agnese Bezerra de Mello	CAU RJ	Daniel Mendes Mesquita de Sousa
CAU RJ	Rita de Cássia Belart de Matos Mandarinó	CAU RJ	Daiane Domingos dos Santos
IAB RJ	Fernanda Faria Delmonte Calvão	IAB-RJ	Olga Maria Esteves Campista
FIOCRUZ	Adriana Sotero Martins	FIOCRUZ	Claudia Muniz Moreira Magnani
FIOCRUZ	Clementina dos Santos Feltmann		Sem suplente
PUC RIO	Amaro Sérgio Marques	PUC-Rio	Carla Carolina Urbina
PUC RIO	Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira	PUC-Rio	Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos
PUC RIO	Roberto Anderson de Miranda Magalhães	PUC-Rio	Claudio Freitas de Magalhães
FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	Jacqueline Guerreiro Aguiar		Sem suplente
IAB RJ	Marcela Marques Abla	IAB-RJ	Luis Carlos Soares Madeira Domingues
IAB RJ	Alder Catunda Timbó Muniz	IAB-RJ	Maria da Conceição Alves de Guimaraens
IPPUR RJ	Orlando Alves dos Santos Junior		Sem suplente
IPPUR RJ	Giselle Megumi Martino Tanaka	IPPUR / UFRJ	Alex Ferreira Magalhães
SEAERJ	Angela Botelho	SEAERJ	Maria Isabel de Vasconcelos Porto Tostes
SEAERJ	Isabella Giesta Carriço Vital	SEAERJ	Marguerita Rose Abdalla Gomes

3.14 - DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES QUE FORAM ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

ONGs - titulares e suplentes

ENTIDADE TITULAR	DELEGADO TITULAR	ENTIDADE SUPLENTE	DELEGADO SUPLENTE
CAMPO - Centro de Apoio ao Movimento Popular	Rogério Marques Gonçalves	CAMPO - Centro de Apoio ao Movimento Popular	Calvin Cordeiro Gonçalves
Mitra	Eliane Sousa de Oliveira	Mitra	Tânia Maria Ramos Costa do Nascimento
IBAM	Henrique Gaspar Barandier	IBAM	Herculis Pereira Toledo
IBDU	Alice Nohl Vianna		Sem suplente
UBEC	Adriana Batista dos Santos	UBEC	Antônio Félix Tavares
Redes da Maré	Maurício Dutra	Redes da Maré	Levi Germano Batista
Grupo pela Vidda	Felipe de Oliveira Pinheiro	Grupo pela Vidda	Pedro Guilherme Candido Olinto
Fundação Bento Rubião	Ricardo de Gouvêa Corrêa	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião	Roberta Bernardi Athayde

3.15 - DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES 2024 QUE FORAM ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

PODER PÚBLICO - titulares e suplentes por órgão

ÓRGÃO	DELEGADO TITULAR	DELEGADO SUPLENTE
Secretaria Municipal de Infraestrutura / SMI	Livia Ferreira do Amaral Figueiredo	Ana Lúcia Peixoto Gonçalves
Companhia Municipal de Limpeza Urbana / COMLURB	Marco Antonio França de Melo	Bernardo Ornelas Ferreira
Companhia Municipal de	Edison da Silva Sanromã	Antonio Carlos da Silva Junior

Limpeza Urbana / COMLURB		
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima / SMAC	Silvia Paixão Linhares Mangini	Fernando Lucas Gonçalves Silva
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima / SMAC	Marcia Cristina Moraes Giannini	Fabio Belchior Costa
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima / SMAC	José Miguel Osório de Castro Carneiro Pacheco	Salvador Corrêa de Sá e Benevides
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima / SMAC	Luís Fábio Cruz	Márcia Costa de Oliveira
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima / SMAC	Luis Fernando Valverde Salandia	Daniel Soares Alves
Secretaria Municipal de Transportes / SMTR	Gustavo Barreto	Carlos Alberto Ribeiro Rodrigues Da Silva
Secretaria Municipal de Transportes / SMTR	João Vitor Spala Lino	Rodrigo de França Cunha
Secretaria Municipal de Transportes / SMTR	Luciane Moutinho Coelho	Bruno Pereira Alves de Queiroz
Secretaria Municipal de Transportes / SMTR	Maxwell dos Santos Simões	Diego Mateus da Silva
Secretaria Municipal de Transportes / SMTR	Rafael Nishimoto	Wando Rodrigues Fortes
Secretaria Municipal de Transportes / SMTR	Simone Costa Rodrigues da Silva	Marcelle da Silva Araújo
Secretaria Municipal de Assistência Social / SMAS	Sheila Maria de Oliveira	Jaime Paulino de Souza Neto
Secretaria Municipal de Assistência Social / SMAS	Viviane Pereira da Silva	Ana Cláudia Silva Figueiredo
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência / SMPD	Vanessa Carvalho D ´ Oliveira	Karla Correia Simão Araújo
Gabinete do Prefeito /Coordenadoria de Cidades Inteligentes	Carlos Alberto Peres Krykhtine	Wilmington Domingues Feitosa
Centro de Operações e Resiliência	Ana Carla Badaró Moreira Prado	Alessandra Elias Monteiro
Centro de Operações e Resiliência	Leticia Nobrega Fonti	Guilherme Augusto de Oliveira Pereira
Centro de Operações e Resiliência	Vitor Montes de Moura Nogueira de Sá	Leonardo Valério Rodrigues Pires
Centro de Operações e Resiliência	Caroline Rodrigues Neves da Costa	José Marcello Ferreira Vairão
Companhia Municipal de Transportes Coletivos / CMTC Rio	Não enviou representantes	
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental /	Alberto Gomes Silva	Jessyca Correa Carvalho

SMCG		
Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida / SEMESQV	Fabiana Knob	Maria José da Silva Gueivara
Secretaria Especial de Ação Comunitária / SEAC-RIO	Marli Ferreira Lima Peçanha	Patrícia Frank da Gama Pinto
Secretaria Especial de Ação Comunitária / SEAC-RIO	Neide Aparecida de Sousa	Janaína Márcia Garcia
Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher	Isabelle Lins e Silva Gonçalves	
Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher	Carla Lopes Porto Brasil	
Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro / GEO-RIO	Euci de Almeida Pires	Marcus Aurelio Roriz de Almeida
Secretaria Municipal de Habitação / SMH	Jayme Leite de Oliveira	Gabriel Fraga Pequeno
Secretaria Municipal de Habitação / SMH	Andréa Cardoso	Jéssica do Nascimento Pereira
Secretaria Municipal de Habitação / SMH	Maria Clara Rezende Silva	Cláudia Caputo Nascimento
Secretaria Municipal de Habitação / SMH	Ana Cristina Dieguez Martins	Elizabeth Maria de Avelar Vieira Bessi
Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUVRIO	Gabriella Rodrigues	Isabela Sabbatino Pimentel Pereira
Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUVRIO	Fernando Dias da Silva	Amanda de Lima Paixão
Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUVRIO	Oziel da Silva Bahiense	Carla Brito Mendes
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos / IPP	Felipe Cerbella Mandarin	Leandro Gomes Souza
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos / IPP	Adriana Mendes de Pinho Vial	Vânia Regina Amorim da Silva
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos / IPP	Felipe Machado Martins	Leandro Maravilha Bezerra
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos / IPP	Marisa Valente Dos Santos	Ruth Aono
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento	Daniel Gleidson Mancebo de Araujo	Alan Lopes Nóbrega
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT	Paula de Oliveira Camargo	Antônio Mader Bellotto

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro / CET-RIO	Eloir de Oliveira Faria	Tatiana de Paula Rodrigues
Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro / CET-RIO	Adriana de Castro Martins Ferreira	Ricardo Lemos Gonzaga
Secretaria Municipal de Ordem Pública / SEOP	Beatrice Santa Maria Charpentier	Magno Ribeiro de Moraes
Secretaria Municipal de Ordem Pública / SEOP	Daniele de Oliveira Veloso	Gilvan Silva Ferreira
Secretaria Municipal de Ordem Pública / SEOP	Luiza Lucas Bruxellas	Gabriela Duailibe Frazão
Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S.A. / INVEST.RIO	Edson Mosquéra do Santos	Amanda Santos Felix
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBDEI	Marcel Grillo Balassiano	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBDEI	Manoel Tabet Soriano	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBEX/EGP	Caroline Alves Torres	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBEX/EGP	Paulo José Affonso Vianna	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBEX/EGP	Paula Rodrigues Braga Lisboa	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Wanderson Barreto Corrêa	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Ana Paula da Silva Faria	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Antonio Luiz Barboza Correia	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Valéria Magiano Hazan	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Marcio Menezes Martins	Sem suplente

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Alberto Antonio Taveira	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Fabiane Dias de Albuquerque	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Rosana Motta Gomes	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Mariana Barroso Ferreira	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Pedro Renault de Barros Correia	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Márcio Vinícius Mendes Pinheiro	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Eliane Harumi Sakamoto	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Claudia Grangeiro da Silva Castro	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Helena de Almeida Rego	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Carolina Machado Martins	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Marcelo José de Freitas	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Rebeka Braune	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Felipe Manhães	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Tatiana Narjara de Araujo Bif	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Pedro Durão de Andrade Junior	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Thaís Garlet Biagini	Sem suplente

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Christiane dos Santos Oliveira	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Jean Pierre Bettencourt Janot	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Julia Francisca Duarte Lira Queiroz	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Flávia Etinger de Araujo Nunes	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Juliana Barbosa Povoleri	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Maria Helena Röhe Salomon	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Renato Santa Cruz	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU	Raquel Moniz Colombiano	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBEX	Bruno Rainho Mendonça	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBDEI	Maíra Albuquerque Penna Franca	Sem suplente
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBDEI	Lucas Siqueira Simões	Sem suplente

3.16 - Validação da Conferência Municipal das Cidades - Rio 2024 na Plataforma da Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável - ReDUS

**ReDUS**
REDE PARA DESENVOLVIMENTO
URBANO SUSTENTÁVEL

Conferência das Cidades 2024

Olá, Valéria

7%



CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES Rio 2024

[Início](#) > [6ª Conferência Nacional das Cidades](#) > [Rio de Janeiro \(RJ\) | 6ª Conferência Estadual das Cidades](#) > [Rio de Janeiro | Conferência Municipal das Cidades](#)

Rio de Janeiro | Conferência Municipal das Cidades

[Visão geral](#) [Biblioteca](#) [Apresentar recurso](#) [Passos da Conferência](#) [Configurações](#)

<https://concid24.redux.org.br/concid24/rio-de-janeiro/3304557/cadastro/passo-6> 1/2

16/09/2024, 17:27

Rio de Janeiro | Conferência Municipal das Cidades | ReDUS | ReDUS

6. Validação e Recursos

A Comissão Recursal e de Validação da Conferência **Rio de Janeiro (RJ) | 6ª Conferência Estadual das Cidades** validou os dados enviados pela sua Conferência!

Comentários e pedidos de revisão da Comissão Recursal e de Validação:
Conferência validada.

4.0 CRÉDITOS

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito Eduardo Paes

Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG

Jorge de Souza Arraes

Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos / CCPAR

Gustavo de Sabato Guerrante

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE

Chicão Bulhões - Secretário

Subsecretaria Executiva - SMDUE/SUBEX

Thiago Ramos Dias

Subsecretaria de Planejamento Urbano - SMDUE/SUBPU

Wanderson Barreto Corrêa

Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S.A. / INVEST.RIO

Alexandre Vermeulen

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELOS PREPARATIVOS E REALIZAÇÃO

Subsecretaria de Planejamento Urbano - SMDUE/SUBPU

Assessoria

Ana Paula Faria

Paloma Hochman Mendez

Coordenadoria de Macroplanejamento Urbano - SMDUE/SUBPU/CMU

Valéria Magiano Hazan

Assessoria

Alberto Taveira

Fabiane Dias Albuquerque

Marcio Menezes Martins

Rosana Motta Gomes

Coordenadoria Técnica de Gestão - SMDUE/SUBEX/CTG

Daniela Narciso Kfuri

Assessoria

Juliana Santese

Escritório de Gerenciamento de Projetos da SMDUE**Assessoria**

Bruno Rainho Mendonça

Assessoria de Comunicação Social - SMDUE/ASCOM

Julia Gomes de Pinho da Vinha Lacerda

Assessoria

Bruno Lopes

Janaina Salles

Marcos Matheus

Assessoria de Relações Públicas - CCPAR

Aline Alvellos Abud

INVEST.RIO

Gerência de Projetos

Renata Paes Leme Marinho

Apoio Técnico

Pedro Renault Barros Corrêa - SMDUE/SUBPU/GMIU

Pedro Chaloub - IPP

PARCERIA INSTITUCIONAL

Porto Maravalley

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP1

Leandro de Sant'Ana Abal

Secretaria Especial de Cidadania - SECID

Coordenadoria Executiva de Direitos Humanos

Dianduala Marinette Rafael Nguidi

Instituto Fundação João Goulart - FJG

Presidente Rafaela Bastos

Coordenadoria de Gestão de Lideranças

Coordenadora Bárbara do Nascimento

**COMISSÃO PREPARATÓRIA INSTITUÍDA PELO DECRETO RIO N°
DECRETO RIO N° 54.343, DE 24 DE ABRIL DE 2024**

Poder Público

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico -
SMDUE/SUBPU**

Wanderson Barreto Corrêa - Titular
Antonio Luiz Barboza Correia - Suplente

Valéria Magiano Hazan - Titular
Eugênia Câmara Loureiro - Suplente

Mariana Barroso - Titular
Marcio Martins - Suplente

Secretaria Municipal da Casa Civil - CVL

Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo - Titular
Maria Fernanda Romano Gerhardt - Suplente

Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG

Alberto Gomes Silva - Titular
Jéssyca Corrêa Carvalho - Suplente

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

Luis Fernando Valverde Salandia - Titular
Ruth Aono - Suplente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC

Felipe Carvalho Nin Ferreira - Titular
Luis Fábio Cruz - Suplente

Secretaria Especial de Ordem Pública - SEOP

Beatrice Santa Maria Charpentier - Titular
Maria Eduarda Lacerda Couto - Suplente

Procuradoria Geral do Município - PGM

André Hermann Tostes - Titular
Tatianna Fernandes da Paz Ribeiro de Souza - Suplente

Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ

Tainá de Paula - Titular
Rafael Aloísio Freitas - Suplente

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO SMDUE N°
02/2024**

Alberto Taveira - Arquiteto (SMDUE/SUPU/CMU)
Claudia Grangeiro da Silva Castro - Arquiteto (SMDUE/SUPU/CPU)
Isabel Habib Mattar de Araújo - Geógrafo (SMDUE/SUPU/GMIU)
Mauro Santiago Medina Junior - Agente de Administração (SMDUE/SUBPU/GMIU)
Rosana Motta Gomes - Arquiteto (SMDUE/SUPU/CMU)

COMISSÃO ORGANIZADORA INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO EIS - REN - 2024/00012 DE 13.05.2024

Poder Público

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE/SUBPU

Wanderson Barreto Corrêa - Titular
Antonio Luiz Barboza Correia - Suplente

Valéria Magiano Hazan - Titular
Eugênia Câmara Loureiro - Suplente

Mariana Barroso - Titular
Marcio Martins - Suplente

Secretaria Municipal da Casa Civil - CVL

Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo - Titular
Maria Fernanda Romano Gerhardt - Suplente

Secretaria Municipal de Coordenação Governamental - SMCG

Alberto Gomes Silva - Titular
Jéssyca Corrêa Carvalho - Suplente

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

Luis Fernando Valverde Salandia - Titular
Ruth Aono - Suplente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC

Felipe Carvalho Nin Ferreira - Titular
Luis Fábio Cruz - Suplente

Secretaria Especial de Ordem Pública - SEOP

Beatrice Santa Maria Charpentier - Titular
Maria Eduarda Lacerda Couto - Suplente

Procuradoria Geral do Município - PGM

André Hermann Tostes - Titular
Tatianna Fernandes da Paz Ribeiro de Souza - Suplente

Câmara Municipal do Rio de Janeiro - CMRJ

Tainá de Paula - Titular
Rafael Aloísio Freitas - Suplente

Segmento Movimentos Populares

Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas - Titular

Guilherme da Costa - Titular
Adrian Coelho dos Santos Reis - Suplente

Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMAB - Suplente

Regina Chiaradia - Titular
Mauricio Matsutani - Suplente

Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAM RIO - Titular

Licinio Machado Rogério - Titular

João Ricardo de Mattos Serafim - Suplente

Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico - AMAJB - Suplente

Nelci Frangipani - Titular

Gilson Koatz - Suplente

Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM - Titular

Maria de Lourdes Lopes - Titular

Lucas Faulhaber - Suplente

Associação de Pescadores do Arquipélago de Paquetá - Suplente

Monica Rabelo - Titular

Paulo Barone - Suplente

Central de Movimentos Populares - CMP - Titular

Marluce Lopes - Titular

Francisca Fátima Ramos de Souza - Suplente

Associação de Moradores e Amigos da Urca - AMOUR - Suplente

Valéria Grynberg - Titular

Ricardo Guerra - Suplente

União por Moradia Popular - UMP - Titular

Sandra Regina Pimentel da Silva - Titular

Lívia Maria da Silva Cantuaria - Suplente

Associação de Moradores da Lauro Muller e adjacências - ALMA - Suplente

Abílio Valério Tozini - Titular

Alexandre Meira Matos Santos - Suplente

Federação das Favelas do Rio de Janeiro - FAFRIO - Titular

Roberta da Silva Ferreira - Titular

Isis Cardoso - Suplente

Segmento Trabalhadores Sindicais

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro - SARJ

Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro - Titular

Erick Mouros - Suplente

Sindicato dos Engenheiros - SENGE-RJ

Jorge Antonio da Silva - Titular

Clovis Francisco do Nascimento - Suplente

Segmento Entidades Empresariais

Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ - Titular

Josier Marques Vilar - Titular

Aspásia Camargo - Suplente

Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental - Suplente

Marcelle da Fonseca Dias - Titular

Adriana Correa Ornellas - Suplente

Câmara dos Dirigentes Lojistas do RJ /SPC RIO - Titular

Carlos Monjardim - Titular

Robert Barboza - Suplente

Dias e Ornellas Consultoria Socioambiental - Suplente

Marcelle da Fonseca Dias - Titular

Adriana Correa Ornellas - Suplente

Segmento Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Titular

Vinícius Monte Custodio - Titular

José Ricardo Pereira Lira - Suplente

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU RJ - Suplente

Luiz Othon Agnese B. de Mello - Titular

Rita de Cássia Belart de M. Mandarino - Suplente

Pontifícia Universidade Católica - PUC Rio - Titular

Maria Fernanda Rodrigues Campos Lemos - Titular

Tatiana Terry - Suplente

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RJ - Suplente

Emmily Caroline Leandro - Titular

Marcela Marques Abla - Suplente

Segmento ONGs

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU - Titular

Tarcyla Fidalgo Ribeiro - Titular

não indicou suplente

Centro de Apoio ao Movimento Popular - CAMPO - Suplente

Rogério Marques Gonçalves - Titular

Antonio Felix Tavares - Suplente

PALESTRANTES CONVIDADOS

Orlando Júnior - A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Alberto Silva - Controle Social e Gestão Democrática das Cidades

Viviane Tardelli - Habitação e Regularização Fundiária

Clarisse Linke - Mobilidade Urbana

Clóvis Nascimento - Saneamento Básico

Maria Fernanda Lemos - Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas

Carolina Grillo - Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Ronald Medeiros - Transformação e Inclusão Digital no Território

Denise Vogel - Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas, Cooperação e Consórcios

Samuel Jaenisch - Habitação e Regularização Fundiária

Célia Ravera - Habitação e Regularização Fundiária

Roberta Mendes - Habitação e Regularização Fundiária

Ana Dieguez - Habitação e Regularização Fundiária

Sérgio Magalhães - Controle Social e Gestão Democrática das Cidades

Grazia de Grazia - Controle Social e Gestão Democrática das Cidades

Vanessa D'Oliveira - Controle Social e Gestão Democrática das Cidades

Arnaldo Lyrio - Mobilidade Urbana

Jorge Cunha - Mobilidade Urbana

Regina Cohen - Mobilidade Urbana

Simone Rodrigues - Mobilidade Urbana

Bruno Sasson - Saneamento Básico

Aspásia Camargo - Saneamento Básico

Ana Lucia Britto - Saneamento Básico

Wanderson José dos Santos - Saneamento Básico

Tainá de Paula - Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas

Felipe Mandarinó - Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas

Claudete Costa - Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas

Wanderson José dos Santos - Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas

Daniel Mancebo - Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas

Bruno Cezário - Transformação e Inclusão Digital no Território

Gilberto Vieira - Transformação e Inclusão Digital no Território

Fernando Ivo - Transformação e Inclusão Digital no Território

Jefferson Arouche - Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Thais Custodio - Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Elisa Ramos Pitaro - Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Maria Eduarda Lacerda - Segurança Pública e o Enfrentamento do Controle Armado dos Territórios Populares

Vinícius Monte Custodio - Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas, Cooperação e Consórcios

Amanda Ithala - Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas, Cooperação e Consórcios

Henrique Silveira - Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas, Cooperação e Consórcios

EQUIPES RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO DAS SALAS TEMÁTICAS DURANTE A CONFERÊNCIA E RELATORIA

Habitação e Regularização Fundiária - 29/06/24 - tarde

Lucas Faulhaber - Moderador
Antonio Luiz Barboza Correia - Relator
Guilherme da Costa - Secretário

Controle Social e Gestão Democrática da Cidade - 29/06/24 - tarde

Jorge Silva - Moderador
Eugênia Loureiro - Relator
Luiz Othon - Secretário

Mobilidade Urbana - 29/06/24 - tarde

Licínio Rogério - Moderador
Marcos Leandro Furtado Esquerdo - Relator
Nelci Frangipani - Secretário
Anriete Paiva de Azevedo - Consultor

Saneamento Básico - 29/06/24 - tarde

Adriana Ornellas - Moderador
Marcelo Freitas - Relator
Marcelle Dias - Secretário
Alan Lopes Nóbrega - Assessor Técnico

Sustentabilidade Ambiental e Emergências Climáticas -30/06/24 - manhã

Adriana Ornellas - Moderador
Luiz Othon - Relator
Marcele Dias - Secretário
Christiane de Araújo - Assessor Técnico
Jeferson Farias da Silva - Assessor Técnico
Rebeka Braune - Assessor Técnico
Juliana Povoleri - Assessor Técnico
Luciano Teixeira Rocha - Assessor Técnico
Claudia Grangeiro - Assessor Técnico

Segurança Pública e Enfrentamento Armado nos Territórios - 30/06/24 - manhã

Abilio Tozini - Moderador
Jorge Silva - Relator
Monica Rabelo - Secretário
Luiz Valverde - Assessor Técnico

Transformação e Inclusão Digital no Territórios - 30/06/24 - manhã

Eugênia Loureiro - Moderador
Rogério Marques - Relator
Sidney de Almeida Teixeira Jr - Secretário
Marcos Leandro Furtado Esquerdo - Assessor Técnico
Maria Helena Salomon - Assessor Técnico

Gestão Interfederativa e das Regiões Metropolitanas - 30/06/24 - manhã

Mariana Barroso - Moderador
Carolina Machado - Relator
Daniela Engel - Secretário

ANAIS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES – RIO 2024

Organização

Alberto Taveira
Fabiane Dias Albuquerque
Valéria Magiano Hazan

Revisão e diagramação

Rosana Motta Gomes

Revisão final

Valéria Magiano Hazan

Esta publicação foi composta no tipo Montserrat, corpo 11

Agradecimentos gerais

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro agradece a todos os cidadãos e cidadãs que se envolveram na construção da CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES RIO 2024, evento realizado no Porto Maravally, nos dias 29 e 30 de junho de 2024. Nossos agradecimentos especiais a todos os titulares e suplentes do Poder Público, Movimentos Populares, Trabalhadores Sindicais, Entidades Empresariais, Entidades Acadêmicas e de Pesquisa e ONGS que participaram não só das reuniões presenciais e on-line, mas também de forma presencial nos dois dias evento, em um propósito maior de reforçar e apoiar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em busca de cidades democráticas, inclusivas, sustentáveis e com justiça social.

CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DAS
CIDADES

Rio

2024

